

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
DOUTORADO**

**ALÉSSIO ALMADA DA COSTA**

**A Educação Ambiental como proposta crítica para práticas  
emancipatórias com pescadores artesanais: um estudo de caso  
no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil**

**RIO GRANDE**

**2013**

**ALÉSSIO ALMADA DA COSTA**

**A Educação Ambiental como proposta crítica para práticas  
emancipatórias com pescadores artesanais: um estudo de caso  
no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil**

Tese apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Doutor.

Curso de Pós-Graduação em Educação  
Ambiental, Universidade Federal do Rio  
Grande.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Guillermo  
Martin Gentini

**RIO GRANDE**

**2013**

C837e Costa, Aléssio Almada da

A Educação Ambiental como proposta crítica para práticas emancipatórias com pescadores artesanais: um estudo de caso no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil / Aléssio Almada da Costa. - 2013.

341 f.

Tese (doutorado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande / RS, 2013.

Orientador: Dr. Alfredo Guillermo Martin Gentini.

1. Educação Ambiental 2. Marxismo 3. Pesca artesanal. I. Gentini, Alfredo Guillermo Martin II. Título.

CDU: 504:37

Catálogo na fonte: Bel. Me. Cibele Vasconcelos Dziekaniak CRB10/1385.

ALÉSSIO ALMADA DA COSTA

**“A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROPOSTA  
CRÍTICA PARA PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS DE  
PESCADORES ARTESANAIS: UM ESTUDO DE CASO NO  
ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS, EXTREMO SUL DO  
BRASIL”**

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores.




---

Dr. Alfredo Martin Gentini  
(Orientador FURG)




---

Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto  
(PPGEA/FURG)




---

Dr. Ana Mercedes Sarria Icaza  
(UFRGS)



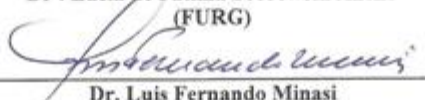

---

Dr. Maria Odete da Rosa Pereira  
(EMPRESA TRANS FOR MAR CONSULTORIA LTDA)




---

Dr. Lucia de Fátima Socoowski Anello  
(FURG)




---

Dr. Luis Fernando Minasi  
(FURG)

Obs: por sugestão da banca o título foi alterado trocando a preposição “de” para “com” (pescadores artesanais...)

## AGRADECIMENTOS

No decorrer desse estudo que durou quatro anos, mas que me fizeram reviver outros períodos de minha vida percebo o quanto, como humano, dependo de outros humanos, e aprendo com suas formas de manifestar a vida.

Agradeço primeiramente, a meu orientador, Prof. Dr. Alfredo Guillermo Martin Gentini, pela dedicação e paciência desde o primeiro momento de nosso convívio, e que sempre esteve disposto a apoiar o estudante, e o humano desse estudante, o qual, em suas contradições, é autor desse estudo.

Agradeço a não mensurável, mas qualificável, disposição do Prof. Dr. Luis Fernando Minasi em me ensinar, com paciência e leveza, um método profundo de sentir a totalidade da vida, como assim é o método marxista. Pessoa que considero, também, como orientador desse estudo.

Agradeço a paciência de todos de meu convívio familiar, em meu afastamento físico e espiritual, por estar deveras envolvido com esse estudo, pessoas as quais humildemente peço desculpas, pois sei que o tempo não volta, apenas desejo que nossos próximos momentos juntos possam compensar minha ausência.

Agradeço a todos os amigos e amigas que sempre estiveram ao meu lado apoiando essa trajetória.

Preciso agradecer a meus colegas de trabalho, Fernanda Géri, Antonio Giambastiani, Jussara Souza, ao ex-diretor do instituto a que estou vinculado na FURG, Prof. MSc Nelson Monteiro Rangel, assim como a atual diretora, Prof. Dra. Patrícia Raggi Abdallah, pois, reconheço que, na medida do possível, todos auxiliaram com seu companheirismo nesses aflitos momentos de construção de uma tese.

Como não poderia deixar de ser, agradeço a lição de vida que emana dos trabalhadores da pesca artesanal, em especial ao Louredi Vinagre Borges e a sua esposa Sirlei Borges, pescadores e disseminadores da esperança por uma vida melhor.

Agradeço ao grupo de trabalhadores do NUDESE/FURG pela gentil disponibilização do acervo de documentos do Projeto Rede, a quem já parablenizo pela dedicação aplicada ao seu trabalho de apoio a grupos de economia solidária.

Agradeço a CAPES pela bolsa a mim concedida, a qual, mesmo que por breve período, possibilitou aprimorar meus estudos à medida que todo meu tempo foi despendido no prazeroso aprendizado do doutoramento.

Por fim, agradeço a todos os autores que utilizei nesse estudo, e que me permitiram aprender e preencher minha vida com mais sentido. Com certeza, do velho resta o novo.

*Nunca é alto o preço a pagar pelo  
privilégio de pertencer a si mesmo*

*Friedrich Nietzsche*

## LISTA DE SIGLAS

Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel	APESMI
Banco Mundial	BIRD
Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor	CAPA
Centro de Convívio dos Meninos do Mar	CCMar
Companhia Nacional de Abastecimento	CONAB
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	CNBB
Conselho de Desenvolvimento da Pesca	CODEPE
Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar	CNUDM
Coordenação do Projeto Rede	CPR
Diagnóstico Rápido Participativo	DRP
Economia Popular Solidária	EPS
Economia Solidária	ES
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	EMATER
Estado do Rio Grande do Sul	RS
Estados Unidos da América	EUA
Estuário da Lagoa dos Patos	ELP
Fundo Monetário Internacional	FMI
Fundo Nacional de Assistência Social	FNAS
Grupo de Trabalho	GT
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	IBAMA
Ministério da Pesca e Aquicultura	MPA
Ministério do Desenvolvimento Agrário	MDA
Ministério do Desenvolvimento Social	MDS
Ministério do Trabalho e Emprego	MTE
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	MST
Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico	NUDESE
Organização das Nações Unidas	ONU
Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação	FAO



Organização Não-Governamental	ONG
Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB
Partido dos Trabalhadores	PT
Produto Interno Bruto	PIB
Programa de Aquisição de Alimentos	PAA
Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva	REVIZEE
Programa de Formação de Estoque	PFE
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	PRONAF
Registro Geral de Pesca	RGP
Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Estado do Rio Grande do Sul)	SAA
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	SEAP
Secretaria Nacional de Economia Solidária	SENAES
Superintendência de Desenvolvimento da Pesca	SUDEPE
Trabalhador da Pesca Artesanal	TPA
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	URSS
Universidade Federal do Rio Grande	FURG
Zona Econômica Exclusiva	ZEE

## LISTA DE GRÁFICOS

	<i>Página</i>
Gráfico 01. Produção pesqueira mundial continental e marinha, 1950-2008 (em milhões de toneladas)	83
Gráfico 02. Tendências mundiais da situação das populações de peixes marinhos, conforme seu grau de exploração, 1974-2008	84
Gráfico 03. Produção pesqueira extrativa e da aquicultura marinha e continental no Brasil, 1994-2010 (1.000t)	98
Gráfico 04. Contribuição da pesca extrativa e da aquicultura, marinha e continental, para o consumo da população do Brasil, 1994-2010 (quilograma/hab/ano)	99
Gráfico 05. Produção extrativa de pescado marinho por região do Brasil, 2009-2010 (t)	101
Gráfico 06. Produção extrativa de pescado marinho por unidades da federação, 2009-2010 (t)	102
Gráfico 07. Produção pesqueira industrial e artesanal no RS, 1945-2009 (t)	118

## LISTA DE TABELAS

	<i>Página</i>
TABELA 01. Instituições que compõem o Fórum da Lagoa dos Patos/RS	75
TABELA 02. Tipos de subsídios à pesca no mundo: montante, principais beneficiários e os efeitos sobre a capacidade de reprodução dos recursos pesqueiros	89
TABELA 03. Número de pescadores por continente (1.000) e os anos selecionados	93
TABELA 04. Capacidade de carga total (t) das embarcações de países selecionados, 1969-1975	143
TABELA 05. Resumo estatístico dos projetos do PAA/Doação Simultânea em que as organizações do trabalhadores/pescadores artesanais vinculadas ao Projeto Rede participaram em 2006	264

## LISTA DE FIGURAS

	<i>Página</i>
Figura 01. Estrutura e Sistema de Planejamento Participativo do Programa RS/Rural/Pesca Artesanal	65
Figura 02. Imagem do estuário da Lagoa dos Patos	73
Figura 03. Localização dos municípios que margeiam o estuário da Lagoa dos Patos/RS/Brasil	78
Figura 04. Fases do Projeto Rede conforme a entidade coordenadora	80
Figura 05. Fluxograma de trabalho da Rede de Comercialização Solidária de Pescado do Sul do RS ao participar do PAA/Doação Simultânea no ano de 2006	266

**TÍTULO:** A Educação Ambiental como proposta crítica para práticas emancipatórias com pescadores artesanais: um estudo de caso no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil

*Aléssio Almada da Costa*

## **RESUMO**

A Educação Ambiental na sua vertente crítica serve de guia desta tese na medida em que possibilita compreender os espaços existentes e nos quais estão inseridos os trabalhadores da pesca artesanal. Construimos o movimento desse estudo a partir do método utilizado por Karl Marx, apoiado nas categorias do Materialismo Dialético, do Materialismo Histórico e da Economia Política, tendo como objetivo analisar, interpretar e compreender que contradições existem na política pública para a pesca artesanal no extremo sul do Brasil, denominada de Projeto Rede, e propor criticamente práticas criativas a partir das perspectivas emancipatórias já desenvolvidas pelos pescadores artesanais organizados numa associação de trabalhadores da pesca, a Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel (APESMI), localizada no município de Rio Grande/RS. O Projeto Rede, que é proposta do estado brasileiro, inicia em 2006 e se estende até 2012. Seu movimento ocorreu em quatro fases com diferentes coordenações: ONG, cooperativa de pescadores, e finalizando com duas fases sob coordenação de um núcleo vinculado a atividades de extensão da Universidade local (FURG). A situação de crise ambiental que focamos nesse estudo é por nós entendida como uma crise estrutural da sociedade que vive sob a ordem do capital, produzindo e se reproduzindo a partir da fetichização da mercadoria, do homem, da natureza e do dinheiro. Essa crise se reflete também na pesca, com a singularidade de que esta atividade, que envolve o trabalho humano diretamente na natureza, é fornecedora do objeto para servir às necessidades humanas. Porém, com a especificidade de serem estes, objetos e produtos do trabalho, seres vivos que se reproduzem limitadamente enquanto natureza, fato desconsiderado pela lógica imediatista do lucro, que sobre-explora o objeto da pesca, assim como o humano que dela depende para sua vivência, o trabalhador/pescador artesanal. Embora a comercialização tenha sido o objetivo descrito nos editais que o financiaram, outras atividades organizacionais de cunho político também foram realizadas, nas quais se salientam a adoção dos princípios da Economia Solidária como proposta de trabalho do projeto, e assumida pela APESMI. A participação em programas federais vinculados ao Fome Zero representou um avanço para a organização destes trabalhadores que atribuem ao trabalho socializado a possibilidade de buscarem sua emancipação, enquanto humanos, mas não sem enfrentar novos desafios. Segundo o que conseguimos apreender até o momento, das experiências vivenciadas em conjunto com os trabalhadores da pesca artesanal, a luta de classes representa a essência das contradições que emergem das práticas do Projeto Rede, comopolítica pública que se materializa por meio de uma política de editais, as quais, por sua vez, produzem outras práticas e contradições. Procuramos demonstrar algumas destas contradições que nos foi possível apreender, nas quais citamos: ser pescador / ser empresário; estado que fomenta / estado que exige; estado do capital / estado social; pescador como categoria / pescador como classe; pesca individual / pesca socializada; pescador de peixe / pescador de dinheiro.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Marxismo. Pesca Artesanal.

**TITLE:** Environmental Education as a critical proposal for emancipating practices with artisanal fishermen: a case study in the Patos Lagoon estuary, extreme south of Brazil.

*Aléssio Almada da Costa*

## **ABSTRACT**

On its critical strand, Environmental Education suits as a guide for this thesis to the extent that enables to understand the areas where the artisanal fishermen are placed. We built up the movement of this study from the method used by Karl Marx, based on the categories of the Dialectical Materialism, Historical Materialism and Political Economy. The aim is to analyze, interpret and understand that contradictions do exist in public policies so called as Net Project [Projeto Rede], for the artisanal fishery in the extreme south of Brazil, and to critically propose creative practices from emancipating perspectives already developed by the artisanal fishermen arranged in an association of fishery workers, the Association of Artisanal Fishermen from São Miguel Village (APESMI), located in the city of Rio Grande, Rio Grande do Sul State. The Net Project, which is a proposal from the Brazilian State, starts in 2006 and goes up to 2012. Its movement happened in four stages with distinct coordination: NGO, fishermen cooperative, and in the end, with two stages under the coordination of a center bound to extension activities from the local University (FURG). We perceive the situation of environmental crisis, which we focused on this study, as a structural crisis of the society living under capital order, producing and reproducing from the fetishization of the merchandise, the man, the nature and the money. That crisis is also seen in fishery, with the singularity that, such activity, which involves direct human work on nature, is a provider of the ready object to serve human needs. However, with the specificity that these objects and work products are living beings that limitedly reproduce themselves as they are nature, and that fact is disregarded by the immediate logic of the profit, which over exploits the object of fishery, as well as the human being that depends on it for his experience, the artisanal fisherman/worker. Although the marketing has been the objective described in the announcements that funded them, other organizational activities from political nature were also done, from which stands out the adoption of principles of Solidarity Economy as a work proposal of the project, and assumed by APESMI. The participation in federal programs linked to the Zero Hunger represented an advance for the organization of these workers that attribute to the socialized work a possibility of seeking their emancipation, as human beings, but not without facing new challenges. According to what we could apprehend up to now, from the trials lived together with the workers of the artisanal fishery, the struggle of the classes represents the nature of the contradictions that come from the Net Project practices, as a public policy materializing through a policy of announcements, which on the other hand, produce other practices and contradictions. We sought to show some of those contradictions that were possible to apprehend, such as: being a fisherman / being a businessman; state that promotes / state that demands; capital state / social state; fisherman as category / fisherman as class; single fishery / socialized fishery; fish fisherman / money fisherman.

**Keywords:** Environmental Education. Marxism. Artisanal Fishery.

## Sumário

### **A Educação Ambiental como proposta crítica para práticas emancipatórias com pescadores artesanais: um estudo de caso no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil**

LISTA DE SIGLAS .....	viii
LISTA DE GRÁFICOS.....	x
LISTA DE TABELAS .....	xi
LISTA DE FIGURAS .....	xii
RESUMO .....	xiii
ABSTRACT .....	xiv
Palavras iniciais.....	xvii
1. A totalidade do estudo: relações do contexto, problemática, objetivo e hipóteses na perspectiva marxista e da Educação Ambiental crítica.....	1
1.1 O Materialismo Dialético e Histórico e a proposta da Educação Ambiental crítica.....	33
1.2 Metodologia.....	45
1.2.1 O processo de investigação: preparando a exposição .....	58
1.3 O espaço sociopolítico dos sujeitos da pesquisa.....	61
1.3.1 O município do Rio Grande, a pesca artesanal e seus trabalhadores .....	67
1.4 Que é o Projeto Rede? .....	77
2. Corrida para o último peixe: uma análise da dominância do capital na pesca.....	82
2.1 Perspectiva da pesca no mundo .....	82
2.1.1 Dados de captura e impactos ecológicos da pesca.....	82
2.1.2 Os estados nacionais e a atividade pesqueira.....	87
2.1.3 Socioeconomia pesqueira mundial .....	90
2.2 Histórico e situação atual da pesca no Brasil.....	96
2.2.1 O estado e a pesca no Brasil .....	103
2.3 A pesca no estado do Rio Grande do Sul e no estuário da Lagoa dos Patos .....	117
3. Gênese da luta de classes na atividade pesqueira: estado, pescadores e não-pescadores .....	130
4. Emancipação do trabalho e dos trabalhadores sob a ordem do capital: é possível? .....	150
4.1 Ser trabalhador/pescador em tempos de reificação da mercadoria .....	151
4.2 Evolução ou Revolução? O que é e o que não é um processo emancipatório?.....	166
4.3 Concepções de Cooperativas, Cooperação, Alienação e Emancipação Humana para o Marxismo.....	178
4.4 O trabalho e o mercado sob o capital.....	196
5. Gênese e movimento da economia solidária .....	215
5.1 Economia solidária e sua institucionalização como política pública no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil.....	219
5.2 Que é economia solidária no Brasil? Qual seu espaço nos tempos modernos de impulso à globalização?.....	227
5.3 Algumas considerações sobre as contradições que se apresentam ao movimento da economia solidária em sua relação com o Estado .....	240

6. As práticas e as contradições que emergem das relações APESMI / Política Pública - Projeto Rede..	248
6.1 Práticas e contradições das políticas públicas para a pesca artesanal a partir da SEAP e MPA: o associativismo e o cooperativismo .....	252
6.2 Projeto Rede – Fase 1 .....	262
6.3 Projeto Rede – Fase 2 .....	271
6.4 O Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da FURG .....	282
6.5 Projeto Rede – Fase 3 .....	284
6.6 Projeto Rede – Fase 4 – última fase.....	290
6.6.1 O que muda com a passagem da pesca individual para a pesca socializada? .....	300
7. Considerações finais .....	315
8. Referências bibliográficas .....	328



## Palavras iniciais

Decidi escrever estas palavras iniciais para me aproximar do leitor, por isso demonstro a parte objetiva de minha trajetória como pesquisador, extensionista e gestor, nestes dez anos de convívio com os trabalhadores da pesca artesanal no extremo sul do Brasil. Quanto à parte subjetiva, entendo que esta se transforma, por isso, em cada momento ali vivido o aprendizado me proporcionou construir novas subjetividades, também permeadas por outras experiências de vida. Tendo em vista isso, ao apresentar aqui um pouco de minha história, lembro-me de Paulo Freire quando comenta que somos seres inacabados, logo, em constante processo de aprendizagem.

Até entrar no Mestrado em Educação Ambiental, no ano de 2002, não tinha aproximação com a realidade da pesca. A Universidade Federal do Rio Grande (FURG), por possuir uma vocação para o ambiente costeiro e estuarino, tem possibilitado o desenvolvimento de vários trabalhos de pesquisa, também abordando a pesca. No entanto, o que percebi é que existem poucos trabalhos que investigam o ambiente social da pesca, e em específico o da pesca artesanal, o mesmo ocorrendo com trabalhos de extensão.

Formas de intervenção nesse ambiente são recentes, pelo menos no âmbito da Universidade. Percebi que existiam muitos projetos de pesquisa sobre a pesca estuarina, costeira e oceânica, com uma história de informações que, se bem utilizada pelos órgãos gestores, poderia ter evitado a situação de degradação social, ecológica e econômica existente. Percebi aí a diferença entre o ideal e o real, que é perpassado por relações de interesse e poder. Isso gerou em mim uma inquietação.

Iniciei minha aproximação com estes trabalhadores, por meio de trabalho conjunto com técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do município do Rio Grande/RS, isso ao iniciar o Mestrado em Educação Ambiental. Os resultados da dissertação de mestrado, finalizada em 2004, na qual reflete pesquisa de campo realizada em todas as comunidades pesqueiras artesanais do município do Rio Grande, demonstraram índices de pobreza econômica que refletiam nas condições imediatas de vida.

Entre agosto de 2005 e dezembro de 2007, participei do Programa Costa Sul/BID/JSF<sup>1</sup>. A experiência, agora como extensionista, possibilitou um importante

---

<sup>1</sup> Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Japan Special Fund (JSF).

aprendizado. Minha formação inicial, sendo graduado em Ciências Econômicas, entrou em conflito, visto que as relações econômicas ocorrem em um contexto de movimentação que é contraditório, e, por isso, dialético, com interesses difusos. As ‘variáveis’ que tentava em vão analisar isoladamente estavam em constante transformação, e possuem relações complexas; métodos analíticos lineares, como os que conhecia, não permitia aquietar minhas indagações e curiosidade epistemológica.

Participar, junto com estes trabalhadores, na formulação e execução de projetos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos<sup>2</sup>, nas modalidades Doação Simultânea e Formação de Estoque, possibilitaram aprendizados que originaram muitos questionamentos. As políticas públicas que fomentam a comercialização de produtores/pescadores artesanais, apesar de todo o planejamento prévio, esbarram em seus próprios limites, e nos limites da organização destes trabalhadores enquanto classe. A sustentação desses projetos como estratégia de emancipação da classe de pescadores artesanais, que são trabalhadores, indicava a necessidade de superar, também, minhas limitações, enquanto extensionista com práticas que hoje as classifico como de um ativismo ingênuo.

Nesse ínterim, acompanhei a formação de uma rede de comercialização solidária da pesca artesanal, tendo como integrantes associações, cooperativas e grupos informais de pescadores de sete municípios da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Daqui nasceu a inquietação de que as relações estabelecidas no interior desta rede podem não estar contribuindo para seus objetivos, privilegiando ora aspectos da gestão, ora da cooperação, mas sem que seja apropriado por todos os avanços históricos que estão sendo construídos, embora aprendizados e desafios formem este caminho.

Em janeiro de 2009 assumi como secretário do Fórum da Lagoa dos Patos<sup>3</sup>, instituição criada em 1996, a qual integra diferentes setores da pesca e serve de apoio à gestão da pesca artesanal. Permaneci aí até o mês de novembro de 2009, tendo que sair por ter deixado a instituição que representava (uma faculdade particular em que ministrava aulas), por passar em concurso público como economista na FURG.

Essa rica experiência me rendeu boas reflexões, ao conhecer os bastidores da gestão pesqueira. O embate político, a apropriação indevida de conquistas, o descaso com a pesca por parte de órgãos e setores que deveriam ter uma ação transformadora, a

---

<sup>2</sup> Vinculados ao Programa Fome Zero do governo federal.

<sup>3</sup> No corpo da tese são demonstrados maiores detalhes sobre este Fórum.

recorrente confusão burocrática, a pouca participação efetiva dos pescadores, dentre outros, conduzem a uma situação de caos.

Nessa caminhada, como ativista, percebi que o ambiente da pesca artesanal possui uma complexidade ímpar, na medida em que existe uma ampla gama de relações econômicas, políticas, culturais, e, além disso, dependem estes trabalhadores, para sua vivência, das condições propícias da natureza imediata, sendo esta crescentemente explorada.

O sentimento de desesperança precisava de uma outra forma de caminhar; de um movimento que negasse o ativismo; que buscasse, na teoria, a compreensão da totalidade do fenômeno, isto é, nas relações que o constituem.

Nesse sentido, efetuei uma outra leitura das obras de Karl Marx e de outros pensadores marxistas da atualidade, que antes apenas conhecia pelo senso comum de um curso de Ciências Econômicas neoclássico. Obras estudadas juntamente com a de pensadores que delimitam uma Educação Ambiental como crítica e política, na medida em que trazem uma abordagem da totalidade que se vive na sociedade, que é uma realidade material, e por isso, concreta, independente do pensamento.

A partir destas considerações, motivo a elaboração dessa exposição que se materializa numa tese de doutorado em Educação Ambiental, a qual tivemos a pretensão de contribuir com uma crítica à economia política dominante no contexto da pesca artesanal da região sul do estado do Rio Grande do sul, e quiçá, do país.

# 1. A totalidade do estudo: relações do contexto, problemática, objetivo e hipóteses na perspectiva marxista e da Educação Ambiental crítica

*A pesca, enquanto apropriação material e social de recursos renováveis e móveis, coloca problemas relevantes na análise da relação entre o homem e a natureza (DIEGUES, 1983, p. 7).*

Este estudo tem como objetivo analisar, interpretar e compreender que contradições existem na política pública para a pesca artesanal no extremo sul do Brasil, denominada de Projeto Rede, e propor criticamente práticas criativas a partir das perspectivas emancipatórias já desenvolvidas pelos pescadores artesanais organizados na associação APESMI<sup>4</sup>, participante deste projeto.

A opção teórica que fizemos baseia-se no Materialismo Dialético, no Materialismo Histórico e na Economia Política, por encontrarmos nesse tripé todo o arsenal das leis e das categorias da teoria do desenvolvimento; leis da transformação da quantidade em qualidade; da unidade e luta dos contrários; negação da negação; as categorias de qualidade, quantidade e de medida, de essência, de fenômeno e de aparência, de forma e de conteúdo, de geral, singular e particular, de abstrato e de concreto, de causa e efeito, de necessidade e de possibilidade e contingência, nos impondo a tarefa de desvelar a dialética objetiva do fenômeno estudado. Ainda, por entendermos que há uma aproximação da dialética como lógica e teoria do conhecimento com a proposta da Educação Ambiental crítica.

Por isso a contextualização ora realizada sobre a atividade exercida por estes trabalhadores/pescadores que possuem a peculiaridade de que o produto do seu trabalho é de propriedade comum, o que estabelece a unidade entre produtores e condições de produção. No referente a essa última, dentro do proposto pelo Projeto Rede, as condições de produção perdem o seu caráter alienado em relação aos trabalhadores, causando uma relação conflituosa com outras atividades que não possuem um caráter planejado e organizado dentro de uma concepção onde o produto total do grupo de trabalhadores/associados é um produto social. Isso se distingue na concorrência formal entre dois tipos de pesca: a pesca industrial capitalista e a pesca artesanal familiar.

Buscamos no Materialismo Dialético uma concepção de mundo, homem e sociedade, fortalecido pelo Materialismo Histórico enquanto sociologia do marxismo e

---

<sup>4</sup> Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel – APESMI.

ciência da história como fator preponderante das análises realizadas em nosso fenômeno de pesquisa, apoiando-nos radicalmente na Economia Política como ambiente de luta que nos garante a possibilidade de realizarmos em dimensões distintas a mesma proposta com que Karl Marx discute as formações sociais anteriores a sua época<sup>5</sup>, atualizando para o contexto por ele vivido, conhecido por nós, como ‘a era moderna’.

Apesar do distanciamento temporal de sua obra, datada do século XIX, grande parte da mesma só começou a ser divulgada dezenas de anos depois. Nesses escritos, no curso de sua extensa atividade intelectual, documentam minuciosamente os temas e autores que foram objetos de sua investigação, permitindo-nos hoje, não só acompanhar a evolução de seus estudos, as áreas específicas de interesse que deles se desdobram, mas, sobretudo, compreender o seu método de trabalho. Por isso, entendemos que trazer o pensamento de Marx como princípios orientadores, como fonte teórica dessa pesquisa, nos ajuda a combater as ideias do fim da história, ou seja, ajuda-nos a contrapor a concepção fatalista com que se aceita o Modo de Produção Capitalista como uma forma natural eterna da produção social. Como sabemos, só a análise do capitalismo do ponto de vista histórico permitiu a Marx prever cientificamente algumas das características essenciais da sociedade futura.

Foi assim que nos aproximamos de Wood (2003) quando comenta da atualidade desta concepção teórica, apesar de Marx ter escrito suas obras no século XIX, o que poderia torná-la inadequada para estudar o capitalismo, ou categorias sociais por ele condicionadas, como é o caso do “trabalho” e de seus sujeitos, no caso específico desse estudo, os trabalhadores/pescadores. Durante esse tempo até nossos dias não surgiu qualquer outro método que ofereça uma base melhor ou igual para a análise crítica do capitalismo.

Por isso, nesta tese, buscamos na forma da análise marxista compreender uma das manifestações essenciais do modo de produção capitalista que é a historicidade, tanto do capitalismo no seu conjunto como de cada uma das categorias da economia capitalista. Portanto, sob os elementos bases que a constituem, tais como: trabalho, produção, mercadoria, valor, valor de uso, valor de troca, mais-valia, distribuição, consumo, fetiche, alienação, estranhamento, concentração e acumulação de riqueza, base e superestrutura, dentre outros, examinamos nosso fenômeno de pesquisa dentro desse modo de produção como movimento contínuo de desenvolvimento.

---

<sup>5</sup> Karl Marx nasceu em Tréveris, reino da Prússia (atual Alemanha), no ano de 1818, e morreu em Londres, Inglaterra, em 1883.

Sob este modo de produção a vontade do povo é oprimida pelos imperativos da acumulação e concentração da riqueza e da renda, onde a maximização dos lucros, realizados pela extração da mais-valia absoluta e/ou relativa, definem e determinam as condições básicas da vida (WOOD, 2003).

Para Marx, em seu método dialético, a desordem é imanente à sociedade humana assim como ocorre na natureza. Por isso discorda da harmonia social advinda de uma espontaneidade ao considerar a existência de *contradições* tanto no homem como na sociedade humana.

O marxismo descobriu a realidade natural histórica e lógica das contradições. A partir disso, conduz a uma tomada de consciência do mundo real, em que as contradições são evidentes (de tal modo que se rejeita o mundo moderno como irremediavelmente absurdo, caso não seja colocada no centro das preocupações a teoria das contradições e sua resolução). (LEFEBVRE, 2011, p. 13).

Sobre a proposta de análise da sociedade moderna realizada por Karl Marx cabe considerar, como assim faz Lefebvre (2011) que a mesma se origina em comunhão com Friedrich Engels, e com pensadores que, num processo dialético, auxiliaram na formação do corpo teórico marxista como, por exemplo, a concepção de mundo (metafísico) proposto por Feuerbach, no qual entendia que a consciência, as ideias, existem antes da matéria, ou seja, antes da realidade objetiva.

Na obra “*A ideologia alemã*”, escrita conjuntamente por Marx e Engels (2007), estabelecem sua oposição a esta concepção de mundo de Feuerbach, ao compreender que a realidade concreta, ou seja, o mundo materializado é que influencia na consciência humana. Portanto, na contradição entre uma concepção metafísica (ideal) e uma concepção material (real), criaram uma sociologia científica como síntese, que também podemos chamar de Materialismo Histórico.

Para o marxismo, o estudo da formação social e econômica, em sua materialidade e objetividade é primordial para a análise da sociedade (ou um recorte dela, como no caso desta tese), e que influencia na consciência do homem, ou seja, em sua subjetividade.

Marx adotou o materialismo francês do século XVIII compreendendo ser esta a única forma de se fazer ciência, partir da realidade objetiva e fazer a análise dos fatos históricos como fonte de inspiração. Assim iniciou seu posicionamento crítico à economia política de sua época. O Projeto Rede e a APESMI representam o campo

clássico dessa tese, sendo este lugar escolhido como o foco de nossa análise, lugar permeado por relações conflituosas entre a opressão imposta pelo sistema do capital aos trabalhadores/pescadores, e suas estratégias criativas (e criadoras) de desvinculação desta opressão, na medida em que optam pelo trabalho socializado, sendo o Projeto Rede parte de uma política pública que apoia tais iniciativas.

Marx em todo o seu trabalho intelectual esforçou-se em demonstrar as contradições da sociedade moderna, a qual se baseia na ordem capitalista, causando o empobrecimento dos trabalhadores (proletários) e o enriquecimento dos proprietários dos meios de produção (capitalistas/não-trabalhadores). Advém daí a contradição máxima do modo de produção capitalista, exposta pela teoria dialética marxista: a propriedade privada, causadora da luta de classes, e materializada na exploração da força de trabalho do trabalhador pelo seu proprietário (dos meios de produção e do produto gerado), como forma da extração da mais-valia, trabalho excedente para além do trabalho necessário.

Dito de outra forma, segundo Tsé-Tung (2008), para o marxismo, a contradição fundamental da sociedade capitalista ocorre entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade. Assim constituem-se classes antagônicas, proletariado e burguesia, que, no pensamento de Paulo Freire se constituem de oprimidos e opressores.

Em sua principal obra “*O Capital: para uma crítica da economia política*”, Marx (1982) faz uma análise apurada da formação econômica apregoada pelos economistas clássicos (os ingleses Adam Smith e David Ricardo, principalmente). Inicia com uma explanação da ‘mercadoria’ e seu reflexo na consciência humana, posteriormente passa a expor a realidade social do dinheiro e sua fetichização, tendo como consequência a alienação do homem, de si mesmo, enquanto um *outro* estranho a ele, ao realizar trocas entre papel (dinheiro) e mercadorias (ambos fetichizados, reificados); e na alienação do fruto de seu trabalho, que lhe causa estranhamento, ao não reconhecê-lo como sua (própria) produção.

Marx (2004) bem explica este estranhamento por parte do trabalhador, estando ele relacionado a três formas, além da que pontuamos, sobre o estranhamento do trabalhador para com o fruto de seu trabalho, lhe é estranho (também) a forma com que produz, e o estranhamento que sente para com os homens que de alguma forma interagem neste processo de produção. O excerto a seguir demonstra o desenvolvimento deste seu raciocínio:

Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria dentro de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. (MARX, 2004, p. 81).

Como comenta Harvey (1996, p. 98), “passamos de uma condição social em que dependemos de maneira direta de pessoas a quem conhecemos pessoalmente para uma situação em que dependemos de relações impessoais e objetivas com outras pessoas”. O trabalhador nega-se no trabalho que realiza; não se sente bem, mas infeliz, esse trabalho torna-se não uma forma de satisfação, antes disso, adquire a característica de ‘meio’ para satisfazer as necessidades quando está o trabalhador fora dele.

Para Marx (2004) a causa dessa situação, desse estranhamento, é a propriedade privada, sendo esta o revés da propriedade social, que por sua vez é o objetivo dos trabalhadores/pescadores da APESMI, que buscam nesta propriedade social, e em seu desenvolvimento pela gestão socializada de suas atividades (ou autogestão), a sua emancipação. Mas a emancipação da propriedade privada (ou do sistema que a defende: o capitalismo), e demais formas de subjugação do trabalhador, e por assim dizer, da pessoa humana, se dá somente na forma política da emancipação dos trabalhadores, pois neles (nos trabalhadores) está encerrada a emancipação humana.

Uma das maiores contribuições ao método marxista partiu da compreensão da dialética, proposta por Hegel, que traz uma abordagem das contradições como inerente ao desenvolvimento da sociedade humana. Hegel desenvolveu o conceito de dialética a partir de contradições existentes em todos os espaços da vida humana, por isso o mérito reservado a este pensador. Mas, no entendimento materialista de Marx, Hegel falhou ao pensar ter atingido “uma fórmula puramente abstrata e puramente lógica do movimento em geral. Julgou ali ter encontrado o método absoluto, ou seja, ter nessa fórmula a explicação de todas as coisas, nela encerrando o movimento de todas as coisas”. (LEFEBVRE, 2011, p. 34).

Marx aporta à concepção de dialética de Hegel, contrapondo-o com o materialismo, ao compreender que a matéria existe antes da consciência, enquanto aquele autor considera as ideias como anteriores à matéria, fruto do “Espírito absoluto” o que lhe atribui ser um ‘idealista objetivo’.

O *movimento* aparece no arcabouço teórico marxista como uma forma de compreender e interpretar a sociedade moderna, para isso utiliza os fatos históricos como embasamento de suas proposições (Materialismo Histórico), demonstrando assim,



um devir histórico, problemático e contraditório da sociedade, que será inevitavelmente suplantado, por possuir os germes de sua destruição (MARX, 1982).

O marxismo aparece de início como a expressão da vida social, prática e real em seu conjunto, em seu movimento histórico, com seus problemas e suas contradições, portanto nele está compreendida a possibilidade de ultrapassar sua estrutura atual. (LEFEBVRE, 2011, p. 18).

O materialismo, nesse movimento histórico da sociedade, evolui juntamente com a ciência, em sua concepção do homem e do mundo, por isso podemos afirmar o dinamismo que caracteriza as proposições de Marx, que desvela, debatendo (dialeticamente) com diferentes pensadores de sua época assim como de gerações anteriores, as diferentes compreensões das contradições existentes na realidade objetiva. Se origina como resultado deste movimento dialético, mesmo que um resultado em movimento, por isso dinâmico, a *unidade dos contrários*, símbolo do materialismo dialético. Marx, então redefine a dialética, ao integrá-la ao contexto da realidade objetiva, que é matéria, e dessa junção nasce o Materialismo Dialético.

O materialismo dialético apoia-se na ciência para configurar sua concepção de mundo. Resumidamente, podemos dizer que o materialismo dialético reconhece como essência do mundo a matéria que, de acordo com as leis do movimento, se transforma. Que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis. Estas ideias básicas caracterizam, essencialmente, o materialismo dialético. (TRIVIÑOS, 1992, p. 23).

Outra fonte do marxismo são os socialistas utópicos (Robert Owen, Fourier, Charles Guide, dentre outros), mas assim como os outros pensadores nominados acima (Feurbach e Hegel), Marx considerou as propostas dos socialistas utópicos como redutoras da realidade, pela baixa capacidade que possuíam de sair do mundo das ideias para superar a ordem capitalista.

O gênio de Marx (e de Engels) foi o de apoderar-se de todas essas doutrinas, até então encerradas em seus próprios domínios, ver nelas expressões, fragmentárias mas inseparáveis, da civilização industrial moderna, seus problemas e os esclarecimentos novos lançados sobre a natureza e a história pelos novos tempos. Foi Marx quem soube quebrar as comportas dos compartimentos estanques, separar as doutrinas de suas limitações. Desse modo, captou-as em seus movimentos mais profundos. (LEFEBVRE, 2011, p. 21).

Desta forma, queremos de antemão deixar clara nossa perspectiva teórica marxista e que ilumina o caminho desse estudo, o qual é composto pela complexidade que envolve o movimento real de vida dos trabalhadores/pescadores artesanais da APESMI, assim como pela atividade pesqueira, que é extrativa e se assemelha à caça, e pela ação do estado burguês que protege a indústria em contraposição à pesca artesanal familiar. Realidade que se cria e recria inserida na ordem capitalista.

As relações estabelecidas entre natureza e sociedade se dão a partir de construções objetivas, por isso, concretas, que tem buscado na crescente produção de valor, formas de convivência social que são contraditórias. Para o Materialismo Dialético os fenômenos sociais estão em constante movimento, possuem a característica de desenvolver-se a partir de relações conflituosas. É no movimento (histórico) das contradições que buscamos subsídios para elaborar esta tese, pois como nos lembra Minasi,

Marx nos fala que as contradições constituem as forças motrizes interiores do desenvolvimento de cada fenômeno da realidade e por isso a análise das contradições é a única via de conhecimento da realidade ou desenvolvimento, o único método de aplicação conseqüente do princípio da historicidade. (MINASI, 2005, p. 114).

No desenvolvimento desta tese trazemos um enfoque crítico da historiografia da pesca em nível mundial, e que repercute na formação do cenário atual da atividade de pesca artesanal no extremo sul do Brasil. Neste espaço convivem diferentes formas de apropriação da natureza, que disputam as riquezas das águas piscosas, seja em ambientes interiores ou oceânicos, o que tem gerado uma situação de crise tanto para os trabalhadores/pescadores artesanais, que dependem diretamente da pesca para sua existência, como do setor pesqueiro industrial, alicerçado na lógica produtivista do capital.

O conceito de trabalhador/pescador artesanal está sendo por nós entendido pela relação de trabalho que este tem com o espaço aquático, um ambiente que representa a extensão de sua morada. A categoria de trabalhadores/pescadores artesanais possui universo próprio e raízes culturais definidas transgeracionalmente, com conhecimentos dos elementos naturais e dos recursos pesqueiros, em que seu sistema de trabalho se coaduna com os ciclos dos peixes e das marés, assim como da dinâmica costeira.

As características do produto do seu trabalho, o pescado, fazem destes trabalhadores, seres que se integram as condições do ambiente natural como nenhum outro trabalhador. Conhecedores de uma prática alicerçada no saber-fazer interpretam as condições climáticas, tais como alterações do vento, da lua, das marés, do clima etc. que se apresentam nas interações existentes entre a pesca, enquanto natureza, e o trabalho, enquanto prática humana.

Na história da pesca, ela se inicia ainda no período Paleolítico, caracterizando-se como uma atividade anterior à prática da agricultura. Percorrendo os séculos, a dinâmica social da pesca, lhe impinge novas formas de organização desse trabalho, que é reflexo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, e que entra no século XX em crise. Esta crise é consequência, principalmente, das contradições entre as *forças produtivas*<sup>6</sup> e as *relações sociais de produção*<sup>7</sup> historicamente constituídas, e que juntas delineiam um modo de produzir.

Novas tecnologias têm aprimorado as forças produtivas na pesca, aumentando assim a produtividade do trabalho, e conseqüentemente, do capital, ao mesmo tempo em que criaram conflitos devido à forma que assumiram as relações sociais de produção, inseridas no modo de produção capitalista. A inserção de novas tecnologias tem conduzido a uma situação de sobrepesca, ou seja, o volume pescado é maior que a capacidade de renovação dos cardumes. Nesse ínterim, as formas de apropriação dos resultados das pescarias alteraram-se. Portanto, as relações que se dão entre as forças produtivas na atividade pesqueira e as relações sociais de produção aí existentes se interligam; mudanças numa provocam alterações na outra.

No Materialismo Dialético, compreende-se que diferentes formações materiais, representando “sistemas em movimento relativamente estáveis, não coexistem simplesmente, mas agem umas sobre as outras provocando mudanças mútuas e encontrando-se, assim, em correlação e interdependência determinadas.” (CHEPTULIN, 1982, p. 176).

Cabe considerar que *todos os fenômenos estão ligados e, ao mesmo tempo, isolados*. A relação entre fenômenos, portanto, se dá tanto na ligação quanto no

---

<sup>6</sup>*Forças produtivas* são os meios de produção (máquinas, ferramentas, energia, matérias químicas, etc.), os homens, sua experiência de produção, seus hábitos de trabalho, incluindo a tecnologia (TRIVIÑOS, 1992).

<sup>7</sup>*Relações sociais de produção* são relações mútuas de cooperação, de submissão ou de um tipo de relações que signifique transição entre estas formas. São os vínculos que se estabelecem entre os homens (TRIVIÑOS, 1992). Abrangem, portanto, as instituições por eles criadas, tais como a educação, o sistema jurídico legal, a política etc.

isolamento (CHEPTULIN, op. cit.). Analisemos, pois, esta frase afirmativa: ‘Os pescadores são trabalhadores’ – sendo assim, os pescadores estão *ligados* aos trabalhadores de uma forma geral, ao mesmo tempo em que pescadores se *isolam* (*separam*) de quaisquer outros trabalhadores, como os trabalhadores da agricultura, por exemplo.

Pescadores são trabalhadores, logo, representam uma categoria de trabalhadores que exercem a atividade de pescar, tendo como característica que o produto de seu trabalho é oriundo do ambiente natural: o pescado - e não hortaliças, frutas, etc. como no caso do agricultor. Para isso utilizam meios de trabalho específicos que lhes possibilitam retirar das águas o pescado, seu meio de existência.

Por sua vez, ‘trabalhadores’ é uma categoria ampla que engloba todos os seres humanos que executam o trabalho, lembrando que esta categoria representa o enfoque principal de Marx em sua proposta de método baseado no Materialismo Dialético e no Materialismo Histórico, fazendo uso peculiar deste método ao efetuar a crítica à economia política dos economistas clássicos, na obra “*O capital*” – como já comentamos.

Após explicarmos brevemente a ligação e o isolamento (separação), utilizando para isso um exemplo escolhido não ao acaso, pois tratamos nesta tese de trabalhadores/pescadores, a categoria específica ‘pescadores’ e a categoria geral ‘trabalhadores’ demonstram ao mesmo tempo ligação e isolamento (separação).

No entanto, a categoria ‘pescadores’ também precisa ser analisada conforme seu contexto interno de prática social, vinculada as suas forças produtivas e as relações sociais de produção historicamente construídas. Dessa forma, esta categoria se descortina em outras possibilidades de análise. Ao passo que tratamos aqui do método do Materialismo Dialético e do Materialismo Histórico, propomos inicialmente uma averiguação das forças produtivas da/na pesca.

Se, por um lado, existem trabalhadores/pescadores que executam uma atividade de cunho artesanal e familiar, com meios de produção precários e de reduzido poder de pesca, por outro, existe uma atividade baseada na busca de lucro apoiada no desenvolvimento tecnológico e, por conseguinte, na mais-valia relativa de seus trabalhadores/pescadores, conhecida como pesca de escala industrial, ou pesca capitalista.

Portanto, novas categorias descortinam-se em nossa análise, uma movida pelo sentido de existência enquanto sustentação de sua vida, e outra pela exploração do

trabalhador/pescador assim como da natureza, pela figura do não-trabalhador/não-pescador, proprietário dos meios de produção e alinhado com o sistema de mercado em suas estratégias de concentração e acumulação de riqueza. Voltaremos aos conflitos existentes entre estas categorias específicas no desenvolvimento desta tese.

Cabe ainda uma nova averiguação da categoria ‘pescadores’ que busca na natureza subsídios para sua existência direta, como comentamos no parágrafo anterior, onde afunilamos mais nossos sentidos, quando buscamos uma diferenciação entre pequeno pescador (artesanal/familiar), e os pescadores assalariados pelos capitalistas da pesca (industrial). No caso dos primeiros, existe uma grande diferenciação em termos de espécies pescadas no litoral brasileiro, o que determina quais os meios de trabalho a serem utilizados, assim como o período de pesca, as formas de comercialização (quando ocorre), etc. que por sua vez condiciona e determina o desenvolvimento das forças produtivas locais.

Mas estas forças produtivas, por sua vez, estão *ligadas* às relações sociais de produção, que transformam ao mesmo que se transforma, pelo movimento dialético que, como percebemos tanto em nossa pesquisa bibliográfica como empírica, se dá com sobreposição por um modelo de desenvolvimento pesqueiro patrocinado pelo estado burguês (citamos aqui especificamente o caso do Brasil), conivente com o setor industrial/capitalista, em detrimento da categoria de trabalhadores/pescadores artesanais, alienados, e em muitos casos expropriados de/em sua atividade como prática humana de interação com a natureza.

Mesma expropriação proveniente do modo de produção capitalista na pesca é percebida na natureza, neste caso, mais especificamente, quanto ao ambiente aquático e as espécies de pescados ali viventes, onde são desconsideradas as relações ecológicas, como percebemos ao averiguarmos textos e documentos que deflagram o crescente nível de degradação na pesca com aumento do número de espécies em extinção.

Como nos diz Marx (1982, p. 579), “A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”.

Retornando a nossa análise sobre a categoria (mais) específica de pescadores artesanais, afirmamos que existem muitas formas de relação destes com a natureza, logo, os pescadores artesanais que pescam na Lagoa dos Patos/RS<sup>8</sup> se separam (isolam)

---

<sup>8</sup> Embora com características geográficas que a definem como ‘laguna’, utilizamos nessa tese o termo “Lagoa dos Patos”, pois assim é nominada.

do restante dos pescadores artesanais do Brasil. Da mesma forma, na Lagoa dos Patos/RS existem diferentes formas de pesca, onde comunidades pesqueiras apresentam características diferenciadas, por exemplo, quanto aos métodos de pesca (saber-fazer) e meios de trabalho utilizados.

Portanto, os métodos de pesca na Lagoa dos Patos se diferenciam entre as comunidades pesqueiras aí existentes. Em nossa trajetória junto a estes pescadores, observamos que na porção norte desta extensa lagoa há o predomínio de espécies de pescado de água doce (límnicas), enquanto na porção sul, conhecida como zona de estuário, por sofrer influência das águas salgadas do Oceano Atlântico, as espécies pescadas são, em sua maioria, de água salgada. Passam parte de sua vida no estuário e parte no Oceano Atlântico.

Essas especificações qualitativas das porções norte e sul da Lagoa dos Patos, que estão ligadas a condições ambientais (e climáticas) pouco oscilam, e determinam as formas de vida e da prática humana de pesca realizada pelos trabalhadores/pescadores artesanais desta lagoa. Por isso, o saber-fazer, ou seja, o conhecimento da natureza pelo pescador depende do espaço que vive e do espaço (aquático) que busca sua existência.

Comentando agora sobre os meios de trabalho, ou seja, sobre os tipos de redes, de embarcações, e demais apetrechos usados na prática humana de pesca, estes se alteram conforme as espécies pescadas. Ocorre o mesmo com o processo local de desenvolvimento das forças produtivas e das ligações que estas estabelecem com as relações sociais de produção.

O que estamos querendo dizer é que a pesca assume várias formas e que para sua análise sob o método do Materialismo Dialético e do Materialismo Histórico, e com aporte da Economia Política, é preciso (re)conhecer suas contradições, seu movimento e seu devir, sendo estes o diferencial deste método em relação a outros métodos (LEFEBVRE, 2011).

Neste exercício de demonstrar as ligações e separações existentes entre e dentro de categorias, isolamos nossa categoria inicial ‘pescadores’, visando justamente chegar a nossa célula, nossos sujeitos de pesquisa, que são os pescadores artesanais organizados na Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel (APESMI), localizada no município do Rio Grande/RS. Estes pescadores pescam na zona sul do estuário da Lagoa dos Patos, portanto este é seu local de trabalho e existência.

Cabe ressaltar que apesar de tais isolamentos da categoria ‘pescadores’, não pretendemos ‘isolar’ nosso fenômeno material social (pescadores da APESMI) no

sentido de retirar-lhe sua dinamicidade, ou seja, seu movimento na totalidade que lhe é peculiar, e seu devir, mas assim o fizemos para tornar compreensível que estamos analisando este fenômeno, e não outro qualquer, por mais semelhante que seja.

Desta forma, compreendemos que o fenômeno material social, foco desta pesquisa, está ligado a várias outras categorias de fenômenos, para além do exercício que realizamos quando isolamos a categoria ‘pescador/trabalhador’. Como exemplo de outras categorias que fazem parte da totalidade da pesca tem-se: o processo de comercialização, políticas públicas para o pescador, tecnologias etc.

A revisão bibliográfica que realizamos sobre a pesca, tanto em nível mundial como local, indica que a sobrepesca está inviabilizando a continuação desta atividade, a prática humana de domínio sobre a natureza se descola de preceitos ecológicos de sustentação da vida. E isso se dá pela primazia de formas de desenvolvimento das forças produtivas que visam à superprodução, mas não para sustentar o trabalhador/pescador, e sim sustentar o não-trabalhador/não-pescador, proprietário dos meios de produção, cada vez mais determinado a extrair a mais-valia, tanto do trabalhador/pescador quanto da natureza.

Sobre os meios de produção na atividade pesqueira artesanal, comumente encontramos na bibliografia que os pescadores artesanais são proprietários de seus meios de produção. O que achamos não condizer com a realidade desta atividade quando analisamos sua totalidade, pois enquanto prática social e econômica deve-se levar em consideração a extração, comercialização, distribuição e consumo do pescado (ou seja, componentes econômicos e políticos).

Embora sejam de propriedade do trabalhador/pescador – a embarcação e demais apetrechos de pesca<sup>9</sup> –, seu objeto de trabalho que é fornecido pela natureza, o pescado, se transforma em produto quando o pescador lhe extrai das águas (MARX, 1982). No entanto, na sociedade capitalista, este produto ganha valor de uso<sup>10</sup> para outrem, e essa é a lógica da pesca também para os pescadores da APESMI.

Assim sendo, o pescado vira mercadoria com valor de troca, por possuir valor de uso para outro (MARX, 1982); mas o que ocorre é que essa mercadoria geralmente é

---

<sup>9</sup> Salientamos que alguns pescadores não possuem embarcação e/ou apetrechos de pesca sendo considerados, mesmo assim, como pescadores, e chamados de ‘proeiros’. Participam da renda da pesca conforme acordo informal com o proprietário da embarcação onde executam seu trabalho. Geralmente a renda destes proeiros está vinculada à produção, recebendo estas partes do valor da produção comercializada.

<sup>10</sup> Para Marx (1982, p. 42-43) “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela”, e valor de troca é “a relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço”.

comercializada *in natura* (sem processamento, na forma como extraída das águas) e passa por outra transformação, vira mercadoria dos atravessadores<sup>11</sup> de pescado. E é a partir deste momento, quando este pescado é repassado a um não-trabalhador/não-pescador que passa a existir na cadeia de valor (do mercado).

Este atravessador, de uma forma geral, vende ‘sua’ mercadoria ao setor que realiza a transformação final (indústria). Esta mercadoria, quando adquirida do atravessador, representa matéria-prima para o setor industrial capitalista que executa o processo de transformação para que o pescado vire mercadoria para consumo no mercado. Os proprietários dos meios de produção deste setor são (a exemplo dos atravessadores) não-trabalhadores/não-pescadores. Na indústria contratam força de trabalho para as tarefas de preparação da matéria-prima a fim de adequá-la às exigências legais e sanitárias e para atender aos desejos dos consumidores.

O atravessador enquanto agente econômico possui, então, a onipresença na conexão entre a natureza e o mercado consumidor do pescado. E sendo assim parece inexistir a figura do trabalhador/pescador que vira ‘entregador do produto ao mercado’. E isso se dá, também, com pouco ou inexistente poder para valorar o produto do trabalho deste trabalhador; ou seja, o trabalhador/pescador é um agente econômico com baixa ou reduzida influência na formação do valor de troca do produto oriundo de sua força de trabalho.

Este trabalho, ao assumir a forma-valor mercadoria (o pescado) lhe é retirado (do trabalhador/pescador) o sentido de importância de realizar esta prática humana, causa-lhe uma separação entre sua atividade e o produto dela, que lhe parece estranho, uma mercadoria, sem valor de uso para si. Rompe-se o elo entre a prática humana deste produtor, e com a natureza que lhe fornece o objeto de trabalho. O mercado se sobrepõe ao trabalhador/pescador; precifica sua força de trabalho numa relação que, pode-se dizer, pior que a situação de um trabalhador de uma indústria qualquer, pelo fato de que este último tem um contrato de trabalho onde constam seus direitos e deveres, assim como de seu empregador, com atribuição do valor a ser recebido pelas horas de força de trabalho que vende. E, no caso do trabalhador/pescador, este não tem garantias de quanto valerá seu trabalho na medida em que o valor de troca do pescado oscila

---

<sup>11</sup> Por atravessadores entende-se compradores de pescado, primeiro elo de ligação do trabalhador/pescador com o mercado, este agente econômico revende o produto adquirido junto ao pescador para a indústria pesqueira, restaurantes, ou até mesmo para outros atravessadores.



conforme a demanda do setor industrial, refletida no lucro que o atravessador tem ao pagar o pescador.

Além disso, a natureza, as águas, como é o caso da Lagoa dos Patos, vem sofrendo alterações antrópicas que contribuem para diminuir a disponibilidade de pescado (SEELIGER, 2010) que, somadas à sobrepesca, causam uma situação de crise social e econômica ao elo mais vulnerável do sistema, os trabalhadores/pescadores artesanais.

Desta forma, o trabalhador/pescador da Lagoa dos Patos, apesar de representar um ser social pelo trabalho que realiza, torna-se um *ser invisível* dentro do processo alienador do modo de produção capitalista (também) aplicado à pesca. Como descrevemos, este trabalhador extrai das águas/natureza o pescado, e este, enquanto valor de uso é produto em suas mãos, que quando repassado ao mercado, assumindo valor de troca, transforma-se em mercadoria. A consequência desta perda do caráter social do trabalho para o trabalhador é assim comentada por Lefebvre:

O caráter social que o trabalho não pode perder se restabelece de uma forma que, novamente, escapa ao controle e à vontade, de uma maneira indireta, global, mediana e estatística, portanto brutalmente objetiva e destrutiva dos indivíduos. (LEFEBVRE, 2011, p. 86).

No capitalismo ao mesmo tempo em que o trabalho do pescador é trabalho social, é separado/isolado da sociedade (mercantil). Sendo trabalho separado/isolado justifica-se sua invisibilidade, pois “o que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção” (Marx e Engels, 2007, p. 11), que no caso da produção dos trabalhadores/pescadores artesanais, não existe para o mercado, sendo, portanto, estes trabalhadores *seres invisíveis*.

Quando comentamos sobre propriedade na pesca artesanal, pela breve análise que fizemos quanto à cadeia de produção, entendemos que os pescadores, invisíveis nesta cadeia, não são os proprietários dos meios de produção, assim o são quem prepara o produto para venda ao consumo (no mercado): os capitalistas, proprietários de indústrias de processamento de pescado.

Conforme Wood (2003) ocorre aí uma ‘sujeição formal’ do trabalhador/pescador, por representar uma relação de subordinação deste para com o capitalista; entre produtor e apropriador. No processo de produção que ocorre ao extrair o objeto de trabalho da natureza, que vira produto nas mãos dos

trabalhadores/pescadores (que pode-se classificar como processo inicial), quando inserem-se as relações antagônicas entre estes produtores e os que se apropriam de parte de sua força de trabalho (sua mais-valia), forma-se assim as relações sociais de produção na pesca, como em qualquer outra atividade no modo capitalista de produção. Pois, conforme Wood (2003) as relações sociais de produção são as relações estabelecidas entre os produtores no processo de produção e execução de seu trabalho, e as relações antagônicas que travam com o sistema do capital.

Importante comentar que em comunidades pesqueiras, como é o caso de onde vivem os trabalhadores/pescadores da APESMI, é alto o consumo de pescado quando comparado à média da população do país, por exemplo. Mas nestas comunidades pesqueiras, o pescado quando extraído da natureza, e trazido para terra, já está pronto para consumo, não precisa passar pelo atravessador nem por processos industriais. Ali o produto da pesca (ou parte dele) muitas vezes, quando não consumido no âmbito familiar do pescador, é socializado com os vizinhos, numa outra forma de relação que se baseia em valores comunitários, portanto, diferenciando-se das relações que se estabelecem entre capitalistas e trabalhadores a exemplo do que se percebe no modo de produção capitalista, que, como aponta Wood,

a disposição de poder entre o capitalista e o trabalhador tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade - o equilíbrio de forças de classe e os poderes do Estado que tornam possível a expropriação do produtor direto, a manutenção da propriedade privada absoluta para o capitalista, e seu controle sobre a produção e a apropriação. (WOOD, 2003, p. 28).

Neste sistema complexo de produção, no capitalismo, segundo Marx (1982), a concorrência é uma de suas premissas básicas, sendo assim, os níveis de acumulação e concentração de riqueza são suas características. Nesse sentido, na pesca, 1% das embarcações extrai dos mares o equivalente a 50% do total pescado no mundo (FAO, 2009), ou seja, existe um alto nível de concentração da produção pesqueira, que se dá em estreita ligação com o modo de produção capitalista. Embora não seja este o único modo de produção, cada vez mais toda a pesca busca um valor de troca para realizar o lucro, onde o pescado é uma mercadoria como qualquer outra.

Como destaca Lefebvre,

Os laços do homem com a natureza são laços dialéticos: uma unidade cada vez mais profunda dentro de uma luta cada vez mais intensa, em um conflito

sempre renovado em que toda a vitória do homem, toda invenção técnica, toda descoberta na área dos conhecimentos, toda extensão do setor dominado pelo homem resulta em lucro. (LEFEBVRE, 2011, p. 44).

Para o Materialismo Histórico, quando preconiza a formação do ser social a partir das relações materiais entre o homem e a natureza, e dos homens entre si, o desenvolvimento tecnológico (portanto, das forças produtivas) é importante para a reprodução humana, mas é necessário problematizar este tipo de desenvolvimento da tecnologia, por exemplo, questionando: *este desenvolvimento serve a quem?*

Assim pensamos estar encaminhando um processo de desenvolvimento do homem, como ser total que domina a natureza, no sentido de dominação diferente do que dá o tom da crise ecológica, isto é, o de conhecer a natureza para poder reconhecer-se nela e garantir sua existência.

Esta opção teórica se justifica por ser ela uma concepção que se adéqua a proposta de um estudo que pretende se constituir em uma tese dialética em Educação Ambiental na postura crítica da realidade, e que devido às diferentes práticas realizadas em seu nome, pensamos ser preciso explicitar o posicionamento político-pedagógico aqui assumido. Da mesma forma, explicitamos nosso ambiente conceitual e político pelo uso do método do Materialismo Dialético e do Materialismo Histórico assim como da Economia Política sedimentado na obra de Marx e seus seguidores, onde a Educação Ambiental pode buscar fundamentos enquanto projeto educativo que pretende propor práticas para transformar a sociedade.

Sendo a pesca uma atividade extrativa, cabem considerações sobre as relações aí existentes, entre o trabalho humano efetivado num meio estranho a ele (e que serve a ele), de uma forma que se diferencia de qualquer outra atividade produtiva, isto porque as forças produtivas naturais<sup>12</sup> influenciam diretamente nos resultados das pescarias (DIEGUES, 1983).

Logo, a ‘produção’ pesqueira, que na verdade é uma ‘extração’, quando se dá com baixos níveis de desenvolvimento das forças produtivas, como é o caso da pesca artesanal/familiar, “a produção (seu volume, qualidade, eficácia) é determinada pelas forças produtivas da natureza e pelo conhecimento (*savoir-faire*) que o produtor tem desses processos.” (DIEGUES, op. cit., p. 93).

---

<sup>12</sup> Por forças produtivas naturais compreendemos as relações ecológicas existentes no ambiente aquático que permitem a reprodução da vida neste ambiente.

Ou seja, a relação homem/natureza na pesca de escala artesanal se dá com reduzido desenvolvimento tecnológico, logo, o sucesso da pesca é fruto do conhecimento empírico do pescador, mas requer condições ecológicas propícias ao desenvolvimento da vida no ambiente aquático.

Por outro lado, quando analisamos a pesca de escala industrial capitalista, percebemos que o nível de organização das forças produtivas é alto, e as relações sociais de produção baseiam-se na exploração máxima do trabalhador e da natureza, comparando-se a qualquer outra atividade industrial, como denunciava Marx (1982) já no século XIX.

Portanto, existem conflitos entre a lógica produtiva da pesca artesanal e a da pesca industrial, enquanto a primeira trabalha na perspectiva de sobrevivência com baixo poder de pesca e de acumulação de capital, a segunda apresenta interesses de uma indústria qualquer; a acumulação e concentração de capital através da busca incessante e crescente do lucro.

Assim funciona o modo capitalista de produção, que, segundo Harvey (1996) tem sido o princípio organizador básico da vida econômica. A manutenção deste sistema funcionando depende de vários fatores.

Um sistema particular de acumulação pode existir porque ‘seu esquema de reprodução é coerente’. O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes políticos-econômicos assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. (HARVEY, 1996, p. 117).

Mas antes de pensarmos em comportamentos de indivíduos cabe investigar como ocorrem as trocas, assim chegamos à análise do sistema de valoração (e precificação) no mercado capitalista, e as consequências destes processos: a alienação humana, dada pelo ‘duplo caráter do trabalho’ materializado na mercadoria, expressado como valor. Para Marx (1982, p. 202) “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.” O homem depende, então, da natureza para sua existência, e com ela realiza intercâmbios de matéria e energia a fim de satisfazer suas necessidades. Avança sobre a natureza utilizando seus membros e sua capacidade de projetar em sua mente qual resultado espera de sua ação modificadora da/na natureza, e é neste agir que realiza o trabalho, transforma a natureza

que é externa a ele, no entanto, como bem pondera Marx (1982), nesse processo também transforma a si mesmo. E este é o duplo caráter do trabalho que se materializa na mercadoria.

Mas além da atividade prática do homem na natureza, realizada pela sua capacidade locomotora e cognitiva, sobre a matéria imprime o homem uma vontade que é determinada pelo método que planejou trabalhar a fim de atingir o resultado que espera, por isso “é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho” (MARX, 1982, p. 202), e essa vontade está condicionada às formas que o trabalho reflete na consciência humana.

Apesar de não pretendermos responder nesse momento, lançamos alguns questionamentos que surgem a partir dos conceitos acima enunciados: que reflexo do trabalho tem os pescadores artesanais da Lagoa dos Patos em sua consciência? Dado o atual nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, que oprimem estes pescadores, o que podem esperar como devir? Como superar a situação de crise ecológica que assola a pesca neste ambiente?

Portanto, o processo de trabalho se realiza na atividade em si, em sua aplicação sobre um objeto de trabalho (ou matéria) ao utilizar meios de trabalho. O trabalho possui papel central na teoria marxista<sup>13</sup>, o valor atribuído tanto ao trabalho como ao produto do trabalho, portanto, recebem minuciosa atenção de Marx e, por conseguinte, nesta tese.

Cabe recordar o papel da natureza no processo de realização do trabalho, para Marx,

Quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana [...] O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é conscientemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte a única fonte de riqueza material. Conforme diz William Petty, **o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra.** (MARX, 1982, p.50. Grifo nosso).

Sendo assim, a relação homem/natureza se dá sob condicionantes tanto da sociedade quanto do ambiente natural. Quando falamos em sociedade, nos referimos à

---

<sup>13</sup> Até este momento nos referimos ao método de Karl Marx que, como comentamos, aprimorou e difundiu sua análise sobre a filosofia, sociologia e economia, dando origem ao Materialismo Dialético e Histórico, por isso, pensamos ser correto caracterizar este método como ‘método marxista’ ou ‘teoria marxista’.

estrutura social e econômica predominante, e isso acaba por constituir a forma de uma situação, no mínimo, preocupante. Conforme excerto disposto a seguir, percebemos o quanto é oprimente a relação capital/trabalho na pesca, e o quanto é subserviente o estado que se vê ‘pobre’ no sentido da riqueza capitalista (dinheiro) e, por isso, acaba por contribuir para que seu povo se torne refém do capital mundial, e até mesmo perde sua soberania.

Para pequenos pescadores, viver do mar está cada vez mais difícil. Após levar a maior parte dos próprios estoques de peixe à exaustão, navios pesqueiros europeus, chineses, japoneses e russos encontram agora condições ideais de pesca na costa africana. Muitos governos fornecem de bom grado licenças de pesca, mesmo quando isso significa acabar com as áreas pesqueiras, e a falta de regulamentações e controles significa que os navios estrangeiros podem pescar indiscriminadamente. No momento, cerca de 9 milhões de pessoas vivem da pesca de pequeno porte na África, porém a prática da pesca predatória implica na desintegração das comunidades costeiras. Em muitos casos, os pescadores passam a trabalhar nas fábricas locais de processamento de pescados administradas por empresas estrangeiras, e não raro eles são obrigados a vender seus barcos a preços baixos. (WWI, 2010, p. 82).

Salientamos que os países ditos ‘desenvolvidos’ citados no texto, já degradaram nichos ecológicos de pesca importantes e contribuíram para a extinção de várias espécies de pescado, e que, numa verdadeira nova roupagem do imperialismo, agora usam de artifícios econômicos e políticos para persuadir países mais pobres a favorecerem a concessão de licenças de pesca. E, desta forma, continuam a degradação ecológica para suprir a lógica do capital, em espaços pertencentes a outros estados-nação com consequências sociais e econômicas para as comunidades de trabalhadores/pescadores locais. Assim, desestrutura-se a vida local, em que o trabalhador/pescador produz seu sustento, numa atividade que lhe é comum, com elevado vínculo cultural e familiar, e transforma-se num trabalhador assalariado da indústria pesqueira, a qual não pertence ao país, ou seja, pertence ao capital globalizado, com baixo compromisso tanto com a comunidade pesqueira local como com a natureza.

Em pesquisas realizadas no ano de 2010 pelo Worldwatch Institute (WWI, 2010), podemos afirmar, segundo os resultados desse estudo, que a pesca predatória<sup>14</sup> retira da indústria de alimentos no mínimo US\$ 36 bilhões anuais e impede que cerca de 20 milhões de pobres tenham nutrição adequada anualmente. Esta relação de

---

<sup>14</sup> Pesca predatória é a pesca que não se importa com a continuidade da atividade de pesca, usando artes de pesca e equipamentos que suplantam a capacidade de suporte da fauna aquática ou que degradam o ambiente em que vivem.

depredação da natureza se dá pela busca do lucro imediato, numa matemática que calcula o valor do pescado em termos de seu valor presente. Ou seja, do montante que poderia ser extraído por um período de tempo (futuro) que levasse em consideração a própria restituição dos cardumes, retira-se ‘juros’ dessa ‘renda futura’, trazendo-a para seu valor presente, que é menor. E como o pescado está disponível a todos, na lógica concorrencial do capital, vale a máxima de que ‘se eu não pescar hoje, alguém assim o fará, logo, pesco hoje o maior volume possível, que minhas forças produtivas me permitem’, assim sendo, ‘subtraio o lucro de meus concorrentes, antecipo minha renda, depois vendo meus equipamentos e invisto em outra atividade, porque a pesca estará em extinção’.

É proposta do marxismo acusar esta lógica enquanto concepção de mundo e, da mesma forma, sustentar que pode existir outra forma de desenvolver forças produtivas como base, influenciada e influenciando simultaneamente, as relações sociais de produção. Tanto importante como necessário é realizar isso com humanidade, a partir de um ser social autônomo, emancipado, em sintonia com sua natureza e a natureza externa a ele.

Como comentam Marx e Engels,

As forças produtivas se apresentam como completamente independentes e desligadas dos indivíduos, como um mundo a parte, ao lado dos indivíduos. Isso tem sua razão de ser porque os indivíduos, dos quais são as forças, existem como indivíduos dispersos e em oposição uns aos outros, enquanto que essas forças, por outro lado, só são forças reais no comércio e na interdependência desses indivíduos. (MARX e ENGELS, 2007, p. 81).

Assim sendo, as forças produtivas ganham objetividade e os indivíduos tornam-se abstratos, suas (próprias) forças produtivas descolam de seus produtores, o que causa estranhamento a estes indivíduos em sua condição real de vida, e isto, podemos afirmar, é condicionado pela forma assumida de divisão do trabalho e pela propriedade privada.

As causas do processo de industrialização da atividade pesqueira no Brasil serão problematizadas nesta tese assim como os efeitos daí provenientes, sendo que o desenvolvimento da indústria pesqueira contribuiu para a exclusão social, econômica e política dos trabalhadores/pescadores artesanais, devido às políticas públicas implementadas na pesca.

A pesca artesanal no extremo sul do Brasil representa um reflexo do sistema que se processa na pesca mundial, frente à realidade conflituosa que se origina do desenvolvimento de um setor que opõe natureza e sociedade. Nesta região surgem como unidade dos contrários, as ‘formações de classe’, como assim denomina Wood (2003)<sup>15</sup>, baseadas no associativismo e no cooperativismo dos trabalhadores/pescadores artesanais, com intuito de superar as relações opressoras descritas acima, deflagradas a partir de contradições que geram conflitos e que renovam a importância da análise crítica marxista do capitalismo que gera a luta de duas classes, entre trabalhadores e capitalistas.

A formação de classe associativa dos pescadores artesanais na região em que este estudo se realizou, inicia em 2002 a partir de proposta do governo do estado do Rio Grande do Sul (RS), portanto, é oriundo de uma política pública que se perpetua até a época desta tese, mas que possui momentos políticos de afastamento ou redução da participação do estado, e sua alternância entre os entes estaduais e federais, como veremos oportunamente nas seções dedicadas a este tema.

Por isso, nossa proposta de tese é efetivar uma análise crítica tendo como enfoque as contradições que permeiam as relações entre esta formação de classe, a APESMI, e o estado, enquanto promotor de políticas públicas para a atividade pesqueira.

Compreendemos que o movimento destes trabalhadores/pescadores artesanais e a influência que o estado exerce como apoiador, mas também como regulador da atividade de pesca, definem-se no sistema capitalista de produção. Este sistema possui metabolismo próprio, ao atingir nível de desenvolvimento global, e assim sendo, força a que todos se adaptem a novas realidades quando se defronta com suas contradições. Tanto no referente ao processo de acumulação e concentração de capital, como de sua contradição máxima caracterizada pela oposição entre trabalho e capital; que impõem de tempos em tempos à sociedade ajustes que desconsideram relações socioecológicas sustentáveis.

---

<sup>15</sup> Esta autora utiliza o termo ‘formação de classe’ quando comenta sobre o efeito catastrófico da revolução industrial, na qual trabalhadores criaram como polo contrário (dialético) novas formações de classe para fazer frente ao subemprego e a exploração de toda ordem dos trabalhadores por parte dos capitalistas, tais como: sindicatos, cooperativas, movimentos religiosos e educacionais, organizações políticas, jornais, etc.



A sociedade dos países que se coadunam com a ordem capitalista se vê como refém deste sistema, que ultrapassa a esfera objetiva e atinge a subjetividade humana, transformando as representações que possuem da vida em seu entorno.

Cabe salientar que o sistema capitalista dá a tudo e a todos, um valor. O valor é dado às mercadorias, ao trabalho, à natureza, ao ser humano. A tradição marxista, a qual pensamos se aproximar da Educação Ambiental crítica, assim denuncia o sistema capitalista:

o processo de exploração das pessoas entre si, tendo por base sua condição econômica e os preconceitos culturais, é parte da mesma dinâmica de dominação da natureza, posto que esta se define na modernidade capitalista como uma externalidade e tudo e todos viram coisas, mercadorias a serviço da acumulação de capital. (LOUREIRO, 2004, p. 68).

O desenvolvimento da atividade de pesca, realizada há milênios, tornou-se insustentável à medida que “absorve e é absorvida” pelo modo de produção capitalista, com destaque para as transformações das forças produtivas aplicadas na pesca a partir do século XX<sup>16</sup>. Da mesma forma que ocorreu em nível global, vemos na região foco deste estudo, no extremo sul do Brasil, o resultado da exploração insustentável da pesca e a configuração de uma crise no sistema de produção pesqueiro.

Ao escrever uma tese em Educação Ambiental intencionamos deixar clara a perspectiva crítica adotada, e que se distancia completamente de uma perspectiva comportamentalista de Educação Ambiental que mascara as injustiças sociais e a descolam da degradação ambiental, e que “levam a noção de que tudo começa e se esgota na ética e ao desprezo pelas mediações econômicas que definem nossa sobrevivência.” (LOUREIRO, 2012, p.14).

No contexto de uma Educação Ambiental crítica, entendemos o legado intelectual de Paulo Freire como orientador de nossa proposta de tese na medida em que fez frente à educação tradicional, que por sua vez, se coaduna e atende a proposta do sistema capitalista. Paulo Freire defende uma educação que propicie a emancipação dos sujeitos sociais.

---

<sup>16</sup> Como veremos em seção que trata da historiografia da atividade de pesca no contexto mundial, a ordem socialista, como proposta pela ex-URSS também contribuiu para a dizimação de várias espécies de pescado. No entanto, como nosso objeto de pesquisa é a relação existente entre a política pública de um país (o Brasil) que assegura a propriedade privada na sua Carta Magna, portanto, um país capitalista, e o movimento associativo dos pescadores artesanais, alicerçamos nossas reflexões sobre o desenvolvimento capitalista e suas consequências para a atividade de pesca, portanto, inclui os efeitos sobre os trabalhadores/pescadores e a natureza.

A perspectiva do Materialismo Dialético e do Materialismo Histórico, o qual prevê a reconstrução histórica do fenômeno material social a ser analisado, integra passado, presente e futuro, e busca, no movimento contraditório da sociedade as causas que dão o formato às forças produtivas e às relações sociais de produção. Sendo assim, organizamos informações sobre a pesca realizada em diferentes espaços do planeta, e fomos afunilando até chegarmos ao local onde efetuamos este estudo. Ao compreendermos a importância do contexto histórico que criou a realidade que nos deparamos (assim como se depara aos sujeitos deste estudo), pensamos assim nos aproximar da totalidade que envolve a atividade de pesca. Pois, a perspectiva crítica da Educação Ambiental se aproxima da teoria marxista, que é dialética e histórica, como exposto por Loureiro:

A dialética marxista [...] deixa de ser um método para se obter verdades atemporais, a expressão das leis do pensamento puro que descola a humanidade da natureza, e passa a entender tais verdades como compreensões datadas e situadas (Materialismo Dialético) no processo de transformação da sociedade e de realização humana enquanto ser da natureza (LOUREIRO, 2009, p. 115).

Assim, afirmamos nossa interpretação de que é necessário que o leitor compreenda a constituição histórica da atividade pesqueira, a qual determinou a forma de apropriação e dominação da natureza numa luta estabelecida entre o modelo artesanal e industrial pesqueiro, e a aproximação de nosso referencial teórico com os preceitos da Educação Ambiental em sua vertente crítica.

Nesse sentido, este estudo prevê a realidade como uma totalidade, ou seja, apresenta correlações entre fenômenos que, por sua vez, se relacionam ao nosso fenômeno material social. A totalidade em que estão imersos os trabalhadores/pescadores artesanais está vinculada a um modo de produção que privilegia o mercado como espaço de valorização do trabalho, e que tem criado uma série de obstáculos para a sustentação da vida no planeta. Isto é possível de ser percebido em qualquer prática humana de realização do trabalho (sob a ordem capitalista) e, por assim dizer, na transformação da natureza. E não é diferente com a pesca, atividade altamente dependente das condições ambientais para sua realização.

O produto da pesca, o pescado, precisa de condições ambientais propícias a sua existência, diga-se, para sua reprodução e crescimento, e o que percebemos é que ações antrópicas, como o desmatamento, uso descontrolado de agrotóxicos, urbanização

crecente, diferentes vetores de poluição industrial etc. tem levado a uma perda de qualidade em ambientes aquáticos antes primordiais a existência de várias espécies de pescado, como o são as regiões estuarinas, que fazem a interface entre águas interiores e as águas salgadas dos oceanos.

Nessa perspectiva, retornamos aos sujeitos deste estudo: os trabalhadores/pescadores artesanais vinculados a uma formação de classe, denominada de associação, e que atuam no estuário da Lagoa dos Patos, lagoa situada no extremo sul do Brasil. Estes trabalhadores/pescadores constituíram-se em uma associação no ano de 2002, pelo fomento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), sob orientação do governo do estado do Rio Grande do Sul e com apoio da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Este coletivo de trabalhadores denomina-se como Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel (APESMI), sediada no município do Rio Grande/RS.

Desde a criação da APESMI, estes trabalhadores/pescadores recebem apoio para seu desenvolvimento ao participarem de políticas públicas de fomento ao setor, criando uma história de conquistas e desafios. Porém, enquanto empreendedores surgiram novos desafios haja vista as alterações promovidas na organização e divisão do trabalho, enquanto trabalhadores associados. À medida que se tornaram proprietários de um empreendimento coletivo, alterou-se a situação anterior, onde seu trabalho na atividade de pesca encerrava ao vender o pescado para os atravessadores, logo após o retorno da pescaria.

Alterou-se assim o sentido do trabalho desenvolvido por estes trabalhadores/pescadores, pois no momento em que o pescado está fora d'água, ou seja, quando o pescador chega ao trapiche, ao invés de repassar ao atravessador o produto *in natura*, se inicia uma nova forma de organização aplicada ao produto da pescaria. No caso da APESMI, sua infraestrutura de beneficiamento de pescado ainda está em construção, logo, as etapas que vem estabelecendo de procurar agregar valor ao pescado (ou de diminuir seus custos de produção) ainda são incipientes e determinadas conforme a espécie pescada e a demanda de mercado que possui.

Outros empreendimentos de trabalhadores/pescadores artesanais foram criados na região, no entanto, carências organizacionais de uma forma geral conduzem a uma gama de incertezas quanto ao seu futuro, além de que estes trabalhadores/pescadores atuam sob um objeto de trabalho sensível às mudanças ambientais e à ação do homem.

Visando atender as dificuldades encontradas pelas organizações de trabalhadores/pescadores em gerir seus empreendimentos, no ano de 2006, teve início na região uma rede de trabalho com recursos da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). A proposta baseava-se na formação de uma rede de associações e cooperativas de trabalhadores/pescadores artesanais do extremo sul do Brasil, a fim de superar as carências organizacionais, e a fraca influência destes trabalhadores/pescadores na cadeia produtiva do pescado, principalmente alijados em sua existência enquanto trabalhadores pela ação do atravessador. Condição que está vinculada a sua reduzida organização social e produtiva, que por sua vez está condicionada a uma série de relações sociais e econômicas que exporemos nesta tese a fim de aproximar o leitor com a realidade que se impõe como totalizante e limitante do desenvolvimento das forças produtivas da/na pesca artesanal. Estes fatos acabam por diminuir as possibilidades de emancipação destes trabalhadores enquanto seres humanos que buscam uma melhor qualidade de vida na realização de seu trabalho.

O período que analisaremos é a partir do ano de 2006, com o início da participação dos trabalhadores/pescadores da APESMI no projeto Rede de Comercialização Solidária de Pescado da Região Sul do estado do Rio Grande do Sul, já citado por nós apenas como ‘Projeto Rede’.

Como comentamos, este projeto partiu da constatação de que a participação dos trabalhadores/pescadores artesanais na cadeia produtiva da pesca é mínima, embora importante, pois são eles que extraem das águas a maior parte do ‘produto’ que serve para a alimentação de pessoas, e que contribui para a criação da riqueza de outros. Isso ocorrendo mesmo existindo organizações de trabalhadores/pescadores artesanais proprietários de estruturas de beneficiamento de pescado. Portanto, o fato de possuírem os meios de produção para o beneficiamento de pescado não lhes dá garantias de superar sua situação marginal na cadeia produtiva da pesca, e isso devido a estarem imersos numa realidade alienante, como observamos na realidade concreta do modo de produção capitalista.

A parte que cabe ao trabalhador/pescador artesanal na riqueza e na renda da pesca não permite sua reprodução social com dignidade, pois ao realizarmos nossa dissertação, observamos que no caso do camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), espécie de maior valor comercial pescada na região, a diferença entre o preço de primeira comercialização (valor recebido pelo trabalhador/pescador artesanal) e o preço pago pelo consumidor final é de aproximadamente 250% (COSTA, 2004).

Portanto, cabe ao trabalhador/pescador a menor parte na riqueza gerada, e isso, por vezes, leva a uma espiral insustentável, na medida em que os trabalhadores/pescadores artesanais da região possuem alto índice de consumo de pescado, fruto de seu trabalho e, na perspectiva de manter sua vivência podem executar uma pesca predatória. Conforme Pereira,

quando se tem pouco recurso pesqueiro é preciso usar redes com malhas mais finas e pegar espécies menores para obter resultados similares aos de uma situação anterior. A mudança na atividade pesqueira vem causando conseqüentemente maiores danos ao ambiente, agravando assim a situação do estoque e comprometendo safras futuras. (PEREIRA, 2008a, p. 74).

Assim, retira-se da natureza espécies de pescado que poderiam, no futuro, trazer maior rendimento, tanto em termos de volume (maior peso por indivíduo pescado) como econômico (valores de mercado são mais altos quando o pescado apresenta maior tamanho). Mas é claro que mesmo com uma pesca mais adequada do ponto de vista ecológico, o pescador é oprimido devido às formas assumidas pela superestrutura da pesca, isto é, pelas instituições que influenciam neste sistema. Por isso, para além de uma melhoria na relação ecológica entre o homem (trabalhador/pescador) e a natureza, precisa ser problematizada (para transformar) a relação dos homens entre si, refletida nas relações sociais de produção que existem na pesca.

Retornamos, então, ao nosso objetivo explicitado nas primeiras linhas desta tese: analisar, interpretar e compreender que contradições existem na política pública para a pesca artesanal no extremo sul do Brasil, denominada de Projeto Rede, a partir das perspectivas emancipatórias já desenvolvidas pelos pescadores artesanais organizados na associação APESMI participante deste projeto.

Para isso focamos nossa análise sob aspectos econômicos, sociais e ecológicos que envolvem a interface da política pública representada pelo Projeto Rede e os trabalhadores/pescadores artesanais associados vinculados a esta Rede. Portanto, estamos tratando de como a política pública influencia o contexto econômico, social e ecológico do setor pesqueiro artesanal.

No quadro conceitual que nos posicionamos, a questão ambiental representa um novo campo do conhecimento disputado por diversos seguimentos da sociedade, os quais defendem a compreensão e os posicionamentos que possuem sobre o ambiente. Isso proporciona variadas formas de atuação ambiental, dando origem a um novo campo

de conflitos, gerados por contradições, o ‘campo ambiental’ (CARVALHO, 2001). Compreendemos, assim, que as formas de apropriação da natureza pela sociedade, conduzem a diferentes reflexões, dependendo de onde parte o olhar.

No intuito de construir um arcabouço teórico que fundamente as interações sociedade-natureza, ainda prepondera o modelo reducionista, concretizado pela validação da técnica, aproximada da Verdade (única). Da mesma forma, esta visão reducionista da realidade, define que a complexidade humana, para ser compreendida, precisa ser dividida em partes para determinar as relações sistemáticas entre elas. O que não concordamos, porque compreendemos que desta forma se ofuscam as relações existentes entre as partes e destas com o todo, o que reduz nossa capacidade de compreensão e limita o fenômeno a ser analisado, como se fosse uma ‘visão de si mesmo’.

Por isso, pensamos que as premissas da Educação Ambiental em sua vertente crítica, como defendida por Carlos Frederico Loureiro, em sua vasta obra, ou ainda pela perspectiva crítica da Educação, como estabelecida por Freire (1987, 2001) e Gadotti (1980), pode contribuir para o debate acerca da socialização do trabalho dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos/RS. Esta socialização do trabalho é oriunda de movimentos sociais que historicamente pleiteiam políticas públicas para o setor da pesca artesanal, sendo estes trabalhadores sempre alijados do fomento à atividade. E, como já expomos, a perspectiva teórica do marxismo clássico orientou nossos sentidos para apreender a totalidade de nosso fenômeno material social.

Nesse movimento, cabem duas considerações: que a proposta do órgão fomentador desta política, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), antes denominado de Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), parte dos pressupostos da economia solidária, e que tal opção, mesmo que vise uma nova composição das relações de trabalho, é influenciada pela economia de mercado. E isso acaba por desvelar interesses contraditórios; de um lado tem-se a busca pela solidariedade econômica, e de outro, a busca pela competitividade em meio a uma atividade caracterizada pela incerteza, como é o caso da pesca.

O distanciamento histórico da categoria de trabalhadores/pescadores artesanais na condução da gestão pesqueira no Brasil, pelo descaso a sua existência, os conduziu a marginalização e pauperização, e contribuiu para a redução na participação política enquanto categoria social.

O Projeto Rede intenta reverter este descaso por parte do poder público para com os trabalhadores/pescadores artesanais, tendo como base o fomento ao associativismo e cooperativismo a partir dos princípios da economia solidária. Sem dúvida este apoio tem contribuído para uma transformação nas relações existentes neste ambiente, à medida que objetiva a formação de uma rede de trabalho coletivo entre organizações de trabalhadores/pescadores artesanais.

Esta política pública aplicada à pesca artesanal é alicerçada na economia solidária, na qual teve sua gênese no estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1999 e 2002, e integrada posteriormente na esfera federal, com a criação da SEAP, em 2003.

Esta realidade que surge com o Projeto Rede é pautada por relações sociais, por isso, contraditórias, estabelecidas entre associações e cooperativas de trabalhadores/pescadores artesanais (dentre estas, a APESMI, integrada pelos nossos sujeitos de pesquisa) e uma política pública de fomento a emancipação destes pescadores (Projeto Rede).

Como a proposta do Projeto Rede se afirma nos preceitos da economia solidária, e sendo esta uma orientação do governo federal, assim demonstrada pela criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, entendemos como necessária uma reflexão sobre este tema, o que fizemos com a elaboração de um texto específico sobre ele.

Opuszka (2010), ex-coordenador do Projeto Rede quando de sua execução no ano de 2009, ao escrever sua tese de doutoramento, descreve alguns problemas por ele visualizados no decorrer do projeto, são eles:

- Ocorrência de dirigismo social pelo Projeto Rede para com as associações e cooperativas de pescadores artesanais;
- Alto nível de dependência da política pública para manutenção dos grupos (econômica e de emancipação sociopolítica);
- O sucesso da política pública de incentivo à formação da Rede está relacionado aos resultados alcançados (e quais são estes resultados?);
- A rede não é um movimento social, não é proveniente de anseios da base (pelo menos essa que está representada nos grupos);

- Os problemas ambientais são variantes que afetam diretamente a atividade dos pescadores artesanais.

Além disso, Opuszka (2010, p. 12) comenta sobre a possibilidade de que o fomento ao cooperativismo popular, o qual se aproxima o Projeto Rede, pode suscitar mecanismos de controle da população, pois “volta a atenção dos trabalhadores para o sucesso ou insucesso do empreendimento ou para a organização do trabalho tirando o foco da luta de classes”. Ou seja, privilegia-se o imediato resultado econômico, que embora necessário pelo ponto de vista do empobrecido trabalhador/pescador, mantém a lógica fetichista do mercado.

Um processo emancipatório, na perspectiva da Educação Ambiental crítica e do marxismo, precisa combater seu revés, ou seja, a alienação e suas causas. Mesmo sendo este um objetivo utópico e possível, requer um esforço para além da análise da categoria de trabalhadores/pescadores, portanto, enfocando todos os trabalhadores enquanto classe. Caminhos para este processo emancipatório precisam ser construídos pelos próprios trabalhadores, pois senão corre-se o risco de ‘esverdearmos’ a economia, ou sendo mais claro, de tentar mudarmos os opressores (e suas formas de dominação) ao invés de tomarmos o único caminho possível, o de formar uma consciência de classe, portanto, mudar a nós mesmos enquanto oprimidos.

É a partir dos problemas elencados por Opuszka (2010), e citados acima, que constituímos nossa proposta de tese. Salientamos que o Projeto Rede continuou suas atividades depois das considerações elaboradas por este autor<sup>17</sup>, portanto, novos resultados do projeto foram inseridos em nossa análise.

Mesmo o Projeto Rede não sendo um projeto de Educação Ambiental, uma das perguntas que fazemos a fim de atingir o objetivo da tese, é saber se, ao desenvolver suas atividades, a Rede se aproxima do que a Educação Ambiental crítica propõe: a emancipação das pessoas, considerando, para isso, o contexto histórico da pesca nas perspectivas econômica, social e ecológica. Salientamos que assim procedendo estaremos atendendo ao objetivo desta tese.

Logo, podemos enunciar nosso problema de pesquisa em três temas:

1. “a Economia Solidária, onde se situa a proposta do Projeto Rede, representa uma forma de emancipação humana ou de dirigismo social

---

<sup>17</sup> Em seção específica comentaremos sobre as diferentes fases do Projeto Rede.



por parte do estado? Ou seja, quais são as reais potencialidades do modelo de economia solidária, integrado a atividade pesqueira artesanal?”

2. “em que medida o Projeto Rede se aproxima ou se distancia dos objetivos atuais e das perspectivas de futuro dos trabalhadores/pescadores da APESMI?”
3. “o Projeto Rede consegue desencadear um processo emancipatório que se coaduna com os preceitos da Educação Ambiental crítica na APESMI?”

Perante a estes problemas e à problemática que apresentamos na medida em que fomos mergulhando no contexto sócio-histórico de nosso fenômeno material social, construímos nossas hipóteses de estudo, são elas:

*1. A problemática da pesca em sua totalidade é expressão da luta de classes travada no sistema capitalista, o qual se apoia no estado, exemplo disso é o Brasil. Essa luta entre capital e trabalho, na especificidade espaço/temporal desse estudo – pesca artesanal/familiar no estuário da Lagoa dos Patos – tem conduzido à precarização da vida do trabalhador da pesca artesanal, com efeitos também deletérios à natureza – peixes, crustáceos e demais seres aquáticos;*

*2. O Projeto Rede, enquanto política pública, não atende aos objetivos emancipatórios dos sujeitos – trabalhadores/pescadores artesanais da região do ELP;*

*3. A Economia Solidária e sua integração ao Cooperativismo Popular, enquanto realmente representar ‘movimento popular’ – ao buscar um outro projeto de sociedade – tem a real possibilidade de contribuir para transformar a realidade concreta dos trabalhadores da pesca artesanal na medida em que apresenta as condições que podem tornar possível essa transformação;*

*4. A análise, a interpretação e a compreensão das contradições existentes na atividade de pesca em sua totalidade, na especificidade desse estudo, pode auxiliar no aprendizado para alicerçar uma outra práxis, que se sustenta na perspectiva dialética, o que atende, ao mesmo tempo em que se aproxima, na unidade na diversidade com a Educação Ambiental crítica.*

Esta tese intenciona além dos objetivos inerentes a construção de um texto acadêmico, que ela possa ultrapassar os ‘muros’ da universidade e servir à práxis dos trabalhadores/pescadores artesanais em sua relação com o estado, mediador das

políticas públicas. Esperamos, portanto, agregar à discussão sobre a pesca artesanal, um aporte da Educação Ambiental crítica apoiada na teoria marxista clássica, sendo então constituída pelo anseio de que a categoria de trabalhadores/pescadores realmente consiga ser protagonista de sua história de vida, e que nos últimos dez anos tivemos o privilégio de conviver. Deixamos claro que foi privilegiada a perspectiva política no processo de constituição desta tese, por isso, não objetivamos abordar em profundidade os aspectos didáticos e pedagógicos da Educação Ambiental.

Nossa exposição de tese está organizada em oito seções, o que inclui esta seção, que é introdutória. Ainda nesta seção procuramos esclarecer, em subseções, a aproximação da Educação Ambiental crítica e o marxismo, a metodologia, assim como apresentamos nossos sujeitos de pesquisa e a política pública que efetivou o Projeto Rede.

Na seção seguinte, trouxemos uma análise histórica da pesca, na qual permitiu aguçar nossos sentidos acerca do estado atual desta atividade humana, no mundo, no Brasil e, também, na perspectiva local. Daí depreendemos que a prática humana de pesca, apesar de depender de condições naturais propícias, tem encontrado na própria prática (humana) a causa que tem limitado a possibilidade de provimento dos recursos pesqueiros pela natureza. O homem se orienta pela produção e produtividade numa lógica que confunde o racional e o irracional na medida em que desconsidera a relação de dependência entre sua prática e a sustentação da natureza dos recursos pesqueiros. O homem a quem nos referimos é um ser histórico, vive em sociedade, que é governada pelo Estado, representante da ordem e da justiça, porém, o que se percebe, é a desigualdade velada na estrutura econômica dessa sociedade. Temas que são problematizados por terem influência direta sobre nossos sujeitos e objeto de pesquisa.

Na seção 3, efetuamos um mergulho mais profundo, e buscamos na história do capitalismo moderno a gênese da luta de classes – também – existente na pesca. Na seção seguinte, a de número 4, procuramos demonstrar nossa aproximação com a teoria que fundamenta este estudo, em sua parte que serve mais ao objetivo que traçamos, ao problematizar as próprias intenções que existem nas relações humanas, mediadas por uma série de contradições. Para isso, procuramos, na medida do possível, elencar as reais possibilidades de emancipação humana nesses tempos hegemônicos do capital.

Na seção seguinte, seção 5 desse estudo, procuramos investigar se a partir da economia solidária, como fenômeno material social que representa, podem emergir as

condições para se construir uma outra ordem social com base na autoemancipação humana.

Na seção 6, apresentamos os resultados obtidos com as entrevistas realizadas com a coordenação da APESMI e com a coordenação da última fase do Projeto Rede, articulando com nossa base teórica e o conteúdo investigado nas seções anteriores.

Na seção 7, trazemos nossas considerações finais, entendendo que um processo de doutoramento finaliza – e assim precisa ser ao cumprir seu rito acadêmico – com a exposição do estudo que se materializa numa tese escrita, mas que finaliza apenas em sua matéria papel, continuando viva na consciência de quem escreveu e de quem dela se aproxima como leitor, que enquanto crítico, permitirá continuar o movimento desse estudo, não se enclausurando em apenas uma verdade, a do seu autor. Na última seção, apresentamos as referências bibliográficas utilizadas nesse estudo.

## 1.1 O Materialismo Dialético e Histórico e a proposta da Educação Ambiental crítica

Ao utilizarmos o referencial teórico da Educação Ambiental crítica e as bases econômicas, sociológicas e filosóficas do marxismo, compreendemos que não é possível a emancipação ‘real’ do sujeito no contexto do Modo de Produção Capitalista, marcado pelo utilitarismo das/nas relações sociais, relações que determinam as formas de representação dos homens para com o ambiente natural.

Um dos desafios que depreende deste sistema de relações complexas é romper com a lógica atomizada de percepção da realidade que ofusca a compreensão de mundo. Portanto, para compreender a articulação entre os objetivos dos trabalhadores/pescadores da APESMI e a proposta do Projeto Rede, é imprescindível conhecermos a totalidade que envolve estas relações.

Quanto à totalidade, não nos referimos a um ‘todo’ organizado em partes, ou como se fosse possível abranger todos os aspectos da realidade do objeto de pesquisa, qual seja, a atividade criativa e criadora de trabalho socializado dos trabalhadores/pescadores artesanais, sendo estes profissionais integrados em uma associação que lutam pelas suas condições de existência no extremo sul do Brasil, lugar antes de águas abundantes em pescado. Sobre a totalidade, assim afirma Minasi:

a totalidade, onde vamos encontrar, em movimento, todos os aspectos do fenômeno, da realidade e de suas relações mútuas e recíprocas com outros fenômenos que se interligam, o conhecimento que precisamos para percebê-lo no interior do movimento do processo histórico, e não fora dele. Com a categoria da totalidade poderemos compreender como desaparecem, no curso da história, certas concepções sociais, substituídas por outras, ou como, na mesma sociedade, as diferentes classes podem ter diferentes pontos de vista a respeito do mesmo fenômeno. (MINASI, 2005, p. 114).

O Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico se mostraram apropriados como criadores das condições para que pudéssemos apreender as contradições existentes entre a APESMI e o Projeto Rede, e que, as mudanças decorrentes das ações propostas por este Projeto, geram novas contradições. E essa é a característica de entendimento ‘*a priori*’ de que processos de mudanças são dialéticos, portanto, o ‘processo’ se qualifica com uma gama de possibilidades de devir para os sujeitos que dele participam. Possibilidades essas que podemos chamar de

‘aprendizado’. E assim sendo, também podemos entender as relações APESMI-Projeto Rede como um processo politicamente educativo.

Nos aproximamos de Loureiro (2006) quando afirma que a educação, na tradição dialética é compreendida como um

processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida. Está focada na pedagogia do conflito, no princípio da incerteza, como forma de se estabelecer movimentos emancipatórios e políticos de transformação social. (LOUREIRO, 2006, p. 141).

A educação assume papel essencial no *campo ambiental*, pois pode contribuir para a formação de uma ética social e ecológica que integre propostas de transformação das condições de vulnerabilidade social e ambiental vivida por parte da sociedade. É nesse sentido que entendemos como necessária a construção de novos espaços de discussão visando fundamentar, com teoria consistente, a práxis para reverter o quadro de degradação socioambiental produzida pelo capital.

Desde a década de 1970 são promovidos eventos internacionais sobre o tema ambiental, o que anuncia a necessidade de formação, dentro de uma proposta de educação com uma “especificidade da prática educativa ambientalmente orientada” (CARVALHO, 2004, p. 17), denominada de Educação Ambiental.

Outros saberes também se articulam para ampliar este campo, como o Direito Ambiental, a Economia Ecológica, a Gestão Ambiental, a História Ambiental, a Engenharia Ambiental, dentre outros (BRASIL, 2005). No entanto, em cada proposta podemos perceber que existem diferentes formas de associar-se ao *campo ambiental*, pelos diferentes significados de termos que surgiram neste campo, e que sugerem reflexões mais profundas e detalhadas, oportunizando identificar com a maior clareza possível seu uso e sua realidade. Falamos de termos como ‘desenvolvimento sustentável’ sem nos questionar a favor ou contra quem ele está. Falamos de ‘sustentabilidade’ e recusamo-nos a ponderar o que isso significa em uma sociedade dividida em classes.

Nesse sentido entendemos a Educação Ambiental crítica como uma proposta, que prevê, com a práxis, uma ruptura com as relações vigentes na sociedade e desta com a natureza, ao se aproximar da teoria crítica fundamentada pelo Materialismo Dialético e pelo Materialismo Histórico e na compreensão de Economia Política.

Segundo Marx (1982) a economia política trata do modo pelo qual os homens procuram os bens dos quais tem necessidade para viver. Por isso, entendemos que a Educação Ambiental crítica precisa romper com as práticas existentes e propor outras eminentemente revolucionárias, e porque assim, emancipadoras.

No centro da Educação Ambiental crítica encontra-se a questão de saber como transformar a realidade existente a partir da concepção de mercado e natureza sob a forma da crítica da Economia Política, embasado tanto no Materialismo Dialético como no Materialismo Histórico.

O objetivo dos educadores ambientais está em ‘desmoronar’, de uma vez por todas as práticas tradicionais, e demonstrar que não basta conhecer por conhecer, ou somente realizar críticas, mas que é necessário explicar o mundo, as relações com a natureza e, principalmente, transformá-lo.

Como nos dizem Marx e Engels (2007, p. 37) “transformar o mundo requer uma compreensão/interpretação correta deste mesmo mundo. A prática é fonte, impulso e sanção epistemológica da teoria. Condensação e guia da prática, a teoria se converte em força da história”.

Nesse sentido, Leff (2002) insere importante reflexão sobre a necessidade de um novo posicionamento da ciência e da prática social que está relacionada à emergência de uma (nova) racionalidade ambiental, e que fornece subsídios para a construção de um novo paradigma produtivo alternativo, fundamentado no potencial ecológico, na inovação tecnológica e na gestão participativa dos recursos. Desta forma, transforma-se o modelo atual de concentração do capital, das riquezas, e da perda de espaços políticos (e de cidadania), ao se propor novas microestruturas articuladas em redes descentralizadas, a fim de satisfazer as necessidades de cada grupo humano, tornando possível que as pessoas intervenham diretamente nos processos de tomada de decisão que influenciam suas vidas.

No debate específico que trazemos com os grupos de trabalhadores/pescadores do Projeto Rede, é importante não perder de vista que não se trata, como adverte Marx, de uma questão de reconciliação dialética de conceito, mas sim da compreensão de relações reais, aquelas em que precisamos interferir para garantir a Educação Ambiental que nos move.

Conforme Quintas (2005), o acesso e uso dos recursos ambientais, pela sociedade, são conflituosos, onde a mediação desses conflitos de interesses é feita por processos de gestão ambiental, pelo Estado, e que não existe neutralidade nessas

mediações. Comenta, ainda, sobre a assimetria existente na distribuição dos custos e benefícios decorrentes do processo de apropriação dos recursos ambientais e que nem sempre são evidentes aos olhos da grande maioria da população.

No caso da atividade pesqueira, é emergente a prática de uma gestão que busque a diminuição das assimetrias aí existentes e, também, que construa uma postura comprometida com aqueles setores da população que são tradicionalmente excluídos desse processo (de gestão e, por conseguinte, dos benefícios econômicos e sociais) devido a dificuldades de toda ordem (cognitivas, econômicas, culturais, institucionais etc.). Segundo Quintas (2005), não é possível acabar com os conflitos no meio social, com frequência se procede à regulamentação dos mesmos com a participação dos atores sociais envolvidos, estabelecendo certos limites, sendo acordados por todos dialogicamente, assim ocorrendo sua institucionalização.

Importante salientar que estamos falando de “acordos” e não de busca de “consenso”, termos que se distanciam devido à perspectiva teórica-crítica desta tese, pautada na compreensão de/do mundo pela dialética, onde ‘acordar’ significa compreender que existem diferentes posicionamentos e apropriações de sentido de sociedade, assim como se conceituam diferentemente termos como: desenvolvimento, sustentabilidade, educação etc. Enquanto, por outro lado, ‘consenso’ pode mascarar conflitos compreendendo que é possível existir uma sociedade global perfeita ou harmônica.

Isso nos remete a pensar na teoria do agir comunicativo de Habermas, onde ele negligencia o fato desconcertante de que as sólidas relações de poder socioeconômicas e políticas no interior dos quais ocorreria o “diálogo” consensual e idealizado, na sociedade classista como a nossa, varia conforme a situação em que se realiza a proposta do “consenso”.

Como alerta Mészáros (2004), em sua obra *“O poder da ideologia”*, esta situação em que se realiza o diálogo entre indivíduos, ocorre do mesmo lado da divisão social, defendendo os interesses comuns de sua classe, ou, em completo contraste, entre indivíduos que se identificam com classes antagonicamente opostas.

A relação entre produtor e apropriador, entre trabalhador/pescador e o não-trabalhador/não-pescador, a indústria e o consumidor, como prática necessariamente viciada, na sociedade capitalista, o que parece ser um “consenso”, resultado de “acordos”, é na verdade o resultado imposto de maneira mais ou menos unilateral, das relações de poder dominante, que assumem muitas vezes a enganosamente não-

problemática forma de intercâmbio comunicativo (entre as partes) “procedentes da concordância” entre as partes.

O resultado é imposto de modo unilateral, de forma consensual, dependendo da capacidade de aceitação ou, senão, das concessões feitas pelas classes dominantes, de acordo com o momento – com a vantagem produtiva relativa que o capital pode extrair dos acordos concluídos.

O sistema capitalista ou de mercado, como sabemos, é por si só excludente, em virtude da maior produtividade e da expansão da mais-valia relativa, deixando à margem pessoas ou grupos que, por apresentarem baixo nível de organização sócio-política, não conseguem atingir níveis de desenvolvimento que lhes permitam a sobrevivência física e/ou cultural, assim como lhes impede a continuidade de seu trabalho, enquanto prática de vida. Assim, lembramos Lenin quando comenta que

os homens sempre foram em política vítimas ingênuas do engano por outros e do próprio e continuarão a sê-lo enquanto não aprenderem a descobrir por trás de todas as frases, declarações e promessas morais, religiosas, políticas e sociais, os interesses de uma ou outra classe. Os partidários de **reformas e melhoramentos** ver-se-ão sempre enganados pelos defensores do velho, enquanto não compreenderem que toda a instituição velha, por mais bárbara e apodrecida que pareça, se mantém pela força de umas ou de outras classes dominantes. E para vencer a resistência dessas classes só há um meio: encontrar na própria sociedade que nos rodeia, educar e organizar para a luta, devam – formar a força capaz de varrer o velho e criar o novo. (LENIN, 1986, p. 38-39. Grifo nosso).

No excerto acima grifamos “reformas e melhoramentos” para destacar que tal posicionamento frente ao sistema do capital não permite a emancipação da classe explorada (como já comentamos no início desta seção), e sim uma forma de apaziguar os ânimos e manter o sistema funcionando, controlado.

Por isso, se faz importante um sistema educativo que promova a emancipação social, ao oportunizar condições necessárias ao desenvolvimento de um processo qualificado de participação, que propicie a autonomia de grupos vulneráveis (FREIRE, 2001). Sistema educativo esse que pode e deve se dar tanto no ambiente formal como não-formal.

Segundo esta compreensão, citamos Carvalho que assim afirma:

a educação [ambiental] não se reduz a uma intervenção centrada exclusivamente no indivíduo, tomado como unidade atomizada, nem tampouco dirige-se apenas a coletivos abstratos. Desta forma, recusa tanto a crença individualista de que mudança social se dá pela soma das mudanças individuais: quando cada um fizer a sua parte. Mas recusa também a



contrapartida desta dicotomia que subsume a subjetividade num sistema social genérico e despersonalizado que deve mudar primeiro para depois dar lugar as transformações no mundo da vida dos grupos e pessoas, aqui vistos como sucedâneos da mudança macro social. Na perspectiva de uma EA [Educação Ambiental] crítica, a formação incide sobre as relações indivíduo-sociedade e, neste sentido, indivíduo e coletividade só fazem sentido se pensados em relação. (CARVALHO, 2004, p. 19-20, [inserção nossa]).

Assumindo nossa aproximação com a forma de uma Educação Ambiental crítica, nos afastamos de outras, como a comportamentalista, por esta situar no indivíduo, ao mesmo tempo a culpabilidade pela degradação ambiental, e a responsabilidade pela reversão desta situação. Problematiza o uso da água, mas não coloca em debate que a maior parte deste uso se dá no processo de produção agroindustrial, cada vez mais degradante tanto das condições sociais como ecológicas, com altos índices de uso de agrotóxicos assim como de expansão da fronteira agrícola em zonas de floresta. O que Marx já denunciava no século XIX como falha metabólica entre a produção agrícola, no campo, e o contexto urbano.

Por isso, o conteúdo a ser desenvolvido por um sistema educativo que promova a emancipação humana é preliminarmente o conteúdo da vida em sua totalidade, do meio natural e social, que segundo Minasi (2008) está sistematizado na forma de conceitos, categorias e procedimentos pelas ciências. No entanto, tal conteúdo, para Minasi (op.cit.), não está desprovido de lutas e contradições. Se o conteúdo expresso nas bases das ciências é o conteúdo da vida em um outro nível de elaboração, seu domínio por quem quer que seja, não pode se dar fora da vida, fora do meio, sem considerar suas contradições: natureza, consciência e prática social.

Nessa compreensão, que a Educação Ambiental que se pretende crítica e transformadora, não pode padronizar as contradições, as lutas, como se fosse possível domesticá-las, com o objetivo de conscientizar as pessoas fora da realidade concreta da vida. O que sentimos é a ligação da Educação Ambiental precisar “ser com a vida”, entendida como atividade humana criativa.

Na atualidade, diz Minasi (2008) que os desafios da reprodução da vida e da luta pela vida exigem estudar como as contradições sociais do Modo de Produção Capitalista se materializam notadamente nas relações entre burguesia e trabalhadores e como suas organizações se movimentam e se formam na contemporaneidade tendo em vista a resistência social como possibilidade de constituir outro modo de produção. O que implica outra racionalidade que não a dominante, incluindo uma nova forma de

relação com a natureza, outras práticas de geração de renda, de uso de produtos através da agroindustrialização popular e práticas cada vez mais amplas de cooperação entre trabalhadores – nesse estudo, trabalhadores/pescadores artesanais familiares.

É nesse sentido, pois, ser necessário desenvolver um processo educativo ambiental como processo formativo orientado por uma visão alongada de educação, que estamos adjetivando-a de “ambiental crítica”, pensando na formação necessária para um educador que assuma uma concepção que vincule a educação a processos de formação do ser humano, que implica no desafio dessa formação ser cada vez mais plena para o exercício da práxis, que permita aprender a juntar teoria e prática em um mesmo movimento que é o de transformação da realidade, do mundo.

Sendo a Educação Ambiental uma proposta de educação, por isso parte integrante da instituição ‘educação’, que reflete a sociedade de classes, a localizamos entre a necessidade (de se transformar em alternativa real e emancipadora) e a contingência de transformar o papel ideológico aí percebido que oculta o projeto social e econômico da classe dominante.

Ressalta-se, assim, a aproximação entre a educação, a política e o sistema produtivo. Segundo Gadotti (1980, p. 57) “não existe uma igualdade entre política e educação: existe uma identidade”. É neste sentido que compreendemos que, a análise que envolve trabalhadores/pescadores, Estado e sistema de produção (capitalista) representa um espaço de relações complexas, as quais para sua apreensão, é necessário compreender seu movimento para além da realidade aparente/sensível.

Sendo o ‘espaço’ uma categoria de análise para o Materialismo Dialético, e que é compreendido como uma extensão das ‘formações materiais particulares’, no caso desta tese, a associação APESMI, ou seja, abrange as relações existentes entre esta formação material particular e outras formações materiais particulares, como entendido por Cheptulin (1982).

É nesse sentido que, optando pelo marxismo como método, consideramos as complexas relações que os trabalhadores/pescadores da APESMI possuem com outras formações materiais, que também são particulares, assim dizendo, também são constituídas de eventos próprios que as diferenciam entre si. Mas, além disso, consideramos que estas formações materiais agem sobre possibilidades e contingências, e, por isso, importante se faz estendermos nossa análise para o contexto exterior à formação, ou seja, exterior ao objeto da pesquisa. E é assim que, enxergando o

encadeamento das relações entre diferentes formações sociais, compreendemos a totalidade como base do método marxista.

Por isso, também é primordial entender a ideologia que prepondera no sistema dominante, o capitalismo, que por sua vez oculta as consequências de suas formas de produção que privilegia e defende o consumismo como gerador de emprego e renda, ao mesmo tempo em que causa injustiças sociais.

A desigualdade social é inerente ao capitalismo, sem ela este sistema não se mantém, é com a exploração alheia que se dá o processo de acumulação de riqueza e renda num sistema concorrencial que extrapola as fronteiras dos estados-nação sempre objetivando revolucionar as forças produtivas a fim de incorporar vantagens comparativas ao (s) produto (s) que oferta no mercado.

A mundialização do capital acirrada a partir da década de 1980 deixou claro que neste sistema (capitalista) a desigualdade é uma de suas leis, existindo entre estados-nação, denominados de centrais e periféricos, mas existindo também a desigualdade no interior destes, que convivem com ‘ilhas de riqueza e mares de pobreza’.

Como destaca Acsehrad,

por causa de profundas transformações dos paradigmas produtivos e dos cenários sociopolíticos em escala internacional, os estados-nações passaram, desde os anos oitenta, a serem percebidos cada vez menos como fronteiras defensivas de proteção de territórios politicamente delimitados, atuando progressivamente como plataformas ofensivas para a economia mundial. (ACSELRAD, 2006, p. 232. [Tradução nossa]).

Os países periféricos, assim chamados pela sua condição de periferia do capital, abastecedores deste capital, combinado e alinhado com sua burguesia, foram (e são) forçados a executarem ajustes macroeconômicos impostos pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). Ajustes absorvidos em nome de um acordo, denominado de ‘Consenso de Washington’, mecanismo que propunha uma série de medidas macroeconômicas, sendo as principais a liberdade de ação do capital financeiro e a reestruturação produtiva baseada no ‘toyotismo’ (eficiência e eficácia econômica na gestão de processos produtivos). Tais mecanismos deram nova roupagem ao capitalismo adjetivado de ‘neoliberal’ e conduziram ao enfraquecimento da autonomia dos estados-nação (ACSELRAD, 2006).

A forma de gestão toyotista extrapolou para além do processo produtivo abrangendo a gestão do/no Estado, e como consequência disto tem-se a despolitização do Estado, com sua ‘diminuição’, que nada mais é do que o cerceamento de seus poderes e deveres enquanto (também) representante dos interesses dos trabalhadores. E como ressalta Trein (2007, p. 115), “assim, as decisões políticas, ao serem transformadas em questões meramente técnicas, escamoteiam as contradições sociais, obstruindo os controles democráticos, que são tarefas da sociedade política”.

E é por isso que problemas de poluição, alimentação, de conservação de recursos naturais etc. são tratados com alternativas exclusivamente tecnológicas em um contexto alheio a condicionamentos históricos e sociopolíticos (LOUREIRO, 2003).

Nessa onda, a dimensão ecológica e ética da vida é relativizada e, por assim ser, se torna até mesmo um problema para os defensores do crescimento econômico e dos benefícios que ele trás à sociedade, resta saber, se tais benefícios servirão a toda a sociedade ou parte dela, e qual o nível de degradação ecológica que causará? Exemplo disso, no Brasil recente, é o abrandamento da legislação ambiental que trata do licenciamento (ambiental) para empreendimentos, com a flexibilização de normas e procedimentos, e coação de técnicos e analistas ambientais de agências governamentais a fim de facilitar a concessão das licenças ambientais.

O que resulta deste processo modernizante e desigual é a ocultação das contradições entre capital e trabalho, devido à cortina de fumaça lançada pelo sistema do capital, que causa uma sensação de falsa liberdade humana anunciada através da sociedade meritocrática que mascara a luta de classe, como se todos tivessem as mesmas possibilidades e acesso a educação de qualidade, ou até mesmo, à saúde, segurança e demais serviços públicos.

Além da despolitização do Estado, como comentamos anteriormente, salientam-se as considerações de Wood (2003) quanto à despolitização, também, da sociedade. Nesse sentido, esta autora comenta sobre a ‘notabilidade’ do capitalismo em conseguir transformar a luta de classe, que é consequência de lutas concretas por apropriação da produção, em disputas não-políticas. Corroborando com o posicionamento desta autora, adicionamos que tais disputas se dão no campo econômico, e isso obscurece os anseios de mudança, ao buscarem, os trabalhadores, sua emancipação. Por isso, formações de classe, como o são as associações e cooperativas de trabalhadores/pescadores se integram, por necessidade, ao capitalismo, ou seja, às relações de mercado que se dão neste sistema.

É claro que, como comentado, o privilégio do econômico, em detrimento do social, nestas formações de classe, ocorre pela necessidade e emergência de sustentação da vida dos trabalhadores aí envolvidos. No entanto, cabe ressaltar que o modo de vida no capitalismo se baseia numa regulação (da vida) puramente econômica, onde a visão mecanicista e utilitarista de economia, descola, p. ex., produção e consumo, produção e distribuição, trabalho e existência etc. Ou seja, em um antagonismo totalizante das relações, ao contrário do que percebemos como proposta do marxismo, que concebe a realidade como uma totalidade dialética, por isso, em movimento, em que relação, diga-se, ‘ligação e separação’, coexistem como causa e efeito; que tem sua unidade (dos contrários), e cria e recria espaços sociais.

Sendo assim, a história da luta de classes, que precede ao capitalismo, e que se acirra sob este sistema, torna-se muitas vezes ofuscada para os oprimidos, o que pode ser exemplificado quando sindicatos, que se dizem representar os trabalhadores/oprimidos lutam por salários ao invés de lutar contra o assalariamento.

Portanto, a educação, como a entendemos, deve problematizar esta realidade objetiva que, se nos aparece sensível em determinado momento, em outro, a partir de um processo educativo que integre a compreensão das relações sociais historicamente construídas, se transfigura em uma realidade concreta, lógica.

Cabe à educação adjetivada de ambiental a reintegração da discussão por qual sociedade queremos, mas em sua vertente crítica, é necessário aproximar esse debate dos problemas que enfrentamos para além do tecido social, ou seja, abordando as relações entre a sociedade e a natureza.

A Educação Ambiental com essa abordagem crítica considera o processo de ensino-aprendizagem como uma construção social baseada na problematização e tomada de consciência de dada realidade, na reflexão crítica do fazer individual e coletivo e suas interações, que influenciam as formas de transformação da natureza (GUIMARÃES, 2007; LOUREIRO, 2009) e, podemos acrescentar, influenciam a autotransformação humana.

Logo, pensarmos uma Educação Ambiental envolvendo trabalhadores/pescadores artesanais é construir conjuntamente práticas que promovam a autonomia e auto-sustentação do grupo, a partir de um processo dialógico e dialético, prevendo aprendizado mútuo entre agentes externos e comunidade foco.

Deixamos claro aqui que pensamos como necessário uma proposta alternativa de desenvolvimento das forças produtivas da pesca artesanal, que se contraponha a ótica

que privilegia o econômico. Pois, embora pequena a participação do setor pesqueiro artesanal na formação do Produto Interno Bruto (PIB) regional, um contingente expressivo de pessoas depende direta ou indiretamente desta atividade.

Segundo Sposati (2002) a participação social é parte do movimento emancipatório, e requer sujeitos preparados na defesa de suas propostas construídas coletivamente. Como conseguir tais objetivos neste contexto de acirramento das desigualdades percebido na atualidade? Tal indagação remete a necessidade de construção de novos caminhos para a humanidade que enxergue na totalidade da vida as relações entre as dimensões econômicas, políticas, sociais, ambientais e éticas.

Percebemos que os trabalhadores/pescadores do estuário da Lagoa dos Patos possuem reduzidos espaços de liberdade para efetivarem suas práticas sociais, ou seja, nos referimos aos desafios impostos a estes trabalhadores na busca por sua emancipação e autonomia como categoria. Têm também a sua frente desafios para conduzir suas formações de classe, como associações e cooperativas e suas respectivas infraestruturas de processamento de pescado, muitas destas ainda inacabadas, e com dificuldade para sua finalização. Tais desafios estão relacionados a aspectos que pontuamos em seção específica desta tese, onde demarcamos aspectos históricos e estruturais da pesca, que, por sua vez, conduzem a degradação do homem/trabalhador/pescador e da natureza. E isso ocorre por ser privilegiada a produção pesqueira em escala industrial, na ótica de produção ilimitada da riqueza, que desconsidera os limites da natureza enquanto provedora do produto da pesca.

As relações sociais capitalistas permeiam a atividade humana da pesca, e o modo de produzir daí resultante representa um exemplo claro da vulnerabilidade deste sistema, que põe em risco a si mesmo na medida em que subtrai seu próprio futuro, isso pela degradação ecológica que causa no ambiente que atua. Além disso, o Modo de Produção Capitalista aplicado à pesca (industrial) externaliza seus custos ecológicos e causa a vulnerabilidade dos trabalhadores da pesca artesanal familiar, tendo estes reduzidos os recursos que pescam, pois concorrem com os capitalistas da pesca.

Lembramo-nos de Marx e Engels (2007), quando tratam do Materialismo Histórico, ao nos depararmos com os conflitos entre estes trabalhadores da pesca artesanal familiar que têm diminuída sua possibilidade de existência devido à diminuição dos cardumes de pescado, ocorrida pelo aumento descontrolado da pesca de escala industrial. Segundo estes autores,

A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados; mas desses indivíduos não tais como aparecem nas representações que fazem de si mesmos ou nas representações que os outros fazem deles, mas na sua existência real, isto é, tais como trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em bases, condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade. (MARX e ENGELS, 2007, p. 18).

E isso quer dizer que as relações sociais de produção influenciam nas representações que indivíduos têm de si, mas, além disso, como indivíduos de diferentes classes e categorias percebem a si e aos demais. Assim, as relações sociais de um determinado modo de produção representam as próprias relações sociais existentes, logo, um modo de produção é uma relação social. Portanto, o capitalismo é uma relação social de produção; uma relação burguesa de produção; uma relação de produção da sociedade burguesa (MARX, 2006).

E a existência dos trabalhadores/pescadores artesanais está condicionada pelas condições materiais de sua produção, portanto, por serem trabalhadores com baixa autonomia para administrar sua produção, vivem em condições que o mercado lhes permite, pelo fato de produzirem mercadorias visando sua troca por dinheiro no mercado. Condições que lhes expropriam grande parte do valor de sua força de trabalho, ao atribuir baixos valores de troca ao produto que oferecem.

Essas relações de vulnerabilidade nos situam no mundo e nos esclarecem para a conscientização de que existe uma condição histórica desigual estabelecida entre diferentes classes sociais. E para eliminar a vulnerabilidade será necessário que as causas das privações sofridas pelas pessoas sejam também eliminadas, e que haja uma mudança radical nas relações que os mesmos mantêm com o espaço social mais amplo em que estão inseridos. E isso não quer dizer criar (apenas) um caminho, utilizando para isso, propostas de ‘uma’ Educação Ambiental. Para além de predizer um caminho alternativo, é mister criar as condições para que se possa almejar novas utopias de vida.

## 1.2 Metodologia

Esse estudo em todo o seu desenvolvimento buscou sempre estar o mais próximo possível da proposta metodológica usada por Marx em sua obra “*O Capital*”. O método que fundamenta a investigação traz em sua forma analítica o uso das categorias do Materialista Dialético e do Materialismo Histórico e a perspectiva da Economia Política como diretriz do desenvolvimento ontológico do fenômeno pesquisado, onde as hipóteses foram sendo comprovadas pelo próprio movimento do modo de produção burguesa que existia na Inglaterra de seu tempo<sup>18</sup>.

Sendo assim, a prática social vivenciada por Marx em plena Inglaterra dos anos intermediários do século XIX, representa o critério da verdade, que serviu de base para seus estudos. Compreendemos que a prática social é atividade humana, sua existência real como processo objetivo definido pela forma de realização do trabalho e da produção material, e também como atividade transformadora revolucionária das classes no sentido de mudar o mundo (TRIVIÑOS, 1992).

Para Marx e Engels (2007), a prática, enquanto realidade objetiva, é formadora da consciência humana, é um produto social que se desenvolve nas relações e ligações do objeto com o sujeito na objetividade da vida. No contexto desse estudo, que abrange como sujeitos, os pescadores artesanais, trabalhadores, com sua consciência formada pela objetividade das condições exteriores mediatizadas pelos reflexos de sua prática social. Esses trabalhadores estabelecem laços que se diferem de seus pares, por buscarem no trabalho coletivo uma forma de saírem da condição de oprimido, condição que existe na medida em que não conseguem, individualmente, manter a produção material que sustente sua vivência (GADOTTI, 1980; FREIRE, 1987).

Portanto, o conhecimento por eles formado tem origem na realidade objetiva, que lhes oprime, mas que auxiliou na compreensão de que mantendo as relações existentes no processo de produção e reprodução de suas práticas de trabalho, continuarão sendo explorados.

---

<sup>18</sup> Optamos por escrever esta seção “Metodologia” apesar de compreender, assim como o faz Triviños (1992) que na pesquisa marxista (dialética e histórica) o método é utilizado a todo o momento e, principalmente na exposição integral do texto (em todas as suas seções) demonstrando o movimento dialético que lhe é peculiar e de onde se originam as contradições, a exemplo do que encontramos em “*O Capital*” de Karl Marx (1982).



Por isso, ao nos aproximarmos dessa realidade vivida pelos trabalhadores/pescadores da Lagoa dos Patos/RS, percebemos que não existe a possibilidade concreta para que ocorra uma mudança nas formas de exploração e opressão na atividade de pesca artesanal. Porém, nessa atividade, enquanto pesca artesanal, existe a utopia do realizável na medida em que trabalhadores/pescadores se unem e criam relações sociais de produção, como reflexos próprios de relações comunitárias e solidárias. Esse processo é alicerçado na economia solidária enquanto parte de uma política pública implementada recentemente no país, sendo apontada pelos representantes dos movimentos sociais e religiosos como capaz de organizar os trabalhadores visando à superação do capitalismo, assim, é um desses projetos sociais resgatados que instauram novas mediações para a questão social.

Portanto, a prática social desses trabalhadores/pescadores se faz sob outra realidade por eles buscada, com apoio externo é claro, e isso se dá sob o objetivo maior de proporcionar a emancipação humana. O termo, “economia solidária” por todos usados no cotidiano de trabalho desses sujeitos pescadores ratifica o processo por eles pretendido, fazendo-nos compreender a partir do esforço de práticas inovadas, a busca de unificar dois elementos que, no sistema produtivo vigente, configuram-se por oposição: a economia, que é capitalista, com a valoração, supostamente, solidária.

Necessário salientar que esse estudo, se diferencia, em sua essência, do positivismo mecanicista que entende as ideias como existentes num reino original, como sendo ideias absolutas constituintes do espírito. Tal postura é denominada de metafísica e orienta métodos de investigação lineares, não-históricos, lógicos e harmônicos (FRIGOTTO, 1994). Essa postura, negada por nós, ao recorrermos ao método materialista dialético de Marx, nos possibilita, diante da realidade, investigar e compreender, na totalidade possível, o desenvolvimento do mercado capitalista, coisa que com outros métodos e formas de pesquisa, deixariam lacunas, próprios da fragmentação com que analisa a realidade.

Ao considerarmos, que existem pesquisas, que por não constituir-se em dialética e histórica, como é o caso das que se abrigam na postura metafísica, essas acabam dificultando a compreensão dos propósitos do Projeto Rede, especificidade desse estudo, como projeto que se bem organizado e estruturado possa vir a criar condições não apenas para invalidar as relações econômicas produtora de lucratividade, mas libertá-las das condições que a atrelam a subordinação do imperativo do capital. Reconhecer no método dialético materialista a possibilidade de encontrar as alternativas

de mudar a essência dos fenômenos, e se desprender da consciência ingênua e fatalista de que tudo atende o desejo do eterno e dominante “espírito absoluto” hegeliano expressa na economia capitalista, no mínimo, exige de todos uma posição bastante crítica.

No sentido de justificar nossa postura frente ao fenômeno de pesquisa, cabe expor algumas considerações que nos auxiliam para encaminharmos nossa pesquisa como dialética e histórica. Buscamos na consistente obra de Karl Marx algumas pistas do método de trabalho utilizado por ele, o qual envolvia a confrontação permanente entre teoria e (sua) prática enquanto revolucionário.

No livro de Konder (2008), “*O que é dialética*”, vamos encontrar na forma sucinta e objetiva uma historiografia daquilo que estamos chamando de dialética, assim afirma ele:

dialética era, na Grécia antiga, a arte do diálogo. Aos poucos, passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão [...] Na acepção moderna, entretanto, dialética significa outra coisa: é o modo de pensarmos as **contradições da realidade**, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. (KONDER, 2008, p. 7-8. Grifo nosso).

Compreender as contradições que encerra o Projeto Rede em seu todo, da sua realidade sensível – enquanto as características que se apresentam somente aparência – ao concreto lógico, após a análise, interpretação, abstração e compreensão de tudo que o medeia; ao descobrir as leis mais gerais do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento humano, a dialética materialista nos fornece desta maneira, um método de conhecimento e de transformação prática do mundo real, baseada neste conhecimento.

O movimento que intentamos percorrer, o mais correto possível, da aplicação da dialética nesse estudo, não é, em absoluto, tarefa fácil. A dialética não é um manual com prontas respostas impressas para os problemas da ciência e da prática social, mas tão somente um guia para a ação, vivaz, flexível, sensível à vida e às suas correntes. O método dialético de Marx, pretensiosamente usado nesse estudo, considera as coisas, os fenômenos, objetos e processos no seu encadeamento, suas relações interdependentes, sua ação recíproca e as decorrentes modificações mútuas, seu nascimento, seu desenvolvimento, e sua superação do estágio inferior ao superior. É nesse sentido que anunciamos em nossa pesquisa, não representando um fim em si mesma, mas afirmando

que outras formas de sentir e compreender o fenômeno podem e precisam ocorrer a partir do aqui exposto. Para nós, o movimento do pensamento não é senão o reflexo do movimento real, transportado e transposto para o cérebro dos homens e mulheres. Pois é nisso que vamos nos reconhecer como pesquisadores e pesquisadoras com sensibilidade humana.

É justamente pelo caráter imanente da ‘vida ser movimento’, que a dialética foi e tem sido relegada por quem intenciona manter a ordem como está, ou seja, manter o poder no *status quo* que se encontra, para que as coisas se mantenham tal qual estão, uma vez que é nisto que está a outorga do poder para o capital continuar explorando, por meio do trabalho tanto dos seres humanos como da natureza.

Esse pensamento descreve explicitamente o interesse e os objetivos do capital, o qual se alicerça na metafísica, como forma de dizer que tudo são desígnios de Deus, compreendendo a essência como imutável, onde o movimento se dá apenas na superfície – aparência – dos fenômenos.

Aqui, nos aproximamos de Konder (2008), quando caracteriza a metafísica, como a forma de depositar em um ser absoluto o destino da humanidade, em vez de conceber que essa humanidade é a única que poderá mudar em definitivo os rumos da sociedade em que se encontra dependente. O autor escreve essa relação da seguinte forma:

a concepção metafísica prevaleceu, ao longo da história, porque correspondia, nas sociedades divididas em classes, aos interesses das classes dominantes, sempre preocupadas em organizar duradouramente o que já esta funcionando, sempre interessadas em amarrar bem tanto os valores e conceitos existentes, para impedir que os homens cedam à tentação de querer mudar o regime social vigente. (KONDER, 2008, p. 09).

“Mudar”, “transformar”, “revolucionar”, são termos que incitam novas práticas, que alteram o que está posto como condicionamento ao homem. Guareschi (1991), ao comentar sobre o posicionamento da teoria histórico-crítica<sup>19</sup>, para qual o estudo do modo de produção, de suas raízes no passado, indicando como o homem (o grupo de homens) tem buscado sua “sobrevivência”, perfaz caminhos que torna compreensível aos sentidos a forma que a sociedade possui no presente. A teoria histórico-crítica explica como está a realidade atual de determinado fenômeno material

---

<sup>19</sup> Entendida pelo autor como sinônimo de Materialismo histórico-dialético.

social, e para isso analisa o modo de produção, o qual pode ser compreendido como sinônimo de organização da vida social.

Consideramos assim, nosso fenômeno de pesquisa, como sendo ele a relação entre os trabalhadores/pescadores da APESMI e a proposta de política pública denominada de Projeto Rede, a qual indagamos sua possibilidade de ser uma proposta concreta de emancipação para aqueles pescadores trabalhadores, portanto, como fenômeno que se materializa no espaço e no tempo que investigamos. Por ser um fenômeno que se movimenta, isto é, tem vida, é um fenômeno histórico, com matéria social, que o difere dos fenômenos naturais.

No caso específico da atividade de pesca, enquanto trabalho produtivo que integra o fazer humano e a natureza existe uma relação direta e dependente, na qual os fenômenos naturais influenciam diretamente nesta prática humana, e vice-versa. Cabe salientar que os fenômenos naturais, das quais depende o objeto das pescarias (peixes, crustáceos etc.) sofrem influências de outros fenômenos naturais e também de fenômenos sociais que não somente os fenômenos provenientes da ação dos trabalhadores/pescadores. Tornando mais clara essa afirmação, queremos dizer que podemos considerar as relações do trabalhador que pesca e a natureza, como relações dialéticas, na medida em que existe aí um universo de interações que causam mudanças qualitativas tanto na natureza como no sujeito pescador, mas, que, além disso, é possível perceber também, que na historicidade deste processo, ocorrem tanto mudanças quantitativas como qualitativas, próprias do movimento dialético da relação entre ambos.

Como mudança qualitativa na atividade da pesca podemos citar a inserção de métodos de pesca mais precisos, como o grau do desenvolvimento das forças produtivas na pesca, o que pode afetar a qualidade do ambiente natural, e, com isso, causar impactos que prejudiquem a reprodução das espécies de pescado, diminuindo a quantidade (em termos de volume) de pescado, o que, por sua vez, também traz consequências ao trabalhador/pescador em sua capacidade de produção e reprodução enquanto humano.

No entanto, para além da relação direta entre trabalhador/pescador e natureza e suas interações dialéticas, sob o princípio do movimento que altera quantidade em qualidade mutuamente (TRIVIÑOS, 1992) existem relações com o ambiente externo, por exemplo, com o mercado capitalista ou com o Estado, as quais são mediadas por ideologias, fetiches, valores etc. que interferem nas relações que caracterizamos como

as relações primeiras dos trabalhadores/pescadores, o que Mészáros (2003; 2007) denomina de relações de primeira ordem, onde a relação acontece diretamente entre natureza, consciência e prática social.

Esse processo de pesquisa, que se propõe dialético, e, por isso, trabalhando a sociedade e seu modo de produção no que tem de contraditório em si, cria uma síntese a partir do movimento do fenômeno pesquisado. Este movimento, estas novas sínteses, como superação e resolução das contradições que se apresentam no decorrer da formação da determinação social, serão formadas no seu próprio tempo histórico, ou seja, do movimento entre o concreto sensível, o abstrato e o concreto lógico. No processo de pesquisa histórico-dialético, ocorre a negação do que é abstrato no processo inicial da pesquisa, para se transformar no concreto lógico, em seu final, com a exposição agora sintética de sua lógica.

A sociedade como um todo dinâmico, em constante transformação, não é possível pensá-la sem esse movimento, sob risco de cairmos nas certezas absolutizadas dos métodos positivistas, que quer manter as coisas tal qual como estão.

Sobre esse tema, da disputa que se dá na sociedade, ou seja, no corpo da luta de classes que vai permear todos os espaços sociais, Guareschi destaca que:

Se encaramos a sociedade como sendo um “sistema” social, organizado e coerente, facilmente caímos na tentação de naturalizá-la, isto é, de determiná-la, pois a natureza é determinada, sempre foi assim. Se, pelo contrário, mostramos o caráter histórico, cultural da sociedade, temos chance de mostrar e perceber sua relatividade, isto é, sua possibilidade; a sociedade como existe é uma das formas possíveis, mas não única. Pode mudar, dependendo do interesse dos que dela participam. (GUARESCHI, 1991, p. 30).

Pela dialética compreendemos a sociedade, não como um estado de repouso e imobilidade, de estagnação e de imutabilidade, mas como um estado de movimento e mudança perpétuos, de renovação e desenvolvimento incessante, onde sempre qualquer processo social tem seu início, se desenvolve, depois se desagrega e desaparece. Guareschi, quando afirma: *“a sociedade como existe é uma das formas possíveis, mas não única. Pode mudar, dependendo do interesse dos que dela participam”* nos remete a pensar juntos aos trabalhadores/pescadores artesanais do estuário da Laguna dos Patos, com sólidas intenções de organizar uma cooperativa e vivenciar práticas emancipadoras frente aos ditames do capital, que não está perdida a esperança de libertação: que a dominação dos proprietários dos meios de produção e dos capitalistas

não é eterna: que o regime de trabalho pode ser instituído pelos esforços dos próprios trabalhadores: que é preciso instituir uma forma solidária e fraterna com trabalho associado e livre aqui na “terra” e não somente no céu, como pregam os metafísicos.

Nosso trabalho de doutorado com os trabalhadores/pescadores artesanais no Projeto Rede evidencia, pelas suas análises, que não se pode reduzir a realidade a somente um dos seus aspectos, reduzindo o processo a um só dos momentos e pensar que o passado é tão forte que não pode haver futuro. O método marxista nos ajudou a ratificar a superioridade da dialética do real, pois é ela que dá à compreensão crítica sua força criadora.

O Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético fundam-se na concepção de que o pensamento, as ideias, representa o ‘reflexo’ da realidade objetiva, isto é, “uma realidade que existe independentemente das ideias e do pensamento” (FRIGOTTO, 1994, p. 75). O marxismo, nessa investigação, serviu de suporte teórico metodológico, não como um repositório de receitas que servem para tudo, aplicáveis mecanicamente a todas as situações, ciências das transformações, mas como forma criadora de condições favoráveis ao advento do novo. O uso do método de Marx enriquece o pesquisador pela experiência que propõe a realizar quando investiga algo.

No desenvolvimento de nossa pesquisa, tomando como base o materialismo filosófico marxista, caracterizamos nosso fenômeno dentro do conceito de matéria empregado no sentido mais amplo para designar tudo o que existe objetivamente, isto é, independente da consciência, e que se reflete nas sensações dos seres humanos.

Assim, o fenômeno material social pesquisado faz parte da realidade objetiva, que nos foi dado a perceber, conhecer e compreender pelas nossas sensações. Como matéria existente, na forma particularizada como Projeto Rede com todas as suas relações e ligações, existe independente de nossa consciência.

As descobertas dessa pesquisa para que possa servir à sociedade, buscou fundamentar-se em ideias e teorias científicas tidas como verdadeiras, por isso foi necessário no processo de investigação confrontá-la com a realidade, esclarecer se ela corresponde ou não com a realidade. Foi preciso mostrar que o que é percebido pelo homem não representa a realidade visível e que somente a percepção dos fenômenos ou dos processos não altera a sua materialidade, mas sim, a forma como assume sua prática social ao interagir com os outros e com a natureza.

O Materialismo Dialético compreende a prática como processo, em que o homem, ser material, atua sobre a realidade material que o circunda. A prática é toda a

atividade dos homens, que modificando o mundo, transformam-se. Na sua atividade prática, o homem se apresenta em relação imediata com o mundo circundante: submetidas à ação e à transformação, as coisas, os objetos, os fenômenos e os processos descobrem e revelam ao homem as suas propriedades, que lhe eram antes desconhecidas. A utilização das coisas é, ao mesmo tempo, também o seu conhecimento. As possibilidades deste são tanto mais amplas, quanto mais rica e variada é a prática.

Sobre isso, Marx e Engels (2007), ao escreverem as teses sobre Feuerbach deixam claro o que precisa ser refutado como teoria que contribui para a alienação humana, e dentre elas, salientamos a segunda tese que descreve a crítica à tentativa de deslocar a apreensão da realidade objetiva para o reino das ideias, retirando da prática social sua vocação ontológica de ser emancipatória. Assim escrevem Marx e Engels na segunda tese sobre Feuerbach:

A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica. (MARX e ENGELS, 2007, p. 100).

Essa tese, embora analisada especificamente para esse momento do escrito, não está desligada da relação com as demais teses que Marx escreveu sobre Feuerbach. Essa tese se insere nas demais. Segundo a compreensão marxista a práxis é fundamento do conhecimento: isto é, se o homem só conhece um mundo que é objeto ou produto de sua atividade, e se, além disso, só o conhece porque atua praticamente, e graças a sua atividade real, transformadora, isso significa que o problema da verdade objetiva, ou seja, se nosso pensamento concorda com as coisas que existem antes dele, não é um problema que se possa resolver teoricamente, em mero confronto teórico de nosso conceito com o objeto, ou de nosso pensamento com outros pensamentos.

É nesse mesmo sentido que esses autores, na décima primeira tese sobre Feuerbach criticam o falatório usado por filósofos (como ele) que apenas interpretam o mundo sem abordar a necessária transformação da realidade ‘interpretada’: “os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*” (MARX e ENGELS, 2007, p. 103).

Na relação da 11<sup>a</sup> com 2<sup>a</sup> tese de Marx sobre Feuerbach o que significa é que a verdade é um pensamento que não pode fundamentar-se se não sair da própria esfera do pensamento ou da contemplação. Para mostrar sua verdade, tem que sair de si mesmo, plasmar-se, adquirir corpo na própria realidade, sob a forma de atividade prática.

Para transformar o mundo, na concepção marxista, devem estar integradas a teoria e a prática, formando assim, o que é denominado por práxis, e, além disso, entender essa integração como uma integração dialética. E como é bem abordada por Frigotto (1994, p. 74), a dialética situa-se “no plano de realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos”. Portanto, teoria e prática, compreendida enquanto práxis evoluem na medida em que atuam sobre a realidade materializada, ou seja, quando transformam a realidade objetiva concreta que se apresenta aos seus sentidos. Todas as ciências, até mesmo as mais abstratas, surgiram como resposta às necessidades amadurecidas da vida prática dos homens.

A prática, na concepção dialética materialista, é a atividade dos homens na transformação da natureza e da sociedade, como já afirmamos anteriormente, por isso nossa aproximação da teoria marxista. Enquanto temos como projeto de vida ‘ser mais’, no particular de ser educador ambiental, ao compreendermos que educação é o ato de revolucionar o pensamento, isto é, deparar-se com uma nova ideia ou matéria, nos faz um ser diferente, pois a interação entre o velho e o novo cria uma outra concepção.

E os sujeitos desta pesquisa, os pescadores artesanais associados da APESMI, enquanto trabalhadores, se deparam constantemente com o movimento dialético de suas vidas, com relações diferenciadas de antes, quando ainda não tinham optado pela forma coletiva de realizar o trabalho. Mesmo tendo escolhido para foco de nossa pesquisa o período mais recente da história dessa associação de trabalhadores, mais especificamente quando de sua participação no Projeto Rede (desde 2006), foi necessário abordarmos toda sua história, que se inicia em 2002.

E, sendo a história o próprio movimento dialético de criação, desenvolvimento e transformação da APESMI, objetivamos, com este estudo, como já estabelecido no primeiro parágrafo da seção introdutória, “analisar, interpretar e compreender que contradições existem na política pública para a pesca artesanal no extremo sul do Brasil, denominada de Projeto Rede, para podermos propor criticamente práticas criativas a partir das perspectivas emancipatórias já desenvolvidas pelos pescadores artesanais organizados na associação APESMI, como participante deste projeto”.



Foi na aproximação com esta proposta de política pública (Projeto Rede) que sentimos a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre como ela influencia a prática social destes trabalhadores, que exercem a pesca, e não outra prática de trabalho, com as especificidades que ela possui. Portanto, para além de descrevermos as relações existentes entre uma política pública e a prática social de um grupo de trabalhadores, procuramos conhecer e analisar as relações, e as contradições, existentes entre estes trabalhadores em sua proposta coletiva de trabalho, entre eles e a natureza, assim como outras propostas de políticas públicas implementadas na história recente do Brasil.

Isso representa as duas etapas definidas por Marx (1982) na pesquisa histórico-dialética: a fase de investigação (pesquisa) e a fase de exposição.

Assim afirma ele:

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. (MARX, 1982, p. 16).

Portanto, a proposta de pesquisa, ao abordar as relações e contradições que emergiram no desenvolvimento próprio do fenômeno e descrito pelo processo de investigação de nosso fenômeno, baseia-se na totalidade que envolve nossos sujeitos de pesquisa, o qual nos possibilitou evidenciar algumas categorias de análise como mais apropriadas para atender aos nossos objetivos, tais como: trabalho, práxis, alienação, fetiche e emancipação.

Karl Marx, em sua obra, não deixou claro qual foi seu método de trabalho (como comentado, deixou algumas ‘pistas’ do método por ele utilizado), apenas em alguns trechos encontramos exemplos claros de como organizou sua exposição, por exemplo, quando elaborou a crítica à Economia Política burguesa, assim escrevendo:

Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre por uma totalidade viva: população, Nação, Estado, diversos Estados; mas acabam sempre por formular, através da análise, algumas relações gerais mais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. A partir do momento em que esses fatores isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que partindo de noções simples tais como o trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca, se elevaram até ao Estado, às trocas internacionais e ao mercado mundial. Este segundo método é evidentemente o método científico correto. (MARX, 1983, p. 218).

Com o excerto acima, podemos perceber que o movimento científico que Marx entende como correto é aquele que penetra na vida real da sociedade, sem as macrocategorias que nada dizem sobre a manifestação da vida e sua forma de organização em sociedade. Portanto, com o método de Marx, que é histórico, e por assim ser, é dialético (ou também poderíamos considerar esta relação como inversa sem alterar as perspectiva do método), parte-se do geral para o particular, desvelando o singular desse particular, e retornando ao geral. Salientamos que esse movimento que Marx sistematizou, é caracterizado pela curiosidade epistemológica e, acima de tudo, o compromisso epistemológico com a ciência e com o homem, motivo de fazer ciência. Segue Marx abordando seu método da seguinte forma:

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele [o concreto] é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. (MARX, 1983, p. 219).

No movimento que procuramos estabelecer nessa tese, partimos de nossos sujeitos de pesquisa, e o que pode ser apreendido em sua realidade imediata, sensível. E isso já era conhecido pela aproximação anterior, como comentado. Do concreto sensível ao concreto lógico, analisamos as relações e, por conseguinte, as contradições existentes entre nossos sujeitos e sua prática social (trabalho), deles com o sistema do capital e com o estado. O concreto, isto é, quando nos movimentamos no retorno do geral para o particular na ‘singularidade’ de nossos sujeitos de pesquisa, percebemos, com o esclarecimento de Marx, como descrito no excerto acima, que este retorno é dialético, pois se transformaram pesquisador e realidade, a segunda, antes aparente, agora concreta por suas múltiplas determinações, e o primeiro pela prática de conhecer a segunda.

Na obra “*A ideologia alemã*” de Karl Marx e Friedrich Engels (2007), os autores descrevem sucintamente que, para cada caso ou fenômeno analisado, segundo o método marxista, deve-se priorizar e destacar a conexão entre a estrutura social e política e a produção. Pois, as ideias se constituem a partir da representação da consciência, e esta está intimamente entrelaçada à atividade (de produção) e trocas materiais.

A partir de Frigotto (1994), elencamos alguns fundamentos do método dialético marxista de pesquisa, que tem por objetivo atingir todos os aspectos de um processo. São eles:

- Compreender que a dialética é um atributo da realidade, e não do pensamento;
- Superar as primeiras impressões da realidade sensível e ascender ao seu âmago, às suas leis fundamentais;
- O ponto de chegada, que é o retorno ao próprio fenômeno pesquisado, se diferencia da representação empírica do pensamento inicial (realidade sensível), ao tornar-se concreto pensado;
- No movimento real, ou no caminho, entre o espaço/tempo do empírico sensível ao concreto pensado são determinadas as categorias de análise imersas neste movimento, que é real, com suas contradições e antagonismos;
- Esse caminho requer o empenho de apropriação, organização e exposição dos fatos – o escrito.

Salientamos que antes de iniciar a pesquisa geradora da tese de doutoramento, já tínhamos uma aproximação com nosso tema de pesquisa, ou seja, com a prática humana de pesca, com os sujeitos, os trabalhadores/pescadores da APESMI, e com a realidade por eles vivida, permeada pela luta de classes, que condiciona relações de trocas desiguais, e que tem conduzido a uma degradação de suas vidas assim como da natureza, a qual dependem diretamente.

Quando temos a proposta de doutoramento em Educação Ambiental, a partir de estudos que se concretizam com a realização de um texto escrito – o relatório da pesquisa (a tese) –, cabe demonstrarmos nossa postura perante o mundo, pois assim expomos que, antes mesmo de nos apropriarmos do referencial teórico que nos deu movimento na fase de doutoramento, existia e existe, o conhecimento do pesquisador, portanto, nos distanciamos de defensores de que a ciência é neutra. Esse inventário (da história) do investigador faz parte da proposta do método dialético, portanto, uma postura epistemológica defendida por Frigotto (1994), e por nós assumida.

A postura assumida desde a aproximação com a temática da pesca artesanal, há cerca de dez anos, tem sido uma postura que tenciona o aprendizado teórico anterior,

proveniente do curso de Ciências Econômicas e até mesmo no Mestrado em Educação Ambiental. Do primeiro, restou o condicionamento de realizar experimentos, que mesmo com a aproximação do social/humano da Educação Ambiental, possibilitou apenas a realização de ações limitadas, que podemos considerar como ativismo ingênuo.

Trabalhar com grupos sociais marginalizados pelo sistema, sem problematizar os condicionamentos, os motivos que causam tal marginalização, é desconsiderar as relações de poder alicerçadas na luta de classes. E no ativismo, no máximo, chegamos à crítica pela crítica.

Depois dessa convivência ativista, ao adentrarmos nos estudos para o doutoramento, nos aproximamos da teoria crítica vinculada a ‘uma’ Educação Ambiental que compreende o ser humano, que se realiza como ser pela prática humana do trabalho, cabe salientar, se for essa uma prática emancipada. Somente com esta prerrogativa entendemos que estaremos caminhando para uma proposta transformadora, portanto, revolucionária, da realidade. Nossa aproximação com a obra de pesquisadores ‘desta’ Educação Ambiental, que é crítica, e das obras clássicas da teoria marxista, assim como de seus verdadeiros representantes da atualidade, representam nossa busca de superação do ativismo ingênuo. Compreender a integração entre teoria e prática, como uma relação dialética, por isso permeada por contradições, tem possibilitado o aprendizado que ora se plasma a partir da interpretação da realidade concreta de nossos sujeitos de pesquisa, ainda que essa interpretação seja limitada.

Sobre essa temática, assim comenta Frigotto:

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social. (FRIGOTTO, 1994, p. 81).

Com esta tese, percorremos um caminho para atender aos objetivos já explicitados, mas ressaltamos que não se trata de uma pesquisa-ação e, por isso, a transformação no plano histórico-social aqui é “exposto” como propostas de ações, construída a partir do material coletado e do movimento estabelecido no decorrer do processo de “investigação”.

Antes de tratar do processo de investigação, tema da próxima seção torna-se importante salientarmos que o presente estudo tem natureza qualitativa e quantitativa, pois segundo o entendimento do Materialismo Dialético as perspectivas aí existentes

são complementares e, por isso, não dicotômicas<sup>20</sup>. Sempre que possível apresentamos dados quantitativos sobre os temas elencados no decorrer do estudo, a fim de apoiar nossa exposição.

### **1.2.1 O processo de investigação: preparando a exposição**

O embasamento teórico adotado e a postura de quem efetiva a pesquisa, é necessário para evidenciar quais passos foram dados para a materialização das fases qualificadas como de ‘investigação’ e ‘exposição’ desse estudo.

Primeiramente, o tipo de estudo, segundo abordagem de Triviños (1992), é exploratório-descritivo. Utilizamos, então, duas fases que se complementam a fim de atingir nossos objetivos, os quais extrapolam o objetivo do estudo e da problemática que o tema envolve, pois o que nos move é escrever uma tese com embasamento marxista e sob a perspectiva da Educação Ambiental crítica, logo, requer uma contextualização da estrutura social e econômica assim como da totalidade que envolve os fenômenos estudados. E, para isso, torna-se imprescindível explorar (no sentido de investigar) e descrever as relações que permitiram a determinado fenômeno, no movimento que lhe é peculiar, apresentar-se com a sua forma atual. Segundo Triviños,

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental. (TRIVIÑOS, 1992, p. 109).

Assim, esse estudo é do tipo qualitativo, onde o quantitativo é seu suporte de grandeza, com encaminhamento exploratório e descritivo da realidade observada em suas etapas abstrata e concreta, com tratamento de um estudo de caso, devido à especificidade que possui de se tratar de uma associação de trabalhadores/pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos/RS, dentre outras formações sociais de mesmo tipo que participam de uma política pública para a pesca denominada de Projeto Rede.

Detalhando um pouco mais, identificamos nosso estudo de caso como ‘observacional’, pois utiliza métodos de coleta de materiais<sup>21</sup> e informações em reuniões

---

<sup>20</sup> Ferraro (2012) traz importante discussão sobre as falsas dicotomias entre pesquisa qualitativa e quantitativa abordando as compreensões de diferentes perspectivas teóricas.

do Projeto Rede. Coleta de materiais que se plasmaram através de nossas anotações das falas e temas pronunciados pelos participantes das reuniões, nas quais ressaltamos que se iniciam antes mesmo de adentrarmos em nosso processo de doutoramento, pois o Projeto Rede inicia em 2006. Acompanhamos esse processo – seu movimento –, na época como extensionista como já comentado em outro local dessa tese.

A esses apontamentos se somaram nossas reflexões imediatas perante as falas dos participantes. Cabe salientar que as falas de nossos sujeitos da pesquisa, os trabalhadores/pescadores que pertencem ao quadro de sócios da APESMI, receberam maior atenção.

Outra forma de coleta de materiais adotada nesse estudo foi a entrevista semiestruturada, a qual é assim definida por Triviños (1992):

Em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1992, p. 146).

Conforme esse autor, e assim o seguimos, que o roteiro da entrevista semiestruturada elaborada, constituído de questões fundamentais, não foram criadas *a priori*, sendo resultado da teoria que alimenta esse estudo e, também, de materiais coletados nas reuniões do Projeto Rede. Além disso, coletamos materiais produzidos pelas coordenações do Projeto Rede, em suas diferentes fases.

Portanto, estabelecemos como caminho de tese um conjunto integrado de técnicas de coleta de materiais que é denominado de ‘triangulação’, na medida em que foram utilizadas diferentes formas para coletá-los (observação participante, análise documental e entrevista), as quais, por sua vez, se interligam com o contexto de planejamento desse estudo, e com o contexto maior que abrange a estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social do sujeito.

Para Triviños (op. cit.) a técnica de triangulação de materiais integra três elementos:

---

<sup>21</sup> Utilizamos o termo “materiais” em substituição a “dados” seguindo as observações de Triviños (1992), sendo que esse último termo pode representar erroneamente que as informações coletadas representam somente forma quantitativa, isto é, passíveis de serem medidas, ao passo que o termo “materiais” representa melhor nossa pesquisa, que é qualitativa, mas como afirmamos, também possui natureza quantitativa.

- Processos e produtos centrados no sujeito (entrevistas, observação, fotografias, documentos etc.);
- Elementos produzidos pelo meio do sujeito (documentos legais, oficiais, dados estatísticos etc.);
- Processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social do sujeito (modos de produção, forças e relações de produção, meios de produção e classes sociais etc.).

Para finalizar essa seção que tratou dos caminhos metodológicos desse estudo, seção que apesar de suscitar, tem a pretensão de sustentar todo o complexo processo de tese, destacamos que a entrevista semiestruturada foi efetuada com o coordenador da APESMI, e que tem sua história de vida integrada à história de existência da associação, sendo ele quem, desde o início, tem procurado, por muitos meios, manter coeso o grupo de trabalhadores/pescadores, apesar de todas as dificuldades e desafios que se apresentaram. Entrevistado esse, que tem sido cada vez mais reconhecido no município e região pelo trabalho que realiza em prol da classe de trabalhadores em geral e da categoria social que participa.

Entrevistamos, também, a coordenadora do Projeto Rede em sua última fase, sendo esta atividade planejada para que pudéssemos fechar algumas lacunas de nosso estudo, e, também, para conhecermos as perspectivas de futuro para a rede de trabalhadores da pesca artesanal, e em específico para a APESMI, haja vista que este projeto não seria renovado pelo seu financiador, o MPA.

### **1.3 O espaço sociopolítico dos sujeitos da pesquisa**

Nesta seção apresentamos as primeiras considerações aos sujeitos de nosso estudo, os pescadores artesanais vinculados a Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel, localizada no município de Rio Grande/RS. Essa associação, formalizada no ano de 2002, teve apoio do Programa RS/Rural/Pesca Artesanal como proposta de política pública do governo do estado do Rio Grande do Sul, tendo como agentes deste processo os técnicos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

A forma como esses pescadores foram se organizando, até se constituírem nesse grupo, tem sua origem primeira no próprio meio e nas atividades exercidas como trabalho. A aproximação da FURG, enquanto Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, com o projeto “Apoio e Assessoria a Grupos de Economia Popular e Solidária (EPS)”, solidificou-os em torno de processos de qualificação realizados. Assim, a formação destes pescadores foi acontecendo à medida que participavam de cursos, seminários e audiências públicas, culminando com essas aprendizagens a necessidade e vontade de formar uma associação: a APESMI.

A história da APESMI faz parte da totalidade que envolve a pesca artesanal na região, a qual está mergulhada num quadro nada alentador, como salienta Oliveira,

a história da necessidade de formação da APESMI não pode ser compreendida isolada dos fatores que caracterizam a crise socioambiental que ora trabalhamos nesta pesquisa [ao referir-se a sua pesquisa e dissertação de mestrado]: aumento da desigualdade social, empobrecimento das comunidades ribeirinhas, poluição das águas, aumento do esforço de pesca, desigualdade no acesso ao progresso tecnológico, etc. A construção da APESMI revela que, apesar desse contexto de crise, os pescadores artesanais ainda vislumbram possibilidades de reinventarem sua profissão, de concretizar e vivenciar sonhos de uma vida melhor. (OLIVEIRA, 2008, p. 122 [inserção nossa]).

Superar esta situação de crise na atividade pesqueira representa o principal motivo de criação da APESMI, juntamente com a percepção de que participam marginalmente na cadeia produtiva da pesca por não terem as condições materiais para melhorar esta condição. E foi através de uma política pública que tomou forma essa associação de pescadores artesanais.



Um total de 21 pescadores formaram a APESMI lançando-se como protagonistas enquanto formação social que objetiva uma nova forma de organização da pesca como atividade que se nutre da natureza, dela dependendo diretamente. Para isso, esse grupo contraiu financiamento através do Programa/RS/Rural que abria uma linha de crédito específica para a Pesca Artesanal, o qual se destinaria à construção de uma infraestrutura de beneficiamento de pescado na própria comunidade em que vivem. Conseguiram um terreno para esta construção, em forma de comodato para uso-fruto por 20 anos.

Devido ao fato de a constituição desta associação de pescadores ter vínculo direto com os objetivos do Programa RS/Rural/Pesca Artesanal, nos levou a um aprofundamento sobre esta política pública que se apresentava como inédita ao passo que se destinava exclusivamente a apoiar os pescadores artesanais familiares, por isso, revertendo a lógica até então hegemônica no Brasil de apoiar apenas o setor pesqueiro industrial.

Nesse sentido, orientamos essa seção para uma análise do contexto sociopolítico imediato dos pescadores artesanais da região deste estudo, no intuito de apresentar a totalidade em que estão imersos sob essa perspectiva (sociopolítica), salientando que, como em todo o processo de investigação dessa tese, partimos do método do Materialismo Dialético, do Materialismo Histórico, e da Economia Política.

O Programa RS/Rural teve início no estado do Rio Grande do Sul (RS) no ano de 1997, mas obteve nova abordagem a partir da eleição do governador Olívio Dutra, assumindo o cargo em 1999, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Este Programa teve como órgão financiador o Banco Mundial (BIRD) com contrapartida financeira do governo do RS, totalizando US\$ 208 milhões. A pesca artesanal foi inserida neste Programa a partir do ano 2000 (LIMA *et al.*, 2004).

Entre 2000 e 2002 este Programa atendeu 2.208 famílias de pescadores artesanais no RS, com investimentos voltados para a geração de renda, infraestrutura e manejo dos recursos naturais, sendo que a geração de renda recebeu a maior parte dos recursos aplicados, aproximadamente 94% dos R\$ 3,5 milhões investidos (LIMA *et al.*, 2004)<sup>22</sup>. Essa proposta representou uma nova forma de acesso dos pescadores artesanais às políticas públicas, visando diminuir as carências existentes, acreditando que a própria

---

<sup>22</sup> Conforme estudo realizado no âmbito deste Programa, existiam no ano 2000, cerca de 12 mil famílias de pescadores artesanais no RS, portanto, esse Programa atingiu 18% dos pescadores artesanais desse estado, o que demonstra uma ótima cobertura haja vista o passado na qual praticamente inexistiam políticas públicas para estes trabalhadores da pesca.

classe possa buscar sua autonomia, ao receber recursos para aquisição de equipamentos e infraestrutura.

Estes recursos foram utilizados principalmente na aquisição de equipamentos de infraestrutura de conservação de pescado (entrepósitos de pescado e fábricas de gelo), redes de pesca, embarcações e motores (PASQUOTO, 2007).

A proposta deste Programa, além dos objetivos acima enunciados era formar uma representação política da classe de pescadores artesanais, haja vista o modelo participativo adotado. Participamos de diversas reuniões promovidas por técnicos extensionistas da EMATER nas comunidades pesqueiras de Rio Grande, São José do Norte e Pelotas, entre os anos de 2002 e 2003, conhecendo suas ações e propostas. Na ocasião, um dos métodos utilizados nas comunidades pesqueiras foi o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), sendo esta uma metodologia que objetiva a integração entre os participantes e a promoção do protagonismo comunitário na medida em que fomenta o debate qualificado acerca dos limites e desafios enfrentados, nesse caso, pelos pescadores enquanto trabalhadores alienados no/do modo de produção capitalista.

Sobre o DRP, assim o definem Chambers e Guijt:

O DRP pode ser descrito como um conjunto crescente de enfoques e métodos para permitir que a população local partilhe, aperfeiçoe e analise seus conhecimentos sobre sua vida e condições com o fim de planejar e agir. [...] No final dos anos 1980, o DRP começou a evoluir na busca de enfoques práticos para a investigação e planejamento que pudessem prestar apoio a um planejamento mais descentralizado e uma tomada de decisão mais democrática, valorizando a diversidade social, trabalhando para a sustentabilidade, aumentando a participação e reforçando o poder da comunidade. (CHAMBRERS e GUIJT, 1995, p. 05).

O método consiste basicamente em fomentar a participação comunitária pela resolução coletiva de problemas elencados por seus membros. Em cada município, os técnicos da EMATER desenvolveram métodos participativos para trabalhar os passos diretivos do Programa RS/Rural/Pesca Artesanal. Seguiremos descrevendo um pouco mais do que vivenciamos, mais especificamente no município de Rio Grande, por ser este município onde estar sediada a APESMI.

Ao ser utilizado o método do DRP nas comunidades pesqueiras de Rio Grande, ficou claramente evidenciado que os principais problemas se davam na relação com o mercado capitalista, ou seja, com a comercialização do excedente da produção dos pescadores e sua fraca influência na formação do preço que recebe do

comprador/atravessador de pescado. Nos estudos sobre a pesca artesanal do RS realizado por Garcez e Botero, assim concluíram:

A baixa renda do pescador se deve, em parte, à complexidade da cadeia produtiva. Os intermediários muitas vezes atuam como financiadores da atividade de pesca, fornecendo o gelo e materiais necessários às pescarias. Em casos observados, podem inclusive fornecer combustível ou dinheiro, sendo a dívida adquirida pelo pescador normalmente paga com o produto da pescaria. Amparado pela dependência gerada, o intermediário se beneficia pagando pouco ao pescador por quilo da produção. A ausência de agregação de valor ao produto, a qual poderia ser feita através da elaboração / transformação do pescado bruto (fileteamento, defumação, cozimento, etc.) é outro fator que não estimula a melhoria de preço pago ao produtor. (GARCEZ e BOTERO, 2005, p. 27).

A partir do reconhecimento desta problemática vivida igualmente em todas as comunidades pesqueiras de Rio Grande, foi sendo elaborado um planejamento das atividades para fazer frente tanto às carências materiais para o exercício da pesca como as carências organizacionais dos pescadores enquanto classe que trabalha. Pois assim se esperava construir um movimento de base para que, paulatinamente, propiciasse aos próprios pescadores alavancar novas formas de sentir e agir no espaço social e político imediato.

Com o método do DRP utilizado nas reuniões com os pescadores, fez-se uso de tarjetas, onde eram apontados seus pronunciamentos no referente a problemas que vivenciam na realização do trabalho e em sua comunidade, assim como são anotadas sugestões para solucioná-los. Esta estratégia permite que todos visualizem a construção (coletiva) e condução dos trabalhos realizados em uma reunião. A visualização das tarjetas serve a isso, e a construção da memória da reunião.

Nas comunidades, por ocasião das reuniões fomentadas pelo Programa RS/Rural, eram indicados, dentre os pescadores presentes de determinada comunidade, os quais representariam as propostas ali acordadas e elaboradas com o uso da metodologia do DRP, formando assim um Grupo de Trabalho (GT) que participaria em reuniões gerais, as quais agrupariam todos os GT's das comunidades pesqueiras.

Assim foi sendo construída uma rede de trabalho entre os pescadores artesanais, que previa a participação de alguns destes pescadores nas reuniões do Conselho Municipal do RS/Rural, composto, além dos representantes dos pescadores, pelos delegados municipais do Orçamento Participativo Estadual e por todos os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário. A Figura 01 apresenta a estrutura de trabalho do Programa RS/Rural/Pesca Artesanal.

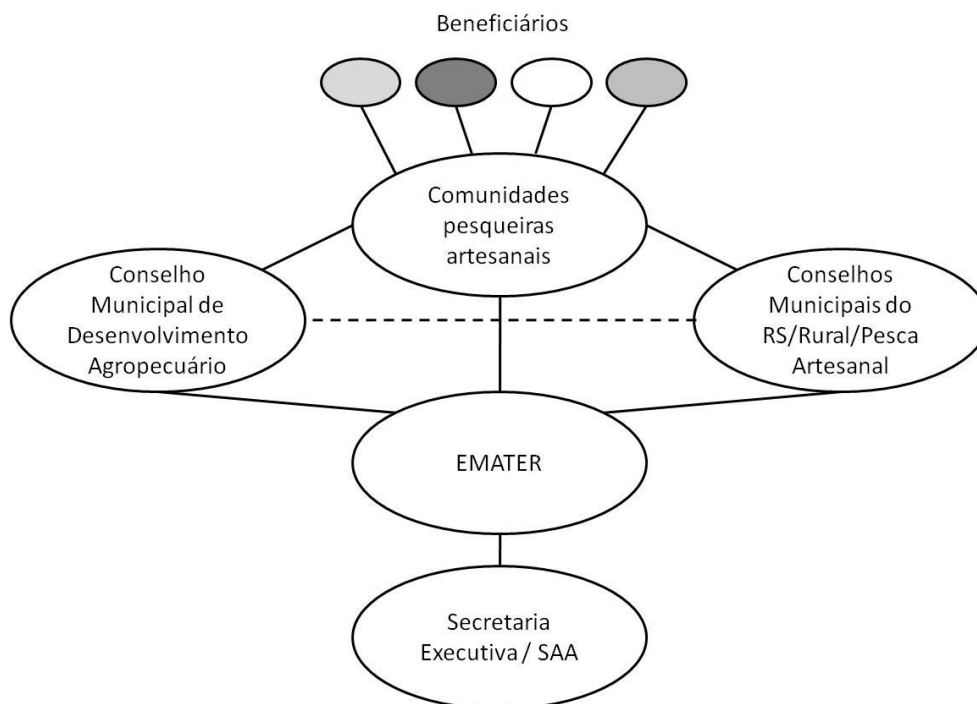


Figura 01. Estrutura e Sistema de Planejamento Participativo do Programa RS/Rural/Pesca Artesanal

Fonte: Lima *et al.* (2004) adaptado pelo autor<sup>23</sup>

Através da figura acima, percebemos que o processo participativo ora elencado por esta política pública, transpassou os objetivos econômicos, construindo um espaço político na pesca artesanal em Rio Grande, e também na região do estuário da Lagoa dos Patos. Desta forma, os momentos de convívio entre os pescadores, ouvindo, falando, enfim, compartilhando angústias e desejos com seus colegas de profissão, possibilitou, mesmo que de forma incipiente, a formação de uma consciência de classe enquanto trabalhadores.

Considerando o ano de 2002, os pescadores artesanais de Rio Grande acessaram, com esse Programa, R\$ 720.000,00, o que equivale a cerca de metade dos recursos de crédito repassados aos pescadores dos municípios banhados pelo estuário da Lagoa dos Patos (ELP), o que demonstra a relevância de Rio Grande para a pesca artesanal no RS.

No entanto, conforme censo pesqueiro realizado pela FAO, no ELP, entre os anos de 2010 e 2011, dentre os 175 pescadores artesanais de Rio Grande que acessaram

<sup>23</sup>SAA é a sigla da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do governo do RS.

esse Programa, 77,7% ainda pagavam ou estavam em dívida com o mesmo no início de 2011 (KALIKOSKI e VASCONCELOS, 2012).

No caso dos pescadores da APESMI, estes optaram por elaborar um ‘Projeto Integrado’, caracterizado pelo uso do crédito recebido de forma coletiva, onde, em grupos de cinco pescadores, cada participante deste grupo formado avalizava o empréstimo de seu colega. Foi o que permitiu aos pescadores desta associação dar os primeiros passos na construção de seu entreposto de pescado, projetado inicialmente para lavagem e estocagem de peixes.

Com a posse de Tarso Genro como governador do RS, pelo Partido dos Trabalhadores no ano de 2011, foi decretada a remissão das dívidas dos pescadores artesanais contraídas com o RS/Rural/Pesca Artesanal, dentre outras dívidas assumidas por estes pescadores (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Esse perdão às dívidas dos pescadores é um fato que constata a dificuldade histórica destes trabalhadores em conseguir acumular dinheiro (poupança) para fazer frente às obrigações assumidas. Se não conseguem formar poupança, pode-se dizer que também não conseguem reinvestir em seus equipamentos (embarcação, motor, redes etc.) que sofrem depreciação pelo uso, do qual se conclui que existe extrema dificuldade destes trabalhadores em se manter enquanto trabalhadores na pesca, pois como em qualquer outra atividade humana, é necessário renovar o estoque de forças produtivas assim como revolucioná-las pela inovação técnica.

Portanto, apesar de prever a politização dos trabalhadores enquanto classe que trabalha, o recurso público acessado pelos pescadores artesanais através do Programa RS/Rural, se aproxima de um relação paternalista entre estes atores sociais (trabalhadores e estado) na medida em que cria um fluxo financeiro “de uma só mão”, conforme o alto nível de inadimplência observado.

Por outro lado, como comentado, os problemas históricos vividos pelos trabalhadores da pesca artesanal em Rio Grande, e na região do ELP, indicam que para transformar esta realidade, é preciso, além de um espaço temporal maior, a união de forças sociais no sentido de provocar um movimento realmente emancipatório alicerçado no trabalho enquanto fonte de toda a riqueza.

Ao analisarmos o contexto ecológico, o recurso financeiro disponibilizado pelo Programa RS/Rural contribuiu para o aumento da capacidade de pesca sem prever a realização de estudos que possam averiguar a real possibilidade de sustentar tal tipo de

política, ou seja, descolando a sustentabilidade econômica e social (como forma de política pública) da sustentabilidade ecológica.

No entanto, a histórica marginalização dos pescadores artesanais em políticas públicas, e a convivência do Estado com o sistema de mercado que oprime os lucros e a subjetividade dos pescadores artesanais, portanto, que age sobre aspectos materiais e sociais destes trabalhadores da pesca, deflagra uma motivação para que fossem envidados esforços a este setor.

### **1.3.1 O município do Rio Grande, a pesca artesanal e seus trabalhadores**

O município de Rio Grande possui 196.337 habitantes e PIB de R\$ 6,3 bilhões<sup>24</sup> o que lhe confere a 4ª posição no ranking da economia estadual. Apesar da magnitude de seu PIB, Rio Grande apresenta uma história marcada pelo desenvolvimento desigual alicerçada a partir da década de 1970 em seu setor portuário/industrial. Em nossa compreensão o PIB demonstra apenas um “lado da moeda”, pois tomando em conta outro indicador, como o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico, o qual abrange indicadores de renda, educação, saneamento e saúde, o município cai algumas posições no ranking do RS ao assumir a 10ª posição (FEE, 2009).

Rio Grande conta com um Distrito Industrial criado na década de 1970, com grande conexão com o sistema portuário. O crescimento do município na atualidade baseia-se na construção de um polo naval *off-shore* neste Distrito Industrial, o que tem alavancado um fluxo de investimentos com a instalação de várias empresas diretamente ligadas ao abastecimento deste polo, assim como tem favorecido o estabelecimento e desenvolvimento de outras empresas para atender ao crescente aumento da demanda no setor de serviços.

Quanto à pesca artesanal, o que se percebe neste município, mesmo com a criação de uma secretaria municipal específica para a pesca no ano de 2005, é a existência de atitudes paternalistas e clientelistas para com os pescadores, sem a existência de planos ou planejamentos que contemplem os anseios dos trabalhadores da

---

<sup>24</sup>Dados para o ano de 2009, disponível em:  
<[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_pib\\_municipal\\_sh\\_pib\\_nova.php?ano=2009&serie=1999-2009&letra=R](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh_pib_nova.php?ano=2009&serie=1999-2009&letra=R)> Acesso em 20 ago 2012.

pesca artesanal<sup>25</sup>. Podemos sentir, através das afirmações do Prefeito Municipal no momento de criação da referida secretaria um desânimo para com a atividade de pesca artesanal, o que subtrai qualquer perspectiva de futuro para estes trabalhadores da pesca. Assim disse o Prefeito Janir Branco em entrevista ao Jornal do Mercado (s/d, p. 01), sobre a pesca artesanal: “É uma atividade que vai encontrar muitas dificuldades de se manter. Futuramente acredito que haverá somente a pesca de oceano, terminando com a pesca artesanal”.

Isso indica sua aproximação com a ideologia dominante, na qual não existem possibilidades para se alterar o modelo de desenvolvimento (também) dominante e transformar as condições de degradação social e ambiental existentes, pois, para isso, seriam exigidas novas formas de pensar e agir. Sendo que, uma nova forma de pensar e agir, ou seja, de *ser no mundo*, representa um risco de revolução na pesca, ao passo que, quando os trabalhadores aí inseridos se conscientizarem de sua total exploração, e também da exploração da natureza que abriga seu objeto de trabalho, pode alavancar uma busca por outras formas de relações que alterem o poder estabelecido.

Por outro lado, o poder público municipal, por estar mais perto da realidade vivida por seu povo, representaria um importante ator social que tem as condições de fomentar ações que visem transformar o processo de degradação social (que é histórica) vivida pelos pescadores artesanais.

Como comentado, as relações de dominação e expropriação dadas entre o não-trabalhador e o trabalhador da pesca, podem ser evidenciadas pelo reduzido poder que quem trabalha tem sobre o produto que é fruto de seu trabalho.

No caso de Rio Grande, o qual espelha o que ocorre em outras regiões do país, e quiçá, do mundo, a prática dos atravessadores da pesca (que são não-trabalhadores) é a de reduzirem ao máximo o preço pago pelo produto do pescador artesanal. Quando ocorre uma boa safra de pescado, aumentando a sua oferta, o preço pago ao pescador cai, e as esperanças de melhores ganhos se esvanecem devido à cobiça dos não-trabalhadores que dominam o mercado. Ao passo que se a pescaria é fraca, o

---

<sup>25</sup> Essa é a nossa avaliação empírica a qual se baseia em relatos de pescadores artesanais em vários momentos de proximidade que tivemos com estes trabalhadores da pesca, inclusive quando assumimos o cargo de secretário do Fórum da Lagoa dos Patos durante o ano de 2009. Mas salientamos que, a atual administração municipal sob o comando do Partido dos Trabalhadores, iniciada em 2013, traz consigo o compromisso assumido ainda em campanha eleitoral de promover uma nova relação entre o poder público municipal e o setor pesqueiro em geral, mas com os pescadores artesanais, em particular. Por isso, e devido à recente posse dessa administração municipal, quando nos referimos à Secretaria Municipal da Pesca de Rio Grande, fazemos isso sob o período de sua criação, em 2005, até o final de 2012.

atravessador paga um melhor preço, assim mantendo o pescador nesse processo alienante ano após ano, geração após geração.

Para os trabalhadores/pescadores artesanais, de uma forma geral, ter seu trabalho valorizado com uma participação maior no processo de comercialização do seu produto, representa a esperança de recuperar a dignidade que um dia lhe fez reconhecido como um trabalhador destemido em sua comunidade, por enfrentar as condições muitas vezes inóspitas da natureza, que é seu ambiente de trabalho.

Uma vida digna somente seria possível com a transformação das relações que se estabelecem entre este trabalhador e o não-trabalhador, relações que estão embasadas em mecanismos de mercado, sendo este um mercado que atende (apenas) aos interesses do capital. Esta realidade vivida na objetividade da vida de cada trabalhador da pesca artesanal produz também sua subjetividade; em como percebe a atividade que exerce e como se percebe como trabalhador da pesca, como ser humano.

A pesca artesanal na Lagoa dos Patos é realizada em embarcações de propriedade dos pescadores artesanais, ocorrendo pouca frequência a pesca patronal (com proprietários de pequenas embarcações e demais equipamentos que utilizam o trabalho de pescadores dividindo os resultados das pescarias).

Dependendo da espécie pescada, pode ser necessário o trabalho de um a três pescadores na embarcação, isso devido ao equipamento de pesca utilizado. Por exemplo, na pesca do camarão-rosa, que ocorre entre fevereiro e maio, se o pescador usa a rede do tipo aviãozinho, pode pescar sozinho, pois são redes fixadas em calões (paus de eucalipto fixados verticalmente nas regiões rasas do estuário). Já o pescador que utiliza a rede de saco de canal (rede de maior proporção também utilizada na pesca do camarão-rosa), precisa de ajuda, o que geralmente se dá na contratação de um ou dois “proeiros”. Muitas vezes esta relação de trabalho ocorre no ambiente familiar.

O estabelecimento de parcerias na pesca artesanal não a qualifica de imediato como uma pescaria baseada no cooperativismo, e em seus preceitos. Ocorre o trabalho coletivo como explicitamos, mas isso é no momento da realização da pesca, o que também se estende para eventuais ações solidárias a companheiros que porventura precisem de auxílio no momento em que pescam (pane no motor, avarias no casco da embarcação etc.). Da mesma forma, com o ‘peixe fora d’água’, é frequente a doação de pescado a familiares e vizinhos. Essas relações que se estabelecem em comunidades pesqueiras artesanais são comuns, também, na Vila São Miguel onde vivem os pescadores da APESMI.



No entanto, os pescadores da região precisam formar sua renda a fim de sobreviverem, e é neste momento que se desfaz as relações comunitárias e solidárias (construídas historicamente) e se dá o estranhamento do pescador à sua condição de trabalhador, e para com o objeto de seu trabalho, na medida em que este objeto se torna instrumento de trabalho ao transformar-se em mercadoria; a qual representa a matéria-prima para ser processada no setor industrial capitalista. Ao objeto de trabalho do pescador é agregado mais valor, o que não pode o próprio pescador realizar, por não possuir a indústria ou as condições vinculadas às exigências sanitárias e legais para efetuar o processamento (beneficiamento) do pescado.

E, por si mesmo, ou seja, pela sua própria condição de formar poupança, é muito improvável que o pescador artesanal consiga construir sua indústria de beneficiamento de pescado, pois as condições econômicas que apresenta não são as necessárias para sua ascensão dentro dos moldes de um sistema de mercado capitalista.

A transformação do pescado em mercadoria se dá pela perda do (significado do) valor de uso; não é o pescador ou sua família que vai consumi-lo, e é nesta negociação com o comprador (não-trabalhador) que o fruto do trabalho do pescador se transforma em valor de troca, pois tem valor de uso para outro (MARX, 1982).

Para Marx (op. cit.) o valor das mercadorias é dado pela quantidade de trabalho destinado a sua produção, ou extração, no caso da pesca. Cabe considerar que o pescador extrai seu objeto de trabalho (o pescado), este vira uma mercadoria, por isso tem valor de troca, no entanto, este valor não considera o tempo de trabalho que o pescador utilizou.

É a natureza que possibilita ao pescador se apoderar de um número maior ou menor de peixes e, é claro, a sua habilidade na realização do trabalho também influencia no resultado, mas a disponibilidade de pescado é dada pela natureza. Cabe salientar que ações antrópicas alteram as condições dessa 'natureza', o que tem levado a diminuição dos cardumes de pescado.

Comentamos isso para destacar que flutuações na quantidade pescada determinam a incerteza na vida do pescador. E, por outro lado, o mercado, ao precificar o pescado, também forma o preço do trabalho do pescador, que é mediado pela interação com a natureza.

Na região do estuário da Lagoa dos Patos, o que percebemos é que o preço do pescado tem se mantido, e sua disponibilidade tem diminuído, enquanto os produtos de uma forma geral, tanto os necessários a sobrevivência dos pescadores e familiares

quanto os equipamentos de uso da pescaria, têm aumentado seu valor de troca, logo, a renda relativa do pescador tem diminuído.

Para superar a diminuição da oferta ‘natural’ de pescado, os pescadores da Lagoa dos Patos têm desenvolvido suas forças produtivas pelo aporte de tecnologias, como por exemplo, o crescente uso da Sonda, utilizada para verificar a profundidade das águas, e o Sistema Global de Posição (GPS), usado para auxílio à navegação. Se por um lado estes equipamentos auxiliam na ampliação das capturas, tornando as pescarias mais seguras e eficientes, por outro, contribuem para uma diminuição da disponibilidade de pescado no futuro, caracterizando uma situação de sobrepesca. Temos, assim, dois sistemas que se articulam o social e o natural, se aproximando do que comenta Diegues,

a nosso ver, são dois sistemas irredutíveis, mas articulados entre si. Assim quando o desenvolvimento das forças produtivas sociais é reduzido, o homem vive no ritmo das forças produtivas da natureza. Na medida em que aumenta o nível de desenvolvimento das forças produtivas, o homem consegue um controle maior sobre os recursos naturais, interferindo muitas vezes desastrosamente sobre os ciclos de reprodução dos ecossistemas naturais. (DIEGUES, 1983, p. 08).

O desenvolvimento das forças produtivas na pesca artesanal, portanto, gera um aumento das capturas de pescado e, como é percebido na região deste estudo, tem conduzido a uma situação de diminuição dos estoques<sup>26</sup>. Da mesma forma, transformam as relações sociais de produção (modo de produção e distribuição do pescado capturado).

Os pescadores, a fim de manterem sua condição de vida, somado ao apelo para o consumismo presenciado na sociedade atual, buscam aumentar a escala de extração de pescado, o que pode contribuir ainda mais para a sobrepesca. Cabe ressaltar que estes mesmos cardumes de pescado também são explorados pela frota pesqueira industrial no oceano, a qual possui maior poder de pesca e por isso contribuem mais que os pescadores artesanais para a situação de crise na pesca.

A contradição – que é dialética – entre (a necessidade de) pescar mais, e a sobrepesca (o que leva a ausência de pesca no futuro), apesar de existir e trazer consequências para todos os envolvidos, nos leva a perceber que não existem

---

<sup>26</sup>Utilizaremos, nesta tese, o termo “estoque pesqueiro” e “recurso pesqueiro” como sinônimos, e representam a disponibilidade de indivíduos de determinada espécie de pescado, peixes, crustáceos, moluscos etc.

mecanismos sociais eficazes na atualidade que possam modificar tal quadro, pelo menos com a emergência ou com a amplitude necessárias.

O associativismo e o cooperativismo surgem, então, como proposta de antítese desta relação dialética (que também origina novas contradições), a fim de superar as condições de alienação e exclusão dos trabalhadores da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos. Esta alternativa a situação problemática enfrentada pelos pescadores artesanais desta região é apontada por autores que tem estudado e realizado atividades de pesquisa-ação com os mesmos, como é o caso de Pereira (2006). Essa pesquisadora, ao construir sua dissertação com a proposta de Educação Ambiental numa perspectiva crítica e política, atribuiu elevada importância à participação dos pescadores em processos de tomada de decisão e defende uma mobilização social de apoio aos pescadores artesanais para que eles próprios possam se tornar os condutores de seu processo de emancipação social.

Na prática individualizada de realização do trabalho, que é característica da pesca artesanal na Lagoa dos Patos, notamos, então, uma transformação das relações sociais aí existentes, como exemplo concreto, temos uma outra forma de organização social proposta pelos pescadores artesanais da APESMI. Estes pescadores iniciaram sua busca emancipatória com uma outra forma de realização do trabalho ao optarem pelo associativismo.

Interessante se faz a reflexão de que os pescadores artesanais, embora proprietários de seus meios de produção (embarcações e equipamentos) se igualam com a condição de expropriados e alienados, como ocorre com os trabalhadores assalariados que possuem seus ganhos diminuídos pela condição de apropriação da mais-valia pelos seus patrões.

Nesse espaço social da pesca, a mais-valia se dá no repasse do pescado por valores bem abaixo do valor pago pelo consumidor no final da cadeia produtiva. Por isso, falar em emancipação dos pescadores artesanais é também, falar sobre a valorização do trabalhador de uma forma geral, e buscar a origem dos conflitos e desigualdades no sistema de produção capitalista, sendo atualmente este sistema dominante na exploração e na lógica pesqueira.

Já o espaço geográfico do estuário da Lagoa dos Patos é caracterizado pela influência das águas salgadas do Oceano Atlântico, e de águas doces provenientes de uma extensa bacia de drenagem (aproximadamente 200.000 km<sup>2</sup>) composta por vários rios. A Lagoa dos Patos se conecta ao Oceano Atlântico por estreito canal ( $\pm$  800m) que

passa por entre molhes de pedras construído entre os anos de 1911 e 1915. O principal objetivo desta construção foi facilitar a entrada e saída de navios no porto do município de Rio Grande, assim como a navegação de cabotagem (SEELIGER, 2010).

Este estuário compreende 9% do total da superfície da Lagoa dos Patos (Figura 02), as trocas de água doce e salgada condicionam as características ambientais desta região o que define os altos índices de produtividade primária e garantem fauna e flora abundantes (HAIMOVICI *et al.*, 2006).



Figura 02. Imagem do estuário da Lagoa dos Patos

Fonte: <http://pescanalagoa.blogspot.com.br/search/label/A%20hist%C3%B3ria%20da%20Lagoa%20dos%20Patos>

Salientamos que até há pouco tempo não se tinha uma noção exata do universo de pescadores artesanais que atuam no ELP. Instituições de desenvolvimento e de normatização da pesca, como o são o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), demonstravam números diferenciados. No referente à regularização do pescador, o MPA emite o Registro Geral de Pesca (RGP), que o habilita a pescar em todo o território nacional, mas no estuário da Lagoa dos Patos é necessário que o pescador, além do RGP, possua uma licença ambiental adquirida junto ao IBAMA.

A discordância quanto ao número de pescadores estimados pelos órgãos ligados ao controle da pesca dificulta um processo de gestão eficiente, pois não sabendo quantos são os pescadores, também se desconhece o esforço potencial e real de pesca, ou seja, não se sabe o número de equipamentos e redes utilizados nas pescarias. Isso para a gestão pesqueira é primordial, porque os estoques pesqueiros são limitados, logo deveriam possuir uma limitação de uso.

Conforme dados do Censo Pesqueiro do ELP apresentados recentemente por Kalikoski e Vasconcelos (2012), em Rio Grande existem 1.080 pescadores artesanais, sendo que no ELP como um todo existem cerca de três mil pescadores artesanais.

Os 21 pescadores pertencentes à APESMI na atualidade representam uma pequena célula deste universo, mas têm seu trabalho reconhecido nas demais comunidades, pela atuação em prol da pesca artesanal e de seus trabalhadores, participando de eventos de toda ordem, seja de âmbito político (conferências de pesca, p. ex.) ou comercial, o que inclui a comercialização de pescado *in natura* ou pronto para consumo, como é o caso da preparação da tradicional tainha na brasa<sup>27</sup> servida em eventos locais, regionais e estaduais.

Estes pescadores, em sua trajetória coletiva iniciada com o Programa RS/Rural, como comentado, buscaram novas políticas públicas a fim de viabilizar seu sonho de construir um entreposto para o beneficiamento de pescado e assim romper com a lógica de dominação imposta pelo mercado excludente, caracterizado pela exploração e dominação fruto da prática de atravessadores e demais não-trabalhadores da pesca.

As políticas públicas de âmbito federal que participam desde sua integração ao Projeto Rede, em 2006, foram: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de incentivo à comercialização, nas modalidades Doação Simultânea e Formação de Estoque (BRASIL, 2006), e o Programa Feira do Peixe (BRASIL, 2009a), que serão abordados na próxima seção, a qual trata da formação da Rede de Comercialização de Pescado do sul do estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>27</sup> A tainha (*Mugil platanus*) é uma espécie de pescado típica do ELP, servida assada, e representa um prato tradicional na região.

A gestão pesqueira realizada pelos órgãos públicos responsáveis na região considerada, conta com o apoio de uma instituição local, o Fórum da Lagoa dos Patos, criada em 1996, a qual objetiva a sustentabilidade da atividade. Compõem esta instituição, 25 entidades, representando os pescadores (11), prefeituras (4), órgãos de fiscalização, desenvolvimento do setor e demais setores públicos (5), universidades (2), Organização Não-Governamental (1), Marinha e o Ministério Público Federal (Tabela 01).

TABELA 01. Instituições que compõem o Fórum da Lagoa dos Patos/RS

<b>Instituições</b>	<b>Tipologia</b>
Colônia de Pescadores Z-1 - Rio Grande	Representação de classe
Colônia de Pescadores Z-2 - São José do Norte	
Sindicato dos Pescadores da Colônia Z-3 – Pelotas	
Colônia de Pescadores Z-8 - São Lourenço do Sul	
Associação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores da Praia do Cassino	Associação ou Cooperativa
Cooperativa de Pescadores de São Lourenço do Sul (COOPESCA)	
Associação dos Pescadores Artesanais da Vila São Miguel (APESMI) - Rio Grande	
Cooperativa de Pescadores do Parque Coelho (COOPEPAC) - Rio Grande	
Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais (MPPA)	Movimento social
Pastoral dos Pescadores	
IBAMA/Escritório Regional	Fiscalização
Batalhão da Polícia Ambiental (BPA)	
Capitania dos Portos	
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	Ordenamento
Ministério Público Federal	Instituição observadora
Prefeitura Municipal de Rio Grande	Poder público municipal
Prefeitura Municipal São José do Norte	
Prefeitura Municipal de Pelotas	
Prefeitura Municipal São Lourenço do Sul	
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Ensino, pesquisa e extensão
Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA) – Rio Grande	Organização Não-Governamental

Fonte: elaborado pelo autor

Seus objetivos são: 1) apreciar, debater e propor diretrizes da política de administração pesqueira, criar instrumentos imprescindíveis à sua execução; 2) colaborar, integrar e sugerir ações ao setor público e à iniciativa privada, objetivando a recuperação da capacidade produtiva da Lagoa dos Patos, bem como o manejo ambiental; 3) incentivar a organização e o desenvolvimento sustentável das

comunidades pesqueiras; 4) esclarecer e conscientizar a sociedade sobre o uso adequado dos recursos naturais (FÓRUM DA LAGOA DOS PATOS, 1996).

Desde sua criação, o Fórum promove o diálogo com os setores envolvidos assim como representa um espaço de manifestação dos pescadores artesanais. Sua criação provém da crise pesqueira deflagrada no estuário da Lagoa dos Patos.

Suas principais conquistas são o estabelecimento de um período sem pesca (conhecido como “defeso”) e um calendário de pesca para as diferentes espécies, a fim de restabelecer a capacidade produtiva dos estoques pesqueiros. Também foram estabelecidos direitos de uso e restrições quanto ao número de pescadores, priorizando quem vive na região, sendo esta reivindicação motivada pela constante vinda de pescadores de outros municípios e estados, principalmente na safra de camarão, o que aumentava a concorrência e diminuía as chances de pesca dos pescadores locais.

Cabe salientar que as conquistas acima elencadas serviram para a elaboração de uma legislação local própria, mas conforme relatos dos representantes das colônias de pescadores, uma das maiores conquistas foi a integração entre as colônias. Mesmo localizadas em municípios vizinhos e criadas no início do século passado, as colônias não haviam estabelecido mecanismos de integração entre si.

## 1.4 Que é o Projeto Rede?

A formação do Projeto Rede<sup>28</sup> se deu a partir de 2006 sob a articulação dos pescadores artesanais e instituições de apoio que pleitearam junto à SEAP, a construção de um projeto que auxiliasse na formação de grupos de trabalhadores/pescadores artesanais, e que prestasse auxílio a estes trabalhadores enquanto proprietários, ou futuros proprietários de empreendimentos de processamento de pescado.

Estes empreendimentos, como comentado, são fruto de uma política pública estadual efetivada entre os anos de 1999 e 2002, denominada de Programa RS/Rural/Pesca Artesanal, o qual objetivava principalmente a geração de trabalho e renda, e a capacitação para a formação de associações e cooperativas. O Projeto Rede possui 4 fases, todas com previsão de um ano de duração e tendo como órgão financiador a SEAP, atual MPA.

Pereira (2008b) salienta que a organização social dos pescadores artesanais na região sul do RS antecede esta política pública, sendo já fomentada pelo trabalho de diversas instituições, tais como: Pastoral do Pescador, Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais (MPPA), Colônias de Pescadores e Sindicatos. Por isso, a estrutura organizacional existente na pesca artesanal propiciava a construção de novos arranjos para superar a condição de exclusão social, política e econômica dos trabalhadores/pescadores artesanais.

Apesar de que os governos estaduais posteriores a 2002 não seguiram a proposta do RS/Rural/Pesca Artesanal, os pescadores e seus apoiadores constituíram uma rede de relações que acabou gerando uma demanda à SEAP. Salientamos que, a importância dada à atividade de pesca em governos recentes, no Brasil, levou a transformação desta secretaria (SEAP) em ministério, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), no ano de 2009.

A demanda provocada pelos pescadores artesanais junto à SEAP baseou-se na intenção de formar uma rede de cooperação entre os grupos de trabalhadores/pescadores artesanais da região sul do estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>28</sup> Para facilitar o texto utilizaremos a denominação de Projeto Rede para denominar a Rede de Comercialização Solidária de Pescado do sul do Estado do Rio Grande do Sul, como é conhecida e considerada.



Em todos os municípios da área de abrangência do Projeto Rede existem importantes empreendimentos pesqueiros artesanais, tais como: fábricas de gelo, agroindústrias de pescado (em construção), kits-feira, caminhões, bomba de óleo diesel etc. Através do trabalho em rede, as organizações formaram parcerias para a implementação de programas federais de incentivo a comercialização, como o Programa Feira do Peixe, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA/Fome Zero, nas modalidades Doação Simultânea e Formação de Estoques (BRASIL, 2006).

O Projeto Rede abrange os municípios de Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão, no entorno da Lagoa Mirim, e os municípios de Pelotas, Rio Grande, São José do Norte e São Lourenço do Sul, situados no entorno do estuário da Lagoa dos Patos (Figura 03). Os sujeitos desta tese, os pescadores artesanais da APESMI participam do Projeto Rede desde sua primeira fase, no ano de 2006.

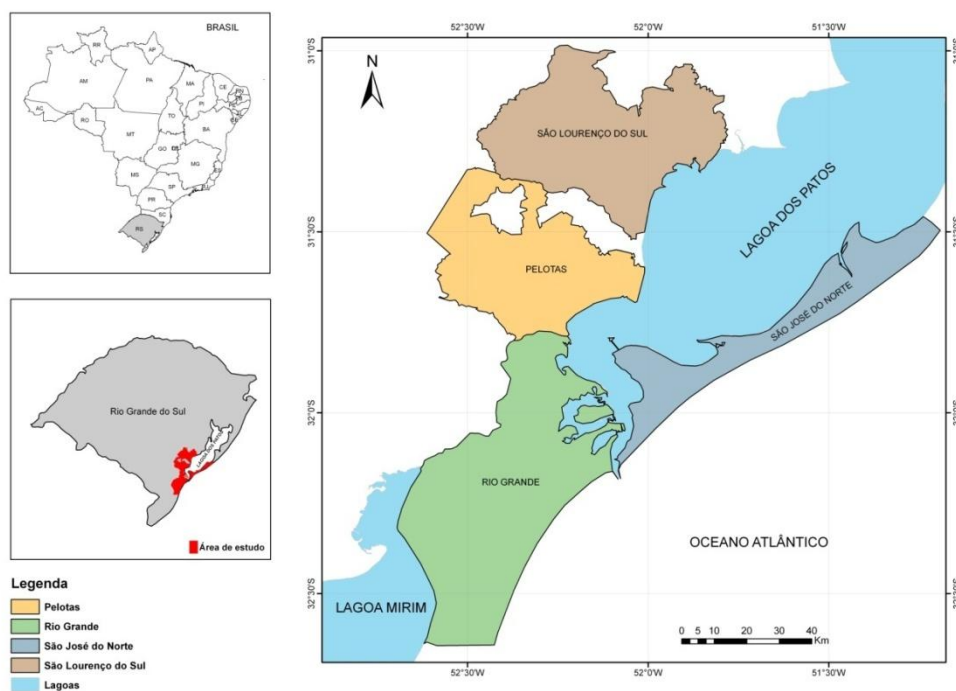


Figura 03. Localização dos municípios que margeiam o estuário da Lagoa dos Patos/RS/Brasil

Fonte: Laboratório de Gerenciamento Costeiro/Instituto de Oceanografia/FURG; imagem organizada com uso do Software ArcGis 9.3

A organização dos trabalhadores/pescadores artesanais no estuário da Lagoa dos Patos, mesmo que incipiente, se articulava com outras organizações da sociedade civil, e dentre estas, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), uma

Organização Não-Governamental (ONG) localizada no município de Pelotas, distante 60 km do município de Rio Grande, sendo esta organização que primeiramente formatou e aprovou o Projeto Rede junto à SEAP, no ano de 2006.

Em sua segunda fase, no ano de 2007, o Projeto Rede foi proposto por uma cooperativa integrante da rede, a Cooperativa de Pescadores Artesanais Lagoa Viva, também localizada em Pelotas, mas com sua sede na própria comunidade onde vivem a maior parte dos pescadores artesanais deste município. Cabe salientar que, nesta segunda fase do Projeto Rede, a coordenação se deu majoritariamente por conta de dois técnicos (um oriundo da própria comunidade pesqueira artesanal de Pelotas e outro com experiência em movimentos sociais populares) que já haviam coordenado a primeira fase.

Depois de mais de um ano sem renovação do projeto, deu-se início a terceira fase, portanto, no ano de 2009, agora sob a coordenação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mais especificamente pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE). Sob esta coordenação, o Projeto Rede passou por mais duas fases, a primeira entre os anos de 2009-2010, e a segunda iniciou em janeiro de 2011, se estendendo até outubro de 2012<sup>29</sup>.

A solicitação de que o NUDESE/FURG coordenasse os trabalhos do Projeto Rede partiu de demanda dos próprios pescadores artesanais integrantes das organizações (associações e cooperativas de pescadores artesanais) que participam do Projeto Rede, ficando então, a cargo da FURG a elaboração e envio ao MPA das propostas de renovação do projeto nas fases que coordenou.

O objetivo geral do Projeto Rede, desde sua primeira fase, no ano de 2006, visou o desenvolvimento social, econômico e político dos pescadores integrantes de associações e cooperativas ao pretender proporcionar maior autonomia enquanto organizações produtivas com enlaces diferenciados do contexto concorrencial do mercado capitalista. Também faz parte dos objetivos do projeto a valorização cultural e a melhoria da qualidade de vida das famílias de pescadores que participam do Projeto Rede (PEREIRA, 2008b). Portanto, os objetivos apontam para além de uma proposta comercial, no intuito de formar uma rede de reciprocidade entre os envolvidos.

---

<sup>29</sup> Esta última fase do Projeto Rede, se estendeu por mais de um ano como previsto, pois o NUDESE, antes mesmo de receber o financiamento do órgão financiador já executava algumas atividades junto aos grupos de pescadores e, da mesma forma, após o período previsto para a execução do projeto, continuou atendendo aos grupos, embora reduzindo tais atendimentos devido à restrição orçamentária.

Nas duas fases iniciais do Projeto Rede, nos anos de 2006 e 2007, participavam cinco cooperativas, cinco associações, um centro comunitário e um grupo em processo de formalização. Na quarta e última fase do Projeto Rede o número de organizações de pescadores participantes aumentou para dezenove (seis cooperativas, onze associações e 2 centros comunitários), portanto, se integraram à proposta do Projeto Rede mais seis organizações durante sua história.

Tal fato demonstra, por um lado, uma articulação entre a coordenação do projeto e os trabalhadores/pescadores artesanais na medida em que, pode-se dizer, foram se irradiando nas comunidades pesqueiras práticas de trabalho que indicavam uma maior autonomia do trabalhador/pescador frente aos mecanismos expropriadores do mercado capitalista. A Figura 04 sintetiza a cronologia do Projeto Rede.



Figura04. Fases do Projeto Rede conforme a entidade coordenadora

Fonte: elaborado pelo autor.

O arranjo institucional que ampara o Projeto Rede, além dos empreendimentos citados, é formado por organizações de classe, sociedade civil organizada, setores da igreja, poderes públicos municipais e instituições de ensino.

Como ressalta Pereira (2008b), em sua segunda fase, os caminhos metodológicos que fomentaram o andamento do projeto partiram de um processo reflexivo, utilizando para isso, a Educação Ambiental na vertente que se alinha ao pensamento crítico, problematizando aspectos da cotidianidade da atividade e da vida dos pescadores artesanais.

Ao se discutir incansavelmente temas sobre os conflitos na pesca industrial e artesanal, calendário de pesca, escassez do estoque pesqueiro, incapacidade do estado de implantar a gestão compartilhada da pesca concluímos que esses

são fatores que se colocam como impeditivo de implementar a comercialização cooperativada de pescado. (PEREIRA, 2008b, p. 16).

Nesse excerto, Pereira (op. cit.) comenta sobre os desafios que enfrentam os trabalhadores/pescadores artesanais para superar sua situação marginal na cadeia produtiva do pescado, desafios estes que abrangem conflitos de uso do espaço e dos recursos pesqueiros, além de um desacordo com as formas de gestão implementadas pelo estado, as quais geralmente se dão em consonância com a legislação ambiental brasileira ao utilizar prioritariamente instrumentos de comando e controle. Comando e controle sobre equipamentos, artes de pesca, calendário de pesca etc., que visam restringir o acesso dos trabalhadores/pescadores artesanais ao seu objeto de trabalho, sem que tenha um diálogo entre o conhecimento técnico que cria tais medidas e o conhecimento popular que, por sua vez, está alicerçado na prática empírica.

Destacamos que o processo ora efetivado com o Projeto Rede, visa objetivamente suplantare a situação marginal dos trabalhadores/pescadores na cadeia produtiva, sendo considerados como o elo mais vulnerável desse sistema. Portanto, tem uma forte conotação econômica.

Mas se por um lado existe essa emergência (econômica), haja vista as condições precárias de vida dos trabalhadores/pescadores artesanais da região também existem a “emergência ambiental” no sentido de diminuição do volume pescado no estuário da Lagoa dos Patos (ELP). E isso ocorre devido a processos predatórios da própria pesca artesanal, mas que ocorre principalmente pela contingência histórica de manter o setor industrial pesqueiro capitalista funcionando. Mas, além disso, a diminuição dos recursos pesqueiros do ELP está fortemente relacionada à pesca industrial capitalista que ocorre na zona costeira próxima, tendo dizimado importantes espécies comerciais de peixes e crustáceos, como informado por Haimovici (1997), sobre a situação de declínio dos estoques pesqueiros na costa gaúcha.

## **2. Corrida para o último peixe: uma análise da dominância do capital na pesca**

*[...] no mundo inteiro a pesca é a única atividade industrial de exploração direta de uma população de animais selvagens. (KLIPPEL et al., 2005, p. 08).*

Até há pouco tempo os recursos pesqueiros eram considerados inesgotáveis, o que motivou uma ampliação do esforço de pesca, entendido como o tempo de pesca, insumos, tecnologia, tripulação, equipamentos e embarcações utilizados na realização da atividade.

Nesta seção procuramos explorar informações quanto à produção pesqueira e o estado atual da atividade de pesca em período recente, nos âmbitos mundial, nacional, estadual e regional (estuário da Lagoa dos Patos).

Para tornar mais compreensível o presente texto, optamos por subdividir as seções que seguem. Mesmo que aparentemente possa representar uma visão compartimentada em relação às pescarias mundiais, os diferentes aspectos abordados, os quais dependem do contexto abrangido, justificam tal opção.

Cabe salientar que os dados priorizados na citada discussão referem-se especificamente às espécies de pescado de origem marinha, pois os cardumes encontrados na região deste estudo, o estuário da Lagoa dos Patos, também são de origem marinha. Apesar disso, apresentamos alguns dados relativos à pesca continental, por entender que o sistema de produção pesqueiro, muitas vezes, é conduzido pelos mesmos canais econômicos.

## **2.1 Perspectiva da pesca no mundo**

### **2.1.1 Dados de captura e impactos ecológicos da pesca**

Entre 1950 e 1990, houve um constante acréscimo na captura mundial de pescado. Nesse período, as capturas passaram de pouco menos de 20 milhões de toneladas/ano para atingir aproximadamente 90 milhões de toneladas/ano (DIAS NETO, 2002).

Logo a seguir, durante a década de 1990, a captura mundial de pescado também se elevou, mas com um ritmo menos intenso, chegando ao volume total pescado de 95 milhões de toneladas/ano, já demonstrando sinais de suplantação da capacidade de recuperação dos estoques (FAO, 2009). O fenômeno é conhecido como sobrepesca e representa o principal problema enfrentado pela atividade pesqueira no mundo.

Conforme dados da FAO (op. cit.), o volume de capturas mundiais de pescado de origem marinha atingiu seu ponto máximo no ano de 1996, com 86,3 milhões de toneladas, diminuindo, desde então, para atingir 79,5 milhões, em 2008. Neste mesmo ano, o volume total de capturas continentais (água doce) atingiu 10,2 milhões de toneladas, valor 18,6% maior que no ano de 2004; diferentemente, portanto, das capturas em águas marinhas, cuja ocorrência tem revelado um decréscimo.

Atualmente a China é o país que apresenta as maiores capturas de pescado: aproximadamente 15% do total da pesca marinha e 20% da pesca continental (FAO, 2010). As capturas mundiais apresentaram certa estabilidade a partir deste século, conforme demonstra o Gráfico 01, o qual apresenta os dados relativos à China em evidência, devido a sua importância no cenário da pesca mundial.

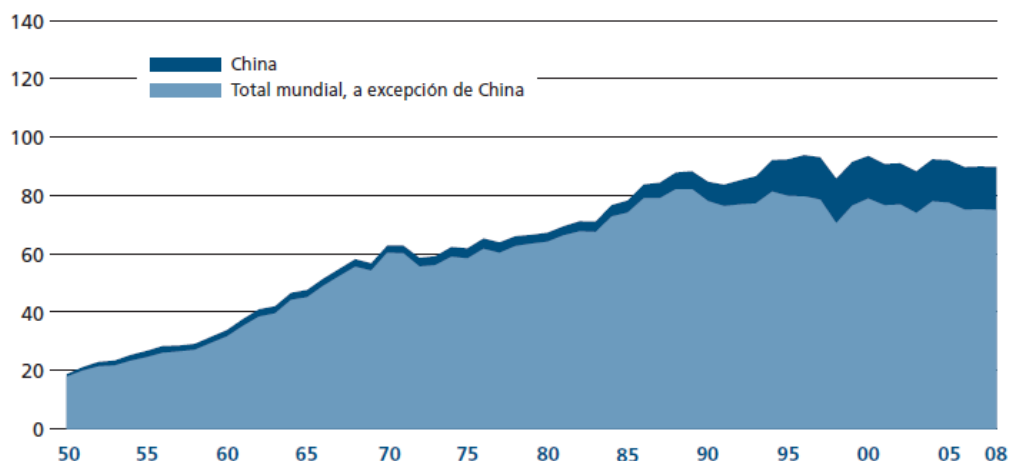


Gráfico 01. Produção pesqueira mundial continental e marinha, 1950-2008 (em milhões de toneladas)

Fonte: FAO (2010)

O que tem ocorrido é um aumento da exploração pesqueira em razão do processo de desenvolvimento das forças produtivas, no qual se sobressai a inserção de novas tecnologias na pesca e no setor de processamento industrial de pescado. Nesse ínterim, o mundo sentiu o avanço das relações capitalistas em escala globalizada e globalizante, pela adoção de modelos produtivos caracterizados pela produção em massa e diminuição dos custos de realização do trabalho (trabalho vivo e trabalho morto somados), sobrevivendo apenas aqueles produtores mais aptos.

No que se refere ao avanço do sistema do capital no mundo, tornando o capitalismo um ‘processo civilizatório’, assim afirma Ianni:

A mesma dinâmica do capitalismo cria e recria as forças produtivas e as relações de produção, tanto nas colônias, nos países dependentes e associados, como nos próprios países dominantes, metropolitanos ou imperialistas. As formas de organização social da produção, traduzindo ciência em tecnologia, provocando o aumento da composição orgânica do capital, sofisticando a divisão do trabalho social e a especialização da força de trabalho, robotizando e informatizando organizações e atividades econômicas, sociais, políticas e culturais, tudo isso expressa o dinamismo do capital, o desenvolvimento intensivo do capitalismo. (IANNI, 1997, p. 54).

Às contradições inerentes ao modo de produção capitalista (superprodução, queda da taxa de lucro, monopolização etc.) soma-se, na pesca, a contradição máxima entre a prática humana e a natureza. Prática mediada pela ciência que serve ao capital com aporte de tecnologia, visando à máxima exploração dos recursos pesqueiros; no entanto, o sistema do capital, ao se deparar com a natureza das espécies de pescado, cujas condições biológicas são suficientes para atender sua reprodução (no que

poderíamos incluir as condições de não poluição do ambiente em que vivem), busca subterfúgios para se manter economicamente, sem se preocupar com a continuidade de qualquer espécie da vida marinha. Se determinada espécie não ‘rende’ mais a esse modo de produção, busca-se outra, e assim tem se construído a história das pescarias mundiais. Pois em nossa retrospectiva da pesca em nível mundial, conforme dados disponibilizados por Lima e Dias Neto (2002), observa-se que, no ano 1995, 69% das espécies comerciais de pescado no mundo apresentavam sinais de sobrepesca e, em 1999, esse percentual elevou-se para 75%, mantendo-se até a atualidade.

Ainda no que se refere à contradição máxima entre a prática de pesca alicerçada no modo de produção capitalista e à natureza dos recursos pesqueiros, podemos somar o fato de que as espécies de pescado marinhas com possibilidade de crescimento no volume de capturas (consideradas como infraexploradas ou moderadamente exploradas) representavam 40% das pescarias nos anos 70, diminuindo para apenas 15% em 2008.

Por outro lado, as espécies consideradas sobre-exploradas, esgotadas ou em recuperação (de esgotamento anterior) representavam apenas 10% nos anos 70 e, em 2008, ampliaram-se para 32% do total das espécies de pescado no mundo (FAO, 2010).

O gráfico a seguir demonstra a variação da situação dos estoques pesqueiros marinhos mundiais entre os anos de 1974 e 2008, dividindo as espécies em categorias conforme o grau de exploração que apresentam.

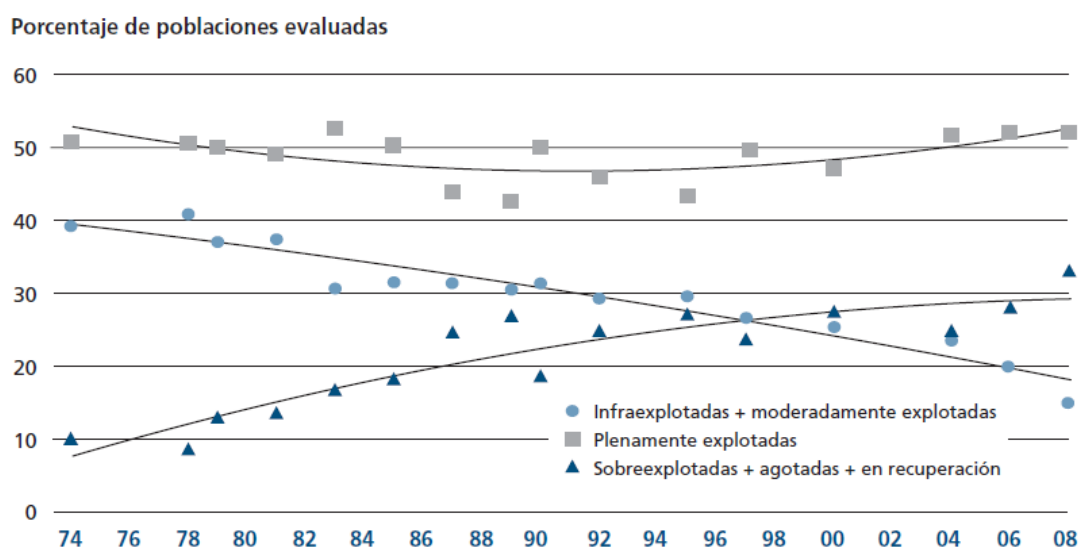


Gráfico 02. Tendências mundiais da situação das populações de peixes marinhos, conforme seu grau de exploração, 1974-2008

Fonte: FAO (2010)



Conforme os dados apresentados no Gráfico 02, atualmente, cerca de 15% das espécies de pescado marinho avaliadas pela FAO (2010) ainda podem ter suas capturas ampliadas ou mantidas, sendo que o percentual diminuiu consideravelmente, já que, em 1974, 40% das espécies de pescado marinho podiam ter suas capturas ampliadas ou mantidas. Portanto, podemos observar que, num período de trinta anos, a forma hegemônica de exploração pesqueira reduziu a possibilidade de manter-se como uma atividade produtiva, revelando uma contradição entre a ‘forma’ de realização do trabalho, intensificada pelo aporte de novas tecnologias (forças produtivas) e a natureza de seu objeto, que não é matéria-prima, mas dotado de ‘sua’ natureza, que necessita de condições para reproduzir-se, as quais não são consideradas pela modalidade de pesca industrial.

Já as espécies que, segundo as categorias avaliadas pela FAO (op. cit.) se encontram em situação crítica (sobre-exploradas, esgotadas e em recuperação após terem sido altamente exploradas), triplicaram nas últimas três décadas, com já comentamos, passando de menos de 10%, em 1974, para aproximadamente 30%, em 2008.

Além dessa situação, que aponta alto teor de risco na atividade pesqueira, deve-se alertar que, no mundo, apenas dez espécies de pescado representam 30% do volume total das pescarias, sendo que todas elas são identificadas como sobre-exploradas ou plenamente exploradas, e apenas uma, a anchoveta (*Engraulis ringens*), pescada no Pacífico sudeste, representa 9,3% do total das capturas marinhas mundiais (FAO, 2010).

Sendo assim, percebemos que grande parte do esforço de pesca é direcionado a poucas espécies e que a dependência destas para a sustentação da atividade pesqueira está com os dias contados. Tais fatos conduzem à incerteza quanto ao futuro da atividade, o que envolve não apenas uma contextualização ecológica, mas social, pelo grande número de pessoas envolvidas.

Enquanto a FAO divulga que 80% das espécies de pescado estão extintas ou suscetíveis à extinção, as capturas pesqueiras mundiais quintuplicaram entre 1950 e 1997. Embarcações pesqueiras industriais varrem os mares e oceanos do mundo, usando redes com aberturas de até 100 metros, nas quais caberiam seis aviões-jumbo, arando locais de reprodução e alimentação de espécies marinhas, como é o caso dos recifes de corais. Na captura, utilizam aparatos modernos de localização de cardumes, como sonares 3-D, helicópteros e potentes *jet-skis*. Existem verdadeiros navios frigoríficos com grande autonomia de viagem e porões nos quais cabem milhões de

quilogramas do pescado (REVISTAGEO, 2009), que vira matéria-prima da indústria pesqueira.

Outro fato que demonstra a vulnerabilidade do setor é que a prática de arrasto de fundo, modalidade de pesca considerada altamente prejudicial, é responsável por 23% das capturas mundiais marinhas.

O índice de capturas acessórias, ou seja, de espécies que não são o alvo da pescaria e que geralmente são descartadas mortas ou sem possibilidade de recuperação, situa-se entre 17,9 e 39,5 milhões de toneladas (média de 27,0 milhões) ao ano, o que representa cerca de 25% das capturas mundiais (ALVERSON *et al.*, 1994). Os autores comentam ainda que os dados apresentados de capturas acessórias estão relacionados principalmente à modalidade de pesca industrial.

Além das considerações relacionadas às capturas acessórias, se calcula que 1/3 do volume total pescado no mundo é capturado de forma ilegal, ou seja, sem o devido licenciamento. Soma-se a tais fatos, colaborando para a situação de crise da atividade de pesca no mundo, o de as capturas serem realizadas fora do período adequado, ou seja, desconsiderando a ecologia das espécies e o uso de modalidades de pesca tidas como inadequadas, pela degradação causada ao ambiente e às espécies aquáticas que ali vivem (REVISTAGEO, 2009).

Os estados-nação, a fim de evitar a sobrepesca, utilizam legislação específica para controlar a atividade, mas nota-se aí uma contradição: ao mesmo tempo em que é defendida uma adequação ecológica entre prática humana e natureza, são fornecidos, por muitos desses estados-nação, elevados subsídios ao setor produtivo, principalmente ao setor capitalista industrial pesqueiro, tópico discutido na próxima seção deste estudo.

Apesar da tendência de queda nas capturas mundiais marinhas, o que representa uma situação de crise, devido aos dados apresentados para as três últimas décadas, o esforço de pesca e o comércio global continuam se desenvolvendo, com o pescado entrando para o rol das *commodities* valiosas. E isso ocorre, também, pelo incentivo dado ao consumo de pescado, em razão de suas ricas características proteicas e do forte apelo a uma alimentação saudável. Mas conforme salientado, enquanto se amplia o comércio de pescado, com campanhas de incentivo ao consumo, a fim de melhorar a alimentação de quem tem dinheiro para comprar esse produto (o pescado), diminuem as capturas de pescadores artesanais familiares, o que reduz o acesso deles ao alimento, tendo que buscar as proteínas necessárias em outros alimentos.

E isso ocorre simultaneamente à globalização da pesca e dos recursos que captura, cujos fluxos comerciais entre os países atingem mais de US\$ 50 bilhões anuais, amplamente regulamentados por acordos internacionais (FAO, 2009) e atrelados a investimentos de empresas multinacionais. Além disso, o referido fluxo comercial mundial, envolvendo o pescado capturado, possui uma logística de transporte de alto gasto energético (baseado em combustível fóssil), na qual “o resultado é que mais de 75% das capturas no mundo é vendida e consumida em outros países, em vez de nos países cuja ZEE<sup>30</sup> os peixes foram desembarcados” (HEMPEL e PAULY, 2002 *apud* KHAN *et al.*, 2006, p. 07).

Por isso, compreendemos que o confronto entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção na pesca, no sistema do capital, se estabelece numa lógica economicista que tem levado a uma degradação da natureza sem precedentes na história humana, da mesma forma que tem conduzido à degradação social dos trabalhadores que nela atuam. Percebemos, assim, que a pesca global é desenvolvida numa contradição sobre si mesma.

### **2.1.2 Os estados nacionais e a atividade pesqueira**

A relação dos estados-nação com a pesca, através da regulação das diferentes estratégias e modalidades de pesca tem se baseado em instrumentos de comando e controle, no sentido de conter a sobre-exploração. Mas, por outro lado, existe um forte fomento à atividade com o uso de subsídios. Por isso, cabem algumas considerações acerca desse instrumento econômico (o subsídio) de fomento à atividade pesqueira, amplamente usado pelos estados-nação.

Segundo Khan *et al.* (2006), a evidência da sobrecapitalização da pesca, ou seja, da existência de capital acumulado superior à possibilidade de a natureza prover capturas, é amplamente aceita entre a comunidade científica. Contudo, muitos governos ainda insistem em manter os subsídios, pressionados (ou coniventes) que são pelo (ou com o) sistema do capital.

---

<sup>30</sup> Zona Econômica Exclusiva (ZEE) é um termo originário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, realizada em 1982, e estabelece que o país costeiro tem a primazia na exploração do espaço aquático contínuo ao seu território.

Isso porque, segundo Khan *et al.* (op. cit.), no final do século XX, existia no mundo uma sobrecapacidade de pesca de aproximadamente o dobro do que os oceanos poderiam prover sem se atingir a sobrepesca.

Em todo o mundo, estima-se que os subsídios à atividade pesqueira atingem valores entre US\$ 30-34 bilhões, sendo que a maior parte (aproximadamente 85%) é direcionada à pesca industrial (JACQUET e PAULY, 2008), a qual consideramos pesca capitalista.

Excetuando os combustíveis, os subsídios à pesca atingem a cifra de US\$ 26 bilhões anuais. A concentração desses subsídios em alguns estados-nação demonstra a distribuição e a acumulação desigual de capital, auxiliando na sobre-exploração dos recursos pesqueiros, pois cerca de 60% do valor dos subsídios à pesca, no início deste século, foi distribuído em 38 países desenvolvidos (EUA, Japão e países da Europa, principalmente), enquanto os 40% restantes, em 103 países em desenvolvimento.

Tais subsídios contribuíram para o aumento da capacidade das capturas mundiais, resultando uma ampliação das receitas geradas com a pesca de cerca de US\$ 15 bilhões entre 1995 e 2005, o que representou 16% do valor de primeira comercialização do pescado mundial no ano de 2008 (KHAN *et al.*, 2006).

Conclui-se disso que parte considerável das capturas mundiais na pesca somente é possível pelo elevado uso de subsídios econômicos, com os quais se desenvolvem através de diferentes modalidades, seja diminuindo os custos de operação das capturas, tendo como principal elemento a subvenção ao combustível (custos diretos), ou os subsídios fornecidos, auxiliando a logística de transporte, facilitadora da distribuição do pescado.

Os países desenvolvidos, com uma estrutura pesqueira altamente mecanizada, representam a maior parte do parque industrial pesqueiro mundial e são responsáveis pela também maior parte dos subsídios à pesca efetuados no mundo. Esse apoio ao setor pesqueiro, concedido sob forma de subsídios, na verdade, é direcionado ao setor empresarial/capitalista da pesca e demonstra o forte elo entre o Estado e o sistema do capital, em detrimento do apoio ao setor pesqueiro artesanal/familiar.

Portanto, os subsídios à pesca garantem a ação das frotas industriais/capitalistas na medida em que, mesmo a atividade pesqueira sendo, muitas vezes, antieconômica (com prejuízo), o subsídio a torna atrativa, pois com a diminuição dos custos que proporciona, é capaz de transformar resultados econômicos negativos em positivos.

Além de tal atributo do subsídio, que pode modificar o resultado econômico, podemos integrar o atributo antiecológico desse mecanismo, devido a sua contribuição ao já existente excesso de capacidade de pesca, ampliando a sobre-exploração dos recursos pesqueiros.

A Tabela 02 apresenta os tipos de subsídios mundiais destinados à atividade pesqueira.

TABELA 02. Tipos de subsídios à pesca no mundo: montante, principais beneficiários e os efeitos sobre a capacidade de reprodução dos recursos pesqueiros

Tipo de subsídio	Montante (US\$ bilhão)	Principal beneficiário <sup>a</sup>	Efeito sobre a capacidade <sup>b</sup>
Portos de pesca: construção e renovação	8,0	Industrial	Mau
Combustível	6,3	Industrial	Mau
Programas de gestão e serviços para a pesca	5,8	Industrial	Bom
Projetos de desenvolvimento da pesca e serviços de apoio	2,5	Artesanal	Mau
Construção, renovação e modernização de embarcações	1,9	Industrial	Mau
Assistência ao pescador	1,7	Artesanal	Ruim
Apoio à comercialização, processamento, armazenamento e infraestrutura	1,6	Artesanal / Industrial	Mau
Acordos de acesso à pesca	1,0	Industrial	Mau
Pesquisa e desenvolvimento da pesca	0,9	Industrial	Bom
Desenvolvimento das comunidades de pescadores da zona rural	0,9	Artesanal	Ruim
Recompra de embarcações	0,9	Industrial	Ruim
Isenção de imposto	0,7	Industrial	Mau
<b>Total</b>	<b>35,2</b>		

Fonte: Adaptado de Sumaila e Pauly (2006) *apud* Jacquet e Pauly (2008) [Tradução nossa]

<sup>a</sup> Industrial/capitalista ou artesanal/familiar;

<sup>b</sup> OBS: As categorias “**bom**”, “**mau**” e “**ruim**” referem-se ao seu efeito sobre o crescimento da frota, o que, conseqüentemente, leva à sobrepesca: **bons** subsídios não aumentam o tamanho da frota; **maus** subsídios assim o fazem; e o efeito dos subsídios **ruins** depende do contexto.

Conforme apresentado na tabela anterior, a maior parte dos subsídios aplicados na pesca (68,3%) é classificado como ‘mau’, ou seja, causa um efeito negativo à pesca, por contribuir para a sobrepesca, sendo que destes, apenas 11,4% são direcionados exclusivamente à pesca artesanal.

Entre os subsídios ‘bons’ (20,8% do total dos subsídios), os quais não contribuem para a sobrepesca, em sua maioria são destinados à gestão e serviços para a pesca e destinados exclusivamente ao setor pesqueiro industrial/capitalista. Já os subsídios ‘ruins’ representam 10,9% do total dos subsídios apurados pelos autores,

sendo que a maior parte deles (74,3%) é direcionada à pesca artesanal, sem esquecer que a qualificação ‘ruim’ depende do contexto local.

Portanto, o que podemos perceber é que os subsídios beneficiam principalmente a pesca industrial e, em sua maioria, representam um descaso dos estados-nação em relação ao dinheiro público e à ética, devido à degradação da natureza, sentida principalmente pelos pescadores artesanais/familiares, altamente dependentes do produto da pesca para a sua vivência. Fato que corrobora o já enunciado anteriormente, nesta tese, quando elencamos o pensamento de Marx e Engels (2007) a respeito do alinhamento do Estado com as classes dominantes, sendo o mesmo um fato histórico presente em todas as épocas da sociedade humana.

Em outro sentido, organismos internacionais, a exemplo da FAO (2010), defendem que a gestão dos recursos pesqueiros, exercida conjuntamente entre os diferentes usuários (industriais e artesanais) e o Estado, representa uma possibilidade real para reverter o quadro de crise pesqueira, e as consequências socioeconômicas e ambientais que causa. Para tanto, o Estado deveria promover a capacidade humana para a participação em nível local, assim como as disposições jurídicas e dar lugar a práticas comunitárias de gestão pesqueira.

No entanto, acreditamos que as considerações da FAO abordam uma escala global, quando consideramos o Brasil e, mais especificamente, a região do estuário da Lagoa dos Patos, nos deparamos com uma realidade concreta de desconcerto entre medidas de gestão pesqueira e políticas públicas. Conforme veremos em subseção posterior, na qual trataremos da pesca no contexto deste estuário.

### **2.1.3 Socioeconomia pesqueira mundial**

A pesca continental, ou seja, aquela realizada em águas interiores, como rios, lagos e estuários, é de grande importância para a reprodução social dos pescadores artesanais/familiares. Contudo, práticas de pesca predatórias, associadas ao uso do espaço aquático como sumidouro da descarga de poluentes de setores produtivos (indústria e agricultura) têm contribuído para a diminuição do número de espécies de pescado e do volume capturado.

Isso representa um empobrecimento e a diminuição das proteínas na alimentação de milhares de pessoas em um mundo já caracterizado pela fome e miséria,

onde mais de um bilhão de pessoas passam fome. É oportuno salientar que cem milhões engrossaram as massas de humanos que passam fome, somente nas duas últimas décadas, devido aos interesses dos especuladores financeiros, os quais muito contribuíram para o aumento no preço dos alimentos (BRASIL, 2010).

Os países em desenvolvimento colaboram com a maior parte do volume pescado: cerca de 80%, segundo dados da FAO (2009), o que representa um fator importante em termos de segurança alimentar, visto que nesses países existe um maior número de pescadores artesanais<sup>31</sup> que dependem diretamente do recurso, seja para alimentação ou para realizar trocas, com o uso do dinheiro (no mercado tradicional capitalista), ou não (nas trocas comunitárias).

O pescado contribui mundialmente com 15,3% das proteínas animais consumidas e, em países pobres e com déficit de alimentos, o percentual eleva-se para 18,5%. Devido a possíveis falhas nas estatísticas, principalmente com a dificuldade na coleta de informações da pesca artesanal, esses percentuais de dependência no consumo de proteínas, por parte da população pesqueira artesanal de determinado país ou região, pode atingir níveis ainda superiores (FAO, 2009).

A média de consumo *per capita* de pescado no mundo é de 17,2 kg/hab/ano<sup>32</sup> (FAO, 2010), enquanto no Brasil, ela assume o patamar de 9,75 kg/hab/ano (BRASIL, 2012a), sendo que, nas comunidades de pesca artesanal, o consumo é muito maior que o da população em geral. O fato é também observado nas comunidades de pescadores artesanais na região do estuário da Lagoa dos Patos, que é de 52,8 kg/hab/ano (KALIKOSKI e VASCONCELOS, 2012).

O elevado percentual que o pescado representa para a composição de proteínas na dieta das comunidades pesqueiras artesanais é prova inconteste de que a atividade pesqueira artesanal garante a alimentação com qualidade nutricional, além de contribuir na geração de trabalho e renda para um grande contingente populacional.

A produção média de pescado por trabalhador da pesca (considerando os trabalhadores embarcados na pesca industrial e os pescadores artesanais) em regiões onde predomina a pesca artesanal, como é o caso da Ásia, é de 2,4t, enquanto na Europa e América do Norte, onde predomina a pesca industrial, a média de produção por

---

<sup>31</sup> Salientamos que a FAO agrega na categoria de ‘pescadores artesanais’ diferentes formas de realização do trabalho da pesca; o que é por ela considerado artesanal (pelo aparelhamento e tecnologia desenvolvidos) pode ser considerado como industrial, segundo legislação própria do país.

<sup>32</sup> Os dados da China influenciam consideravelmente nesse resultado: quando desconsideramos o referido país, a média de consumo mundial de pescado cai para 13,7 kg/hab/ano (FAO, 2010).

pescador é de 24t e 18t, respectivamente (FAO, 2010). Os dados demonstram um aumento da produtividade do trabalho nos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, pela forma capitalista predominante na pesca por eles praticada, associada à realização da mais-valia relativa, conforme determinam os ditames do sistema do capital.

A rentabilidade na pesca é boa para algumas embarcações industriais europeias, que podem obter lucro líquido na ordem de quinhentos mil euros em um mês, mas os dados gerais da pesca indicam a ocorrência de prejuízos totais no setor, na Europa, entre dois e doze bilhões de euros ao ano (FAO, op. cit.).

Mesmo assim, na lógica de desenvolvimento do capital, a pesca torna-se artificialmente um mercado atrativo, pelo menos no curto prazo, haja vista que um exemplar adulto do atum vermelho (*Thunnus thynnus*), por exemplo, pode atingir valores quase irrealistas no mercado de Tóquio/Japão. Em janeiro deste ano, foi amplamente alardeado pela mídia internacional o maior valor que um exemplar dessa espécie, com 222 kg, atingiu, num leilão em Tóquio: EU\$ 1,58 milhão de euros<sup>33</sup>(G1.GLOBO, 2013).

Apesar de ser denunciada como ilógica a atividade de pesca realizada indiscriminadamente e com o apoio financeiro e político de muitos estados-nação, essa racionalidade se materializa ao defender-se como provedora de alimentos e de trabalho, mas que, na verdade, ocorre e se mantém pela extração da mais-valia.

É realmente expressivo o número de trabalho que gera no setor de industrialização: cerca de 170 milhões, segundo a FAO (2009). Considerando os indivíduos dependentes desses trabalhadores, o número se amplia para 520 milhões de pessoas, o que significa a dependência de cerca de 8% da população mundial do setor industrial pesqueiro (FAO, op. cit.).

Por outro lado, o setor capitalista da pesca não consegue se sustentar sem o volume de subsídios que recebe dos estados-nação e, pelos dados de sobrepesca apresentados, não conseguirá se sustentar como atividade de produção, pois sua racionalidade, que é puramente econômica, tem extrapolado os limites de uso da natureza.

---

<sup>33</sup> Esse é um exemplo limite de fetichização da mercadoria, neste caso, do pescado. O valor de EU\$ 1,58 milhão representa cerca de R\$ 3,58 milhões, ou 5.280 salários-mínimos a preços de mar/2013 no Brasil. Considerando que o rendimento médio mensal dos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, situa-se entre um e dois salários-mínimos (média de 1,5) e que os trabalhadores citados praticam sua atividade por 35 anos (em média), esse único exemplar de peixe vendido no leilão de Tóquio equivale ao rendimento de 8,4 vidas de trabalho dedicadas à pesca artesanal na região deste estudo.



A Tabela 03 apresenta o número de pescadores por continente, considerando os embarcados na frota industrial e os pescadores artesanais conjuntamente. A maior parte dos pescadores (85,5%, em 2008) vive no continente asiático, onde os pescadores artesanais constituem ampla maioria.

TABELA 03. Número de pescadores por continente (1.000) e os anos selecionados

	2000	2005	2008
África	3.657	3.683	4.187
Ásia	35.242	36.860	38.440
Europa	746	662	641
América Latina e Caribe	1.250	1.271	1.287
América do Norte	343	338	337
Oceania	49	54	56
Total mundial	41.287	42.868	44.946

Fonte: Adaptado de FAO (2010)

Nos últimos anos tem ocorrido um aumento na oferta de empregos no setor pesqueiro industrial como um todo nos países mais pobres, enquanto nos desenvolvidos existe uma tendência oposta, devido à crescente mecanização, ao aumento no uso de tecnologias de ponta (ampliação do trabalho morto) e à conseqüente redução nas capturas. Segundo dados da FAO (2009), em 2006, o número estimado de pescadores embarcados na pesca industrial de países desenvolvidos era de 860 mil, o que representa uma diminuição de 24% em relação a 1990.

Na Noruega, por exemplo, o emprego no setor pesqueiro diminuiu nos últimos anos. Em 1990 aproximadamente 27.500 pessoas trabalhavam na pesca marinha, mas em 2008 esta cifra havia se reduzido em 53%, para 12.900 pessoas. No Japão o número de pescadores na pesca marinha diminuiu de 549.000, em 1970, para 370.600, em 1990 e continuou caindo até alcançar um mínimo de 200.000 pessoas em 2008. (FAO, 2009, p. 31).

O excerto do texto redigido pela FAO (2010) demonstra exemplos da diminuição da oferta de emprego para pescadores embarcados no setor industrial da pesca em países desenvolvidos, o que representa bem a situação de crise que envolve o setor, pelo menos para os trabalhadores que servem ao sistema vigente. O capital tem as condições para fugir desta crise, pela mobilidade que possui, seja mudando sua estrutura produtiva para outros países que ‘ainda’ possuem em suas águas cardumes para serem

pescados ou, até mesmo, migrando para outra atividade, investindo em segmentos produtivos mais lucrativos, sendo que, para o capital, a cultura existente é a do lucro, sem importar os laços formados. Fatos ocorridos na pesca e que vêm a corroborar o alto poder de adaptação que possui o sistema do capital, conforme salienta Mészáros (2003).

De acordo com as informações apresentadas pela FAO (2010), apesar da ocorrência da sobrepesca e do conseqüente declínio das capturas mundiais, as trocas comerciais envolvendo produtos da pesca entre os países se ampliaram em 50% entre 1998 e 2008, representando, atualmente, cerca de 10% das exportações agrícolas e 1% do valor total do comércio internacional de mercadorias (FAO, 2010). Ou seja, a pesca é uma atividade que se mantém, à custa da sobre-exploração da natureza e da desconsideração da reprodução social de seus trabalhadores.

Uma possível extinção das espécies de pescado não representa somente um problema ambiental, mas também social. Em geral e equivocadamente, os pescadores aparecem no cenário como culpados pelo problema da sobre-exploração pesqueira, uma vez que a sua produção é a fonte de seus rendimentos e a sobreprodução (o excedente) não fica com o trabalhador/pescador, mas com o proprietário dos meios de produção da pesca, principalmente no caso da pesca industrial. Na modalidade artesanal, as relações de produção se dão muito mais diretamente dentro das necessidades de consumo do trabalhador/pescador, e o excedente de sua pesca, na verdade, não é uma “mais-valia especial”, mas aquilo que tomará como valor de uso nos produtos que vai trocar pelo pescado capturado.

No entanto, as magnitudes dos volumes pescados pelos pescadores artesanais e industriais, assim como os efeitos sobre a natureza de cada uma dessas modalidades de pescaria, no curto, médio e longo prazos, precisam ser confrontadas e problematizadas. Isso porque existem grandes diferenças quanto à magnitude das capturas mundiais de pescado, pois, como já comentado, 1% (apenas) das embarcações de grande porte pertencentes à pesca industrial capitalista, é responsável por 50% do total capturado (FAO, 2009). Por outro lado, 60% das embarcações existentes no mundo são tão pequenas que não possuem qualquer espécie de abrigo para o pescador; trata-se de embarcações que permitem apenas a pesca em águas próximas de onde vivem os pescadores, considerados como artesanais (REVISTAGEO, 2009).

Segundo a FAO (2010), a pesca artesanal é responsável por mais da metade das capturas mundiais de pescado (marinhas e continentais), servindo, em sua maioria, para o consumo humano direto. Envolvem-se com a pesca artesanal 90% do total de

pescadores que atuam na captura ao redor do mundo, e essa modalidade de pesca mantém outros 84 milhões de pessoas empregadas indiretamente (elaboração, comercialização e distribuição). A ampla maioria desses pescadores (artesanais) vive em países em desenvolvimento onde as desigualdades sociais são mais fortemente sentidas, a pobreza é latente e a fome, muitas vezes, amenizada justamente com a pesca.

Dentre as 2,1 milhões de embarcações motorizadas no mundo, apenas 23 mil pertencem à frota industrial, número que sinaliza a realização da atividade pesqueira por um grande contingente de trabalhadores da pesca artesanal (REVISTAGEO, 2009).

Procuramos apresentar nesta seção, com a investigação realizada, fatos que indicaram a grande concentração da produção pesqueira e da renda da pesca nas mãos de poucos, daqueles que não participam das lidas da pesca, mas apenas das lidas do capital.

Apesar dos benefícios econômicos, sociais e nutricionais da pesca, é possível percebermos que está estabelecida uma espécie de ‘corrida do ouro’ ou, adequando a expressão ao nosso tema, está estabelecida a ‘corrida do peixe’ e, conforme tratado nesta seção – somado já à problematização da situação dos estoques e da ganância instituída pelo sistema capitalista/industrial pesqueiro –, podemos afirmar que se trata da ‘corrida para o ÚLTIMO peixe’.

## 2.2 Histórico e situação atual da pesca no Brasil

No Brasil, a pesca passa pela mesma problemática mundial de diminuição das disponibilidades dos estoques. Nesta seção, verificaremos que tal situação na pesca foi condicionada a partir do fomento, pelo Estado, à formação de um parque industrial pesqueiro, no final da década de 1960.

Considerando a etapa industrial, iniciada na década anterior, o incentivo à atividade tem resultado no acréscimo do volume pescado, o qual foi diminuindo à medida que as capturas se intensificaram, deflagrando a sobre-exploração da natureza das espécies pescadas. No dizer de Lima e Dias Neto,

A evolução histórica da produção de pescado no Brasil apresenta para as décadas de 1950 e de 1960 taxas de crescimento médio anual de 5,6% e 9,6%, respectivamente, enquanto na década de 1970 a taxa de crescimento reduziu-se para 3,7% e na década de 1980 mostrou aumento ainda menor, com uma taxa de crescimento médio anual da ordem de 0,5%. (LIMA e DIAS NETO, 2002, p. 26).

Portanto, a situação atual dos recursos pesqueiros no Brasil não é diferente da vivida pelo restante do mundo, sendo que mais de 80% dos principais recursos marinhos encontram-se nas categorias dos plenamente explorados, sobre-excesso de exploração, esgotados e em recuperação (de tal nível de utilização). O maior volume de capturas pesqueiras no Brasil ocorreu em 1985, quando foram pescadas 956.684t; depois disso, a tendência foi de queda.

Desde a criação da SEAP, em 2003, o governo brasileiro tem envidado esforços para aumentar a oferta de pescado no país. A importância da atividade pesqueira como projeto social e econômico tem sido evidenciada deste então, o que culminou com a mudança de título da pasta da pesca, assumindo a condição de Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2009.

A política adotada pela SEAP e, atualmente, pelo MPA, para a atividade de aquicultura, tem sido a de promover a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias, visando ampliar o cultivo de espécies de pescado em cativeiro, ou em espaços naturais reservados para tal fim, em ambientes de água doce ou salgada.

Em relação à pesca, com a criação da SEAP que, na realidade, se dá com a assunção ao poder político nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), percebe-se

maior atenção aos pescadores artesanais, historicamente marginalizados nas políticas públicas do país. A procura pela democratização do fundo público, com o estímulo a participação popular em conferências locais, regionais e nacionais da pesca representam uma mudança na estruturação do setor no país, desde o início do governo Lula. Neste estudo, apesar de identificarmos uma real intenção de transformar a relação do estado brasileiro com a categoria de pescadores artesanais, percebemos que ainda precisam ser aprimorados os meios para se conseguir criar mecanismos que possibilitem melhores condições de vida para estes trabalhadores. Ou seja, a aproximação de profissionais extensionistas – orgânicos ou não – ainda não conseguiu avançar no sentido de promover a emancipação da categoria de trabalhadores empobrecidos do país, e especificamente, dos pescadores artesanais, embora tenham sido envidados esforços nesse sentido.

Conforme informações do MPA, a produção brasileira de pescado (extrativa e da aquicultura) aumentou 25% nos últimos oito anos, passando de 990.899t anuais para 1.264.765t, em 2010, volume que representa 0,86% da produção mundial de pescado e concede ao Brasil a 18ª posição no *ranking* mundial de países produtores de pescado (BRASIL, 2012a).

O que se percebe nos informes do MPA é a existência de um mascaramento das reais condições da pesca quando esse órgão do governo apresenta os dados do volume da produção pesqueira, conforme podemos observar no texto a seguir, no qual grifamos a intensão deste órgão governamental em ressaltar a produção de pescado apenas no que “dá certo”.

A pesca extrativa marinha continuou sendo a principal fonte de produção de pescado nacional, sendo responsável por 536.455t (42,4% do total de pescado), seguida, sucessivamente, pela aquicultura continental (394.340t; 31,2%), pesca extrativa continental (248.911t; 19,7%) e aquicultura marinha (85.057t; 6,7%). Em 2010 foi registrada uma redução de 8,4% na produção de pescado oriunda da pesca extrativa marinha em relação a 2009, resultado de um decréscimo de 49.217t. Por outro lado, a produção da pesca extrativa continental e a aquicultura continental e marinha **fecharam em alta em relação a 2009, com um acréscimo de 3,9%, 16,9% e 9%**, respectivamente. (BRASIL, 2012a. Grifo nosso).

Mesmo com a redução nas capturas marinhas de pescado em 8,4%, conforme exposto na citação anterior, a pesca extrativa como um todo (continental e marinha) concede ao Brasil o 23º lugar no *ranking* mundial e representa 0,92% do total da

produção extrativa de pescado no mundo. Quanto à prática da aquicultura, o Brasil produz 0,75% do total dessa atividade no mundo, ocupando a 17ª posição no *ranking* mundial (BRASIL, 2012a).

O Gráfico 03 apresenta informações quanto à produção da aquicultura marinha e continental e da pesca extrativa marinha e continental no Brasil, entre os anos de 1994 e 2010.

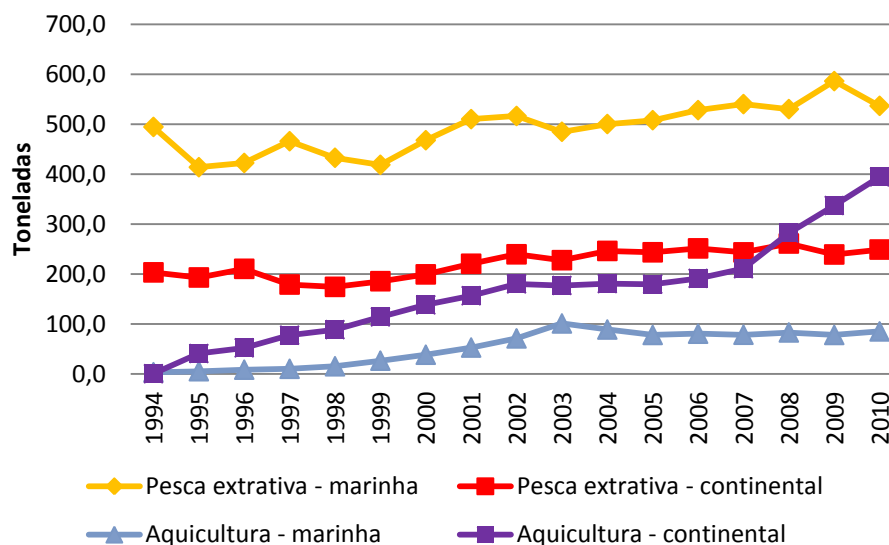


Gráfico 03. Produção pesqueira extrativa e da aquicultura marinha e continental no Brasil, 1994-2010 (1.000t)

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados de Brasil (2012a)

Notamos, na leitura do Gráfico anterior, que a pesca extrativa marinha tem aumentado suavemente sua produção durante a última década. A pesca extrativa continental apresentou certa regularidade na produção e pequena tendência de aumento, com destaque para a atividade de aquicultura que, no ambiente marinho, passou de 3.400t em 1994, para 85.100t em 2010; já no ambiente continental, a aquicultura teve um crescimento vertiginoso, passando de 400t, em 1994, para 396.300t, em 2010.

No entanto, apesar do aumento da produção da pesca extrativa e da aquicultura no país, percebemos que, comparando o crescimento da população brasileira à série histórica de produção da pesca extrativa e da aquicultura marinha e continental, a possibilidade de abastecimento da população com espécies de pescados vem se mantendo, no caso da pesca extrativa, o que demonstra sinais de exaustão dos estoques pesqueiros. A compensação vem do aumento da produção da aquicultura. As informações apresentadas no Gráfico 04 relacionam as duas variáveis: população

brasileira e pesca extrativa marinha e continental; e população brasileira e aquicultura marinha e continental, demonstrando o volume com que a pesca extrativa e a aquicultura contribuem para o consumo de pescado pela população brasileira, em kilogramas/hab/ano.

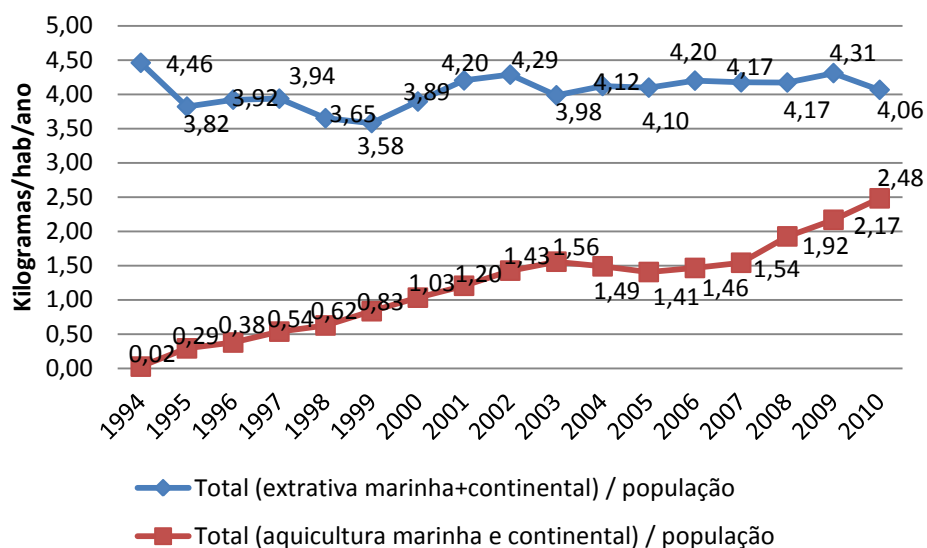


Gráfico 04. Contribuição da pesca extrativa e da aquicultura, marinha e continental, para o consumo da população do Brasil, 1994-2010 (quilograma/hab/ano)

Fonte: elaborado pelo autor com dados do IBGE (2012); e Brasil (2012a)

Conforme o gráfico anterior, no ano de 2010, a produção extrativa e da aquicultura marinha e continental de pescado para o consumo da população brasileira é de 6,54 kg/hab/ano. A aquicultura tem aumentado sua contribuição para o referido consumo. Com vistas a refinar nossa análise, podemos agregar as informações da balança comercial do Brasil relativas ao pescado para o consumo humano. O saldo tem sido negativo desde o ano de 2006, ou seja, o Brasil importa mais do que exporta. No ano de 2010, esse saldo negativo, em volume, foi de 594.000t.

Portanto, quando o governo brasileiro anuncia que o consumo de pescado no país tem aumentado, e isso, devido às campanhas por ele efetuadas, nota-se que a capacidade de extração já está no limite, o que o leva a lançar mão da aquicultura e da importação para sustentar o objetivo das referidas campanhas.

Quanto à aquicultura, apesar de representar uma forma de produzir alimentos, cabem algumas ressalvas quanto ao processo de produção desenvolvido em todo o

mundo e que, dependendo da região, tem causado impactos ambientais e sociais negativos, anulando os benefícios trazidos pelo aumento da oferta de alimentos<sup>34</sup>.

E quanto à importação, também é possível lançarmos algumas ressalvas, pois a compra de outro país não anula os possíveis efeitos negativos do processo de produção, seja no tipo extrativo, seja na aquicultura, gerados no país de origem. Como o governo brasileiro anuncia que no ano de 2010 o consumo de pescado no país foi de 9,75kg/hab/ano, enquanto a produção, somando a pesca extrativa e a aquicultura, foi de 6,54kg/hab/ano, a importação foi responsável por abastecer a população com 3,21kg/hab/ano, o que equivale a 1/3 do consumo brasileiro total. Os dados mostram que as campanhas de incentivo ao consumo de pescado estão dando certo<sup>35</sup>, porém com o senão de que se sustentam na aquicultura e na importação. Isso devido à impossibilidade de se aumentar a extração, haja vista o estado de sobre-exploração dos recursos pesqueiros.

Passemos agora a uma breve análise dos resultados apresentados pela pesca extrativa marinha no Brasil, modalidade escolhida por ser a praticada pelos pescadores artesanais da APESMI, sujeitos de nossa pesquisa, que atuam na região estuarina da Lagoa dos Patos e, por isso, têm como objetos de trabalho os mesmos cardumes de peixes e crustáceos que os capturados na zona marinha.

A situação de aumento e/ou manutenção do nível das capturas da pesca extrativa marinha no Brasil se mostra preocupante quando analisamos o número de espécies que representam o alvo dessas capturas. Ao considerarmos (somente) as quatro espécies de peixes mais pescadas no Brasil, em 2010, percebemos que elas representam 31,5% do total da produção extrativa marinha, e todas apresentaram diminuição das capturas no mesmo ano, quando comparadas a 2009, pois considerando as quatro espécies, a redução nas capturas foi de 15,8% ou de 27.601t (BRASIL, 2012a).

Além da situação mostrada, que é preocupante, onze espécies de peixes são responsáveis por mais da metade das capturas extrativas marinhas no país, o que revela o contexto de uma crise iminente na atividade extrativa pesqueira no Brasil.

Apesar disso, o MPA tem tomado medidas para que seja ampliada a produção pesqueira extrativa no país. Conforme já foi comentado, a produção total brasileira é de

---

<sup>34</sup> Sobre os impactos ambientais e sociais da aquicultura, ver em Hall *et al.* (2011). Disponível em: <[http://www.conservation.org/Documents/BlueFrontiers\\_aquaculture\\_report.pdf](http://www.conservation.org/Documents/BlueFrontiers_aquaculture_report.pdf)> Acesso em 7 jan 2013.

<sup>35</sup> Desde a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, no ano de 2003, o consumo de pescado tem aumentado no país, passando de 6,46 kg/hab/ano para os já informados 9,75 kg/hab/ano, em 2010 (BRASIL, 2012a).



aproximadamente 1,24 milhões de t/ano, da qual 45% é proveniente da pesca artesanal/familiar, ratificando sua importância no cenário pesqueiro do país.

O MPA tem comemorado o crescimento do consumo de pescado no país, que apresentou, inclusive, um aumento maior em relação a outras carnes, segundo divulgação do próprio Ministério, em seu endereço eletrônico: “No período de 2007-2009, frente às principais fontes de proteína animal, o pescado apresenta o maior crescimento relativo, com 15,7%; mais que as aves (12,9%), suínos (9,2%) e a carne bovina (decréscimo de -8,6%)” (BRASIL, 2012a).

O Gráfico 05 apresenta informações quanto à produção extrativa de pescado marinho, considerando os anos de 2009 e 2010, por região da federação.

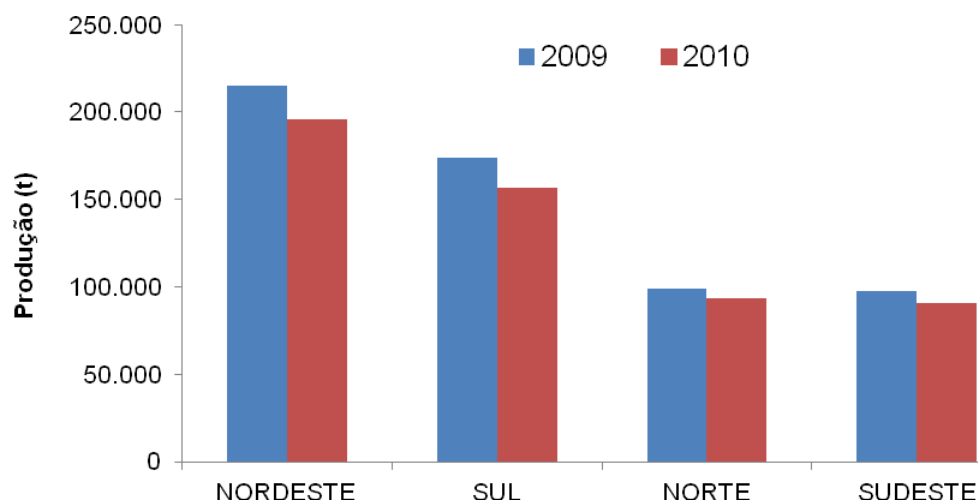


Gráfico 05. Produção extrativa de pescado marinho por região do Brasil, 2009-2010 (t)  
Fonte: Brasil (2012a)

Com base nas informações do Gráfico 05, observamos que a produção extrativa marinha diminuiu em todas as regiões do país, comparada aos anos de 2009 e 2010. A região nordeste apresenta a maior produção extrativa marinha, com 36,5% da produção total do Brasil, de acordo com os dados de 2010, seguida da região sul, com 29,2%. As características das duas regiões são diferenciadas: no nordeste prevalecem pescarias com maior número de espécies, enquanto no sul há menor variedade, mas maiores volumes pescados de uma mesma espécie.

O Gráfico 06 mostra a produção pesqueira extrativa marinha para os estados do Brasil.

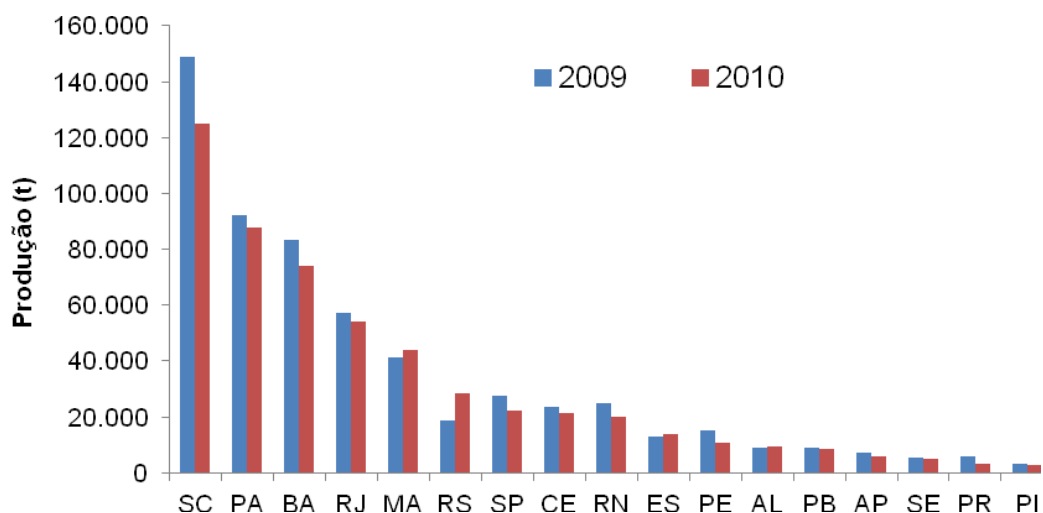


Gráfico 06. Produção extrativa de pescado marinho por unidades da federação, 2009-2010 (t)

Fonte: Brasil (2012a)

Considerando os dados apresentados no Gráfico 06, o estado de Santa Catarina é o maior produtor na pesca extrativa marinha do país, e o estado do Rio Grande do Sul ocupa a 5ª posição, o que representa, respectivamente, 23,3% e 5,3% do total das capturas do país no ano de 2010.

Existem, no país, 970 mil pescadores registrados junto ao MPA, sendo 957 mil pescadores e pescadoras artesanais (dados de setembro 2011), organizados atualmente em cerca de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas (BRASIL, 2012a). Portanto, é considerável o número de organizações pesqueiras no país, cuja ampla maioria (98,7%) é composta de pescadores artesanais; o restante trabalha como embarcado na frota industrial/capitalista.

Quanto à geração de emprego no setor pesqueiro industrial/capitalista e à dimensão da frota brasileira, assim informam Dias Neto e Marrul Filho:

esta atividade é responsável pela geração de 800 mil empregos diretos, sem falar no fato de que o parque industrial é composto por cerca de 300 empresas relacionadas à captura e ao processamento. Já a frota nacional é composta por cerca de 25.000 barcos, dos quais, aproximadamente, 2.000 formam a chamada frota industrial e o restante a frota artesanal ou da pesca de pequena escala. (DIAS NETO e MARRUL FILHO, 2003, p. 12).

Apesar de ser recente o desenvolvimento da pesca industrial no Brasil (década de 1940), conforme as informações trazidas pela citação transcrita, percebemos que

existe um considerável número de trabalhadores empregados, seja nas embarcações ou em fábricas que beneficiam o pescado, e isso tem alicerce no esforço do estado brasileiro em desenvolver atividades de pesca de escala industrial.

A influência do estado na atividade pesqueira lembra o ocorrido em outros países que inicialmente incentivaram a entrada da ordem capitalista na pesca, no século XIX (como será abordado em seção posterior deste estudo). O atraso de 150 anos no desenvolvimento do setor pesqueiro industrial no Brasil, a exemplo do ocorrido em outros setores da atividade econômica, é caracterizado pelo desenvolvimento tardio de nosso capitalismo periférico, atingindo a pesca da mesma forma: incentivo ao produtivismo na atividade pesqueira descolado da viabilidade ecológica, conforme veremos no texto que segue, no qual abordamos a influência do estado brasileiro na pesca.

### **2.2.1 O estado e a pesca no Brasil**

Segundo a Constituição do Brasil, cabe ao poder público e à coletividade zelar pela proteção ambiental, sendo que ao primeiro é atribuída a tarefa de administrar o processo de interação sociedade-natureza (BRASIL, 1988), evitando que interesses de setores empresariais com maior correlação de forças no âmbito econômico e político coloque em risco a qualidade de vida da população.

O poder público assume o papel de mediador nos diferentes usos e apropriações dos recursos ambientais, em que se salientam as tarefas de estabelecer padrões de qualidade ambiental, avaliar impactos ambientais, licenciar e fiscalizar atividades potencialmente poluidoras, disciplinar a ocupação do território, promover a educação ambiental, dentre outras (QUINTAS, 2005).

A Educação Ambiental, enquanto participante do quadro jurídico do país, sob a Lei nº 9795/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, constitui-se como prática política e emancipatória e busca uma nova forma de relação homem-sociedade-natureza.

No presente estudo, conforme comentamos anteriormente, inserimos a proposição crítica da (e na) Educação Ambiental por compreendermos que assim estarão sendo problematizadas as formas de apropriação dos recursos naturais. Desse modo, o conhecimento é tido como uma construção social, realizado historicamente,

sem neutralidade, atendendo a diferentes interesses no tecido social e marcado por profundo desequilíbrio entre poder e saber.

Justificamos tais pressupostos por entender que a situação de desequilíbrio ecológico do planeta está vinculada a uma racionalidade reducionista e mecanicista, apoiada em um sistema de apropriação que extrapola o campo econômico, partindo para uma relação conflituosa no uso e uso-fruto dos recursos ambientais. As relações de poder existentes nesse embate contribuem para a privatização dos lucros e socialização dos prejuízos.

O Brasil, ao participar ativamente do processo de globalização e da proposta neoliberal apontada pelo Consenso de Washington, no início da década de 1990, percorre caminhos delimitados na busca incessante de crescimento econômico. O pretexto da geração de empregos e renda desconsidera os efeitos do aumento do consumo, assim como da desigualdade social existente e suas causas.

O Estado é o mediador dos interesses difusos (e conflitantes) da sociedade e, para tanto, orienta, através de regulamentações, os trâmites legais a serem seguidos pelas partes interessadas na resolução dos mesmos.

O início da intervenção do estado brasileiro na pesca se deu com a criação das colônias de pescadores como estratégia de controle da região fronteira e da costa, a partir de 1919. As colônias existem até hoje e são reconhecidas como representantes legais dos pescadores. O vínculo obrigatório dos pescadores com a colônia acabou somente com a Constituição de 1988, embora seja comum, até mesmo na região deste estudo, o uso delas para interesses meramente políticos. Conforme observa Abdallah (2005), durante grande parte da história, as colônias representaram palco de manobras eleitorais, com a ocorrência de intervenções diretas e distanciamento dos interesses reais dos pescadores.

Entre 1933 e 1938, foi instituído o Conselho Nacional de Pesca, o qual deu origem ao Código de Pesca, que a definiu e caracterizou o seu exercício nos diferentes meios aquáticos e considerou os pescadores como profissionais e merecedores de apoio legal.

A partir de 1938, a pesca passou a ser considerada uma atividade de caráter econômico, já com razoável estrutura, tanto física quanto legal. A partir daí, modificações foram introduzidas na lei básica. Entrepostos de pesca foram criados, assim como sistemas de créditos e serviços de amparo à saúde do pescador.

Com o surgimento da Pastoral da Pesca, em 1968, descortinou-se uma relação diferenciada, em que os pescadores iniciaram um processo de reivindicação pelos seus direitos, entre os quais, a aposentadoria e, mais recentemente, o seguro-desemprego. Esse último é também conhecido como seguro-defeso, por ser um benefício pago aos pescadores que paralisam suas atividades em períodos de defeso, o qual, por sua vez, visa à manutenção da vida no ambiente aquático.

Mesmo assim, a categoria de pescadores artesanais convive com injustiças históricas, segundo nos ensina Souza:

a história da pesca no Brasil demonstra o descaso com essa prática geradora de renda e que engloba uma boa parte das populações ribeirinhas marginalizadas ao longo dos anos. Mudanças culturais e tecnológicas ocorreram durante o desenvolvimento dessa atividade, sem alterar as relações básicas de trabalho e produção. (SOUZA, 2005, p. 12).

Nossa percepção a esse respeito é a de que o ensino formal, no país, é ausente para as referidas populações, que vivem no limiar de sua sobrevivência, conduzidas à marginalização por processos econômicos estruturados a partir de uma lógica individualista, que pouco ou nada contribui para o desenvolvimento humano. Um ensino que se esconde na estrutura da organização social pretensamente ‘equilibrada’ do capitalismo, quando, na realidade, o que sentimos é um completo desequilíbrio. Por isso, a Educação Ambiental como a que defendemos, a partir de sua posição crítica e alicerçada na teoria marxista, cujo intuito é o de reconstituir o sentido (enquanto percepção) da totalidade dos fenômenos, em suas relações internas e com o exterior, representa uma transformação no modo de fazer pedagógico que erroneamente entende o ser humano como passivo e passível de ser adestrado pela organização produtiva preponderante e, no caso, dos pescadores artesanais, relegados à condição de fornecedores de matérias-primas para o setor industrial/capitalista. Isto é, desconsidera a ontologia do ser humano, ao negá-lo como sujeito histórico e da práxis.

Retornando ao que vínhamos comentando acerca da história da pesca no país, em 1961, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), com o objetivo de alavancar o setor pesqueiro. Em 1962, é criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), a partir da fusão de três órgãos: Divisão de Caça e Pesca, Caixa de Crédito da Pesca, ambos vinculados ao Ministério da Agricultura, e o CODEPE (DIAS NETO, 2002).

Com a criação da SUDEPE, iniciou-se uma nova fase na administração da pesca no país, definindo os rumos a serem tomados a partir de uma proposta desenvolvimentista, que parte do estado, e alicerçada na industrialização forçada desse setor. O que motivou a entrada, no setor pesqueiro, de empresários (capitalistas) que antes não possuíam qualquer vínculo com a atividade de pesca e cujo objetivo era o lucro máximo e imediato, passando a ser essa a lógica dominante na pesca, praticada sem uma regulamentação que pudesse frear o processo de exploração desordenada dos recursos pesqueiros que, ao contrário, se amplia com a promulgação, pela SUDEPE, do Decreto-Lei nº 221/67. Esse Decreto, portanto, concede forte impulso à atividade pesqueira brasileira, ao instituir o programa nacional de incentivo à pesca.

Os principais objetivos do programa citado era de aumentar a produção de pescado, fortalecer o setor pesqueiro nacional, ampliar os postos de trabalho e melhorar as condições dos pescadores artesanais (DIAS NETO e DORNELLES, 1996).

Cabem algumas considerações relativas aos objetivos traçados pela SUDEPE, até mesmo porque percebemos que, passado quase meio século dos incentivos ao setor pesqueiro provenientes do Decreto-Lei nº 221/67, ainda impera no país o desenvolvimentismo nacional/capitalista sob a administração do MPA.

A maior parte dos incentivos concedidos foi destinada à atividade de pesca em si, à industrialização de camarões voltada ao mercado externo e à captura de peixes demersais, através da frota de barcos que realizam a modalidade de pesca de arrasto, aumentando consideravelmente o número de embarcações e fábricas ao longo da costa brasileira.

Segundo Abdallah (1998), o volume empregado via incentivos fiscais foi de R\$ 1.015,8 milhões (valor de agosto de 1994), investidos em sua maioria entre os anos de 1967 e 1973, sendo que a região sul do Brasil captou aproximadamente 25% do volume total do crédito concedido ao setor pesqueiro.

A região sul do país se destacou devido às condições naturais propícias à realização da pesca, além da existência de centros consumidores de importância e da acumulação de capital, o que possibilitou o surgimento, na região, de uma pesca empresarial-capitalista (DIEGUES, 2004).

Os resultados alcançados com a política de incentivos fiscais à pesca no país não foram satisfatórios, devido a fatores relacionados tanto à captação de recursos por empresários não vinculados à pesca, quanto à inadequação do aumento do esforço de pesca e das estruturas industriais de beneficiamento de pescado a capacidade de suporte

dos cardumes de pescado, o que levou à sobrepesca. Por exemplo, quando a sobrepesca causou a redução dos cardumes de camarão na região sudeste-sul do país, diminuindo a rentabilidade das empresas capitalistas aí instaladas, essas empresas se mudaram para a região norte, implantando aí um novo parque industrial para explorar os recursos pesqueiros marinhos.

Eis a forma como o capital se apresenta: não existe pátria ou qualquer vínculo cultural com o local, e sim (e apenas) o compromisso com o rendimento de seus proprietários ou acionistas, o que poderíamos traduzir como alta mobilidade e adaptação do capital às alterações no mercado. Esperar que um sistema que possui essa forma de agir tenha considerações éticas para com a natureza ou para com os trabalhadores envolvidos é, no mínimo, uma ingenuidade, pois como bem denuncia Diegues (2004, p. 106), “o limite da exploração de um cardume aparece somente quando o lucro médio já não é mais realizado, o que significa frequentemente a destruição completa ou parcial dos estoques”.

Os recursos captados com o sistema de crédito vinculado ao Decreto-Lei n° 221/67 contribuíram para a sobre-exploração de diferentes espécies de pescado. Conforme ressalta Dias Neto (2002), a intenção do governo de criar um setor pesqueiro forte acabou gerando, na prática, conflitos entre os pescadores artesanais e industriais. Isso porque os incentivos dessa política pública se destinaram majoritariamente ao setor industrial, o qual ampliou bastante o volume pescado de algumas espécies, contribuindo para uma diminuição da possibilidade de capturas pelos pescadores artesanais.

A sobrepesca trouxe consequências a todo o setor pesqueiro, mas o artesanal em particular se viu diante de uma queda expressiva na quantidade capturada, o que influenciou diretamente na sua sobrevivência, pelo maior nível de dependência que possui da pesca. Quanto aos conflitos gerados entre essas duas modalidades de pesca, a industrial/capitalista e a artesanal/familiar, conflitos que se acirraram com os incentivos do referido Decreto, assim comenta Diegues:

[A pesca artesanal] passou a sofrer as pressões da pesca empresarial-capitalista, cujos barcos pescavam em regiões interditadas, dentro de baías e estuários, causando uma enorme devastação de recursos pesqueiros, representado sobretudo pela “fauna acompanhante” (*trash fish*) do camarão, jogada no mar. Inúmeros conflitos se verificaram entre as duas formas de organização da produção. Além disso, o uso crescente dos ecossistemas litorâneos e costeiros, para a implantação de pólos químicos, petroquímicos, minerometalúrgicos, levou à poluição dos estuários, como o empobrecimento biológico dos recursos tradicionalmente capturados pela pesca artesanal. A especulação imobiliária, expulsando os pescadores

artesanais de suas praias, algumas vezes de maneira violenta, contribuiu para uma desorganização social crescente e para um empobrecimento ainda maior das comunidades dos pequenos produtores litorâneos. (DIEGUES, 2004, p. 131-132 [inserção nossa]).

Portanto, a coexistência entre formas de organização social de produção na pesca, como a empresarial-capitalista e a artesanal-familiar, é uma ‘coexistência pacificada’ pela dependência que possuem uma da outra. A primeira absorve o objeto de trabalho da segunda enquanto excedentes de sua produção, transformando-os em sua matéria-prima e, por isso, se apropria, também, do trabalho do pescador artesanal. A esse último, já historicamente inserido numa prática de trabalho cujo objetivo é o próprio sustento, ao transformar seu objeto em alimento, mas também como objeto com valor de troca, que mediará sua compra de outros produtos no mercado, caracteriza uma relação de dependência, mas cabe salientar, com dominância do setor empresarial-capitalista sobre o artesanal-familiar e isso, devido, dentre outros motivos, à já comentada mobilidade e adaptabilidade do capital, que pode até mesmo mudar o investimento para outros setores de produção, caso a pesca já não lhe seja rentável. O custo de oportunidade de manter seus investimentos em capital fixo é quem define a continuidade ou não do capital em determinado setor de produção.

Os incentivos do estado a partir do Decreto-Lei n° 221/1967, o qual objetivava a formação de parque industrial pesqueiro, não se preocuparam em dimensionar essas estruturas industriais à disponibilidade da natureza como fornecedora do pescado enquanto matéria-prima. Isso fez nascer uma indústria fadada ao fracasso, com 40% de falência entre as quase 131 empresas capitalistas que receberam incentivos fiscais com o referido Decreto (DIEGUES, 1983).

Segundo Morales *et al.* (1976) *apud* Diegues (1983, p. 140), os erros mais comuns dessa política de incentivo à criação de uma forte indústria capitalista na pesca foram:

- Inversões consideráveis em fábricas de processamento, sem se saber da existência da matéria-prima. O resultado é que, em 1976, as empresas de enlatamento funcionavam com 72% da capacidade ociosa no Rio Grande do Sul, 87% em Santa Catarina, 44% no Rio de Janeiro. A utilização das instalações de congelamento não ultrapassa os 20% em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
- Desequilíbrio nas inversões: entre 1967 e 1972, cerca de 51% dos investimentos foram canalizados para a industrialização, 29% para a captura, 13% para a administração, e somente 7% para a comercialização, onde se situa um dos pontos de estrangulamento do setor pesqueiro;



- Captura seletiva de espécies de alto valor no mercado internacional, o que levou à rápida predação dos recursos naturais. A destruição contínua de espécies marinhas, situadas num nível intermediário da cadeia alimentar, poderia ter causado a escassez alimentar para outras espécies que dela se alimentavam.

Outras considerações à promoção de um setor pesqueiro industrial, através dos incentivos fiscais, foram assim proferidas por Dias Neto e Marrul Filho:

A tentativa de se modernizar a pesca, iniciada no final da década de 60 e que se estende até o início dos anos 80, estava atrelada ao modelo econômico vigente, concentrador de capital, exportador, superdimensionado, tecnologicamente intensivo e ecologicamente predador. O capital estatal, via incentivos fiscais e creditícios, teve, neste processo, enorme papel e importância. A aplicação deste modelo para o setor pesqueiro no Brasil enfrentou rapidamente sérios problemas relacionados com a sustentabilidade dos recursos explorados. (DIAS NETO e MARRUL FILHO, 2003, p. 21).

Podemos salientar ainda que foram poucas as espécies de pescado que receberam o foco das pescarias com os incentivos do Decreto-Lei n° 221/1967, com destaque para o camarão, muito apreciado no mercado externo, espécie que entrou em declínio rapidamente, haja vista o esforço de pesca a ela destinado.

As espécies de menor valor comercial pescadas no sul abasteciam os mercados do norte e nordeste do país, enquanto parte do que era pescado nessas regiões, quando não era exportado, abastecia o maior poder de consumo do mercado do sudeste. Os pescadores artesanais praticamente foram esquecidos na política em questão, ficando apenas com 12% dos valores concedidos via subsídios (DIEGUES, 1983).

Nesse período, a exploração se deu para além dos recursos pesqueiros, mas também sobre a categoria de pescadores embarcados na pesca industrial, atingindo indiretamente os pescadores artesanais (devido ao decréscimo nas suas capturas). Além disso, continuou privilegiando os capitais comerciais, que monopolizavam a compra do pescado nos portos pesqueiros do país, revendendo-o com grandes lucros.

O choque do petróleo (1973) e a conseqüente alta desse importante insumo para as pescarias, somados à proibição da pesca, promovida pelos governos da Argentina e do Uruguai, para embarcações brasileiras em suas zonas costeiras, fizeram com que as empresas de pesca ampliassem a compra da produção dos pescadores artesanais. Fato que estimulou, principalmente, a pesca de camarão, conduzindo a uma intensificação da mesma, com conseqüência para os ambientes estuarinos, locais das capturas dos pescadores artesanais.

A depredação desses ambientes, ocasionada também pela atividade de pesca artesanal, ao atender a demanda das empresas, contribuiu para a pauperização dos pescadores artesanais, que sentiram a degradação de seus locais de trabalho.

A desestruturação dessa política de incentivos, na década de 1980, com as poucas empresas que restaram, levou a uma nova configuração na comercialização do pescado, com maior nível de concentração de compra e, por conseguinte, de poder de barganha, por parte das (poucas) empresas restantes.

Os incentivos fiscais promovidos com o Decreto-Lei n° 221/1967 não contribuíram eficazmente para um aumento na produção total de pescado no país, visto que a taxa de crescimento anual da produção pesqueira no Brasil, entre 1967-1977, foi de 5,4% ao ano, sendo que no decênio anterior (portanto, antes do Decreto), foi maior: 7,7% ao ano.

A crise no setor pesqueiro brasileiro representa uma consequência da ideologia dominante do estado, unido aos empresários da pesca, pois como defendem Dias Neto e Marrul Filho<sup>36</sup>,

o Estado posiciona-se, face ao conflito, de maneira claramente favorável aos empresários capitalistas, seja se omitindo de uma clara luta entre dois segmentos diferentes e antagônicos, seja colocando as prioridades econômicas acima dos conflitos de classe, reforçando a dominação dos empresários sobre os pequenos produtores. (DIAS NETO e MARRUL FILHO, 2003, p. 14).

Para finalizar e contribuir com a análise crítica elaborada pelos pesquisadores recém-nominados, quanto ao Decreto-Lei n° 221/1967, o qual identifica o forte empenho do estado brasileiro em desenvolver o setor pesqueiro no país, elaboramos a seguir nossa interpretação relativa aos quatro objetivos principais, elencados nesse Decreto: a) aumentar a produção de pescado; b) ampliar os postos de trabalho; c) fortalecer o setor pesqueiro nacional; d) melhorar as condições dos pescadores artesanais.

Quanto ao primeiro objetivo, qual seja, o de aumentar a produção de pescado no país, percebemos que ela está ligada diretamente ao (des)cuidado com a natureza, no sentido de sua “reprodução” ou mesmo da “reconstituição de seu manancial de peixe”. Em 1967, começa a destruição da natureza nos mares e costa brasileira como política

---

<sup>36</sup> Cabe salientar que os dois pesquisadores em questão pertencem ao quadro de trabalhadores do IBAMA, portanto, do estado, ao qual dirigem sua crítica. Fato que evidencia a dificuldade de mudar a estrutura atual do estado, pois o poder político é subserviente ao poder do capital.

pública – não ambiental – em defesa da produção, não de alimentos para a população, mas com vistas ao lucro, à competição, à concentração da riqueza, quando resultou na ampliação da industrialização de peixes e crustáceos, visando ao mercado exterior.

Em contraposição ao incentivo de cooperativas de cunho autogestionário, o plano, por limitar-se ao aumento do número de embarcações e fábricas – provavelmente tais embarcações sejam propriedades dessas mesmas fábricas – não teve resultados satisfatórios, mostrando-nos que a classe proprietária, a classe burguesa, no Brasil, conforme afirma Florestan Fernandes (1976), na obra *“Revolução burguesa no Brasil”*, está sempre de joelhos, pedindo dinheiro ao governo central para manter seu pseudo *status* de produtora de bens de consumo popular ou para a população.

Pensar o cooperativismo, segundo constava no interior da proposta de apoio aos pescadores artesanais (como destacado no quarto objetivo), pensando no lucro, no monopólio e na concentração de renda, é uma contradição muito forte, que anula qualquer política pública com interesse social.

Portanto, a SUDEPE, enquanto órgão público, não atendeu ao público, mas sim ao capital e suas individualidades, haja vista que a industrialização de produtos nobres (como é o caso do camarão) visava à exportação, materializando a possibilidade de o país arcar com seus compromissos vinculados ao pagamento da dívida externa. Além disso, os objetivos desse Decreto eram carregados de proteção financeira ao empreendedor, com garantias somente para a expansão do capital empregado.

O segundo objetivo que constava no Decreto, qual seja, de ampliar os postos de trabalho, se retiramos o fundo social da proposta, aparece (ou transparece) nele, a perpétua ação do modelo capitalista de produção.

Na compreensão de Marx, com a qual concordamos, o proprietário já tem garantido os recursos – salários – a serem pagos aos trabalhadores, antes mesmo que produzam a mais-valia. Essa mais-valia representa o dinheiro para a compra de novas mercadorias – força de trabalho.

Logo, o objetivo de ampliar os postos de trabalho não significa melhorar as condições de trabalho do ‘pescador’, mas atrelá-lo a um patrão, que possui a propriedade dos meios de trabalho subsidiados pelo dinheiro público e legitimados por essa política pública. Novamente assistimos ao Estado protegendo o ‘Capital’ e o ‘Capitalista’, dando-lhes as condições materiais e legais (via concessão de empréstimos) para explorar o pescador – trabalhador social –, cujos recursos públicos reificado como

(recurso) privado, fortalecem o poder dos que se privilegiam do acesso a tais benesses, como os incentivos do Decreto-Lei n° 221/97.

Quanto ao terceiro objetivo do Decreto em pauta, relativo ao fortalecimento do setor pesqueiro nacional, entendemos que também ratifica a proteção do estado, que é burguês, à classe que o originou. O fortalecimento do setor não previu a formação de coletivos para uma produção comunitária, no sentido de favorecer pequenos projetos familiares ou de grupos sociais – moradores da costa brasileira, para organizarem-se em cooperativas, por exemplo. Não concedeu a possibilidade de investir no pequeno pescador, no sentido de com ele organizar e sistematizar a industrialização de seu pescado.

A indústria da conservação de pescado, para o seu funcionamento, necessita de energia elétrica, água, embalagem e, principalmente, da qualidade da força de trabalho na limpeza e na evisceração do pescado. O resultado dos incentivos gerados pelo Decreto foi a industrialização da pesca em toda a sua cadeia produtiva, sem dúvida, mas o emprego continuou tendo a mesma característica do sobretrabalho, que é intrínseca ao fortalecimento (apenas) do capitalista, e não de um setor, conforme anunciado.

Quanto ao quarto objetivo, melhorar as condições de vida do pescador, apesar de ser o que mais interessaria ao contexto deste estudo, resta-nos pouco a explicar, pois com o que vimos escrevendo quanto as consideração ao referido Decreto e seus objetivos, preferimos lançar a seguinte indagação: como poderiam ter melhorado as condições de vida dos trabalhadores/pescadores artesanais, considerando a diminuição das disponibilidades de pescado, o aumento dos conflitos, a canalização de sua produção para reduzido número de compradores, dentre outras consequências?

No contexto apresentado, os cardumes de pescado são vistos na condição de recursos econômicos e, como toda atividade econômica, existe a intenção do lucro e a perspectiva de aumentá-lo via acumulação e concentração de capital. Os cardumes, assim, viram matéria-prima para processamento, criando uma série de etapas produtivas, com lucros distribuídos em cada uma delas, restando a quem possuir o maior poder de barganha uma maior parte desses lucros.

Com a proposta de conservação e preservação ambiental como a defendida pelo IBAMA, desde sua criação, no ano de 1989, iniciou-se uma nova fase na gestão dos recursos pesqueiros, pautada pela busca de sustentabilidade. Cabe a ressalva de que o termo ‘sustentabilidade’ é objeto de muita discussão, devido a sua ambiguidade e apropriação por formações sociais antagônicas; por exemplo, atualmente é até mesmo

corriqueiro empresas vinculadas ao setor energético do Brasil alardear seu compromisso com a sustentabilidade (apesar da poluição gerada), assim como o alardeiam os grupos sociais defensores do meio ambiente. Por isso, cabe indagar qual entendimento e práxis de sustentabilidade<sup>37</sup> possui cada formação social que se autointitula a favor da sustentabilidade?

Retomando a discussão relativa à forma de gestão da pesca no país, sob administração do IBAMA, pode-se afirmar que, apesar dos esforços de conservação e preservação adotados (medidas restritivas de acesso aos recursos pesqueiros), não foi garantida uma gestão que promovesse realmente uma melhora na qualidade ambiental em uma abrangência geral, e também na pesca. Neste setor em particular, pode-se dizer que uma gestão eficiente e eficaz dos recursos pesqueiros esbarra na dificuldade de transformar uma cultura de apadrinhamento e paternalismo que ocorre na pesca até então.

As medidas restritivas adotadas geraram o descontentamento de diversos empresários do setor, criando um verdadeiro “cabo de guerra” na política brasileira, com interesses de mercado geralmente prevalecendo sobre as prerrogativas de conservação e preservação da natureza.

A pesca artesanal, no período posterior ao Decreto-Lei n° 221/1967, recebeu poucos e irrisórios incentivos para seu desenvolvimento, visto o caráter produtivista que tem pautado os incentivos fornecidos ao setor pesqueiro de uma maneira geral. O que se distancia da realidade da pesca artesanal, cujos índices de produção e produtividade são baixos, embora possa ser afirmado que ela causa menores impactos à natureza, é responsável por grande parte do pescado que chega à mesa da população do país, além de outros atributos como os relativos ao âmbito cultural.

Segundo Diegues (1995), em nenhum momento da história da pesca no Brasil, o governo brasileiro incentivou uma efetiva organização dos pescadores na defesa de seus interesses, apoio que não faltou à organização dos armadores e empresários.

A subvenção do óleo diesel oferecida à frota pesqueira industrial, desde 1967, contribuiu para uma redução que atualmente chega a 25% do preço final desse item, que é de grande importância para a produção pesqueira, por representar aproximadamente metade do custo total das pescarias do setor industrial.

---

<sup>37</sup> Loureiro (2012), em sua obra “*Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*” traz importante contribuição sobre o tema da sustentabilidade, suas diferentes apropriações e compreensões.

No entanto, na opinião dos pescadores artesanais de uma forma geral, tal subsídio representa uma discriminação a sua categoria, visto não terem acesso a esse benefício. Além disso, embarcações que executam modalidades de pesca as quais contribuem para a sobre-exploração do pescado, acessam o subsídio ao óleo diesel, numa verdadeira subjugação do ambiental/ecológico ao econômico.

Outros programas com o objetivo de incentivar a pesca foram criados pelo governo federal, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1997. Entretanto, conforme relata Sousa (2003), ao analisar os contratos do setor pesqueiro nesse programa, verificou-se a existência de distorções na distribuição dos recursos, caracterizada por um pequeno número de contratos firmados (número de beneficiados), e com valores altos; são poucos os pescadores artesanais, portanto, que dele participam, diante do montante total de recursos e beneficiários.

Isso devido às exigências desse programa de crédito rural não se coadunarem à capacidade de pagamento e de oferecimento de garantias por parte do pescador artesanal, sendo, portanto, (mais) uma política pública beneficiária-suporte da pesca industrial<sup>38</sup> (SOUSA, op. cit.).

Com a criação da SEAP, em 2003, foi implementado o Programa Nacional de Incentivo à Pesca, através da Lei nº 10.849/2004, chamado de Pró-Pesca, com o objetivo de transformar parte da frota costeira em oceânica, construir e modernizar portos e barcos, incentivar a aquicultura e, numa tentativa de promover um resgate sócio-histórico, visou incentivar e capacitar os trabalhadores da pesca artesanal.

Contudo, conforme ressaltado por Caldasso (2008), a vocação desenvolvimentista da SEAP e do Ministério que a substituiu, o MPA, no ano de 2009, deu origem ao Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, prevendo investimentos de R\$ 1,8 bilhão até 2011. O objetivo era elevar o consumo de pescado e a produção nacional em 40%: de um milhão de toneladas anuais para 1,4 milhão de toneladas por ano.

Mais uma vez, assim como efetivado no período da SUDEPE, com esse novo Ministério não foi (e não é) levada em consideração a relativa escassez de pescado na costa brasileira devido, principalmente, à sobrepesca, escassez já tão fortemente documentada e evidenciada em vários estudos empíricos, como, por exemplo, o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona

---

<sup>38</sup> Ressaltamos que este estudo precisa ser atualizado.

Econômica Exclusiva (REVIZEE), ao concluir que a situação de esgotamento dos recursos pesqueiros tradicionais impõe a necessidade de sérias e urgentes medidas de ordenamento pesqueiro (CALDASSO, 2008). Configura-se, dessa forma, um novo equívoco de fomento ao setor pesqueiro no país, com a preponderância de objetivos políticos e econômicos sobre a cultura e a natureza social (dos trabalhadores da pesca) e ambiental.

Com base nas informações desta seção, notamos que o foco das políticas públicas do setor pesqueiro no Brasil tem sido principalmente o setor industrial pesqueiro, com participação marginal da pesca artesanal, no sentido de que a esta foi relegada o papel de fornecedora de matéria-prima ao setor industrial pesqueiro.

Cabe ressaltar que os resultados de tais políticas desencadearam um aumento da exploração pesqueira tanto por parte do setor industrial quanto do artesanal, gerando conflitos, ao mesmo tempo em que promovendo uma dependência entre ambos, alicerçados num processo de sobre-exploração dos recursos pesqueiros. Por isso, o antagonismo de classes é facilmente perceptível na pesca no país. O setor capitalista da pesca, com alto nível de influência (e participação) no estado, se beneficia na captação de dinheiro público para investir na extração e no beneficiamento de pescado, o que tem causado considerável diminuição da autonomia dos pescadores artesanais, os quais sentem a diminuição da disponibilidade de seu objeto de trabalho, ao passo que, até o momento, dependem do setor industrial para vender seus excedentes da pesca.

Isso exemplifica bem o que Marx apontava como unidade dos contrários, na relação dialética inerente aos processos de organização social, mas diga-se que, embora inerente, a fase posterior, de síntese, a qual prevê um ‘salto qualitativo’, na prática tem se pautado em saltos qualitativos em favor do capitalismo; aqui, assim, o salto é de um nível superior a um inferior.

Portanto, a propriedade privada na pesca, causadora da luta de classes, representa a contradição principal nessa atividade, o que acabamos de descrever, com o posicionamento parcial do estado brasileiro em relação a tal atividade, que privatiza a forma de organização da exploração dos recursos vivos do mar, privatização que se estende aos meios de realização do trabalho e aos próprios recursos vivos do mar, pois somente quem tem condições de adquirir no mercado os meios de trabalho consegue pescar.

Para uma transformação nessa realidade, a qual privilegie um salto qualitativo – para um nível superior –, a fim de superar a dominação e a sobre-exploração humana

e da natureza que ocorre na pesca, faz-se necessária uma outra práxis, como a que defendemos na proposta de uma Educação Ambiental crítica, com ações promovidas desde a base, isto é, por parte de quem vive da pesca e do trabalho real aí investido, a fim de superar essa contradição principal, que é a propriedade privada, causadora da luta de classes: de um lado, um setor pesqueiro composto por trabalhadores da pesca; de outro, o capitalista ligado à pesca. Para isso, conforme anuncia Marx, em sua vasta obra, não é de se esperar que tal superação, ou seja, a síntese, seja fomentada pelo setor capitalista, e sim pelo devir histórico dos trabalhadores da pesca.

Ao término da subseção presente, lembramos as palavras de Diegues (2004, p. 120) que, inspirado em Marx, assim comenta: “a produção capitalista não somente arruína a saúde física dos trabalhadores como também desorganiza a vinculação material (o metabolismo) entre o homem e a terra”. No caso do estudo aqui apresentado, o capitalismo desorganiza o metabolismo entre o homem e o mar.



## **2.3 A pesca no estado do Rio Grande do Sul e no estuário da Lagoa dos Patos**

Neste ponto de nosso estudo, tecemos algumas considerações relativas ao ambiente imediato no qual estão inseridos nossos sujeitos de pesquisa: o estuário da Lagoa dos Patos (ELP), que faz parte, numa escala maior, da pesca no estado do Rio Grande do Sul (RS). O fato de estar situado no extremo sul do Brasil condiciona suas pescarias tanto no que se refere aos aspectos espaciais (correntes marítimas, relevo da plataforma oceânica etc.) quanto à organização da estrutura social-econômica-política da administração pesqueira.

Conforme visto, as políticas públicas aplicadas ao setor pesqueiro no Brasil acabaram por gerar uma gama complexa de conflitos, que, na melhor das hipóteses, foram absorvidos, estando, de certa forma, já assimilados por aqueles que vivem a pesca.

No RS, os dados da produção pesqueira apresentam, atualmente, condições de decréscimo nas capturas, que já foram abundantes. Por exemplo, quando considerada a pesca de origem marinha no ano de 1960, foram capturadas 26,2 mil t de pescado, chegando ao seu ponto máximo, em 1973, com 105,5 mil t; aumento no volume das capturas, porém, foi possível devido aos incentivos governamentais provenientes do já citado Decreto-Lei n° 221/67.

Nessa fase, considerada como o auge da pesca no RS, formou-se um setor industrial, predominantemente no município do Rio Grande, o qual apresentava as condições favoráveis para tanto, entre as quais o fato de possuir o porto marítimo mais próximo dos principais locais de pesca e de deter uma infraestrutura adequada ao escoamento da produção.

Contudo, depois desse auge, a exemplo do que ocorreu no restante país, a produção anual de pescado marinho vem diminuindo, atingindo 40,8 mil t, em 1997 (SOUZA, 2001) e, em 2010, chegando a 28,5 mil t (BRASIL, 2012b). Conforme Lilja (1999), no RS, entre as décadas de 1970 e 1990, ocorreu um decréscimo de 42% no volume das capturas totais (industrial e artesanal), com um decréscimo maior nas capturas dos trabalhadores/pescadores artesanais: aproximadamente 50%.

Segundo dados informados por BRASIL (2011), a pesca artesanal no RS, no ano de 2009, representou 20,25% do total geral de pescado desembarcado no estado. Desse total, a pesca artesanal marinha e estuarina responde por cerca de 75%, com

destaque para o ELP, de onde é capturado o camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), espécie de maior valor comercial da região, tornando-se a pescaria em questão atrativa para o trabalhador/pescador artesanal. Em conjunto, a pesca do camarão-rosa e a da corvina (*Micropogonias furnieri*) representaram cerca de 40% do total capturado no RS (na zona marinha e estuarina).

O Gráfico 07 demonstra a ascensão e a queda do volume desembarcado pela pesca industrial e artesanal no RS entre 1945 e 2009. São salientados o início da pesca industrial, em 1945, e sua alavancagem, com o Decreto-Lei nº 221/67, ultrapassando a pesca artesanal, contexto que se mantém até a atualidade.

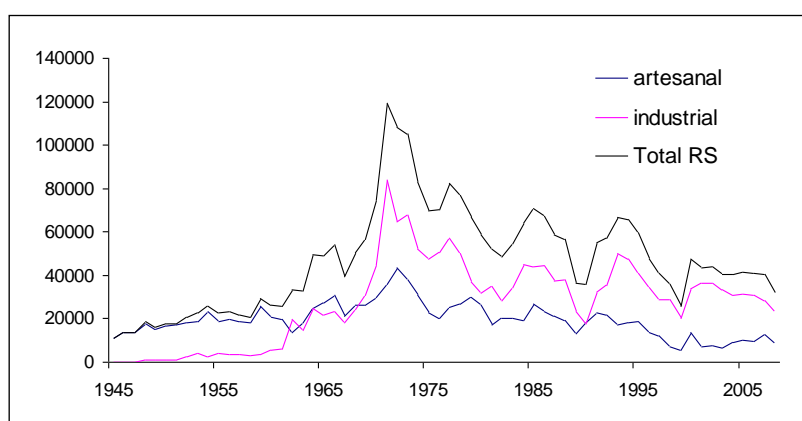


Gráfico 07. Produção pesqueira industrial e artesanal no RS, 1945-2009 (t)

Fonte: elaborado pelo autor, a partir da estatística pesqueira do RS/ IBAMA (2012b)

As regiões estuarinas são consideradas de alta produtividade, contribuindo, portanto, para altos índices de piscosidade. Algumas espécies de peixes e crustáceos usam como hábitat o ELP em alguma etapa de suas vidas.

Conforme Von Ihering (1896), a atividade pesqueira comercial no RS se mostra importante desde o final do século XIX; a produção do ELP se salientava nesse sentido, sendo escoada para a capital do Império e logo exportada para diversos países.

A imigração de pescadores de Póvoa do Varzim, Portugal, caracteriza a referida etapa da pesca na região sul do RS, os quais já experientes em sua região de origem, trazendo técnicas mais avançadas de pesca, quando comparadas às utilizadas pelos habitantes locais, que praticavam a pesca para sua alimentação e em conjunto com uma pequena produção agrícola.

O maior desenvolvimento das forças produtivas aplicadas na atividade de pesca pelos imigrantes provavelmente tenha sido o motivo que lhes possibilitou certa

acumulação de riqueza, embora não para todos, surgindo, dentre eles, a categoria de pequenos comerciantes de pescado. Surge, então, na região, a figura do intermediário nas relações comerciais, na interface entre o trabalhador/pescador e a incipiente indústria. Está iniciada a relação do trabalhador/pescador com o não-trabalhador/pescador.

Conforme relata Souza (2005), o pescador artesanal do ELP no início do século XX, começa a deixar o beneficiamento do pescado que realizava até então, mesmo que precariamente, passando a efetuar somente a captura para vendê-lo *in natura* ao intermediário/atravesador, que repassará, por seu turno, para as empresas de pesca.

A partir de 1947, a região entra em nova fase no que tange ao sistema pesqueiro, caracterizada pelo aumento da escala de produção, com empresas e armadores da pesca (proprietários de embarcações) passando a contratar mestres e embarcações estrangeiras. Essa fase pode ser caracterizada pelo início do processo de industrialização da pesca no sul do RS, cujo crescimento se deu com a exploração da costa marítima, fato que contribuiu para a ampliação considerável do volume capturado e processado no estado (MARTINS, 2006).

Ainda na década de 1940, nova corrente migratória se estabeleceu na região, com a vinda de pescadores do estado de Santa Catarina (SC), visando à pesca de algumas espécies de maior valor comercial. Segundo Souza (2005), nessa outra fase ocorre uma desestruturação da hegemonia dos imigrantes portugueses de Póvoa do Varzim na pesca, com a inserção de novas forças produtivas dos pescadores de SC, que trazem menores embarcações, mas novos equipamentos de pesca, mais eficientes e em maior número.

A partir do projeto conservador de modernização adotado no país, com a industrialização calcada em planos nacionais de desenvolvimento, grande aporte de recursos financeiros foi destinado ao setor pesqueiro industrial, e o município do Rio Grande, em particular, configurou-se como polo pesqueiro regional. Num período que representou o embrião do processo de industrialização da pesca na região e no mundo, firmava-se uma fase bem mais avançada do capitalismo na pesca, com fortes investimentos em novas tecnologias e em processos de gestão, conforme já havíamos comentado.

As indústrias pesqueiras instaladas em Rio Grande se formaram com subsídios diretos do governo federal, e “forneceram volumosas quantidades de pescado em

diferentes modalidades de beneficiamento para o mercado do Sudeste e Nordeste do Brasil, garantindo alimentos baratos que sustentariam a reprodução da força de trabalho a baixos custos.” (ABDALLAH, 2005, p. 04). O que demonstra a característica de desenvolvimento combinado das elites nacionais.

Cabe ressaltarmos que as relações estabelecidas na ordem capitalista estão alicerçadas em cadeias de produção e escoamento interligadas por objetivos de acumulação e concentração de mercado e, por conseguinte, de capital. A participação da categoria de trabalhadores/pescadores artesanais nesse processo tem sido na condição de fornecedora de matéria-prima e de sua força de trabalho.

Como a maior parte das empresas do ramo industrial pesqueiro de Rio Grande possuía suas próprias embarcações, ou contratos com armadores de pesca, a matéria-prima para seu abastecimento estava garantida, restando à oferta da pesca artesanal, um reduzido espaço, com exceção apenas da espécie camarão-rosa, de maior valor comercial.

Essas relações comerciais que se iniciam com a ainda baixa industrialização no final da década de 1940, conforme comentado acima, causaram a desarticulação do sistema de existência do pescador e das trocas comunitárias. Inicia-se um processo de dependência direta do trabalhador/pescador artesanal na direção do comércio desigual com a classe de não-trabalhadores/não-pescadores, plasmada nas figuras do intermediário/atravessador e do empresário/capitalista da pesca. O intermediário/atravessador ‘junta’ a pequena produção de trabalhadores/pescadores artesanais e vende ao empresário/capitalista da pesca, sendo somente sob tais condições que este último ‘aceita’ comprar o produto, fato que mantém a presença da intermediação em detrimento do valor de troca mais baixo recebido por quem realiza o trabalho.

O processo em questão também alterou a relação de equilíbrio entre sociedade-natureza, mais especificamente, quando os trabalhadores/pescadores artesanais ainda controlavam as diversas etapas econômicas de seu sistema de produção, o qual depois do desenvolvimento do setor industrial, conforme afirmado anteriormente, ficaram os trabalhadores do setor restritos à prática de extração do pescado da natureza. Assim, alteraram-se as relações no sistema da pesca local, antes caracterizado por práticas comunitárias e um saber-fazer que se limitava a manter a existência do trabalhador/pescador artesanal.

Nesse sentido, assim comentam Quevedo Neto *et al.* (2009, p. 10): “em virtude de diversas mudanças interiores e exteriores ao sistema de exploração da pesca [...], foi ocorrendo a erosão das regras informais de pesca e das práticas costumeiras que levavam em conta a recuperação do ambiente e das espécies”.

Atualmente, tanto a pesca industrial/capitalista quanto a artesanal/familiar exercem forte pressão sobre os recursos pesqueiros: a primeira na região da costa oceânica e a segunda, em sua maioria, no ELP, ressaltando que a escala de pesca artesanal age sobre um número mais limitado de espécies de pescado, se comparada à de escala industrial.

Pode-se dizer que um dos principais conflitos existentes entre a pesca industrial/capitalista e a artesanal/familiar na região estuarina da Lagoa dos Patos se dá pelo fato de que a primeira captura recursos pesqueiros em larga escala na região costeira adjacente ao estuário, sendo que as espécies de pescado são as mesmas capturadas pelos pescadores artesanais no interior do estuário, mas em menor escala.

Por outro lado, os trabalhadores/pescadores artesanais, ao ampliarem sua capacidade de pesca, ao desenvolverem suas forças produtivas, adquirindo novos equipamentos e aportando maior nível tecnológico (motores, redes de *nylon*, maiores embarcações etc.), impedem o ciclo reprodutivo das espécies pescadas, ao pescarem indivíduos no estuário, ainda em sua fase juvenil, muitas vezes sem terem efetuado a reprodução.

Cabe salientar que esse desenvolvimento das forças produtivas se relaciona a outro: o do setor industrial, que cria as novas tecnologias, as quais, na medida em que são adotadas pelos pescadores artesanais, alteram as relações que eles estabelecem na prática de seu trabalho. Se antes, artesanalmente, construíam seus equipamentos de pesca, agora compram no ‘mercado’.

Há mais de 20 anos é anunciada a situação de colapso da pesca artesanal no ELP, como é o caso da miragaia (*Pogonias cromis*) e dos bagres marinhos (*Netuma barba*, principalmente), que colapsaram<sup>39</sup> no início da década de 1980. Atualmente, apresentam viabilidade econômica as pescarias de tainha (*Mugil platanus*), camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) (REIS *et al.*, 1994; REIS e D’INCAO, 2000), corvina

---

<sup>39</sup> Como já comentamos, a redução das áreas de pesca da frota brasileira ao final dos anos 1970, pela proibição de pescarem nas águas uruguaias e argentinas – por determinação dos governos desses países – fez com que as indústrias da região ampliassem a compra de matéria-prima junto ao setor artesanal, o que incentivou as capturas de bagre e miragaia, contribuindo para o colapso da pesca das duas espécies (HAIMOVICI *et al.*, 1989).

(*Micropogonias furnieri*), bagres<sup>40</sup> (*Netuma barba* e *Netuma planifrons*) (HAIMOVICI *et al.*, 2006) e siri (*Callinectes sapidus*)(COSTA, 2004).

Assim, os bagres e a miragaia, espécies antes abundantes nas décadas de 1970 e 1980, agora praticamente ficaram apenas na memória dos trabalhadores da pesca. Memórias que revisitam e comentam os tempos de fartas pescarias sempre quando procurados por pesquisadores, geralmente universitários, numa espécie de nostalgia misturada à denúncia, soando, também, como um pedido de ajuda. Pensam eles que os universitários, por serem “letrados e científicos”, podem ajudá-los a superar a diminuição de seu objeto de trabalho.

Fatos que já estão mudando, pois, segundo o que estamos percebendo, os pescadores artesanais da região têm demonstrado insatisfação na relação estabelecida com a Universidade (FURG) de uma forma geral. Segundo eles, o caminho tem sido de mão única, no qual se percebem somente servindo às pesquisas, e nada recebendo de retorno. Inclusive, por diversas vezes, nos foi dito que informações por eles prestadas tanto a pesquisadores da FURG quanto a técnicos do IBAMA acabaram servindo contra eles, com o aumento das exigências no aparato jurídico-legal da pesca.

Trazemos do Censo Pesqueiro artesanal realizado na região deste estudo (KALIKOSKI e VASCONCELOS, 2012) algumas importantes informações relacionadas aos pescadores artesanais: 12,8% dos pescadores artesanais do estuário têm menos de 30 anos e 32,4% têm mais de 50 anos de idade; a taxa de analfabetismo é de 12,6%.

Assim, percebemos a maior concentração numa idade mais madura e, se por um lado, compreende experiência de vida, por outro, indica, relacionada ao dado de baixa escolaridade, a dependência de continuar realizando o trabalho que já conhece e domina, sem opção caso tenha que procurar outro, com dificuldades para novos aprendizados, além das limitações que pessoas com mais idade e sem estudo enfrentam no mercado de trabalho atual.

Como a espécie camarão-rosa representa a melhor possibilidade de pescaria para os pescadores artesanais do ELP, cabem algumas considerações sobre os conflitos existentes nesta pescaria, ao longo de sua história.

---

<sup>40</sup> Ainda existe um resquício da pesca de bagres marinhos na região do alto estuário (HAIMOVICI *et al.*, 2006).

A importância da espécie camarão-rosa se dá na própria manutenção do espaço social e cultural da pesca artesanal, pois, de acordo com o que já foi colocado, são poucas as espécies de pescado que servem de objeto de trabalho das pescarias no ELP.

Além disso, cabe salientar o relevante aspecto econômico radicado na pesca do camarão-rosa. Entre os anos de 1999 e 2001, a espécie foi responsável por 7% do volume pescado no município do Rio Grande, mas representou 27% do valor da produção pesqueira do município (HAIMOVICI *et al.*, 2006), o que coloca o crustáceo como maior valor de troca dentre as espécies pescadas artesanalmente na região.

No entender de D’Incao (1990)<sup>41</sup>, os estuários, como é o caso do ELP, têm importante contribuição como criadouro de camarão-rosa, o qual, em sua etapa juvenil, migra para o oceano, onde permanece mesmo depois, em sua fase adulta.

O aumento do esforço de pesca<sup>42</sup>, tanto da artesanal/familiar, realizada no ELP no estoque juvenil e pré-adulto, quanto do esforço da pesca industrial/capitalista, realizada no oceano, no estoque adulto, têm contribuído para a queda na abundância desse crustáceo.

A contribuição do ELP para o estoque adulto de camarão-rosa situado na zona costeira depende das condições de entrada e saída dele, após as capturas realizadas pelos pescadores artesanais. O desenvolvimento do camarão-rosa no ELP depende diretamente da salinidade, a qual é influenciada principalmente pela pluviosidade e ação dos ventos (D’INCAO, 1991).

A entrada de água salgada depende da ocorrência de ventos dos quadrantes sudeste e sul, enquanto ventos de nordeste provocam vazantes, diminuindo a salinidade (CASTELLO e MOLLER, 1978). Da mesma forma, altos índices de pluviosidade na bacia de drenagem, assim como os evidenciados em eventos de *El Niño* (MOLLER e FERNANDES, 2010) contribuem para a diminuição da salinidade. Dependendo da etapa do ciclo de vida do camarão, baixos índices de salinidade podem inviabilizar sua permanência e crescimento no ELP.

Moller *et al.* (2009) informam que as descargas fluviais dos tributários da Lagoa dos Patos aumentam na ordem de 20 m<sup>3</sup>/s por ano, devido ao acréscimo dos índices de chuva na região, mas também ao processo crescente de urbanização, ao uso

---

<sup>41</sup> Pesquisador desse crustáceo desde a década de 1980 e professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

<sup>42</sup> Aumento tanto em números de redes quanto na expansão de locais de captura.

intensivo do solo e ao desmatamento, influenciando nesse escoamento de águas doces para a lagoa.

Além disso, a prática da agricultura intensiva, o baixo nível de tratamento do esgotamento doméstico e a poluição ambiental causam impactos sobre os recursos pesqueiros do ELP. Tais fatos trazem preocupação quanto à manutenção da atividade pesqueira artesanal realizada no ambiente, pois, assim como o camarão-rosa, outras espécies de peixe pescadas dependem da salinidade para seu desenvolvimento (VIEIRA *et al.*, 2010).

No que se refere à importância da vegetação, em especial quanto à *Ruppia marítima*, para o crescimento de crustáceos e peixes no ELP, Copertino e Seeliger (2010) destacam que a vegetação em foco representa habitat preferencial para o camarão-rosa. Cabe salientar que o arrasto de prancha (que é uma pesca proibida) usado amplamente na pesca artesanal do camarão-rosa representa um dos impactos antrópicos que também degradam essa vegetação.

O esforço de pesca do camarão-rosa no ELP foi pesquisado por Almeida e D’Incao (1999), cujas conclusões afirmam que essa pescaria ocorre fora dos preceitos legais. Dentre as demais conclusões obtidas, apontam que um percentual maior de camarão-rosa é capturado com tamanho inferior ao permitido na legislação: no máximo 30%, quando abaixo de 90 mm. O que fica estabelecido pela Instrução Normativa n° 03/2004 (BRASIL, 2004).

O calendário de pesca pode não estar de acordo com o crescimento desse crustáceo, e as redes, muitas vezes, possuem tamanho de malha inferior ao permitido. O limite máximo de dez redes de aviãozinho por pescador também não é observado, tampouco fiscalizado, assim como o espaço mínimo entre as andainas (conjunto de redes), que deve ser de trezentos metros, mas geralmente não é obedecido, fato que dificulta a migração do camarão-rosa para o oceano.

Conforme D’Incao (1990), a pesca do camarão-rosa na região possuía dois momentos: um deles ocorria no ELP, conhecido como “pesca de dentro” e o outro se desenvolvia no litoral, em torno dos molhes da barra, conhecido como “pesca de fora”, quando o camarão deixava o estuário.

No entanto, a introdução das redes fixas para a pesca estuarina, como é o caso da rede de aviãozinho, na década de 1970, representou um aumento do esforço e da eficácia das pescarias no estuário, ampliando as capturas no ambiente, deixando de ocorrer a pesca de fora, pelo decréscimo dos índices de saída do crustáceo do estuário.



Uma das fortes contradições estabelecidas pela pesca na região está relacionada à captura do camarão-rosa e, mais especificamente, à captura de peixes ainda pequenos e, por isso, sem a possibilidade de comercialização, fato que os faz serem jogados fora. As espécies de pescado que não constituem objetivo-alvo da pescaria naquele momento e, portanto, descartadas, são comumente denominadas ‘rejeito’.

Segundo estimativa de Marques (1997), entre os anos de 1994 e 1996, foram capturados como rejeito da pesca de aviãozinho, entre 162,9 e 443,6 toneladas de corvina, e entre 37,7 e 130,7 toneladas de bagres – o que equivale a cerca de 4,2 milhões de corvinas e 2,7 milhões de bagres<sup>43</sup>.

Números por si só consideráveis, mas que se tornam ainda mais problemáticos no argumento deste pesquisador, segundo o qual, caso esses peixes não tivessem perdido a vida como rejeito da pesca do camarão-rosa, virando lixo, poderiam ser pescados, em futuro próximo, o que representa entre 21,7% e 75,9% do total do volume em peso capturado no RS pela pesca industrial e artesanal somadas, no caso da corvina, e entre 44,5% e 115,5% no caso do bagre.

Assim, considerando as duas espécies de peixes, que são as de maior ocorrência na pesca de aviãozinho, como já informou Marques (1997) e outros pesquisadores há cerca de 15 anos, percebemos que não existe o devido canal de integração entre estudos e a legislação de pesca, visto que, durante todos esses anos, não foram implementadas alterações que pudessem superar essa força produtiva – a arte de pesca aviãozinho – que, na verdade, trata-se de uma força destrutiva, dos peixes e do próprio pescador.

Além disso, não se tem notícias de que tais estudos foram divulgados e debatidos com os trabalhadores/pescadores artesanais. Pode-se até dizer que devem imaginar o problema por eles causado, mas a armadilha de viver numa sociedade opressora, que fetichiza o dinheiro e baliza a existência humana entre quem o detém e quem não o detém, precisa ser considerada; afinal, a alimentação é condição básica da existência humana, e sabemos que existem muitos casos na região deste estudo em que os trabalhadores da pesca não têm o que comer, nem mesmo o peixe, tornado raro em determinadas épocas do ano.

Por isso, a complexidade que reveste o tema ora apresentado e a importância de contextualizarmos nosso tema de pesquisa a partir do entendimento de que o ser

---

<sup>43</sup>Estudos de Vieira *et al.* (1996) também demonstraram números semelhantes para o rejeito da pesca de camarão-rosa com o uso da arte de pesca aviãozinho.

humano é um ser em constante aprendizado. E a Educação Ambiental, enquanto proposta teórica, nos possibilita aguçar os sentidos e, dessa forma, não concordamos com a afirmação de que o trabalhador/pescador artesanal morre quando mata o peixe. Ao contrário, entendemos que ele vive se – e somente se – matar o peixe. Se mantém vivo em sua totalidade; cultural, social, econômica, biológica e psicológica.

Por isso, alterar, como no exemplo dado, a forma de se pescar o camarão-rosa, que atualmente representa a legalidade materializada na rede de aviãozinho, não nos parece ter que partir de uma ação somente dos pescadores, mas antes contar – e exigir – dos órgãos oficiais da pesca e da academia soluções para essa e tantas outras contradições.

Nosso posicionamento advém do entendimento de que as contradições estão vinculadas ao modo de organização da produção sob o domínio do capital, que se insere em todos os poros desse sistema, não deixando dúvidas de que, assim permanecendo, poderemos, sim, anunciar que o pescador morre quando mata o peixe.

Na tentativa de resumir os fatores que interferem no padrão hidrológico do ecossistema estuarino da Lagoa dos Patos e que têm contribuído para a sua degradação, tem-se: a ocorrência do fenômeno *El Niño*, a própria atividade de pesca (arrasto e/ou excessivo esforço), as atividades portuárias (navegação, dragagem e ampliação do distrito industrial de Rio Grande) e os efeitos das mudanças climáticas e da urbanização. Salientamos que ainda são necessários estudos preocupados em investigar a magnitude na qual cada um dos fatores apresentados influencia a alteração desse ecossistema.

Notamos, com as informações recém-apresentadas, que existe considerável conhecimento acumulado, relativo às espécies de pescado do ELP, que precisa ser levado em conta, e assim o fazemos, para pautar nossas reflexões.

Mas o que também se constata é que esse conhecimento gerado se situa majoritariamente na área das ciências exatas e da natureza; logo, a sociedade, os trabalhadores da pesca, geralmente, pouco ou nada são reconhecidos como sujeitos das pesquisas. Sua participação na pesca é somente a de ‘caçador’, ao qual precisa ser ensinada outra forma de se relacionar com sua atividade.

Nada mais autoritário do que esse pensamento proveniente da academia e elaborado em direção à comunidade externa, como atividade muitas vezes denominada erroneamente de extensionista – que na realidade trata-se de comunicação –, que chama a atenção pela petulância do saber único que advoga a si.

Importante ressaltar que as considerações expostas partem de algumas evidências empíricas e da aproximação com pesquisas e pesquisadores do tema, não constituindo uma regra os referidos posicionamentos. Até mesmo porque pesquisas da área das ciências sociais e humanas também podem cometer – e cometem – equívocos no trato de seu tema de estudo, ou ainda por não darem o devido movimento a ele.

O regramento da atividade pesqueira artesanal no ELP, apesar de existir unicamente para esse espaço, e ter sido elaborado por um conjunto de agentes no já comentado Fórum da Lagoa dos Patos, indica que o caminho para sua construção carece de participação efetiva dos principais agentes: os trabalhadores pescadores artesanais, os quais não se sentem representados nem partícipes das atuais regras e não sentem o mencionado fórum como uma instância também ‘sua’.

Assim, entendemos que a crise na pesca do ELP está estruturada sobre um conjunto de fatores; ressaltamos os aspectos primeiros, os ecológicos, com a própria diminuição dos recursos pesqueiros pela sua sobre-exploração, a qual resulta da forma como o Estado tem regulado a atividade, que julga de sua competência: ora demonstrando forte presença, na utilização de instrumentos de crédito e na criação/alteração de legislações, ora se ausentando de sua tarefa de fiscalização.

Importante contribuição ao tema é dada por Kalikoski *et al.*, embora os pesquisadores citados não abordem a relação capitalista na pesca. Afirmam eles:

a atual crise da atividade pesqueira artesanal [no estuário da Lagoa dos Patos] está fortemente associada a problemas de ordem institucional, cujos reflexos se evidenciam, por exemplo, na elaboração de regras de uso dos recursos feitas por meio de um processo centralizador, com decisões tomadas unilateralmente e que são incongruentes com as características locais da pesca e do ecossistema. (KALIKOSKI *et al.*, 2006, p. 89-90 [inserção nossa]).

Conforme Dias Neto (2002), vários problemas estruturais e políticos ocorreram na gestão da pesca empreendida pela SUDEPE, entre as décadas de 1960 e 1980, dos quais destacamos aqui o desprezo pela pesca artesanal, evidenciado no irrisório volume de recursos alocados no setor. Enquanto isso, para o setor industrial, imperou o favorecimento político, em vez de pautar o repasse dos benefícios concedidos à análise baseada em critérios técnicos de adequação das estruturas construídas (plantas industriais) e a capacidade da natureza de ser provedora dos recursos pesqueiros.

A conjuntura apresentada gerou alto índice de capacidade ociosa no setor industrial/capitalista pesqueiro, por negligenciar a capacidade de suporte dos cardumes

sob o pensamento dominante de que os recursos pesqueiros são inesgotáveis. As consequências disso indicam o descaso e o distanciamento da noção de responsabilidade do poder público com relação à degradação social e ambiental, conduzindo a um processo qualificado de exclusão socioambiental, ou seja, de injustiça socioambiental.

As informações trazidas são relevantes para entendermos o jogo de forças políticas e econômicas que impera na pesca até os dias de hoje, apesar de haver, desde a criação da SEAP, uma maior preocupação social na condução de políticas públicas.

Nos municípios do Rio Grande e de São José do Norte, um grande número de instalações pesqueiras colapsou com o fim dos incentivos fiscais, trazendo consequências econômicas e sociais. No início da década de 1980, as cerca de quarenta empresas de pescada que operavam em Rio Grande empregavam 17.000 trabalhadores, passando para aproximadamente 1.000 trabalhadores na metade da década de 1990 (MARTINS, 1997).

Atualmente, atuam na região cerca de quatro empresas legalizadas e um grande número de entrepostos de beneficiamento que operam na ilegalidade. Entrepostos vinculados a atravessadores que processam, principalmente, produtos oriundos da pesca artesanal, como o camarão-rosa. Por vezes, não estão legalizados e são usados pelo setor industrial/capitalista como forma de diminuir seus custos previdenciários: na medida em que ‘terceirizam’ esse serviço, os encargos ficam para o proprietário do entreposto, que, conforme se sabe, muitas vezes não os pagam.

Dito de outro modo, nesse processo, que é ilegal, existe ainda uma desoneração do setor empresarial/capitalista em termos de tributos e um aumento da exploração dos trabalhadores, que não recebem seus direitos. Trabalhadores que geralmente têm uma história com a pesca, sendo esposas e filhas de trabalhadores/pescadores da região.

Para o ELP, importante espaço de produção pesqueira no contexto regional e nacional e, da mesma forma, importante pela riqueza ecológica que possui, torna-se preocupante a execução de uma gestão pública descolada de preceitos ambientais, e que não leve em consideração aspectos sociais e éticos.

A perspectiva imediatista que tem caracterizado a sociedade insustentável alicerçada na ordem capitalista, assim como a prática do clientelismo no Brasil, é amplamente absorvida na condução da política pesqueira, a qual reflete na região deste estudo e tem se mostrado não neutra e ambígua, ora conservacionista, ora

desenvolvimentista<sup>44</sup>. Ou melhor, conservacionista para determinado setor da pesca, e desenvolvimentista para outro.

Assim encerramos esta seção com a caracterização da contradição principal na pesca – a luta de classes – e anunciamos a próxima seção, que aborda a gênese da luta de classes na pesca e as relações estabelecidas entre o Estado e os trabalhadores/pescadores.

É preciso salientar que, em nosso entendimento, que é reflexo do que até aqui foi exposto, o Estado não é neutro e os pescadores artesanais vinculados à associação APESMI já estão historicamente integrados ao sistema de mercado capitalista, constatações importantes para as próximas reflexões.

---

<sup>44</sup> Para uma leitura sobre o estado brasileiro e sua ação na pesca, cf. Azevedo (2012), em sua tese de doutorado, a qual traz importante contribuição.

### **3. Gênese da luta de classes na atividade pesqueira: estado, pescadores e não-pescadores**

*A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontradas e que eles precisam reproduzir. (MARX e ENGELS, 2007, p. 11).*

*O conjunto de desafios e dificuldades apresentados aos pescadores [artesanais] historicamente vem compor o mosaico de conhecimentos acumulados por eles ao longo de anos. (PEREIRA, 2008a, p. 74).*

Na seção que se inicia, propomos uma breve imersão na história da atividade pesqueira, sublinhando a fase contemporânea, quando se desenvolvem forças produtivas que possibilitam grandes transformações na organização da pesca. Neste estudo, pretendemos dissecar o máximo possível a gênese da luta de classes na atividade pesqueira, a fim de identificar o que tem permitido até hoje a sobre-exploração da pesca, formadora do conseqüente quadro de vulnerabilidade social, econômica e ambiental dos trabalhadores da pesca.

Por se tratar de uma gênese, trabalhamos no sentido de nos aproximarmos do fenômeno social que a atividade de pesca representa em sua totalidade. Para tanto, buscamos tanto quanto possível, investigar as relações econômicas, políticas, ambientais etc. que ocorrem na contemporaneidade da pesca, e também a essência que cria e recria esse fenômeno social com as interfaces que possui com a própria forma de organização da sociedade, principalmente considerando sua estrutura econômica e política.

Essa fase de “conhecer” pela história, mas não uma história contada pelos burgueses, senão outra, crítica, fundamentada na luta de classes, foi o que nos permitiu uma aproximação com a realidade vivida por nossos sujeitos de pesquisa, para que pudessemos cumprir os caminhos do método marxista, o qual prevê, após uma primeira apreensão da realidade aparente (sensível), buscar, pela abstração, compreender a realidade concreta do fenômeno que se nos apresenta (MARX, 1983).

Também baseamos nosso estudo na obra de Diegues (1983), “*Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*” porque, em nosso entendimento, aborda

fielmente a transformação da pesca pela nova organização econômica, alicerçada na contínua e crescente exploração dos cardumes de pescado ainda existentes. Além do autor citado, trouxemos contribuições de outros estudiosos do setor, que descrevem o condicionamento histórico e estrutural da pesca, formador do cenário hoje observado.

Nosso objetivo é embasar o leitor para conhecer um pouco desse universo da pesca, pela matriz teórico-crítica que nos faz pesquisador e educador ambiental. As palavras que seguem visam, portanto, à aproximação de conhecimentos acerca da problemática da pesca, em seu sentido histórico e estrutural, para depois avançar numa perspectiva local, ao nos aproximarmos de nossos sujeito e objeto de pesquisa, em seção posterior.

A pesca é considerada uma atividade extrativa, cujo objeto de ação são os cardumes de peixes, crustáceos, moluscos e plantas aquáticas. Na condição de atividade extrativa, pode-se definir a existência de modalidades de pesca conforme sua escala de produção. Para fins de simplificação, podem ser divididas em duas principais escalas: pesca industrial e pesca artesanal.

Diegues (1983), um dos conceituados pesquisadores do universo da pesca no Brasil e no mundo, reconhece existirem outras modalidades de pesca, mas, para o atendimento do objetivo da presente tese, optamos por trabalhar com apenas as duas modalidades.

A atividade pesqueira ocorre nos ambientes marítimo e continental e é exercida por um contingente significativo de pessoas, sendo difícil precisar sua magnitude. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), as estimativas apontam para a existência de 43,5 milhões de pescadores no mundo (FAO, 2009).

Apesar do considerável número de pescadores, o setor pesqueiro está em crise, motivado pelas formas empregadas no sistema de produção<sup>45</sup>, o que conduz a incertezas quanto ao seu futuro. A crise está relacionada às capturas além da capacidade de recuperação dos cardumes, ou seja, acima de sua capacidade de suporte. Além disso, ocorrem pescarias que danificam o habitat e as zonas de alimentação de diferentes espécies de pescado, utilizando equipamentos e redes que depredam o fundo dos mares. Outros fatores, externos à pesca, também têm contribuído para a diminuição no volume capturado, como a poluição – de uma forma geral –, as atividades portuárias, a crescente

---

<sup>45</sup>A pesca é uma atividade extrativa, mas para se aproximar da literatura existente em relação ao tema, optamos por utilizar o termo “produção”.

urbanização (e a destruição de importantes habitats), as alterações climáticas, dentre outros.

Como apontado Marrul Filho (2003), a existência da sobrepesca já era registrada há 3.000 anos na costa peruana. Segundo Ludwig *et al.* (1993), o conhecimento da história ambiental de degradação e de sobre-exploração dos recursos naturais não garante o fim dessa lógica de dominação. Um dos fatores que apontam para a continuidade da sobre-exploração dos recursos é que a riqueza, ou a perspectiva de riqueza, gera poder político e social, utilizado para promover a exploração ilimitada dos recursos.

Pode-se dizer que esse aumento da exploração pesqueira se dá a partir da Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, a qual proporcionou o desenvolvimento das forças produtivas ao orientar-se para inovações tecnológicas de equipamentos de pesca e embarcações. As transformações ocorridas na organização da pesca promoveram, por consequência, profundas mudanças nas relações sociais de produção, com destaque para as que aconteceram nas relações de trabalho na pesca industrial capitalista e que influenciaram na organização da pesca artesanal.

No sistema capitalista existem diversas formas de relações de produção, denominadas de estrutura econômica (ou modo de produção) da sociedade; portanto, as relações capitalistas de produção representam “as relações entre os homens na produção de mercadorias, efetuadas com meios de produção monopolizados por um punhado de capitalistas e com o trabalhador assalariado da classe operária” (BUKHARIN, 1980, p. 12).

Portanto, as relações de produção no modelo capitalista aplicado à pesca representam, por um lado, os empresários capitalistas proprietários das embarcações e demais equipamentos de pesca e, de outro, os pescadores assalariados, ou seja, trata-se de relações entre não-trabalhadores e trabalhadores.

O desenvolvimento da atividade pesqueira, na perspectiva industrial, deu-se de diferentes formas nos países costeiros durante o século XIX e a primeira metade do século XX, época de grandes transformações na organização social da produção pesqueira. Caso emblemático ocorreu na Inglaterra, com forte apelo à industrialização na pesca, tanto na indústria de beneficiamento (em terra e no mar, pelos navios-fábrica) quanto na mecanização das embarcações. O referido desenvolvimento, mesmo que tardiamente (cerca de meio século depois), ocorreu de forma semelhante aos demais ramos industriais da época.



As consequências desse desenvolvimento das forças produtivas na pesca resultaram na depleção dos cardumes antes encontrados em abundância e próximos à costa. A tais impactos ecológicos, provenientes do modo de produzir da pesca industrial capitalista, identificados já no século XIX, somam-se os impactos econômicos e sociais.

Os trabalhadores, antes proprietários de pequenas embarcações, com baixo poder de pesca e curto raio de ação, sentiram seu objeto de trabalho, o pescado, desaparecer.

Em muitos países europeus, sobretudo naqueles em que a exaustão dos recursos costeiros tornava cada vez mais difícil a sobrevivência dos pequenos pescadores, a pesca a longo curso (de um a seis meses) passou a ser realizada sobretudo por empresas ou armadores capitalistas que não participavam diretamente das atividades de captura. [...] Por outro lado o surgimento de portos especiais de pesca fez desaparecer muitas vilas de pescadores, colocando-os à mercê do capital nas grandes unidades de produção (DIEGUES, 1983, p.22).

Os pescadores artesanais buscaram em outras atividades formas de garantir sua sobrevivência. Quem assim não o fez encontrou na pesca embarcada (modelo industrial) uma forma de manter-se na atividade, embora como empregado, participando de árduas jornadas de trabalho, mas mal-remunerados.

A exploração da força de trabalho se deu da mesma forma descrita por Marx na indústria têxtil, décadas antes. Por volta de 1880, quando os sindicatos das indústrias manufatureiras tinham conseguido a aplicação de inúmeras leis trabalhistas, as condições de trabalho para os pescadores de Hull e Grimsby [portos da Inglaterra] eram semelhantes às aquelas que, por volta de 1830, tinham horrorizado tantos autores: o trabalho estafante de menores, as longas horas de trabalho em condições de total insalubridade, a brutalidade e castigos físicos etc. (DIEGUES, 1983, p. 29 [inserção nossa]).

Com a industrialização da pesca, alteraram-se as relações sociais de produção, surgindo uma categoria de pescadores denominada “proletários do mar”. A expressão foi criada para estabelecer uma comparação entre os trabalhadores embarcados e os de qualquer outro setor industrial. Salientamos que a proletarização, no sentido de ‘rebaixamento’, desenvolve-se à custa da extração da mais-valia pelo capitalista, proprietário dos meios de produção, e quem se apropria de parte do valor do trabalho executado pelo pescador (MARX, 1982), assim como dos recursos pesqueiros disponíveis na natureza. Conforme afirma Engels,

O proletariado é a classe que na sociedade vive inteiramente da venda do seu trabalho e que não se beneficia do lucro extraído de qualquer forma de capital. Sua felicidade e infortúnio, sua vida e sua morte, sua existência inteira dependem da procura de trabalho, logo, da situação dos negócios, dos caprichos da competição desenfreada [...] O proletariado nasceu na revolução industrial que teve lugar na Inglaterra na última metade do século (séc. dezoito), e que se tem repetido desde então em todos os países civilizados do mundo [...] As máquinas transferiram a indústria completamente para as mãos dos grandes capitalistas tornando completamente inúteis as poucas propriedades dos trabalhos (utensílios, teares, etc.). O resultado foi que os capitalistas em breve tinham tudo em suas mãos e nada ficou para os trabalhadores. (ENGELS, 1980, p. 122).

Constituem-se, portanto, duas classes: uma detentora dos meios de produção, a classe dos grandes capitalistas, que se mundializa juntamente com seu capital; e a classe dos trabalhadores, despossuídos dos meios materiais para prover sua vivência e forçados a vender sua força de trabalho à burguesia (classe capitalista).

Resgatando as discussões nas quais Marx embasa suas obras, principalmente “*O Capital*” (1982), observamos a situação da Inglaterra como país protagonista da Revolução Industrial repetir-se no setor pesqueiro de escala industrial, na medida em que desenvolve as forças produtivas no sistema de capturas pela inserção de processos mecanizados.

No que se refere à pesca artesanal, portanto, à pesca não capitalista, a modalidade recebeu, em alguns países, incentivos do governo no sentido de desenvolver-se através da criação de cooperativas e associações de pescadores artesanais. Por exemplo, na Suécia, as condições do ambiente aquático próximo impossibilitavam o uso de artes de pesca de grande escala (industrial), ambientes que apenas pescadores artesanais com suas pequenas embarcações conseguiam chegar e fazer uso de petrechos de pesca específicos. No país citado, a criação de associações de pescadores artesanais restringiu as pescarias predatórias, subsidiou outras modalidades de pesca de menor impacto ambiental e garantiu o controle do mercado por tais pescadores.

Portanto, na Suécia, a organização dos pescadores artesanais em associações conduziu a um processo de formação de classe, o que permitiu a restrição de uma pesca predatória, como a realizada pelo setor de pesca industrial.

Nesse sentido, embora o motivo da restrição da pesca ao setor pesqueiro industrial sejam as próprias condições do ambiente do local (aspectos geográficos do relevo marinho e da zona de costa), permitindo o trabalho apenas dos pescadores artesanais, leva-nos a compreender que formas associativas e cooperativas de

pescadores artesanais, fundadas não somente no mecanismo de “troca/venda” do produto, mas também e principalmente, na manutenção das condições naturais propícias ao desenvolvimento dos cardumes de pescado, permitem uma relação ser humano/natureza que não desumaniza o homem nem naturaliza a natureza. A respeito do último tópico citado, se o homem naturaliza a natureza, torna suas condições ecológicas também naturalizadas e, na medida em que age sob modos de produção depredadores, naturalizam também as condições e consequências dessa depredação.

Já na Noruega, o desenvolvimento da pesca industrial se deu na exploração de mares distantes, pois os pescadores artesanais organizados em cooperativas forçaram o estado a proibir armadores capitalistas (proprietários de embarcações, ou não-pescadores) de comandarem capturas em zonas próximas à costa, ficando as mesmas destinadas exclusivamente ao exercício da pesca artesanal. Além disso, os pescadores artesanais organizados em cooperativas conseguiam créditos subsidiados junto ao seu governo para a compra de embarcações. As mencionadas organizações formaram um sistema de comercialização, garantindo seu espaço na cadeia produtiva da pesca e, por consequência, obtiveram bons retornos econômicos. Torna-se interessante para nossa análise observar a força dessa categoria de pescadores da Noruega, artesanais, e perceber que, mesmo em tal condição, obtiveram, pela ação coletiva, o apoio do governo de seu país, com a criação de políticas públicas específicas para a pesca artesanal.

No Japão, o apoio concedido pelo estado aos pescadores artesanais, através de leis que determinavam áreas exclusivas para ser realizada a pesca, possibilitou a continuidade da existência dessa categoria de pescadores, assim como seu desenvolvimento. Por outro lado, a delimitação de áreas exclusivas para a pesca artesanal levou a um rápido desenvolvimento das forças produtivas da pesca industrial no país em análise, à medida que o setor precisou desenvolver tecnologias que lhes permitissem pescar longe da zona costeira – reservada aos pescadores artesanais–, explorando mares de regiões distantes. Devido à crescente exploração pesqueira no país, pela ação de empresários capitalistas do setor pesqueiro, abriu-se espaço para a integração do referido setor, com a entrada de investidores de outros setores produtivos capitalistas, o que contou com apoio do estado. Conforme destaca Diegues,

Na década de 1930, a organização de frotas de navios-fábrica e a procura de bases de terra em regiões longínquas afirmavam a supremacia naval e pesqueira do Japão nos mares da Ásia [...] No período imediatamente anterior

à Segunda Guerra Mundial (1936-1940) já começavam a se desenvolver todas as características da grande pesca japonesa, com grandes empresas pesqueiras integradas a outros setores industriais, alimentares, mecânicos e mesmo químicos. (DIEGUES, 1983, p. 40-41).

O motor a vapor foi inserido na pesca industrial no final do século XIX, entre as décadas de 1860 e 1880, o que possibilitou uma maior oferta de pescado e a consequente redução de seus preços, fato ocorrido primeiramente na Inglaterra e motivador do repúdio dos pescadores artesanais no país. A ciência e a tecnologia – por serem burguesas – não favorecem o trabalhador artesanal; na verdade, prejudicam-no, pelo fato de não possuírem capital, pertencente, por sua vez, à classe dominante. Marx e Engels (2007), em sua obra “*A ideologia alemã*”, tornam clara a relação do Estado com a classe dominante burguesa, que ocupa espaços e mentes daquele, fatos comprovados na história humana. Afirmam Marx e Engels:

Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época. A classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. [...] As ideias dominantes parecem ter validade para toda a sociedade, isto é, também para as classes submetidas e dominadas. Forja-se a ilusão histórica de que cada época da vida social resulta não de determinados interesses materiais de uma classe, mas de ideias abstratas como as de honra e lealdade (na sociedade aristocrática) e as de liberdade e igualdade (na sociedade burguesa). (MARX e ENGELS, 2007, p. 32).

O desenvolvimento da tecnologia – enquanto força produtiva – promovido no sistema do capital serve somente aos seus interesses. Quanto ao desenvolvimento da técnica, Porto-Gonçalves (2004) traz uma excelente contribuição: a de que um equipamento, ao ser criado, pode servir a diferentes racionalidades de uso. Como exemplo, o autor cita a faca, que pode ser usada tanto para cortar o alimento quanto para ferir uma pessoa; ou o avião, que pode levar pessoas de um lugar a outro, mas também podem levar armamentos, bombas etc. Logo, uma embarcação de pesca industrial que leva consigo técnicas de captura capazes de ampliar seus níveis de produção, se, por um lado, permite alimentar um maior número de pessoas, permite, em contrapartida, o enriquecimento de poucos, os proprietários de embarcações de pesca de escala industrial, em detrimento dos concorrentes, os pescadores artesanais sem acesso ou com acesso restrito às tecnologias de pesca. Situação que, é bem provável, assim permaneça, pelas baixas condições de poupança e, por isso, de investimento que possuem os pescadores artesanais, e, por conseguinte, de poder político.

Os efeitos positivos da tecnologia aplicada à pesca, no sentido de aumentar as capturas, trazem consigo o ‘outro lado da moeda’, sentido pelos pescadores que não têm acesso a essa tecnologia, condicionada pela disponibilidade de dinheiro para comprá-la, e também no fato de que a ampliação das capturas na pesca pode levar à dizimação dos recursos pesqueiros. Nesse sentido, ressalta Porto-Gonçalves que

não podemos mais aceitar a idéia de que os efeitos estejam dissociados das causas, como se as poluições, as devastações, os desastres ambientais, o desemprego, a injustiça fossem meros efeitos colaterais e, então, pudéssemos ficar com o lado bom desse processo científico e tecnológico e o absolvêssemos das consequências, muitas vezes trágicas, que ele acarreta. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 40).

Os processos sociais de desenvolvimento das forças produtivas como parte da ontologia do ser humano que descobriu como fazer o fogo, assim como os demais materiais que vem utilizando para benefício próprio, através do trabalho humano criativo, dependendo da forma como se organiza em sociedade, ou seja, do modo como estrutura sua economia (modo de produzir) pode resultar em desastre ou não. O que presenciamos, no sistema do capital, tem sido a crescente degradação social e ambiental; na pesca, a história não é diferente, pois nela está, ao mesmo tempo, implícita e explícita a luta de classes. Inserimos o excerto abaixo, extraído de Diegues, por representar a gênese da luta de classes na atividade de pesca, abordando o caso da Inglaterra:

Essa reação tempestuosa dos pescadores de barcos a vela [artesanais ingleses] era compreensível, pois somente um desses barcos a vapor [dos empresários capitalistas da pesca], com 14 tripulantes, pescava o equivalente a 80 veleiros tripulados por 600 pescadores. O desembarque dessa enorme captura causava a baixa dos preços do pescado e punha em perigo a sobrevivência dos pescadores embarcados em barcos a vela. (DIEGUES, 1983, p. 21).

Portanto, ao passo que a produção pesqueira industrial tem ampliado seu poder de captura, na concorrência com a pesca artesanal, retira desta última sua capacidade de sustentação, devido à exploração excessiva dos cardumes. O fato aumenta a oferta de pescado e causa a baixa em seus valores de troca, atingindo duplamente os meios materiais de realização do trabalho pelos pescadores artesanais, o que restringe a autonomia deles em prover sua vivência.

Segundo Diegues (1983), o avanço do capitalismo na pesca se deu com a desestruturação de formas artesanais de produção, antes realizadas no âmbito de

unidades familiares, e em condições que garantiam sua vivência e a continuidade da atividade pesqueira, haja vista o baixo poder de pesca que possuíam, conforme podemos perceber no seguinte excerto:

O volume de capital necessário [para a pesca industrial que iniciava] supunha uma organização, que se baseava no capitalismo comercial e não mais na unidade familiar. Em alguns países, como a França, o aumento da captura na pesca costeira levou ao empobrecimento dos fundos e a uma diminuição da produtividade já na segunda metade do século XIX, incentivando a pesca de longo curso. (DIEGUES, 1983, p. 20, [inserção nossa]).

Assim sendo, a pesca industrial desenvolveu-se em detrimento da artesanal. Os pescadores artesanais sentiram desaparecer seu objeto de trabalho, e junto, sua cultura e autonomia econômica.

De acordo com o que já comentamos, em alguns países, com o apoio do Estado, foi possível aos pescadores artesanais subsistirem à crescente exploração dos mares pelo setor industrial, ocupando nichos de trabalho específicos ou se dedicando à pesca de espécies não capturadas pela frota industrial.

Dá-se, assim, a gênese da contradição das forças produtivas na pesca: de um lado, uma pesca que considera os cardumes de pescado como produto, mercadoria, visando apenas ao sistema de trocas e ao lucro; de outro, a pesca artesanal, vivendo à margem do desenvolvimento do setor industrial, abastecendo-o com seu objeto de trabalho (que se torna matéria-prima) ou com a venda de sua força de trabalho, diretamente. Cabe lembrar aqui as considerações de Mézáros (2002), relacionadas à necessidade de uma ruptura global com o sistema do capital, cuja gênese reside na própria forma como a sociedade se estrutura em tal sistema, com relações antagônicas que separam os indivíduos do controle socialmente automediado das condições de produção da própria existência.

Na história da pesca, pode-se afirmar que, de alguma forma, organizaram-se, na segunda metade do século XIX, as condições para o surgimento da luta de classes no interior da atividade, com conflitos que subsistem há séculos. Como essa luta se estende há muito tempo, então, é possível prever que uma classe suplante a outra. Em outros termos, não há fim da história, como se nada mais pudesse ser feito para transformar o resultado dessa luta. Isso porque existem o conflito e a contradição, criados a partir do modo de produção pesqueira capitalista, baseado no crescimento e na acumulação ilimitada, o qual, por sua vez, não condiz com os limites ecológicos de reprodução dos

cardumes de pescado. Cabe salientar que, em várias partes do mundo, existem comunidades pesqueiras artesanais que participam da luta em pauta, embora muitas ainda não tenham a consciência de que existe a luta de classes na pesca, apesar de sofrerem diretamente as consequências da ordem do capital no setor.

A URSS<sup>46</sup> também participou incisivamente na exploração industrial da atividade pesqueira. O país conseguiu atingir no século XX o mais alto grau de desenvolvimento das forças produtivas na pesca. Apesar de ser considerado, pelo senso comum, um país exemplo do socialismo, distanciou-se muito dos preceitos apregoados por Marx e por Lenin, que efetivou a Revolução Russa de 1917. Em 1922, já enfermo, Lenin combatia a “crescente usurpação do poder pelo aparelho do Partido [comunista] a severa subordinação da classe operária e a escalada do chovinismo” (ANDERSON, 1989, p. 34 [inserção nossa]).

Mészáros (2002), em sua obra *“Para além do capital”*, problematiza brilhantemente o regime adotado na URSS, denominando-o de ‘pós-capitalista’, baseado na estatização dos meios de produção, na qual o estado era responsável pela extração da mais-valia, em que o processo de trabalho era conduzido com base na “subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais da produção orientada para a acumulação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 781).

Portanto, para estudiosos do tema que não possuem uma leitura aprofundada das condições e transformações estruturais do desenvolvimento da URSS durante seu período ditatorial, iniciado com a Revolução de 1917, pode parecer que o socialismo, atribuído ao país, causa os mesmos impactos sociais e ambientais que o sistema capitalista. No entanto, conforme aponta Mészáros (2002) e Anderson (1989), a URSS não seguiu a proposta socialista apregoadada por Marx, nem a de Lenin, seguidor das ideias de Marx e mentor da Revolução Russa.

Analisemos um pouco mais da pesca na URSS, caracterizada pela estatização e por estar baseada num sistema de cooperativas de pescadores. Tal sistema de cooperativas recebia ajuda técnica e de planificação da produção por parte da União Pansoviética dos *kholkoz*es de Pesca (órgão estatal), sendo que, em 1935, “94% das unidades de produção organizadas em *kholkoz*es vendiam ao Estado cerca de 88% de toda a produção nacional” (DIEGUES, 1983, p. 44).

---

<sup>46</sup> União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, desmembrada em 1989. Como estamos abordando a gênese da industrialização na pesca, utilizamos a forma como este estado era denominado à época.

Os instrumentos de produção pertenciam às cooperativas dos pescadores (propriedade coletiva); o trabalho era realizado em comum e o resultado da produção, repartido entre os cooperados. Com o apoio do estado, inclusive no desenvolvimento de tecnologias para a mecanização das embarcações dos *kholkozes*, a produtividade por pescador passou de 3,8 toneladas, em 1929, para 7,3 toneladas, em 1940.

O resultado disso foi a sobrepesca e a diminuição da produção pesqueira e no retorno econômico. Fato que desmotivou o estado soviético a continuar investindo na indústria de motores e máquinas que abastecia os *kholkozes*. Por isso, decidiu passar a eles a indústria. Segundo Diegues (1983), diferentemente da estatização que se alastrava para quase todos os setores da economia soviética, nas primeiras décadas do século XX, a especificidade da exploração pesqueira<sup>47</sup>, que necessita de um equilíbrio entre as capturas e a reprodução dos cardumes, levou a medidas contrárias, ou seja, o estado soviético era responsável pelo fomento à pesca, na medida em que desenvolvia motores e máquinas para a atividade (forças produtivas), porém, devido à sobre-exploração ocorrida na pesca, que tem como uma das causas a mecanização do processo de produção pesqueira, (o estado) se desfez da indústria, repassando a sua propriedade para os pescadores cooperativados (*kholkozes*).

Assim, a organização da produção pesqueira na URSS foi alterada conforme se alterou também a realidade dos cardumes. O pescado, que é o produto do trabalho do pescador, portanto da realidade concreta desse ser humano, descreve uma relação dialética. A natureza é provedora da vida humana, mas, ao não serem respeitados os limites de extração de seus recursos, tem exaurida sua possibilidade de prover as necessidades humanas. Com a pesca excessiva (sobrepesca), já não é possível para a natureza prover mais desse recurso para atender a alimentação humana, o que se dá com o desenvolvimento das forças produtivas (trabalho, tecnologia, capital etc.) alicerçado em relações sociais (superestrutura jurídica, política, educacional etc.) baseadas no individualismo e no imediatismo, como ocorre no sistema do capital.

Por organização da produção (sinônimo de modo de produção ou ainda, de estrutura econômica), entendemos a relação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção (e suas alterações). Completamos a breve análise da organização da produção com uma contribuição de Marx:

---

<sup>47</sup> Quanto à especificidade dos cardumes de pescado e sua interface com o trabalho humano, dependendo da organização da produção, pode levar a seu colapso, tema que procuramos aprofundar nas próximas seções.



A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor de meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 1983, p. 24).

Na historicidade da atividade pesqueira, buscamos encontrar respaldo na formação de grupos de pescadores – sejam eles apoiados pelo poder público ou formados a partir de seu próprio movimento reivindicatório –, que agora está servindo de subsídio para a compreensão de nosso pequeno universo de pescadores artesanais associados no extremo sul do Brasil.

No entanto, as relações do estado brasileiro com o setor produtivo geralmente se dão sob interesses que não consideram o conjunto da população, característica do próprio modo de produção consolidado no país. O estado brasileiro tem embasado suas políticas econômicas e as públicas no sentido prioritário de promover o crescimento econômico que, por sua vez, tem como indicador o PIB *per capita*. E esse não é um bom indicador, por informar apenas o valor da produção dividido pelo número de habitantes, camuflando a extrema desigualdade na distribuição da renda (que é igual ao valor da produção).

E isso não é diferente na atividade de pesca, na qual se estabelecem relações estado-capital-trabalhadores (da pesca) geradoras de desigualdades, acirrando a luta de classes. Quanto a tais relações, procuramos, na próxima seção, anunciar e denunciar a historicidade de sua trajetória, seguindo a abordagem de Freire (1987), pela qual procuramos demonstrar, através da “denúncia”, uma realidade desumanizante. Ao mesmo tempo, “anunciamos” uma realidade em que os homens possam *Ser Mais*, constituindo, assim, sua vocação ontológica, que não pode ser outra senão pela via da autoemancipação. Conforme complemento do próprio Freire (op. cit., p. 42), “anúncio e denúncia não são, porém, palavras vazias, mas compromisso histórico”.

Ao considerarmos períodos recentes da história humana, tópico já abordado em seção anterior desta tese, com o advento do neoliberalismo e a desestruturação dos estados nacionais, provocadores do rompimento de suas fronteiras não somente no quesito econômico, mas também social e cultural, constatamos o acirramento das desigualdades e a ampliação da luta de classes. Se, de um lado, existem as empresas

multinacionais, garantidas por mercados oligopolizados, por outro, temos o operário, de quem é destituído o sentido do trabalho. Nesse ínterim, como afirmam Marx e Engels (2007), ao escreverem sua primeira obra em conjunto, há mais de 150 anos, antecipando o estágio atual do sistema do capital,

em geral, a grande indústria criou por toda parte as mesmas relações entre as classes da sociedade e destruiu por isso o caráter particular das diferentes nacionalidades. E finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais particulares, a grande indústria criou uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e para a qual a nacionalidade já está abolida, uma classe que realmente se desvencilhou do mundo antigo e que ao mesmo tempo a ele se opõe. Não só as relações com o capitalista se tornam insuportáveis para o operário, mas também seu próprio trabalho. (MARX e ENGELS, 2007, p. 72).

Por isso, reforçamos que, no capitalismo formaram-se duas classes: uma detentora do capital, que organiza e decide, em nome de toda a sociedade, “o que, como, porque, quando e para quem” produzir, enquanto à outra, que trabalha, resta seguir o caminho traçado pela classe dos capitalistas, os quais alinham suas decisões, sem importar a qual país pertença.

Retornando à situação da URSS, com a constante queda nas capturas de pescado, esse estado criou suas próprias empresas de pesca para explorar mares distantes, desenvolvendo barcos-fábrica e barcos gigantes, que usam para outras modalidades de pesca, como a do arrasto industrial, para manter um grande volume de produção. Dessa forma, (também) criou-se uma divisão social do trabalho na pesca, entre a produção do estado e a dos *kholkoz*es (cooperativas de pescadores artesanais). À primeira cabia a exploração dos mares em diferentes locais do mundo (em águas internacionais), enquanto à segunda, a exploração das águas interiores e costeiras.

O estado soviético comprava a produção dos *kholkoz*es, mas pagava preços inferiores aos pagos pela produção estatal de pescado, em cerca de 65%, o que resultava em rendimentos menores, da ordem de 54%, quando comparados aos rendimentos recebidos pelos pescadores das empresas estatais (DIEGUES, 1983).

Em relação às condições de trabalho dos pescadores embarcados nas frotas de pesca estatal da URSS, Diegues tece o seguinte comentário:

As condições de trabalho dos pescadores russos são melhores que as da maioria dos outros países. Segundo a legislação trabalhista soviética, as viagens não podem ultrapassar 100 dias contínuos. Todos os regulamentos em vigor nas empresas terrestres são aplicáveis à pesca. As condições de trabalho são determinadas por acordos coletivos, que especificam também as

formas de remuneração (em geral, salário mais quota sobre a produção), as horas de descanso, etc. Cada navio tem sua biblioteca, cinema, comunicação individual por rádio a terra, turnos especiais para os pescadores que seguem cursos por correspondência etc. (DIEGUES, 1983, p. 46).

Portanto, os pescadores embarcados na frota estatal soviética tinham melhores condições de trabalho quando comparados aos trabalhadores embarcados em frotas vinculadas à ordem capitalista, os quais foram denominados “proletários do mar” pelas condições insalubres em que viviam (e nas quais muitos vivem até hoje), semelhantes às péssimas condições de trabalho apresentadas pelo setor urbano-industrial em crescimento, em países como a Inglaterra.

Segundo Diegues (1983), a grande expansão da atividade pesqueira industrial no mundo ocorreu principalmente entre os anos de 1969 e 1975, o que pode ser constatado pelo aumento da capacidade de carga dos navios dos principais países envolvidos com a atividade.

A Tabela 04 apresenta informações relativas ao crescimento da capacidade de carga das embarcações pesqueiras acima de cem toneladas, ou seja, pertencentes à frota industrial, considerando o volume total que a soma dessas embarcações era capaz de suportar, entre os anos de 1969 e 1975.

TABELA 04. Capacidade de carga total (t) das embarcações de países selecionados, 1969-1975<sup>48</sup>

	1969	1975
	Capacidade de carga ton	Capacidade de carga ton
URSS	3.400.000	6.000.000
Japão	888.000	1.200.000
Espanha	410.000	550.000
EUA	190.000	400.000

Fonte: adaptado de Diegues (1983)

A URSS se destacava nesse contexto, detendo, na década de 1970, 85,5% das embarcações com capacidade de carga acima de 100 toneladas, o que identifica a concentração do maior poder de pesca no país. O segundo lugar ficou com o Japão, com percentual já bastante reduzido: 10,1% das embarcações na categoria em questão.

<sup>48</sup>Foram consideradas apenas embarcações com capacidade de carga acima de cem toneladas.

Os navios-fábrica russos (os maiores na década de 1970) possuíam estrutura de beneficiamento e congelamento a bordo, suportavam até 20.000 toneladas e chegavam a mais de 200 m de comprimento. Esse tipo de embarcação acompanha os barcos que efetivamente executam a pesca, os quais lhe repassam suas capturas para o processamento.

Exemplos da concentração do capital na pesca são fornecidos por Diegues (1983), que os encontra em importantes portos pesqueiros da Inglaterra, nos anos 60, onde eram registrados altos índices de concentração de capital pesqueiro, como é o caso do Porto de Hull: nele, 2/3 dos barcos arrasteiros pertenciam a apenas cinco empresas.

Quanto ao desenvolvimento das forças produtivas na pesca, depois do barco a vapor, foi inserido o de motor a diesel (explosão) em 1930, pelo Japão, além de outros equipamentos. Diegues, em seus estudos, afirma que:

em 1940, apareceram os primeiros instrumentos de detecção de cardumes, tais como a ecossonda (que permite uma busca vertical) e depois o sonar (para buscas horizontais). Igualmente, importantes inovações apareceram nas redes de pesca, sempre maiores. Surgiram indústrias especializadas na confecção de redes que passaram do linho para o algodão e outras fibras sintéticas, mais resistentes e manuseáveis. (DIEGUES, 1983, p. 50).

O avanço qualitativo nas forças produtivas garantia uma pesca de maior sucesso, o que também motivou a expansão das pescarias, na medida em que foi possível estender a atividade para regiões antes inexploradas. A utilização da mecanização nas embarcações para o recolhimento das redes (que cresciam em tamanho) também ganhou lugar nesse desenvolvimento, diminuindo a necessidade de força de trabalho no processo de captura, mas exigindo maior qualificação do trabalhador.

Na década de 1970, a automatização passa a ser cada vez mais utilizada na pesca, tanto na captura quanto na industrialização. A verticalização do processo de produção na pesca se deu em conjunto com a concentração de capital, formando grandes empresas de pesca, que controlavam desde a captura até o processo de industrialização e os canais de comercialização de seus produtos. A necessidade de grandes investimentos e a internacionalização da economia possibilitou a entrada de multinacionais na pesca, como a Nestlé e a Unilever (DIEGUES, 1983).

A diminuição do risco (econômico) na pesca, em função do desenvolvimento das forças produtivas e das novas formas assumidas pelas relações sociais de produção

(assalariamento, verticalização da produção pesqueira, incentivos estatais etc.), condicionou o aumento da produção, à medida que, sobre essa estrutura econômica (modo de produção) da ordem do capital, constrói-se ilusoriamente uma realidade na qual os cardumes de pescado possuiriam reprodução ilimitada, como se fossem “matéria-prima” inesgotável.

Por isso, na perspectiva em que estamos conduzindo nossa análise e em relação às evidências que nos deparamos quanto à exploração pesqueira pelo homem, a qual tem tomado os mesmos rumos da exploração capitalista em todas as áreas de sua atuação produtiva, podemos, desde já, concluir com quase exatidão que a exploração em extremo da natureza empreendida pelo homem, vai fazer com que ambos sejam “destruídos”. A natureza, em sua força de reproduzir-se; os homens, na forma de existir.

A lógica econômica instalada na pesca acabou por gerar uma situação de crise ecológica e social: inúmeras espécies de pescado foram dizimadas, ocasionando profundas alterações na cultura de comunidades pesqueiras artesanais, antes dependentes de tais recursos para sua vivência. Para elas, que viram desaparecer ou se tornar escasso seu objeto de trabalho, de certa forma, foi impelida a participação em uma nova história. Ao nos aproximarmos do Materialismo Histórico, compreendemos que os fatos concretos é que representam ‘a história’, ainda que a mesma não seja provocada pelos próprios sujeitos, pelos dominados, mas sim pelos dominadores (do capital).

Transcrevemos, na sequência, dois excertos que corroboram tais afirmações e que visam tornar compreensível de onde parte nossa reflexão:

A produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. (MARX e ENGELS, 2007, p. 18).

O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção [sendo que...] toda a história humana é a existência de indivíduos humanos viventes. (MARX e ENGELS, 2007, p. 24).

Portanto, o desaparecimento e/ou a escassez dos cardumes de pescado, principalmente devido à expansão do sistema produtivo, alicerçado no desenvolvimento das forças produtivas e visando à industrialização em massa da natureza (recursos pesqueiros), condicionou aos pescadores artesanais o surgimento de uma nova

realidade, a qual não é provocada por eles, mas transforma as suas relações e as representações do ambiente que os cerca.

A exploração dos mares pelos países que se lançaram primeiramente na industrialização da atividade pesqueira se deu com base em recursos pesqueiros pertencentes a outros países, principalmente nas regiões costeiras dos países subdesenvolvidos e sem capacidade para explorá-los. Como exemplo disso, salientamos novamente os estudos de Diegues (1983, p. 63), ao demonstrarem que “a maior intensidade de exploração se faz nas costas da Mauritânia, onde em 1967 calculava-se que a frota estrangeira – especialmente francesa, espanhola, japonesa e russa – extraía cerca de 250.000 toneladas sem passar pelos portos do país”.

A garantia de exploração dos recursos pesqueiros por um país esteve vigente até 1982, obedecendo à delimitação de duas milhas náuticas de sua zona de costa, por acordos elaborados no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste ano (1982), na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM), ficaram estabelecidos, dentre outros acordos, que cada país costeiro tinha a primazia para explorar os recursos naturais (dentre eles, os pesqueiros) nas duzentas milhas náuticas de sua costa, conforme o Art. 76 da CNUDM, celebrada em Montego Bay/Jamaica, e vigente no Brasil a partir de 16 de novembro de 1994, de acordo com o Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995.

No entanto, o desenvolvimento da pesca se dá sob a ordem do capital, seja em sua categoria econômica, seja na política. A CNUDM, realizada em 1982, assim como a Convenção sobre Biodiversidade (1992); o Código de Conduta para uma Pesca Responsável (1995) e o Acordo das Nações Unidas sobre Estoques Pesqueiros Transzonais e Altamente Migratórios (1995) são exemplos de tratados internacionais que estabelecem uma série de medidas e acordos entre os países, a fim de que se possa garantir a sustentabilidade no uso do espaço aquático e dos recursos naturais ali existentes. No entanto, apesar de importantes, os avanços obtidos ainda são modestos, conforme podemos verificar nos relatórios sobre as pescarias em âmbito mundial apresentados pela FAO.

A fim de nos encaminharmos para a finalização desta seção, o que se percebe, com base no que foi exposto, é que, a partir de fins do século XIX, de uma pesca movida pelas mãos humanas, passou-se a um crescente uso da mecanização, o que condicionou o aparecimento de novas relações sociais de produção, segundo as quais, o não-pescador se apodera de (grande) parte do produto do trabalho do pescador.

Podemos dizer que, antes, quando existia apenas a pesca realizada de forma artesanal, havia um equilíbrio entre o sistema social e o natural, o que proporcionava uma perspectiva de continuidade da atividade haja vista o baixo poder das capturas.

No século XX, o aumento no uso de tecnologias de pesca permitiu atingir um novo patamar no nível de capturas. Conforme descreve Marrul Filho (2003), com a utilização da tecnologia, ampliou-se o raio de ação das pescarias, possibilitando a chegada em pesqueiros ainda desconhecidos. Segundo o autor, com o final da Segunda Guerra, ocorreu nova ampliação e aprimoramento da frota mundial, na medida em que a tecnologia ali criada foi adaptada e transferida para a atividade pesqueira, com a inserção de novos equipamentos de procura de cardumes, refrigeração a bordo e a criação de novos materiais utilizados na construção das embarcações.

Mais recentemente, com o uso da tecnologia de informática, a navegação e a localização de cardumes por satélites ampliaram ainda mais o poder das capturas. Conforme assinala Marrul Filho (2003), o *saber-fazer* foi substituído pelo *saber-interpretar* instrumentos e informações, alterando-se por completo as relações entre os seres humanos e a natureza.

No século XX, portanto, ocorreu uma intensificação de mecanismos que auxiliaram na ampliação da exploração dos recursos pesqueiros, formando um setor produtivo semelhante a qualquer outro ramo industrial, tendo como base sua estrutura organizacional e de produção. Conforme apresentaremos com maiores detalhes em seção posterior, o fordismo/taylorismo, enquanto forma de organização da produção amplamente adotada na ordem do capital, desenvolveu-se baseado na ‘mecanização do homem’, ao passo que visa aumentar a produtividade do trabalho a partir de um extremo controle do tempo no processo de produção. Essa forma de organização da produção ganhou espaço, também, na atividade de pesca.

O resultado de tal processo foi uma crescente diferenciação entre pesca industrial e artesanal, no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas: enquanto na pesca industrial ocorreu grande esforço para incremento de novas tecnologias, na pesca artesanal, o desenvolvimento foi residual.

Na pesca artesanal, as tecnologias empregadas são consideradas de baixo impacto ambiental (MARRUL FILHO, 2003; JACQUET e PAULY, 2008); já a produção de maior escala, baseada no capital (pesca industrial), orienta-se para a perspectiva da acumulação e aporte de novos investimentos, com significativos impactos ambientais diretos e indiretos ao ambiente e aos recursos pesqueiros.

No entanto, as consequências apontadas para a industrialização na pesca (vertente mercadológica), sediada em mercados altamente concorrenciais, tem conduzido ao colapso de várias espécies de pescado, o que coloca em dúvida a continuação da atividade.

O fato pode ser analisado como o fim de um ramo comercial, mas requer uma discussão envolvendo a ética nas relações, pois envolve a vida dos seres que coabitam o planeta. Além disso, salientamos a necessidade de vivência de milhões de pescadores artesanais e seus familiares, pessoas que necessitam dessa proteína na sua alimentação, e que assim vivem há milênios.

Com o debate ora proposto, compreendemos que os peixes e as demais espécies aquáticas adquirem diferentes conotações econômicas, dependendo da modalidade de pesca utilizada. Se proveniente da pesca artesanal, geralmente realizada no âmbito familiar, os peixes e demais espécies servem ao homem enquanto alimento. Como o homem necessita de outros tipos de alimentos em sua dieta, o pescador artesanal comercializa ou troca o (reduzido) excedente de sua produção no mercado, utilizando o dinheiro ou trocando a captura com outros produtores que também possuem excedentes e pertencem a sua comunidade ou local de moradia, por exemplo, agricultores ou pecuaristas de base familiar. Portanto, o fruto do trabalho do pescador artesanal serve para sua alimentação direta ou, pela troca, para a alimentação de outros produtores. Isso representa uma economia familiar, na qual o produto da pesca possui 'valor de uso'. Mas na medida em que esse produto é comercializado no mercado, ou seja, quando é trocado por dinheiro no mercado capitalista, ganha 'valor de troca', enquanto participante do mesmo mercado, como qualquer outra mercadoria.

Por outro lado, no caso da modalidade de pesca industrial, os peixes e demais espécies pescadas têm como único propósito a comercialização no mercado capitalista, assumindo, portanto, apenas o 'valor de troca'. Nessa modalidade de pesca, a intensa busca pelo aumento das capturas tem conduzido à escassez dos peixes e demais espécies aquáticas, tidas como matérias-primas ao servirem ao processo industrial de produção. A intensificação do uso da tecnologia e da mecanização na pesca industrial capitalista tem ampliado a mais-valia relativa, por aumentar a produtividade do pescador que trabalha nas embarcações industriais, mas também tem causado a degradação ambiental, pelo desrespeito ao equilíbrio ecológico das espécies pescadas e pela degradação de seus habitats.



Portanto, a crescente exploração na pesca reduz a matéria-prima para o setor industrial e subtrai a vivência de pescadores artesanais, devido à escassez de seu alimento, o que tem conduzido ao fim do ciclo de reprodução dessa atividade pela destruição do ambiente onde ela se produz e se reproduz.

Nesse ponto de nossa exposição, pensamos ser mais adequado mantermos a denominação dos sujeitos desse estudo como “trabalhadores/pescadores”; até o momento utilizamos “pescadores”, e por vezes, “trabalhadores/pescadores”, mas a partir do aqui exposto, é este último termo que melhor representa nossa proposta teórica.

## **4. Emancipação do trabalho e dos trabalhadores sob a ordem do capital: é possível?**

Esta seção indica de onde partimos para analisar o fenômeno material social denominado de economia solidária (ES). Entendemos como necessária tal exposição por possibilitar o aprofundamento de temas da economia política, âmbito no qual se situa a economia solidária, e por ser esta uma prática social comum entre os trabalhadores/pescadores da APESMI, nossos sujeitos de pesquisa, enquanto participantes da política pública que efetivou o Projeto Rede. Como vimos salientando, os trabalhadores/pescadores da APESMI formalizaram essa associação no ano de 2002, com apoio do governo do RS, integrando o processo inicial de institucionalização da ES como proposta de política pública no país.

Conforme já citado na seção introdutória desta tese, uma das conclusões de Opuszka (2010), em relação ao desenvolvimento do Projeto Rede, quando elaborou uma crítica a este projeto, refere-se ao fato de o mesmo ter mantido o foco, em sua terceira fase, enquanto coordenado pelo NUDESE/FURG, na organização do trabalho e não na luta de classes que perfaz a sociedade do capital.

Embora a contribuição de Opuszka (op. cit.), no que tange a anunciar o foco do projeto, pensamos ser necessário expandir a análise do Projeto Rede para melhor entendermos os processos que ali ocorrem, sob a ótica do capitalismo, levando em consideração a existência de classes de trabalhadores e não-trabalhadores vinculados à atividade pesqueira. Além disso, porém, acreditamos ser preciso compreender os processos econômico-políticos nos quais a atividade de pesca se situa e se movimenta, sendo esta a proposta da seção ora apresentada. Com isso, pensamos estar auxiliando para uma melhor compreensão do espaço/tempo vivido por nossos sujeitos de pesquisa, trabalhadores/pescadores artesanais, que convivem e têm relações econômicas com não-trabalhadores (capitalistas) e com o estado, na condição de fomentador de políticas públicas.

Nesse sentido, efetuar uma análise estrutural e conjuntural, o mais minuciosa possível, ajudará a presente tese de doutorado a explicar a função do trabalho e o papel social do trabalhador/pescador sob a ordem do capital, na qual domina e expropria o humano da vida e a vida da natureza, velado nas mercadorias que circulam como necessárias no sustento do próprio sistema do capital.

## 4.1 Ser trabalhador/pescador em tempos de reificação da mercadoria

A expropriação dos trabalhadores em tempos de reificação da mercadoria não se dá de forma passiva; ao menos não em todos os momentos de nossa história. As tentativas de avanço para a emancipação, empreendidas pela classe de trabalhadores teve seu primeiro ápice, pode-se dizer, com a Comuna de Paris, em 1871, quando um levante de operários se apossou de fábricas onde antes eram empregados, dando início a um processo de autogestão, ou seja, os próprios trabalhadores administram o processo de produção em benefício do coletivo.

Por cerca de dois meses, esses trabalhadores desenvolveram formas de gerir as fábricas às quais estavam vinculados; mais do que isso: eles estabeleceram, para além de seus portões, processos de autogestão também na esfera pública.

Tais processos marcaram a história na medida em que, até então, não se vislumbrava a possibilidade de que trabalhadores conseguissem gerenciar suas atividades cooperadas no interior das fábricas, antes geridas com estruturas extremamente hierarquizadas. Nascimento (2012) ressalta, com propriedade, que a Comuna de Paris inaugurou a era da expropriação dos expropriadores como forma política – a emancipação econômica do trabalho, que passa da condição de assalariado para associado.

A Comuna de Paris representa, na visão de Marx, o primeiro Estado operário. Para ele, o segredo desse movimento era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para levar adiante de si a emancipação econômica do trabalho (MARX, 1986).

Segundo a oportuna descrição de Bertelli (1986), no prefácio da obra de Marx (1986) “*A guerra civil na França*”,

os acontecimentos de 1870-1871 representam o fechamento de um ciclo histórico: o domínio da burguesia conservadora européia, aliada à burguesia democrática, e o ressurgimento do proletariado, porém agora como movimento autônomo, independente, consciente de seu papel histórico e certo de seus objetivos. Daí em diante, o proletariado percebeu que somente organizando-se como classe, formando o seu próprio partido, exigindo suas reivindicações próprias, sem contar com as camadas burguesas democráticas para liderá-lo, poderia entrar na cena histórica e deixar de ser mero espectador da peça que se desenrolava no palco da sociedade. Deixava de ser

uma classe em si, para se transformar numa classe para si. (In: MARX, 1986, p. 13).

Para os trabalhadores, o momento histórico em questão significou o descortinamento do véu que escondia sua ontologia social na roupagem dos social-democratas, os quais limitavam o espaço que esses trabalhadores deveriam ter, por direito, nas conquistas da revolução burguesa instalada. Eles passam, então, a lutar não mais pela classe enquanto agrupamento de pessoas que participavam de um movimento histórico e dialético, de mudança da estrutura produtiva social, liderada pelos social-democratas burgueses (e representantes do capitalismo que se criava com forte base na propriedade privada), assim, alteram qualitativamente sua luta; de uma luta de classes em si, passam a uma luta de classes para si, o qual significa um estágio qualitativamente superior na luta pela emancipação humana.

Os limitados 72 dias de existência da Comuna de Paris têm nos possibilitado apontar seus erros; ressaltamos, contudo, que fazemos isso como defensores de uma sociedade organizada e administrada pelos trabalhadores. Semelhante ao nosso posicionamento perante os ensaios que o Projeto Rede procura desenvolver com as diferentes comunidades de pescadores artesanais do ELP e da Lagoa Mirim, cujo propósito tem sido o de torná-los o mais emancipados possível dos mandos e desmandos do capital e de seu Estado protetor.

Trazer a relação do momento histórico vivenciado pelos trabalhadores na França de 1871, e prospectar uma organização dos pescadores nos princípios desse movimento – a Comuna de Paris – não nos limita a apontar erros. Ao contrário, nesta tese buscamos aprender com a vivência dos trabalhadores/pescadores artesanais envolvidos com o Projeto Rede e a experiência contada pela história, dos operários franceses, extraindo daí o máximo de ensinamento proporcionado por essa heroica revolução operária, como algo a ser refletido enquanto processo de luta contra o modo de produção que exige do trabalhador produzir para além de suas necessidades.

Nascimento (2012), ao comentar a não vitória do movimento revolucionário da Comuna de Paris (utilizando-se, para tanto, da leitura de outros pensadores), atribui essa não vitória dos trabalhadores ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas existentes na época e ao despreparo dos trabalhadores enquanto revolucionários, ambas condições tidas como primordiais para que se efetive a real vitória de superação do capitalismo.

A Comuna de Paris possuía um programa político, no qual defendia temas como “Direitos de viver”, “Liberdades” e a discussão envolvendo “Evolução ou revolução”. Abordaremos este último tópico na próxima seção, na qual procuramos demonstrar nossas (auto)indagações e reflexões relativas ao movimento da classe de trabalhadores, que procura por sua autonomia e emancipação.

Antes, porém, tecemos algumas considerações relativas ao trabalho, com base na economia política, por entendermos a centralidade que o mesmo tem na ontologia social da vida humana e, como não poderia deixar de ser, a relevância que ele possui no sistema de produção capitalista, apresentando-nos o grande desafio que se constitui na contradição capital e trabalho e a vida social no planeta.

Conforme comenta Harvey (1996, p. 101), “O mundo da classe trabalhadora torna-se o domínio do ‘outro’, tornado necessariamente opaco e potencialmente não conhecível em virtude do fetichismo da troca de mercado”. O ‘domínio do outro’ aludido pelo autor está relacionado ao ambiente de trabalho do trabalhador e ao estranhamento que lhe causa no espaço/tempo em que está mergulhado, ao realizar suas tarefas produtivas, conforme vimos salientando nesta tese e que continuaremos a expor na presente seção.

A evolução do sistema do capital tem conduzido a humanidade a uma armadilha. A vida no planeta está sob risco, devido aos níveis alarmantes alcançados de exploração dos principais recursos da natureza. Por isso, concordamos com Mészáros (2002; 2007) quando chama a atenção para o atual momento de nossa história, a qual qualifica de ‘bifurcação’ entre caminhos. Um deles seria seguir com o atual predomínio de hegemonia do capital e o aumento da exploração da natureza para além dos limites de sua recuperação, com a previsível extinção da espécie humana na forma existente. O outro é o utópico caminho da imensidão do novo, que pode conter alternativas de vida sustentáveis, enquanto promotoras de uma prática humana emancipada de amarras, que encontre formas de revolucionar continuamente a si mesma e que, para isso, entenda a vida como um processo dialético.

Na condição de humanos, se compreendermos o momento histórico presente como sendo de ‘bifurcação’, é porque nos damos conta, em tempo, de transformarmos a materialidade tal qual a encontramos na atualidade, e conseguimos sentir e compreender o que move a realidade tão desigual de nossos espaços de vivência.

Espaços cada vez mais homogêneos pela cultura e lógica do capital, com seus antagonismos entre produção e consumo, trabalho vivo e trabalho morto, lucros e

concorrência, entre outras situações que se criam, se desenvolvem e se superam, as quais têm feito surgirem abismos na esfera econômica e, por assim dizer, entre a necessidade humanamente social e a necessidade de desenvolvimento do capital.

Cabe considerar que, sob forte desenvolvimento e abrangência do sistema do capital, entranhados em todos os espaços sociais, seja nas artes, na educação, na ciência etc. e, influenciados fortemente pelos meios de comunicação, coniventes e ‘alienados’, os indivíduos encontram-se não somente vinculados a tal sistema, mas anestesiados por ele.

Portanto, apenas compreender a totalidade desse sistema não representa sua superação, para o que é imprescindível efetivar-se ações concretas que promovam uma outra forma de se viver em sociedade.

Entendemos que mudanças em direção a uma outra ordem social requerem a conscientização de que estamos vivendo sob uma ordem na qual poucos são os privilegiados e muitos os injustiçados, e que, apesar de seus crescentes antagonismos, sempre buscará saídas para suas crises, utilizando-se de todas as formas disponíveis (que são muitas) para garantir a riqueza já expropriada em seu poder. Para romper com isso, é necessária e urgente uma ação coletiva e, portanto, socializada, com embasamento teórico e metodológico que propicie a emancipação humana.

Ao indivíduo, se isolado, resta pouco a fazer, mas aos indivíduos, enquanto produtores associados, com vínculos e atitudes que extrapolam suas esferas de realização do trabalho, estaria sendo construído o potencial de uma possibilidade para a criação de espaços revolucionários, no qual uma outra ordem social, emancipatória e autônoma possa ser planejada e praticada.

As ações de um indivíduo isolado não terão relevância; nada conseguirão transformar além dele próprio e do microcosmo que vive<sup>49</sup>. No máximo, constituirão uma ação pontual que pode, por vezes, beirar o heroísmo, mas que não terão os efeitos esperados contra o sistema que o oprime. E isso porque geralmente o indivíduo se encontra na armadilha da busca pela vivência material, em um sistema que ofusca e impede sua autoemancipação imediata.

---

<sup>49</sup>Com esta afirmação, não pretendemos desvalorizar os microcosmos enquanto espaços de atuação importante de envolvimento e de ação social e que podem dar origem, criativamente, a redes de microcosmos com o potencial de demonstrar uma alternativa viável ao sistema capitalista. No entanto, a partir do que propomos enquanto método de pesquisa para esta tese, optamos por uma perspectiva ampliada de mobilização para uma ação efetiva e necessária, devido à urgência da degradação social e ambiental em que vivemos, partindo dos produtores associados, compreendidos, por sua vez, não somente por quem está diretamente vinculado ao processo produtivo, mas também por toda a esfera comunitária a eles ligada.

Ao nos inserirmos neste contexto, enquanto agente social humano e pesquisador e, neste momento, ao escrevermos uma tese no âmbito da Educação Ambiental, reiteramos a importância e a necessidade de avançarmos na discussão relativa a uma educação que insista em seus pressupostos de emancipação humana, que liberte o indivíduo do pensamento hegemônico burguês, com vistas a seguir a vocação ontológica de ‘ser mais’. Isso porque entendemos a educação como ato político e, portanto, lutamos em favor da educação que problematize as esferas de poder inibidoras da emancipação humana, da transformação criativa e da forma de pensar e agir desalienada do indivíduo em relação ao meio social.

Para o trato com o tema da emancipação humana, buscamos contribuição de Damo *et al.*, ao afirmarem que

O processo emancipatório implica em romper com os condicionantes sociais que impedem e obstaculizam o desenvolvimento humano, possibilitando ao sujeito desse processo, que é a classe trabalhadora, libertar sua prática e sua consciência, agindo em favor de si própria, e não da classe dominante, inteiramente alheia aos seus anseios e necessidades. (DAMO, *et al.*, 2013, p. 108).

Aí reside nossa discordância com o que está posto ou, ainda, com o que está sendo (im)posto pela ordem do capital. Exemplo disso pode ser sentido nos mecanismos de coação efetuados por organismos de crédito internacional a países endividados. Fato que ocorreu, também, com o Brasil nas décadas de 80 e 90, quando o Banco Mundial (BIRD) e outros organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), de certa forma, impuseram, como condicionante a novos empréstimos para fazer frente ao endividamento externo desses países, o alinhamento de seus sistemas educacionais com as políticas educacionais por eles elaboradas.

Conforme bem pontua Coraggio (1996), o endividamento externo de países como os da América Latina fez enfraquecer até mesmo sua autonomia política perante organismos credores internacionais, os quais, por sua vez, são representantes de instituições multilaterais de crédito, comandadas por corporações vinculadas à ordem do capital.

A crítica de Coraggio (op. cit.) direciona-se aos resultados negativos dos receituários econômicos neoliberais impostos aos países endividados, denominados de Consenso de Washington, e postos em prática, principalmente, pelo Banco Mundial e pelo FMI a partir da década de 1980.

Dentre as medidas integrantes do mencionado receituário, as de caráter econômico acarretaram, em muitos casos, maior empobrecimento das populações dos países que sofreram tais imposições, ao gerarem uma canalização de volumes consideráveis de dinheiro para os bancos credores, situados nos países centrais do capitalismo, os quais se beneficiaram das altas taxas de juros cobradas, ampliando a desigualdade social e acentuando a degradação ambiental.

A desigualdade social constitui-se como luta e unidade das contradições da política, da economia e da cultura, fazendo com que a degradação ambiental se acentue pela falta de uma consciência crítica, impedida de ser desenvolvida em razão das condições materiais oferecidas pelos receituários dos órgãos financiadores e da imposição de objetivos e metas a serem atingidos pelos países endividados.

Tais medidas de caráter neoliberal foram igualmente impostas e inseridas nas políticas públicas educacionais do Brasil e de outros países da América Latina. Mais do que considerar que tais políticas públicas educacionais tenham a intenção de investir no desenvolvimento do ‘capital humano’, preparando-o para o mercado, é preciso compreender que elas embasam a economia neoclássica e que não só causaram, mas continuam causando, distorções e erros na condução das políticas econômicas locais nas últimas décadas, com efeitos deletérios sobre a sociedade e a natureza. Do mesmo modo, têm servido de base para a implementação de políticas públicas de uma forma geral, o que inclui as educacionais, de vários países periféricos do capital, dentre os quais, o Brasil.

No que se refere às consequências dessas imposições por parte do Banco Mundial e do FMI aos países endividados, no tocante à implementação de modelos educacionais coniventes com o sistema do capital e tendo como apoio a teoria econômica neoclássica (e, por isso, neoliberal), Coraggio faz as seguintes considerações:

Em consequência, não seria de estranhar que sua proposta básica para o sistema educativo consista em (até onde for possível) deixar a atividade educacional à mercê do mercado e da concorrência para que a interação entre consumidores e fornecedores de serviços educacionais defina a quantidade de educação, seus conteúdos e pedagogias, suas formas de estruturação, em que áreas e a que preços deve ser oferecida. Mas essa proposta nada mais faz que reencontrar o que já foi introduzido pela mesma teoria como princípio filosófico irrefutável, não testado, de que os mecanismos de mercado são intrinsecamente superiores a qualquer forma de coordenação da atividade humana. (CORAGGIO, 1996, p. 103).



No sentido de reforçar o posicionamento aqui adotado, para o qual é imprescindível um sistema educacional emancipador para a construção de uma sociedade baseada em valores éticos e universais, destacamos, de Gadotti, o excerto a seguir para demonstrar nossa posição frente à questão política da educação que estamos entendendo como transformadora:

Por isso, a educação é um ato de desobediência e desordem. Desordem em relação a uma ordem dada, pré-ordem. Uma educação autêntica re-ordena. É por essa razão que ela perturba, incomoda. É nessa dialética ordem-desordem que se opera o ato educativo, o crescimento espiritual do homem... Educar é fazer ato do sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar suas contradições, comprometer-se com esse mundo, para recriá-lo constantemente... É pela transformação do mundo que tomo consciência do mundo. (GADOTTI, 1980, p. 89-90).

Assim, Gadotti (op cit.) nos coloca diante de uma educação problematizadora da realidade, em vez daquela que domestica o ser humano e lhe tolhe sua condição humana e ontológica de ser mais. Segundo afirmação de Guareschi (1989, p. 70), baseada na etimologia da palavra educação, ela significa ‘tirar para fora’ e, por isso, “a educação supõe, pois, que a pessoa não é uma ‘tábula rasa’, mas possui potencialidades próprias, que vão sendo atualizadas, colocadas em ação e desenvolvidas através do processo educativo”.

As opções existentes na ‘bifurcação’ atual em que nos encontramos, apontada por Mészáros (2002; 2007), e anteriormente comentada, se dão entre compreender o processo de alienação sob o jugo do capital como algo natural à vida social ou reconhecer o processo histórico dessas formações sociais e, de algum modo, reagir às relações alienantes.

O modo capitalista de produção de nossa existência é reflexo das relações do sistema de valoração do trabalho humano, plasmado sob a forma de mercadorias que, se por um lado, têm valor de uso para seu produtor, passam a ter valor de troca na medida em que possui valor de uso para outro, pois segundo Marx (1982, p 47-48), “quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor de uso, mas não mercadoria”. Portanto, o produto do trabalho humano somente é considerado mercadoria quando for produzido para outrem.

Mello (1999), em sua obra “*Marx e a globalização*” fornece importante contribuição para nos ajudar a compreender a relação do valor na produção, no interior da lógica do mercado. Afirma ele:

Antes de mais nada, o modo capitalista de produção é, numa primeira dimensão, um modo de produção de mercadorias. Um mundo (o primeiro na história) plasmado pelo mercado, pela produção voltada para a venda (e não para o uso direto dos produtores), onde o valor-de-troca já alçou à condição de finalidade última e fundamento de toda a atividade econômica – o estatuto de força motriz e vetor hegemônico e universal de impulsão e dinamização das relações sociais de produção. (MELLO, 1999, p. 157).

A mercadoria, então, é reificada no modo de produção em pauta e, como bem lembra Lefebvre (2011), ao se referir à mercadoria, independentemente dessa relação dialética (entre valor de uso e valor de troca), uma única propriedade lhe resta: a de ser a mercadoria produto do trabalho humano. No dizer de Marx acerca do ponto em debate,

O trabalho do alfaiate e o do tecelão são os elementos que criam valores de uso, casaco e linho, exatamente por força de suas qualidades diferentes; só são substância do valor do casaco e do valor do linho quando se põem de lado suas qualidades particulares, restando a ambos apenas uma única e mesma qualidade, a de serem trabalho humano. (MARX, 1982, p. 52).

Por ser trabalho humano, é comparável e mensurável com outros produtos do trabalho, assumindo, assim, aspecto social; por isso a mercadoria representa um tempo de trabalho social médio.

Para avaliar a relação entre produtor e consumidor no sistema do capital, o tempo de trabalho assume a centralidade do preço como medida de valor de troca, pois é a quantidade de tempo de trabalho investida em uma mercadoria que determina seu preço.

Um valor de uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Como medir a grandeza do seu valor? Por meio da quantidade da “substância criadora de valor” nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de sua duração, por frações do tempo, como hora, dia, etc. (MARX, 1982, p. 45).

O valor de troca das mercadorias (que podemos extrapolar para o valor dos serviços) é determinado pelo tempo de trabalho nelas aplicado, adicionados os custos de produção e o valor das matérias-primas empregadas.

O trabalhador vende a força de trabalho ao proprietário dos meios de produção, ou seja, ao capitalista, não-trabalhador; este, por sua vez, apropria-se de parte da força de trabalho impregnada na mercadoria produzida. O preço da mercadoria é tal qual seu

‘custo real’ – o lucro do capitalista está no excedente do trabalho não consumido por seu produtor, o trabalhador.

Com o referido mecanismo de valoração, parte do trabalho realizado pelo trabalhador não é pago a ele, mas sim ao não-trabalhador, o capitalista, que se apropria de parte desse trabalho, ou seja, expropria do trabalhador parte de sua força de trabalho, a qual Marx denomina ‘mais-valia’ (MARX, 2006).

Conforme comentado em seção anterior, o trabalhador/pescador do ELP extrai seu objeto de trabalho da natureza e o vende ao atravessador, igualmente um não-trabalhador, que representa o primeiro elo entre o trabalhador/pescador e o consumo, e que venderá a outro não-trabalhador, capitalista, proprietário de fábrica de processamento de pescado.

Assim, o preço que esse trabalhador/pescador recebe pelo fruto de seu trabalho é ditado pelo não-trabalhador/capitalista, com base na lógica da maximização do lucro e da busca da satisfação máxima pelos consumidores. O raciocínio empregado provém de que humanos maximizam suas satisfações ao adquirirem produtos no mercado, valorizando o dinheiro que carregam, numa relação de custo-benefício, pressupondo que os indivíduos tenham perfeita informação acerca dos produtos e seus preços (PINDICK e RUBINFELD, 2002). A análise feita corresponde ao estágio assumido pelo homem enquanto *Homo economicus*, conforme defendido pela economia política burguesa. Trata-se, portanto, de uma compreensão combatida por Marx, uma vez que reifica a mercadoria e seu valor de troca e aliena o trabalhador.

Maximizar a satisfação ou, em outras palavras, ficar satisfeito com um consumo, no sentido de uma economia que não a capitalista, requer pensar na totalidade que um produto possui, ou seja, nas relações estabelecidas desde sua extração direta da natureza, como é o caso do pescado, passando pelas demais relações sociais estabelecidas durante sua elaboração até se tornar pronto para o consumo.

Isso demanda considerar a condição social da mercadoria, portanto, para além de sua condição econômica, pois o fator econômico existente na atualidade do ELP prepondera sobre as condições sociais de existência dos trabalhadores/pescadores e o valor assumido pela mercadoria que trocam não lhes garante uma existência dignamente humana, sendo, por vezes, imperiosa a participação em políticas públicas assistenciais e emergenciais, para fazer frente à pobreza que assola a vida desses trabalhadores/pescadores.

A partir da compreensão da realidade em foco, é possível perceber que os trabalhadores/pescadores constituem o elo útil e, por isso, frágil, desse sistema econômico ditado pela ordem burguesa, no qual o valor assumido no mercado pelo produto dos trabalhadores/pescadores, o pescado, não condiz com o necessário esforço que precisam fazer no uso de sua força de trabalho, em condições, muitas vezes, perigosas e insalubres.

Mas ser o ‘elo frágil’ está contingenciado pela forma como as trocas estão estruturadas no mercado capitalista, segundo a qual a relação produtor/consumidor desvaloriza o trabalhador, isto é, aliena a mercadoria de seu criador/produtor.

Embora a economia política burguesa reconheça no trabalho uma fonte de criação de valor, ele se subordina aos interesses do lucro, do preço, ou seja, das mediações do capital. Sua importância no processo produtivo não corresponde ao valor que lhe é pago através do salário. A economia à qual estamos nos referindo, que é burguesa, defende o trabalho como criador de valor, porém não valoriza quem o realiza. Por outro lado, a perspectiva marxista, ao nosso ver, emancipatória – do trabalhador – avança no sentido de o trabalho ser a mediação da ontologia social.

Portanto, anunciando tal perspectiva – marxista/emancipatória –, pretendemos demonstrar a existência da possibilidade concreta, ou seja, das condições necessárias para ser alterada a racionalidade da economia política condicionada pelos determinantes do capital, na direção de outra, em que o trabalho determine as relações na sociedade e as interações (necessárias) para com a natureza.

E é com essa prerrogativa que nos aproximamos de pensadores como István Mészáros, cuja leitura da obra de Karl Marx, atualiza-a para nossos dias, denunciando que a economia burguesa, globalizada, é cada vez mais comandada pelos interesses do capital: lucro, concentração e acumulação de riquezas, em detrimento da classe de trabalhadores e da natureza.

No entendimento dos pensadores citados, o trabalho humano, como prática criativa de (auto)realização, media o metabolismo entre a sociedade e a natureza. Portanto, as condições e os condicionantes para que o trabalho não seja outro senão algo emancipador, passa pela forma de regulação das interações de primeira ordem (relações entre a sociedade e a natureza) assim como as de segunda ordem<sup>50</sup> (instituídas socialmente). Relações, por sua vez, que têm sido cada vez mais mediadas

---

<sup>50</sup>Para uma leitura envolvendo tais mediações, ver “*O século XXI, socialismo ou barbárie?*” (2003) e em “*Teoria da alienação em Marx*” (2006), ambas de autoria de Mészáros.

unilateralmente pelo sistema do capital, gerando formas de trabalho que impedem a emancipação dos trabalhadores, e que, sendo assim, condicionam para níveis insustentáveis as interações entre os homens, e deles com a natureza.

Os pesquisadores Clark e Foster, no contexto em análise, pontuam que

O metabolismo social do capitalismo é cada vez mais divorciado do [metabolismo] natural, produzindo várias cisões metabólicas e formas de degradação ecológica nos ciclos e processos naturais, o que leva à violação das leis naturalmente postas de regulação da produção social que mantêm as condições da natureza. (CLARK e FOSTER, 2010, p. 25).

O conceito de metabolismo foi adotado por Marx, emprestando-o da biologia, na qual, conforme esclarecem Clark e Foster (op. cit.), é incorporado o complexo processo bioquímico de desenvolvimento metabólico, por meio do qual um organismo transforma materiais e energia de seu meio ambiente e os converte, por meio de diferentes movimentos metabólicos, nos ingredientes para seu crescimento. Assim tem agido o capital: extraíndo trabalho (como prática social) e recursos da natureza na medida necessária do seu desenvolvimento. E é justamente por isso que tem exaurido os recursos naturais, assim como degradado os elementos naturais, como a terra, o ar e a água.

Para Mészáros (2002), a fim de superar a problemática posta, é preciso transformar o metabolismo que engendra a destruição social e natural, a partir de uma outra ordem social com práticas revolucionárias, fundada nos/pelos produtores associados, que subverta a lógica do trabalho subordinado e alienado.

Nesse sentido, conforme postula Antunes (2009), a construção de um outro sistema de metabolismo social passa pela transformação das instituições fundadas nos interesses do capital, as quais representam as determinações de segunda ordem, ou seja, buscam por transformações que superem o modo de produção capitalista e criem outro,

fundado na atividade autodeterminada, baseado no tempo disponível (para produzir valores de uso socialmente necessários), na realização do trabalho socialmente necessário e contra a produção heterodeterminada (baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado e para a reprodução do capital). (ANTUNES, 2009, p. 177).

No entanto, no contexto das relações generalizadas das trocas no mercado capitalista, onde subjetividades são construídas e influenciadas por uma racionalidade economicista e não solidária, o meio de troca prioritário é o dinheiro, como parte de um

sistema que esconde os valores de uso, assim como desconsidera a totalidade do que e como são produzidos os bens socialmente úteis à vida humana.

Conforme Mello (1999), o dinheiro ofusca o valor das coisas, assumindo um papel de equivalência geral, o que, no caso da força de trabalho, esconde a cota de trabalho necessária à produção de determinada mercadoria imediata e particular, dando a sensação de que ela é mediata e universal. Conforme esse pensador, que se apoia em Marx:

O advento da sociedade de mercado envolve, assim, inicialmente, a passagem de um ciclo da vida econômica onde o dinheiro é apenas (ou predominantemente) utilizado como mero equivalente de troca entre mercadorias de utilidades diversas, M-D-M (Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria) para outro, D-M-D (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro), em que o objeto da transação já não é mais a simples obtenção final da mercadoria de utilidade diferenciada, mas do próprio dinheiro em si, ora transformado em padrão material referencial de riqueza (abstrata). De fim, a mercadoria vira meio; e, o dinheiro, de meio, fim último de toda a operação mercantil. (MELLO, 1999, p. 158).

Assim sendo, de um sistema tradicional, no interior do qual a mercadoria representa o objetivo e é valorizada como a simples forma de servir à vida humana, o dinheiro ‘aparece’ como fonte primeira e dita a forma como será realizada a produção da mercadoria, com o objetivo único de transformá-la novamente em (mais) dinheiro. A busca por aumentar o volume de dinheiro, por parte de quem o detém, tem sido a fórmula básica do sistema capitalista, mas que vem assumindo proporções mundiais, conforme já apontava Marx, no século XIX.

Cabe ainda ressaltar, nesse processo, que a mercadoria vira dinheiro (M-D) e o dinheiro é transformado em mercadoria (D-M), ocorrendo o mesmo com seus detentores, que se transformam de vendedores em compradores, e vice-versa. Todos negociam no mercado mediado pelo dinheiro.

A respeito das relações que se dão no mercado e sua dialeticidade, encontramos em Marx a seguinte observação:

Essas duas transformações opostas da mercadoria realizam-se por meio de suas ações sociais antitéticas do possuidor da mercadoria e se refletem nos papéis econômicos opostos que ele desempenha: a função de vendedor e de comprador. Ao transformar-se qualquer mercadoria, ambas as suas formas, a forma mercadoria e a forma dinheiro, aparecem simultâneas em polos opostos, e seu possuidor, na função de vendedor e na de comprador, se confronta, respectivamente, com outro comprador e outro vendedor. A mercadoria experimenta, sucessivamente, duas transformações opostas, a mercadoria vira dinheiro e o dinheiro vira mercadoria e, paralelamente, o

mesmo possuidor de mercadoria desempenha os papéis de vendedor e comprador. Não há imutabilidade de função, mudando as pessoas continuamente de papel, na circulação das mercadorias. (MARX, 1982, p. 128).

De acordo com o alerta dado por Marx (op. cit., p. 129), nessa troca, “chegam às mãos do vendedor como imagem alienada da mercadoria as mesmas peças de dinheiro que o abandonam, como a imagem da mercadoria absolutamente alienável”. E é nesse processo que ocorre a alienação ou desconsideração do valor de uso de toda e qualquer mercadoria, aparecendo apenas seu valor de troca. Cabe salientar, contudo, que essa mercadoria contém a força de trabalho de um trabalhador, igualmente desconsiderada, *invisível*, caracterizando um processo de desvalorização do trabalhador, embora vital para que o mesmo se realize.

Por isso, compreendemos que o dinheiro representa, na sociedade estruturada com base no capital, a 5ª *essência*<sup>51</sup>, por receber a condição de mediador universal das relações de troca entre os indivíduos. Trata-se de um fetiche, conforme denuncia Marx (1982), como sendo uma coisa situada acima da humanidade, por ela estar perseguida e reificada.

O dinheiro esconde e, da mesma forma, determina, as relações de poder que se dão no âmbito político-econômico, ao estabelecer relações de exploração de uma classe que detêm a primazia do dinheiro e faz (mais) dinheiro, sobre a que trabalha para obtê-lo.

Segundo Harvey (1996), o dinheiro dá uma sensação de liberdade ao indivíduo que o porta, incentivando práticas de competição, o que provoca uma extraordinária fragmentação social.

O dinheiro, apoiado no seu fetichismo, alcança o ápice quando considerado como ‘capital dinheiro’, ao relacionar-se consigo próprio, garantindo privilégios para quem o possui, na medida em que este o utiliza, visando às vantagens. Podemos citar, além do mecanismo de compra e venda gerador do lucro, a vantagem de quem possui dinheiro, podendo emprestá-lo a outro e recebendo, para tanto, juros sobre o valor emprestado. O dinheiro, então, aparece como “fonte independente de criação de valor, à margem do processo de produção, apagando o seu caráter antagônico frente ao trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p.15). Portanto, além da vantagem do lucro, o dinheiro

---

<sup>51</sup> As quatro essências da matéria, definidas ainda no pensamento filosófico da Grécia Antiga, por Empédocles e desenvolvida por Aristóteles, são a água, a terra, o ar e o fogo.

gera mais dinheiro, através da oportunidade de seu uso ( $D - D'$ ), que se materializa na forma de 'juros'.

Juros semelhantes aos que foram comentados anteriormente, nesta tese, quando abordamos o endividamento de países, principalmente da América Latina, que enviaram dinheiro sob a forma de juros, pagos com sua poupança forçada e gerada pela sobre-exploração da sua força de trabalho e dos recursos naturais, e enviados aos bancos situados nos países do capitalismo central.

Corolário dessa exploração da sociedade e da natureza por elites capitalistas, unidas no mundo globalizado, independentemente do país em que residam, na busca por associações que possam gerar mais dinheiro, ocorre a destruição de culturas tradicionais, como é o caso do *modus vivendi* de comunidades inteiras, por exemplo, a dos trabalhadores/pescadores artesanais. Esses trabalhadores têm, na desvalorização do produto de seu trabalho, uma situação de crescente marginalização, devido ao modo como está estruturado o mercado, fruto de uma sociedade gerada pelo sistema de produção do capital.

Sair desse círculo vicioso, conforme vimos expondo na presente seção, requer reverter a situação de alienação em que vivemos, e isso parte de um esforço coletivo dos produtores associados (MÉSZÁROS, 2002; 2007). Dessa forma, compreendemos que uma maneira de alicerçar uma outra sociedade, segundo preceitos instituídos a partir de valores éticos e universais, advém da construção de uma proposta socializada de outra ordem e, por isso, aos trabalhadores/pescadores, enquanto parte dos produtores associados, cabe a socialização de suas práticas, tanto de realização e valorização do trabalho quanto de ação política, a fim de formar, juntamente com os demais produtores associados, essa outra ordem de associação – de práticas coletivas em torno do bem comum.

Por isso iniciamos a seção apresentada, comentando o evento revolucionário da Comuna de Paris, no qual trabalhadores se uniram com o intuito de formar uma outra sociedade, baseada em um também outro modo de produção, superando o sistema capitalista e suas consequências sociais e ambientais, com a proposta de um movimento socialista.

Procuramos, em nosso breve panorama, problematizar os efeitos da economia política burguesa sobre o trabalho e os trabalhadores e ainda sobre a valoração das mercadorias e do sistema de trocas baseado no dinheiro. Nesse ínterim, abordamos a realidade dos trabalhadores/pescadores, que precisam superar a ordem do capital, na



qual são desvalorizados em sua condição de trabalhadores, e sua força de trabalho representa apenas uma mercadoria com valor de troca.

Apesar da aparente passividade dos trabalhadores observada na atualidade, são eles que têm as condições para, a partir de uma consciência de classe enquanto produtores/trabalhadores associados, transformar e construir espaços de socialização para implementar a práxis inauguradora de uma outra ordem social.

Segundo salienta Mészáros (2002; 2007), não existe uma fórmula pronta para a construção de uma outra sociedade, que supere a atual (estruturada a partir de interesses exclusivos do capital), mas podemos elencar o que precisa ser transformado e ultrapassado, a partir da compreensão e posterior superação, dos mecanismos de poder que sustentam o sistema capitalista.

Por isso, prosseguimos a atual seção com a abordagem de temas que envolvem o sentido de evolução (enquanto reforma) e de revolução, tópicos que, por vezes, são considerados similares e compreendidos na condição de germinadores de uma outra ordem. Mas, na presente tese, estamos compreendendo que evolução e revolução possuem diferentes concepções e, principalmente, diferentes alcances.

## 4.2 Evolução ou Revolução? O que é e o que não é um processo emancipatório?

Visando embasar nossa reflexão e discussão acerca do contexto histórico-social em que se dá o fenômeno material social da economia solidária, enquanto proposta de transformação das relações políticas e econômicas que engendram a exclusão de grande contingente de indivíduos, aproximamo-nos de Rosa Luxemburgo, que analisou os dois temas em pauta. Ao realizar tal avaliação, demonstrou que a evolução representa um mecanismo de cooptação dos trabalhadores pelos social-democratas alemães, no final do século XIX.

Os partidários da social-democracia acreditavam que, com pequenas reformas sociais, poderia ser alcançado o socialismo, superando, assim, o sistema capitalista. Rosa Luxemburgo (2005), em oposição a tal pensamento, escreve a obra *“Reforma ou Revolução”*, em 1900, para fazer frente, em especial, ao movimento denominado ‘revisonismo’, como resposta a um de seus principais defensores, Eduard Bernstein.

Conforme Luxemburgo, para os revisionistas, o capitalismo, em seu curso ‘normal’, sofreria uma adaptação, absorvendo uma proposta socialista pautada em dois eixos principais: as reformas sociais e o desenvolvimento de instituições como os sindicatos e as cooperativas. E isso, para tal pensadora, representa uma evolução, ou seja, ‘mudar para continuar como está’.

E o que seria, então, ‘revolução’? Ainda na visão de Luxemburgo, significa desmascarar e superar o sistema que oprime e se apropria da vida das pessoas, extrapolando fronteiras, numa prática imperialista que coloniza os indivíduos e as riquezas naturais.

No mesmo sentido, para Fernandes (1981, p. 01), revolução designa mudanças drásticas e violentas na estrutura da sociedade. “Daí o contraste frequente entre “mudança gradual” e “mudança revolucionária”, sublinhando o teor da revolução como uma mudança que “mexe nas estruturas, que subverte a ordem social imperante na sociedade”.

Seguindo a análise de Fernandes (op. cit.), a qual contribui para nossa reflexão acerca das mudanças nas práticas sociais, entendemos como ‘mudança gradual’, as reformas tais como apregoadas por Bernstein, à luz da ideologia da social-democracia, difundida no seio do Partido Social Alemão, no final do século XIX, e isso fruto de seu limitado e limitante alcance. A mudança ‘gradual’ corre o risco de perder-se no

caminho, deixar-se levar pelas ideias equivocadas de economia e política conforme a ideologia dominante.

Da mesma forma, Marx e Engels (2011) já denunciavam, no século XIX, a feição ideológica reformista do ‘socialismo conservador ou burguês’, o qual defendia medidas pacificadoras para a tensão social causada pelo modo de produção capitalista e sua conseqüente degradação das condições de trabalho e da natureza. Isso porque, na visão de ambos, sob essa forma de mudança defendida pelos socialistas burgueses, se estaria agindo nos efeitos e não nas causas dos problemas decorrentes do sistema, neste caso, a alienação do homem pela característica que assume o trabalho na vida (do trabalhador) sob o jugo do capital.

Essa ‘mudança gradual’, conforme caracterizou Fernandes (1981), ou ainda ‘reforma ou revisionismo’, na denominação de Luxemburgo (2005), serviria para ‘remediar’ as anomalias sociais e assim manter a sociedade burguesa, ou seja, manter o capitalismo.

Segundo a crítica elaborada por Luxemburgo (2005), os revisionistas defendiam erroneamente que os sindicatos e as cooperativas representassem fontes de superação da exploração capitalista, prevendo que, pelo desenvolvimento das referidas formações sociais, o sistema capitalista sofreria uma ‘adaptação natural’, como se seguisse um caminho pré-estabelecido, transformando-se, por ele mesmo, em socialismo, ao seguir seu curso histórico.

O posicionamento de Marx e Engels (2011) também se mostra contra o reformismo, ao passo que os dois pensadores trazem à discussão aspectos contraditórios da natureza humana. Se, por um lado, podem os sindicatos e as cooperativas desencadear processos de reformulação social no capitalismo, ou criticar os efeitos desse sistema, os pensadores destacados nos lembram que, por outro lado, o homem que integra tais organizações é um ser individual, constituído na sociedade e, por isso, socializa-se e busca compreender a realidade material posta; logo, ‘possui em si parte deste capitalismo que vivencia na sociedade’, do qual precisa se desvencilhar por completo. Estar inserido em sindicatos ou em cooperativas, por si só, não garante uma atitude revolucionária necessária para superar o sistema opressor capitalista em suas raízes.

Acreditar nessa espontaneidade de o indivíduo, mesmo envolvido em sindicatos ou cooperativas, se desvencilhar do capitalismo, ou seja, de transformar sua percepção e práxis social sem uma problematização política e filosófica da sociedade,

seria, no mínimo, uma crença. Em outros termos, a fé em um poder supremo e, por isso, metafísico, de que a consciência humana seria transformada por algo que está fora de seu plano material, algo criticado pela teoria marxista.

De acordo com o marxismo, conformado ou alinhado ao capitalismo, o homem explora o homem. O capitalista explora o trabalhador, não remunerando parte da força de trabalho fornecida pelo mesmo, ou seja, se apropria de parte dela (mais-valia). Isso representa uma usurpação, um roubo, segundo Marx e Engels (2011). No entanto, esse mesmo homem capitalista (explorador do trabalho alheio) pode participar de atividades filantrópicas, munido de um sentimento solidário para com os ‘menos favorecidos’, promovendo campanhas beneficentes ou, ainda, de formações sociais que visem à preservação da natureza, com resultados que iludem os mais incautos. As referidas formações sociais filantrópicas são recheadas de ‘reformadores ocasionais’, segundo classificação de Marx e Engels (op. cit.). Portanto, percebemos a existência do antagonismo nessas formações sociais que contrapõem objetividade e subjetividade do indivíduo enquanto ser total.

Cabe questionar, então, se é possível esperar algo muito diferente dos indivíduos vinculados a sindicatos e cooperativas, onde suas práticas sociais podem demonstrar o mesmo antagonismo, caso não exista a apreensão de conhecimentos viabilizadores de uma práxis emancipatória que não sustente apenas a emancipação econômica?

A indagação surge no sentido de refletir a respeito da relação objetiva do indivíduo com o mundo, não apenas aquela(s) ação(ões) que realiza quando quer ‘fazer o bem’ em suas horas de folga, mas considerando principalmente sua prática social do trabalho.

Wood (2003) contribui com a discussão quando anuncia que a natureza humana precisa ser considerada em sua totalidade, pois o homem é um ser total, complexo, que integra elementos físicos, fisiológicos, psicológicos, históricos, econômicos e sociais. E é nessa unidade que compreende (e se permite compreender) sua totalidade e seu desenvolvimento.

Ao compreendermos dessa forma, ressaltamos o quanto pode a teoria marxista servir ao desenvolvimento humano em seu devir ontológico, o que nos leva a criticar posicionamentos que a consideram economicista positivista. Os críticos desconhecem que o caminho metodológico desenvolvido por Marx, ao efetuar sua crítica à economia política burguesa, tem raízes filosóficas e sociológicas, na medida em que se utiliza das

categorias do Materialismo Dialético e do Materialismo Histórico, a fim de desvelar, a partir da realidade sensível (aparente), a realidade concreta, situando a Economia Política, na medida em que dá centralidade ao trabalho humano, como prática social.

A não linearidade com que o método marxista se desenvolve, distancia-o do positivismo, em sua tendência a construir teorias indutivas, com leis criadas a partir de generalizações baseadas em experimentos.

Seja no revisionismo (conforme apontado por Rosa Luxemburgo) ou no socialismo burguês (criticado por Marx e Engels), podemos perceber que a luta de classes inexistente nas relações sociais, ignorando, assim, o próprio movimento organizador da sociedade, do trabalho e da prática social que caracteriza a economia política burguesa, a qual, desastrosamente, minimiza as consequências das relações entre os homens em sociedade, e deles com a natureza, baseadas na ordem do capital.

Os burgueses socialistas almejam as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e perigos necessariamente decorrentes. Almejam a sociedade atual, eliminando, porém, os elementos de **revolução** e de dissolução. Almejam a burguesia sem o proletariado. (MARX e ENGELS, 2011, p. 74. Grifo nosso).

Assim sendo, descontextualiza-se a economia, isolando-a da política, e vice-versa, ao serem privilegiadas mudanças somente nas condições materiais de vida (econômicas), através de reformas administrativas com base nas mesmas relações sociais de produção capitalistas, cuja proposta representa uma modernização conservadora de hábitos e práticas.

E será a economia solidária uma forma de ‘apenas remediar’ os problemas enfrentados pelos trabalhadores? Dito de outra forma: representa uma tática evolucionista/revisionista/reformista? Ou possui as condições adequadas para desencadear possibilidades concretas de promover a emancipação dos trabalhadores enquanto humanos?

Nas próximas seções, procuramos efetuar uma análise que pretende responder aos questionamentos suscitados, com a revisão do que está sendo teorizado e praticado em torno deste fenômeno social material, que é a economia solidária, o qual objetiva a emancipação humana pela construção de uma outra lógica de convívio e prática social e econômica.

Para tanto, recorreremos a uma compreensão de Marx acerca do significado de emancipação humana.

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas *forces propres* [forças próprias<sup>52</sup>] como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana. (MARX, 1991, p. 52. [Tradução nossa]).

Segundo Marx, o homem, enquanto ser individual, precisa ter conhecimento teórico para apreender e compreender o mais corretamente possível a realidade que está diante de si e que o faz ser como está sendo. E é isso que o Materialismo Histórico tem procurado demonstrar através da análise da constituição dos modos de produção criados pela sociedade humana em seus diferentes espaços e períodos históricos.

Conhecendo sua história como humano, daqueles que lhe antecederam, o homem percebe que as forças produtivas e as relações sociais de produção que vivencia são anteriores a ele. Portanto, a matéria que apreende pelos sentidos o antecede, produzindo-lhe um reflexo em sua consciência e, com tal conhecimento, pode libertar-se dos condicionamentos dessa matéria, a partir do momento em que, na condição de ser social, luta contra as causas que entende opressoras de sua liberdade.

No que se refere ao oposto de emancipação<sup>53</sup>, ou seja, à alienação ou à não liberdade, que ocorre no processo de realização do trabalho sob a ordem do capital, assim colocam Marx e Engels:

O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos, condicionada pela divisão do trabalho, não aparece a esses indivíduos como sendo sua própria força conjugada, porque essa própria cooperação não é voluntária, mas sim natural; ela lhes aparece, ao contrário, como uma força estranha, situada fora deles, que não sabem de onde ela vem nem para onde vai, que, portanto, não podem mais dominar e que, inversamente, percorre agora uma série particular de fases e de estádios de desenvolvimento, tão independente da vontade e da marcha da humanidade, que na verdade é ela que dirige essa vontade e essa marcha da humanidade. (MARX e ENGELS, 2007, p. 30).

---

<sup>52</sup>Forças especiais do homem, para Marx, representam a capacidade humana que lhe é peculiar o diferencial em relação a todos os outros animais.

<sup>53</sup> E conforme bem coloca Porto-Gonçalves (2004), a emancipação humana, segundo defendida pelos capitalistas, se dá pela confiança extremada no conhecimento técnico-científico, que proporcionaria a resolução da degradação social e ambiental (como consequências) provenientes do modo de produção hegemônico. Mas deve ser lembrado que essa mesma técnica é usada para desenvolver as forças produtivas causadoras desses problemas; logo, não pode se esperar que a causa se responsabilize em resolver suas consequências naturalmente.

Portanto, para Marx e Engels (2007), a força produtiva, fruto da cooperação entre os indivíduos, lhes é estranha, devido à divisão social do trabalho alicerçada na propriedade privada, dada sob a égide do capitalismo, já que, nesse modelo, a cooperação no trabalho acontece apenas no momento de realização das tarefas individualizadas, desfazendo-se na etapa em que se encerram os passos planejados na organização e sistematização da produção e distribuição. Essa forma cooperada de produzir em nada se relaciona, devido aos seus fundamentos, com formas socializadas de produção e distribuição dos produtos e dos benefícios gerados.

No assalariamento, modo como ocorre o pagamento das tarefas executadas, o que já supõe a existência da propriedade privada, é gerado, no trabalhador, uma desconexão entre consciência e trabalho; ele executa as tarefas que lhe são impostas sem estar espiritualmente presente.

Em um sistema cooperativo, a socialização acontece desde o início do processo. As tarefas, embora divididas, apresentam conexões que não se acabam com o produto pronto. Na verdade, a socialização da produção se inicia antes da organização da produção, segundo Mészáros (2007): a primeira embasa a segunda com propósitos de igualdade substantiva. Conforme este pensador, a igualdade substantiva é o princípio orientador fundamental da política de transição em direção à ordem social alternativa.

Mészáros (op. cit.) entende a expropriação de parte da força de trabalho do trabalhador (mais-valia), pelo apropriador (capitalista), como a impiedosa contabilidade do tempo do capital. Para esse pensador, a mais-valia representaria um tempo livre para o trabalhador, caso não tivesse que comprometê-la no seu regime de trabalho, tempo esse que é potencialmente emancipatório por se constituir em tempo livre para o trabalhador.

Uma vez não existindo a mais-valia, o referido tempo de trabalho, que, assim sendo, não será mais apropriado pelo capitalista, é usado criativamente em benefício do indivíduo trabalhador. E, quando dele retirado o subjugo da dominação alienante e fetichista do sistema hegemônico, fica livre para realizar práticas adequadas ao desenvolvimento do ser social, que agirá no espaço coletivamente humanizado.

Com isso, há uma contabilidade do tempo capitalista, alienante e desumanizador contraposta à contabilidade do tempo socialista, o qual tem a tarefa de “reorientar radicalmente o processo de reprodução societária”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 43).

Para Mészáros (op. cit.), o sentido de revolução, haja vista sua aproximação com a teoria crítica, é o de uma revolução que abranja todos os setores da sociedade, trazendo à tona os antagonismos do capitalismo, sistema de produção que, por ter desenvolvido sobremaneira as forças produtivas, colocou os homens em oposição à natureza por extrapolar a base de sustentação da vida no planeta.

E, por isso, retomamos a importante definição de Mészáros (op. cit.), referente à ‘igualdade substantiva’, na perspectiva de ser oposta à igualdade ‘formal’, apregoada como libertadora, mas que se coaduna com o próprio sistema causador da desigualdade.

A igualdade substantiva antecede a toda proposta de transformação social por requerer, desde o início, a participação qualificada das pessoas em processos de tomada de decisão, e, principalmente, no que tange aos ‘produtores associados’, sujeitos reais do poder ou da tomada do poder. Para tanto, a política que aí está deve ser transformada e que não seja reflexo do sistema do capital, mas sim da prática da massa da população, que busca por outra ordem social.

Conforme bem lembram Marx e Engels (2007), o capitalismo desenvolve e transforma as forças produtivas em forças destrutivas, e o exemplo claro é o grande crescimento da indústria da guerra, iniciado no segundo conflito bélico mundial e estendido até a atualidade. Todos os equipamentos de guerra são não só máquinas de destruição da vida, mas também de destruição de forças produtivas. Nas palavras de Coggiola,

no segundo pós-guerra, o capital usou a fundo as possibilidades do gasto armamentista, do desenvolvimento parasitário com a formação de capital fictício, do desenvolvimento artificial das nações atrasadas, com vistas à criação de mercados para exportar seus capitais e mercadorias, e desse modo se contrapor à queda da taxa de lucro na metrópole, de modo sistemático. O parque industrial militar fez da produção de armas um fator decisivo para a realização de parte da riqueza. O domínio militar, por outro lado, facilitava a conquista de mercado para o restante da economia. (COGGIOLA, 2010, p. 107).

Da mesma forma que a indústria da guerra alimenta o sistema capitalista, criando produção e, portanto, lucro, também visa contornar um dos antagonismos do sistema criticado, que é a crise de superprodução. O que se dá quando é retirada do trabalhador parte do valor de sua força de trabalho e, sendo a mesma apenas uma parte do valor de troca da mercadoria, ele não consegue comprar a mercadoria que produziu para o capitalista, ocasionando uma oferta maior do que a demanda, o que gera a denominada superprodução. Ressaltamos que, na realidade, não se trata de uma



‘superprodução’, mas de um ‘subconsumo’, fenômeno inerente ao sistema do capital e gerado pela expropriação de parte do valor da força de trabalho do trabalhador; logo, parte do que é produzido não poderá ser consumido.

Como bem ressalta Chesnais:

Evidentemente, a superprodução é relativa, de modo que sempre expressa um subconsumo. O capitalismo precisa de assalariados como força de trabalho, já que é do valor de uso dessa força que nasce o excedente que está na base do lucro. Precisa deles também como consumidores. Sob coerção da concorrência e da busca do lucro, o reflexo das empresas é ver os assalariados unicamente como um custo que deve ser reduzido. Fazendo isso, elas contribuem para “serrar o galho” em que estão coletivamente apoiadas. Alojada no centro da relação entre o capital e o trabalho, essa contradição possui objetiva e permanentemente o caráter de um antagonismo consubstancial com o capitalismo, um antagonismo irreduzível. (CHESNAIS, 2011, p. 192).

No caso da indústria da guerra, a fabricação de armamentos e demais equipamentos não se destina ao mercado tradicional. Portanto, não contribuem para ampliar a oferta nesse mesmo mercado de consumo. Dessa forma, não cria a superprodução – ou subconsumo – conforme explicamos, pois tal oferta tem destino certo: os governos dos estados-nação beligerantes. Além disso, os ‘produtos’ serão destruídos nos confrontos bélicos e, logo, são criadas novas demandas para sua fabricação, o que alimenta o sistema sem gerar excessos de oferta (superprodução).

Outra maneira de percebermos as contradições do sistema do capital é quando há a necessidade de reconstrução de espaços humanos, quando ocorrem efeitos (ou consequências) das mudanças climáticas da atualidade, fruto da própria forma como é estruturada a produção no capitalismo.

A cada ano é gasto US\$ 1,2 trilhões, o que equivale a 1,6% do PIB mundial, para sanar as consequências dos efeitos provocados pelas mudanças climáticas (ÁVILA, 2012). O aumento da incidência de eventos climáticos adversos tem alertado para isso. Casos como o do furacão que atingiu a cidade de *New Orleans* (EUA), no ano de 2005 e causou prejuízos da ordem de US\$ 105 bilhões; e o recente furacão que atingiu a cosmopolita *New York* (EUA), o *Sandy*, em 2012, gerando prejuízos na ordem de US\$ 20 bilhões (PEREIRA, 2012).

Essa ‘fúria da natureza’ ou, como também é tratado nos meios de comunicação, ‘a natureza contra-ataca’, apesar de causar milhares de mortes que não queremos de modo algum relativizar, e os prejuízos anunciados para alguns, devemos lembrar que

representa, para outros, oportunidades de ganhos. A começar pelo próprio processo de divulgação dos efeitos desses eventos climáticos na mídia, que lucra com a divulgação. Mas também podemos citar os ganhos com a reconstrução dos ambientes humanos devastados e a criação de novas tecnologias para fazer frente a tamanha ‘investida da natureza’.

Lembramos aqui de uma análise de Engels do falso domínio do homem sobre a natureza, no qual salientamos a data em que o texto foi escrito, 1876, (e editado somente vinte anos depois), portanto, há quase 150 anos. Diz o crítico alemão:

Não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras conseqüências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem conseqüências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com freqüência, anulam as primeiras. Os homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e outras regiões devastavam os bosques para obter terra de cultivo nem sequer podiam imaginar que, eliminando com os bosques os centros de acumulação e reserva de umidade, estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras. Os italianos dos Alpes, que destruíram nas encostas meridionais os bosques de pinheiros, conservados com tanto carinho nas encostas setentrionais, não tinham idéia de que com isso destruíam as raízes da indústria de laticínios em sua região; e muito menos podiam prever que, procedendo desse modo, deixavam a maior parte do ano secas as suas fontes de montanha, com o que lhes permitiam, chegado o período das chuvas, despejar com maior fúria suas torrentes sobre a planície. Os que difundiram o cultivo da batata na Europa não sabiam que com esse tubérculo farináceo difundiam por sua vez a escrofulose. Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada. (ENGELS, 2011, p. 02).<sup>54</sup>

Cabe considerar, ainda com base em Engels (op. cit.), que, conhecer as leis da natureza responde a uma parte do processo de interação entre ela e a sociedade, pois a forma como usamos tal conhecimento depende de outros fatores. O que estamos querendo dizer é que as (formas de) interações entre sociedade e natureza dependem das relações sociais de produção, as quais respondem às formas de propriedade, divisão do trabalho e às relações econômicas e políticas existentes.

---

<sup>54</sup>ENGELS, Friedrich. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. 1876. Disponível em < <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm> > Acesso em: 17 set 2011.

O que tem sido apurado por um contingente expressivo de cientistas, descrevendo os processos de degradação ecológica sem precedentes na história humana, está diretamente relacionado ao desenvolvimento capitalista das forças produtivas e suas relações sociais de produção.

Na medida em que é divulgado o aumento dos níveis de degradação ecológica, sentimos, concomitantemente, o aumento da degradação social e econômica, causadora da vulnerabilidade de um contingente cada vez maior de pessoas. Pessoas ‘comuns’ têm sido alijadas de suas práticas sociais criativas (trabalho) como decorrência de uma nefasta apropriação e descaso com a natureza. Tal é o caso dos trabalhadores/pescadores do ELP, que têm limitadas suas condições de existência, devido à degradação de um importante espaço ecológico de criação e reprodução de pescado, causada por usos diversos e complexos do ambiente, usos que têm seguido a ordem de desenvolvimento do capital, determinando práticas sociais nocivas à natureza e a si próprios.

As práticas sociais alicerçadas no trabalho (social) humano são o reflexo de condicionamentos psicológicos e, portanto, sociais, que se justificam no consumismo e em condicionamentos na esfera econômica e política (como o produtivismo, p. ex.), que se descolam das necessidades de existência real da vida. Isso aprisiona o homem, com a promessa de que sua emancipação, no sentido de torná-lo livre, desalienado, situa-se no (caótico) mundo do trabalho assalariado e no poder de comprar que o mesmo dá ao trabalhador. Um poder, portanto, que reifica o valor de sua força de trabalho, assim como o que ele consegue comprar: a mercadoria.

Para Mészáros (2007), a emancipação humana real se dá ao passo que entendemos a história como ilimitada, ou seja, uma concepção de história que se aproxima das análises de Marx acerca da ascensão e queda de vários modos de produção (asiático, escravagista, feudal etc.), num movimento dialético que emerge das contradições internas entre classes. Por isso, é possível, sim, mudar os rumos dos acontecimentos, desfazendo-se, com isso, o sentido de que o que está posto é a última e única opção, como se a história já tivesse (realmente) terminado.

Kosík, em sua obra *“Dialética do concreto”*, mostra-nos justamente o contrário: comenta a história humana como processo da verdade, afirmando que:

Por esta razão a história humana pode ser o processo da verdade e a história da verdade. A destruição da pseudoconcreticidade significa que a verdade não é inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza. (KOSÍK, 1986, p. 23).

O eterno presente e, ao mesmo tempo, a ‘eterna adolescência’ que sentimos no sistema do capital pode ser problematizada pelo fato de tratar-se de um sistema enraizado em todos os espaços do planeta, embora ele não represente a única maneira de se viver em sociedade.

Nessa forma adolescente, associado a um momento da vida em que o sentido de responsabilidade ainda não está plenamente desenvolvido, o capital advoga a si o direito universal, por conta de que os fins justificam os meios. Mas esse sistema, na verdade, é envelhecido por suas práticas retrógradas se apresentarem travestidas de fraternidade e juventude, julgando-se não responsável, como um adolescente, inconsequente em suas práticas. O que pode ser afirmado devido ao que já comentamos a respeito da sua própria contabilidade do tempo, explorador do trabalho humano e da natureza, que há quase dois séculos causa a deturpação dos sentidos da consciência humana além de altos níveis de degradação ecológica.

É nesse sentido que, para Mészáros (2007), a reversão da lógica capitalista requer uma mudança radical de percepção, por parte da sociedade, para com o modo de produção capitalista que, em mais uma de suas demonstrações de dominação de classe, tem se apropriado do conhecimento científico gerado para seu próprio desenvolvimento, alimentando o sistema competitivo e acirrando um de seus antagonismos paralisantes básicos: a queda da taxa de lucro.

Inevitavelmente, portanto, para superar as restrições paralisantes do círculo vicioso do capital, como constituído na forma de mediações de **segunda ordem do sistema**, é necessário impugnar em sua totalidade as próprias premissas práticas que não podem ser convenientemente compartimentadas por propostas reformistas ilusórias. Os fracassos históricos clamorosos de todas as tentativas voltadas a reformar o sistema do capital – quer tenham alguma vez tido genuinamente essa intenção ou tenham sido usadas primordialmente para o propósito da mistificação ideológica – encontram sua dolorosa explicação na circularidade impeditiva entre as próprias premissas práticas estruturalmente preconcebidas e o modo de operação absolutamente necessário da ordem sociometabólica do capital, que já é prevista como um conjunto de imperativos reprodutivos nessas premissas práticas. (MÉSZÁROS, 2007, p. 41. Grifo nosso)<sup>55</sup>.

Portanto, para o pensador recém-citado, não existe emancipação humana sem deposição do modo de produção capitalista. Salientamos, de qualquer forma, que toda

---

<sup>55</sup>Mészáros (2007) afirma que o capitalismo sobrepõe as relações entre sociedade e natureza (relações de primeira ordem) com suas próprias relações determinantes de segunda ordem. Nesse sentido, as últimas, caracterizadas por processos reprodutivos altamente dominantes, tomam a forma de relações de primeira ordem, ou seja, as relações capitalistas totalizam as relações entre a sociedade e a natureza.

iniciativa no sentido de eliminar as relações sociais exigidas pelo capital, para sua manutenção, não devem criar mecanismos semelhantes, em termos de organização da produção, que privilegiem a diferenciação de classes e o desprezo ecológico (assim como ocorre no capitalismo), conforme vimos nos erros históricos representados pela tentativa de implantação do comunismo, por exemplo, na ex-URSS e nos países do leste europeu.

Sendo assim, evolução como a defendida por apaziguadores dos efeitos nefastos do capitalismo, tanto na esfera ecológica quanto social e econômica, não configura uma proposta que dê a real segurança de mudança de tal quadro degradante da vida, de uma forma geral. Os princípios vinculados à prática social do capitalismo têm se mantido: a busca incessante pelo lucro tendo como base a luta de classes e os antagonismos que daí surgem.

Por outro lado, Marx e outros pensadores que apresentamos nesta seção defendem a revolução como forma de transformar radicalmente as relações estabelecidas na sociedade, e da sociedade com a natureza, o que se daria somente com a deposição do sistema capitalista em prol da ascensão política da massa de trabalhadores. Os autores aludidos condenam outras vias de transformação da realidade social e ambiental, como as propostas pelo próprio sistema (capitalista), na tentativa de esverdear o capitalismo ou de torná-lo responsável socialmente, o que representaria uma reforma ou evolução, alterando apenas as aparências, sem resultar em uma alternativa real de se promover a vida numa sociedade igualitária.

Portanto, qualquer proposta de ação que pretenda se coadunar com a teoria crítica, e no nosso caso, de aproximar a Educação Ambiental desse debate, deve compreender a revolução como meio de ação, e não apenas como apaziguamento dos efeitos do metabolismo social do capital, que roda seu moinho ao sabor das águas do lucro e da acumulação predatória.

### **4.3 Concepções de Cooperativas, Cooperação, Alienação e Emancipação Humana para o Marxismo**

Ainda que existam diferentes perspectivas, objetivos e sentidos dentro da economia solidária, isso não inviabiliza um estudo que se proponha à apreensão da funcionalidade do tipo de projeto social em questão, frente ao sistema capitalista de produção e da sua relação com a luta de classes trabalhadoras contra os “reais” representantes do capital.

Neste estudo, procuramos identificar, no conjunto da organização do Projeto Rede, a tendência central presente no movimento que o constitui, a fim de entendermos sua função social a partir da sua tipicidade, e não pelos exemplos singulares que caracterizam a particularidade de sua história.

Persequimos, assim, o entendimento da forma como a economia solidária, de modo geral, se relaciona com o modo de produção capitalista e a proposta do Projeto Rede, como uma particular economia solidária, pretendida com o grupo de trabalhadores/pescadores artesanais do ELP e da Lagoa Mirim. E, com isso, procuramos respostas às nossas indagações quanto à possibilidade real que no projeto em pauta, em sua funcionalidade, há a convivência com a legitimação do capitalismo, ou se pode representar uma força social na luta pela superação do referido sistema social?

Apesar de atentar para a diversidade de experiências existentes, as empresas cooperativas se desenvolvem em um espaço de conflitos e possuem duas vertentes: a tradicional/capitalista e a popular/socialista. A última proposta, também denominada de cooperativismo popular, se alinha ao processo histórico do cooperativismo iniciado no século XIX e, segundo nossa perspectiva teórica, apresenta as possibilidades concretas para seu sucesso. Porém, suas estratégias, enquanto empresas, em geral, são balizadas nas relações com o mercado, surgindo daí os conflitos, pois as cooperativas atendem uma proposta de trabalho associado e, portanto, sem exploração, enquanto o mercado é regido sob outras leis: a do lucro e da concorrência.

O espaço das relações internas socializadas das cooperativas e associações de trabalhadores/pescadores artesanais do ELP, na especificidade do presente estudo, se insere no contexto do cooperativismo popular. Podemos dizer que tais trabalhadores realizam duas práticas de trabalho diferenciadas: uma em relação direta com o ambiente natural e outra, no ambiente social.

A primeira prática, que corresponde à extração do pescado da natureza, é realizada de forma individual por um trabalhador/pescador proprietário da embarcação, que pesca sozinho ou com o auxílio de mais um ou dois companheiros, dependendo da espécie de pescado que pretende capturar. O que caracteriza uma unidade de produção; por isso, o caráter 'individual', mesmo que o trabalho seja realizado por mais de um pescador.

De posse do produto, ao chegar à terra firme, inicia o que denominamos segunda prática e, portanto, no ambiente social, sendo dados ao trabalhador/pescador dois caminhos a seguir: vender a um atravessador ou repassar o produto à associação ou cooperativa a qual é associado. Nem sempre o caminho tomado é o último, embora o trabalhador/pescador seja vinculado a uma associação ou cooperativa de pescadores.

Poderia se dizer que o determinante para a escolha de qual caminho a ser seguido é a consciência do trabalhador e a base numa concepção de vida socialista/comunitária ou capitalista/imediatista. Mas a realidade mostra outras facetas que, de certa forma, por vezes, obrigam o trabalhador a vender seu produto ao atravessador, em vez de negociar com sua própria formação de classe<sup>56</sup>. Fatos que se repetem pela necessidade desse trabalhador/pescador precisar vender o produto rapidamente para atender sua existência material ou acordos em que o atravessador concede empréstimo a ele, a fim de que possa adquirir equipamentos e apetrechos de pesca e, sendo assim, deixa-o obrigado a fornecer-lhe, com exclusividade, o produto da pescaria. Muitas vezes, esses acordos de exclusividade também ocorrem quando o atravessador é uma pessoa da própria comunidade do trabalhador/pescador que, pela proximidade, recebe auxílios de toda ordem em períodos de entressafra de pesca ou de safras de pesca ruins.

Desconsiderar a presença do atravessador no contexto histórico que influencia a configuração dessa experiência no ELP é uma falha séria, visto que, dependendo da sua realidade concreta, esse tipo de organização pode apresentar distintos sentidos.

De acordo com o que temos indicado, fundamentados em vários pensadores, a cooperativa e a cooperação, enquanto utopia comunitária, leva naturalmente à reivindicação da autogestão, isto é, à administração da economia pelos próprios produtores.

---

<sup>56</sup> Formação de classe, enquanto produtores associados, no sentido apontado por Wood (2003).

Para Singer (2000; 2002), continua viva a convicção de que trabalhadores associados podem organizar-se em empresas autogestionárias e desafiar a prevalência das relações capitalistas de produção.

A defesa que temos empreendido da autogestão entre os trabalhadores/pescadores na especificidade do Projeto Rede, mesmo precisando perpassar ainda um longo campo que agrupa distintas posições teóricas, como nas concepções do NUDESE/FURG e as diversas realidades concretas vividas por aqueles trabalhadores/pescadores, representa ingredientes, muitas vezes, de ‘projetos fantasias da academia’ (NUDESE/FURG). Fazemos a afirmação pelo fato de a própria estrutura das cooperativas ainda não ter, em sua organização e sistematização, condições materiais adequadas de ciência e tecnologia para uma competitividade com capacidade de viabilizar a integração pretendida, de uma linha de produção autônoma – independente de terceiros.

Nossa afirmação procede do fato de que, na realidade do Projeto Rede, caso o produto da pesca tenha como destino a cooperativa ou a associação, o trabalhador/pescador pode receber o pagamento em dinheiro (à vista), ou em forma de vale, a ser pago em futuro próximo. Mas, para que este caminho ocorra, é preciso que outras condições também sejam atendidas.

Caso a associação ou a cooperativa possua uma estrutura de resfriamento ou qualquer outra forma de beneficiamento de pescado, pode ela própria receber o produto de seu associado. Porém, quando não dispuser desse tipo de infraestrutura, precisa terceirizar o processo, em uma empresa tradicional (capitalista) de processamento de pescado, ou, então, insistir em uma organização de trabalho com uma formação de classe igual a sua que, no caso em questão, pode se dar no próprio contexto do Projeto Rede<sup>57</sup>.

No que tange à organização dos trabalhadores, quanto à ocupação dos espaços nas relações de trabalho, retomamos Wood (2003) e sua explicação do processo em foco, caracterizando-o como um processo de desenvolvimento dos trabalhadores, que se associam enquanto classe social, promovendo a consciência de classe, o que significa fazer um movimento cooperativista com comportamento ou como agente revolucionário, emergindo uma força social transformadora.

---

<sup>57</sup>Conforme comentado, este projeto abrange dezenove associações e cooperativas; no entanto, várias delas ainda não finalizaram suas estruturas de processamento de pescado, além da distância entre as mesmas, que, em alguns casos, pode chegar a 200 km, dificultando o trabalho em rede.



Portanto, no espaço das formações de classe, como é o caso das associações e cooperativas dos trabalhadores/pescadores artesanais do ELP, observamos a instauração de uma complexa gama de relações que se confirmam na dialética da vida. Por isso, na contradição entre a aparência e a essência de um mesmo fato, há uma realidade que reflete as condições de existência tanto do contexto presente quanto passado, o que nos permite distinguir o real do imaginário ideológico.

Assim, apresenta-se a nós, uma realidade falsa, pelo viés da aparência, ao mesmo tempo em que se nega, por sua concretude. A realidade vivida pelos trabalhadores/pescadores na pesca artesanal do ELP, ao procurarem uma produção engajada em um modelo cooperativista, pode fazê-los perceber o cooperativismo no interior do sistema capitalista, encontrando suas justificativas nas condições de cooperação com o Estado. Ressaltamos, contudo, que o estado brasileiro é um agente que não perturba ou preocupa a ordem da instituição capitalista e permite um coletivismo engessado nesta instituição.

Da mesma forma, nos é possível pensar nas relações que os trabalhadores/pescadores travam entre si, e com o mercado, e que o cooperativismo, mesmo com vis de economia solidária, não funciona de maneira imune às determinações sociais. As organizações cooperativas e o Projeto Rede não ficam isentos: apresentam, como os demais, nuances e funções que se diferenciam, dependendo do contexto social em que estão inseridos e, principalmente, do grau de desenvolvimento de consciência de classe que possuem em relação aos meios de produção de que se servem.

Os trabalhadores/pescadores associados, com o produto de seu trabalho já em suas mãos – após ser extraído da natureza e terem chegado a terra (ambiente social) –, é nesse momento que ocorre o estranhamento entre o produtor e ‘seu’ produto, no qual destacamos que este produto é ‘seu’ porque nele está inserida a força de trabalho por ele despendida.

Cabe aqui lembrar as considerações de Harvey a respeito do estranhamento do trabalhador para com sua produção, devido à forma que assume o processo de trocas no mercado capitalista:

A participação na troca de mercado pressupõe certa divisão do trabalho, bem como a capacidade de separação (alienação) do produtor com relação ao seu produto. O resultado é um estranhamento com relação ao produto da nossa própria experiência, uma fragmentação de tarefas sociais e uma separação do

significado subjetivo de um processo de produção da avaliação objetiva de mercado do produto. (HARVEY, 1996, p. 100).

Porém, se no interior do capitalismo, podem constituir-se hegemonicamente como organizações de empresas capitalistas, cuja essência é a alienação do produtor e seu trabalho, o estranhamento frente ao que produz e a fragmentação de tarefas sociais, podem, também, a partir da revolução social preconizada pelo cooperativismo, significar importantes instituições a serviço da classe trabalhadora, na especificidade ora trabalhada, a dos trabalhadores/pescadores do ELP.

O exemplo trazido dos trabalhadores/pescadores artesanais do ELP mostra-nos a solução dialética entre a experiência do sistema social e as experiências do Projeto Rede, as quais, mesmo ainda muito incipientes, apresentam possibilidades concretas de romper com a subordinação do capital.

Por isso, podemos afirmar que, enquanto no capitalismo, o produto é alheio ao seu produtor, no cooperativismo, com pintura socialista, os trabalhadores se constituem sujeitos coletivos, não mais pertencentes à empresa privada, mas como organizações coletivas, como classe operária.

Fica explicado, de alguma forma que, mesmo a cooperativa podendo apresentar elementos socialistas em um sistema capitalista, não causa o estranhamento entre o trabalhador/pescador e o produto de seu trabalho; ele não se aliena no produto que vende ao atravessador – no qual condicionava sua invisibilidade conforme discutido anteriormente – ao passo que repassa esse produto à formação de classe da qual é associado. Assim, mesmo se separando de seu produto, o trabalhador permanece com sua posse, pois participa de um empreendimento socializado, que abriga o produto do próprio trabalho.

Contudo, mesmo seguindo este caminho de socialização da produção, geralmente haverá uma negociação da cooperativa ou associação com o mercado, e é nessa relação que todos os ofertantes se tornam iguais, sejam os trabalhadores/pescadores cooperativados ou qualquer outra empresa tradicional (capitalista) de pesca. Isso porque no mercado capitalista o determinante das relações de troca é o interesse do comprador, a escassez relativa do produto, seu preço (valor de troca), a renda dos compradores etc.

Assim sendo, o trabalho socializado, como matéria inserida no produto da pesca ofertado pelos trabalhadores/pescadores (produtores) associados, é igualado a qualquer outra forma de execução do trabalho no mercado capitalista. Por exemplo:

quando compramos leite, não sabemos se ele foi produzido por um pecuarista familiar associado a sua cooperativa ou se é proveniente de uma empresa tradicional capitalista; ou até mesmo uma cooperativa capitalista, em razão de o mercado ocultar a organização da produção.

Tal compreensão pode ser desenvolvida a partir do pensamento de Marx em relação à cooperativa, pois, para o pensador alemão, a cooperativa aparece como uma forma essencialmente contraditória, visto que pode resguardar em seu interior a ausência da exploração, mas, ao mesmo tempo, ainda que dentro do socialismo, pode integrar imperativos do capital e, assim, a cooperativa não seria mais elemento de socialismo em um ambiente capitalista, mas elemento de capitalismo em um ambiente socialista.

Com o até aqui exposto, caso não se busque outra ordem social, os resultados esperados pelos trabalhadores/pescadores associados ficam contingenciados pelo mercado, e isso depende do valor de uso que os consumidores atribuem ao produto da pesca, o qual recebe, no mercado, um valor de troca (monetário).

Da mesma forma, os resultados dependem, também, se a organização da produção socializada tem influência na formação de um valor de troca justo, que não seja balizado apenas pelo fator concorrencial. Um exemplo que podemos trazer é quando se formam mercados de consumidores comprometidos em exigir que suas compras sejam provenientes de processos de produção ecológica e socialmente corretos. Isso nos remete a seguinte indagação: o que podemos esperar dessas organizações populares, enquanto embriões de classes sociais em formação para fazer frente ao alienante sistema de mercado capitalista?

É importante lembrar que, ao buscarmos aporte teórico no marxismo, torna-se prioritário, em nosso estudo, analisar como tem sido o processo de formação de classe dos trabalhadores/pescadores da associação APESMI, o que supõe a abrangência dessa análise em direção ao modo como essa formação de classe que, por sua vez, se associa a várias outras formações de classe dentro do Projeto Rede, afeta ou tem o potencial de afetar as relações sociais e os processos históricos de que fazem parte.

Por isso, torna-se importante elencarmos, em nosso estudo, e assim estamos procurando fazer, as relações entre:

- Trabalhadores/pescadores e ‘sua’ APESMI;
- APESMI e Projeto Rede;
- Economia solidária e modo de produção capitalista;

- Economia solidária e/no/do Estado;
- APESMI e mercado.

Os trabalhadores/pescadores da APESMI, ao trabalharem de forma socializada, trazendo o produto de sua atividade para dentro da associação, mesmo que precisando, em alguma fase do processamento, utilizar infraestrutura de trabalho de outro empreendimento, ganham experiência pelo processo socializado (de produção e distribuição) que estão formando, o que altera sua objetividade material e social.

Tal fato desencadeia o afastamento da ‘sujeição formal’ (WOOD, 2003) a que geralmente estão sujeitos os trabalhadores e representa o que podemos chamar de ‘salto qualitativo’ desses trabalhadores/pescadores, pois pensam em não ser mais trabalhadores explorados e oprimidos como antes, o que possibilita a formação de outra consciência, na medida em que se percebem enquanto oprimidos e entendem o que os está oprimindo. Assim podem sentir a liberdade enquanto protagonistas da história, condição que não se dá de outra forma que não pelo trabalho socializado. Isso porque o que sentimos com o sistema do capital é a desumanização do ser humano pela forma alienada em que se efetiva o processo de trabalho.

Por outro lado, mesmo tendo comentado acerca da limitação de uma prática aproximada da reforma/evolução – como pode ser a de economia solidária –, pois seu desenvolvimento pode propor apenas adaptações na franja do capitalismo, por incapacidade de se pensar fora dele, trazemos uma contribuição de Wood (2003) ao debate, segundo a qual, os processos de formação de classe, enquanto processos de tomada de consciência de classe, podem representar o que denominou ‘reformas parciais’ e, assim, construir as bases para o socialismo.

Negar a autenticidade da consciência de classe ‘parcial’, tratá-la como falsa, e não como uma ‘opção sob pressão’ historicamente inteligível, tem consequências estratégicas importantes. Somos convidados a procurar agentes substitutos da luta de classe e da mudança histórica ou então abandonar completamente o campo de luta para o inimigo hegemônico. (WOOD, 2003, p. 97).

Assim, o revisionismo, da mesma forma que o reformismo, representa propostas de ação limitada e limitante para os trabalhadores, ou seja, sem serventia à formação de uma consciência de classe de trabalhadores que buscam sua autoemancipação, e isso devido à ideologia das referidas propostas se alinharem ao

capitalismo. O que difere de propostas de ação que funcionem como embriões de uma consciência de classe transgressora da ordem do capital, tal como percebemos na proposta revolucionária do marxismo. Conforme sublinha Wood (2003), ‘reformas parciais’ podem representar caminhos ou processos para a emancipação.

Na perspectiva da educação, especificamente da Educação Ambiental, podemos compreender as reformas parciais como processos de aprendizado social com potencial emancipatório, desde que fundamentadas numa teoria com práticas libertadoras, em que ambas, teoria e prática, se alimentem continuamente, numa relação dialética de aprendizado, o que Freire (1987) entende como práxis<sup>58</sup>.

Em semelhante sentido, Marx, na 11ª tese sobre Feuerbach, critica filósofos cuja única preocupação é interpretar o mundo de acordo com suas concepções, desconsiderando a tarefa que julga essencial: a de transformar o mundo através da prática humana (MARX e ENGELS, 2007).

Segundo Minasi (2012, p. 62), “a prática baseia-se na concepção marxista de que as ideias não mudam a realidade material, e que só o material, que é a prática, é capaz de transformar a realidade objetiva”.

Logo, a prática é uma atividade orientada pelo conhecimento produzido e compreendido por meio dos sentidos humanos, que transformam a realidade na qual vivem, os objetos, as estruturas econômicas e políticas, as instituições e outras formas de articulações sociais (MINASI, 2012). Portanto, teoria e prática, ao interagirem mutuamente, criam a práxis, individual ou coletiva, desenvolvida no quadro de transformação histórica determinado pelas formas de interação social.

No mesmo contexto, e retornando aos processos de formação de classe, denominados por Wood (2003) ‘reformas parciais’ (as quais possuem potencial para a emancipação), no caso de nosso estudo, pode ser uma formação de classe cooperativa de trabalhadores/pescadores que buscam sua emancipação e entendem tal busca como um processo gradual libertador do subjugo do capital, cuja base seja uma proposta revolucionária na medida em que compreende a totalidade do espaço/tempo que vivencia.

---

<sup>58</sup>Nesse mesmo sentido, é atribuída a Karl Marx a denominação de filósofo da práxis, por ser ele um revolucionário que entende a teoria como fundadora de uma prática social transformadora e que, ao transformar-se, também transforma a teoria, num processo dialético, próprio do materialismo histórico, método por ele utilizado, para, minuciosamente, analisar o sistema do capital e realizar a crítica da economia política burguesa.

Por isso a importância de serem valorizadas as reformas parciais, pois não existem fórmulas prontas a serem seguidas para construirmos uma sociedade que não a capitalista, baseada no trabalho socializado. Seguindo receituários prontos, estaria sendo privilegiado o caminho positivista da generalização de experimentos, incorrendo no risco de criticarmos todas as práticas criativas humanas que não cumprissem os rituais previstos, sendo isso conivente com o sistema hegemônico.

O trabalho socializado é compreendido pelos trabalhadores como expressão de sua vontade criativa e se diferencia daquele trabalho alienante, realizado sob os termos do capital; logo, a força coletiva representa expressão autêntica de classe, que muda o sentido do trabalho, leva à consciência de classe enquanto trabalhadores e representa coragem para viver as contradições e a opção de viver sob a pressão do mercado e do sistema como um todo.

Por isso, em vez de denunciar ou negar tais processos de formação de classe como expressões que podem conduzir à revolução contra o capitalismo, devemos entendê-los como parte de um processo com possibilidades e limites.

Pondera Wood (2003) acerca da importância de debatermos sobre as ‘habilidades existentes’ nas formações de classe, mesmo com os limites que possuem, sem transformá-los em desculpas para não se olhar além delas (das habilidades existentes). E acrescentamos que tais habilidades criadas e existentes nas formações de classe de base popular não podem ser desenvolvidas sob a ótica do modo de produção capitalista, sob pena de não representarem um exemplo de que é possível avançarmos para uma outra ordem social.

Marx (2012a) reconhece no movimento cooperativo uma força incipiente que demonstra a possibilidade real de se construir outra forma de organização da produção, que não a capitalista, causadora de antagonismos de classe, ao opor trabalhador e capitalista.

E essa outra forma de organização social diferente da capitalista, encontra nas cooperativas, uma possibilidade real de superar a economia política burguesa pela ascensão da economia política do trabalho.

E estava reservada uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política da propriedade. Falamos do movimento cooperativo, especialmente das fábricas cooperativas erguidas pelos esforços, sem apoio, de algumas mãos “ousadas”. O valor destas grandes experiências sociais não pode ser exagerado. Mostraram com fatos, em vez de argumentos, que a produção em larga escala e de acordo com os requisitos da ciência

moderna pode ser prosseguida sem a existência de uma classe de patrões empregando uma classe de braços; que, para dar fruto, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados como meios de domínio sobre e de extorsão contra o próprio trabalhador e que, tal como o trabalho escravo, tal como o trabalho servil, o trabalho assalariado não é senão uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer ante o trabalho associado desempenhando a sua tarefa com uma mão voluntariosa, um espírito pronto e um coração alegre. (MARX, 2012a, s/n)<sup>59</sup>.

No entanto, adverte Marx (1984), em outro momento de sua obra, que o cooperativismo, embora possa superar o antagonismo entre capital e trabalho, ainda é uma forma imperfeita, pois os trabalhadores associados, por serem os proprietários de seus meios de produção, acabam sendo capitalistas de si.

É certo pensar, por outro lado, que, enquanto os trabalhadores cooperativados, caso dos trabalhadores/pescadores artesanais de nosso estudo, não se tornarem bastante desenvolvidos para se constituírem em classe produtiva cooperativada; enquanto, por isso, a própria luta do trabalhador associado/cooperativado com o proprietário/indústria não tiver ainda um caráter político e as forças produtivas não estiverem ainda suficientemente desenvolvidas no âmbito do coletivo/coletividade/cooperativa, no seio da própria indústria/industrialização, para permitirem vislumbrar as condições materiais necessárias à organização do trabalhador cooperativado e a formação de uma associação coletiva dos interesses da categoria dos trabalhadores/pescadores artesanais, nessa especificidade, aqueles que pensam a economia solidária – via experiência de cooperativa – não passarão de utopistas que, para deixar claro, as classes oprimidas pelos ‘atravessadores’, improvisam sistemas e se põem à procura de uma forma que compense o trabalho pelo salário.

A economia solidária, dentro das concepções que temos trabalhado, em especial a vivência do Projeto Rede, com todas as contradições que um fenômeno dessa natureza precisa superar, ele ainda apresenta, em nosso entendimento, possibilidades de se organizar como laboratório para a produção de espaços de práticas cujo ingrediente central é a liberdade individual solidária, antagônica ao sistema de mercado capitalista.

A experiência dos trabalhadores pode afirmar a premissa de que é possível essa construção; de que é possível tecer o novo por dentro das velhas estruturas. O Projeto Rede poderia ter ser tornado parte dessa estratégia, estimulando, acompanhando, propondo iniciativas populares de organização dos trabalhadores/pescadores “desempregados”, subempregados, autônomos ou do mercado informal, em

---

<sup>59</sup>No escrito de Marx intitulado “*Mensagem inaugural da Associação Internacional de Trabalhadores*”, escrito em 1864.

empreendimentos cooperativos, autogestionários, que neguem a lógica da empresa capitalista.

Isso nos leva a entender que, nesse mercado que se apresenta como possibilidade de organização de trabalhadores em processo de associação, está uma compreensão que precisa ser considerada peculiar na economia solidária. É, portanto, base fundamental para se apreender a proposta de mudança social contida em qualquer projeto de cooperativismo que vise, em sua totalidade, a uma economia não mais individualista, competitiva e gananciosa, mas que, por falta de outro termo, estamos considerando economia solidária.

Para Barreto,

Enquanto parte desse novo projeto socialista, a “economia solidária” caracteriza-se pela sua adjetivação. Seu diferencial encontra-se exatamente no termo “solidária”, o que significa dizer que aspectos ético-normativos passam a qualificar a lógica econômica, o que a torna distinta da lógica econômica tradicional, essencialmente competitiva, comum a correntes de diferentes posições ideológicas. (BARRETO, 2003, p. 294).

Logo, para tornar um empreendimento cooperativo próximo ao que se entende como socialista, ele não pode amarrar-se à economia política burguesa, mas sim unir-se à economia política da classe operária.

Para tanto, pensamos que o empreendimento cooperativo popular precisa ser propagado para além das práticas socializadas no interior de seu processo de produção, de seus muros, abrangendo também o sentido de pertencimento ao ambiente comunitário onde tal empreendimento se situa. Além disso, é necessário entender que não se trata de um empreendimento qualquer, eis que social, localizado e com intencionalidades claras de emancipação social de trabalhadores.

Assim, entendemos que práticas educativas geralmente promovidas nesses empreendimentos cooperativos, para a qualificação de seus associados, tanto no referente a questões técnicas (do trabalho) quanto de conhecimentos sociológicos, filosóficos, econômicos e políticos, precisam se estender à comunidade onde eles estão inseridos.

Com isso, nos aproximamos de Antunes (2009) quando, em sua obra *Os sentidos do trabalho*, problematiza a vida humana sob a ordem capitalista, na qual a



alienação da ‘*classe-que-vive-do-trabalho*’<sup>60</sup> extrapola para além dos espaços da venda de sua força de trabalho, atingindo o espaço societal, do próprio consumo e de relações interpessoais, como espaço que se vive fora do trabalho não mais só como trabalhador, mas como ser social.

Múltiplas fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, onde o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital. (ANTUNES, 2009, p. 131).

Nessa esfera da vida fora do trabalho, também ocorre a alienação, pela estrutura do modelo. Passa pelo estranhamento e se plasma na forma como se dá o consumo material e simbólico. Antunes (op. cit.) analisa, na obra citada, assim como em outras de sua autoria, a necessidade de que a classe-que-vive-do-trabalho articule ações, procurando problematizar também o espaço que vivem fora do trabalho. Isso porque, segundo ele, a vida em sociedade está impregnada de individualismo e objetividades vinculadas aos desmandos do capital, assim como Mészáros (2003; 2006) bem denomina determinações de segunda ordem do capital, as quais sobre-exploram o homem e lhes causam estranhamento em sua atividade enquanto prática criativa (trabalho); e ainda exercem influência sobre as determinações de primeira ordem, que são as relações primeiras entre sociedade e natureza.

As determinações de segunda ordem, provenientes do sistema do capital, sobrepujam as relações humanas, impõem-lhes sentidos que não os emancipatórios, na medida em que lhes retira a esfera criativa da vida e lhes limita o caminho para o desenvolvimento humano que, além de limitado, é não igualitário.

O desenvolvimento, assim como o sentimos sob a ordem do capital, é aquele que prevê um aumento contínuo do crescimento econômico, da produção e consumo, que possa ser gozado por todos os membros da sociedade. No entanto, essa ‘promessa’ ou ‘compromisso’ se apresentam como ilusórios frente às injustiças sociais e à degradação ecológica que assolam os homens e o planeta como um todo.

---

<sup>60</sup>Antunes (2009) reforça a necessidade de se salientar que o trabalho é o epicentro da luta de classes historicamente constituída, mas devido à totalidade que assume o trabalho na atualidade, com suas várias dimensões ou diferenciações, utiliza o termo ‘classe-que-vive-do-trabalho’ para, de certa forma, ressaltar que se trata daqueles trabalhadores que são sobre-explorados pela extração da mais-valia por parte dos donos do capital.

Conforme destaca Porto-Gonçalves (2004), o sistema do capital, no intuito de responder as injustiças que buscam tergiversar sentimentos e valores sociais, apropria-se de temas como o direito à diferença para, com isso, justificar a desigualdade.

Na perspectiva sob a qual escrevemos esta tese, nosso entendimento de que a Educação Ambiental é uma forma de sentirmos o espaço social e ambiental em que vivemos, pelo viés de um ‘sentir’ crítico e que, por isso, se aproxima da proposta marxista de ler a realidade. Nela, os rumos da história da humanidade não estão já escritos, permitindo-nos discutir tais espaços separadamente (social e ambiental) quando, na verdade não são diferentes, segundo a compreensão de que, nas conexões e complementaridades existentes entre eles, forma-se uma totalidade.

No entanto, pensamos ser necessário evidenciar que ambos os espaços, social e ambiental, na sua integração, sofrem consequências do sistema do capital, cada um de uma forma. Na atualidade, devido à ampliação do sistema concorrencial/individualista/utilitarista que se constrói sob a ordem do capital e avança pela subjetividade humana, ele próprio põe em risco sua continuidade enquanto modo de organização social e, por conseguinte, põe em risco, também, o espaço social e ambiental.

Conforme lembra Antunes,

pela própria lógica que conduz essas tendências (que, em verdade são respostas do capital à sua crise estrutural) acentuam-se os elementos destrutivos. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são as consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre o homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital. (ANTUNES, 2009, p. 36).

Portanto, podemos afirmar que o sistema do capital se colocou, ao mesmo tempo em que o fez com a maior parte da humanidade, em uma situação de crise existencial, e esse momento, devido ao nível de aprofundamento de degradação social e ambiental, o qual é alicerçado em interações complexas e vinculadas à busca por relações de troca favoráveis, demonstra um momento singular de crise, denominada ‘crise estrutural do capital’ (MÉSZÁROS, 2002).

Uma crise que se diferencia das anteriores, classificadas como ‘crises cíclicas’, ao passo que, na atualidade, presenciamos um conjunto de crises, provocadas pelas

contradições próprias do sistema capitalista e que se mostram de difícil superação, o que vem demandando o anúncio de uma outra ordem. E num sentido histórico coerente, espera-se que essa ordem, enquanto assumida inexoravelmente por uma prática social, seja pautada em uma teoria fundada na não exploração do homem pelo homem e na não exploração da natureza para além de seus limites de suporte.

As compreensões, principalmente de Mészáros, relativas à crise estrutural do capital, oportunizam a elaboração de três ponderações sobre o processo cooperativo de produção, novamente com base em Marx. A primeira é quando ele faz a “*Crítica ao Programa de Gotha*”, texto escrito em 1875 (MARX, 2011). O programa havia sido criado por Ferdinand Lassalle<sup>61</sup>, à margem do Partido Operário Alemão e pretendia ser fonte de ação dos operários, mas foi fortemente criticado por Marx. Retomamos aqui o Tomo III dessa obra, que trata das cooperativas.

Lassalle defendia que as cooperativas de produção deveriam ser subvencionadas pelo Estado, sob o controle democrático do povo trabalhador. Dessa forma, seria o Estado o impulsionador das sociedades cooperativas, e não o trabalhador. O que, para Marx (2011), representa a contradição do programa defendido por Lassalle, pois na visão do crítico alemão, as sociedades cooperativas só têm valor por representarem criações independentes, ou seja, por vontade e interesse dos trabalhadores, sem a proteção do Estado nem da classe burguesa.

A segunda ponderação de Marx ao movimento cooperativo é a de que ele, por si só, não conseguirá originar a revolução necessária para abolir o sistema capitalista, sendo imprescindível, concomitantemente, a promoção de mudanças nas condições em que se processam as relações sociais gerais, que abrangem a economia e a política. Assim sustenta Marx<sup>62</sup>:

o sistema cooperativo nunca transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social num sistema amplo e harmonioso de trabalho livre e cooperativo são requeridas mudanças sociais gerais, mudanças das condições gerais da sociedade, que nunca serão realizadas a não ser pela transferência das forças organizadas da sociedade, a saber: o poder do Estado de capitalistas e proprietários fundiários para os próprios produtores. (MARX, 2012b, p. 08).

---

<sup>61</sup>Ferdinand Lassalle (1825-1864) nasceu em Breslau, na Polônia, e é reconhecido como um dos precursores da social-democracia alemã, linha política seguida por Eduard Bernstein (1850-1932), nascido em Berlim, na Alemanha, o qual, conforme comentamos, foi criticado como revisionista por Rosa Luxemburgo.

<sup>62</sup>No escrito de Marx intitulado “*Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório*” (da Associação Internacional dos Trabalhadores), escrito em 1866.

Isso demonstra a necessidade de que os produtores associados, segundo salienta Mészáros (2007), participem ativamente na transformação da ordem política atual, o que é viável somente pela união desses produtores. União que não deve se dar num microcosmo (espaço local) isolado, mas na união dos microcosmos onde vivem os produtores associados, estabelecendo uma ordem horizontalizada e formando um macrocosmo (espaço global) não conflituoso/adverso e, portanto, antagônico ao que existe na atualidade, sob o sistema hegemônico do capital.

A terceira ponderação de Marx ao movimento cooperativo, o que não significa a última, mas a que encerra as três que escolhemos para serem aqui apresentadas refere-se a sua recomendação aos operários para que desenvolvam cooperativas de produção, e não, por exemplo, armazéns cooperativos.

Para Marx (2012b), as cooperativas de produção representam a única forma com possibilidade de sucesso em termos de emancipação social, e isso pelo modo como organiza sua produção, demonstrando uma alternativa real ao capitalismo, por atender a demanda de consumo social e por promover o trabalho associado, o que representa o verdadeiro produto social do trabalho.

Além das ponderações feitas por Marx ao sistema cooperativo, encontramos em sua obra “*O capital*” um exemplo para esclarecer o que ele entende por cooperação, usando, para tanto, as categorias advindas do Materialismo Dialético, quantidade e qualidade, quando uma se transforma em outra e vice-versa.

A soma das forças mecânicas dos trabalhadores isolados difere da força social que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando é mister levantar uma carga, fazer girar uma pesada manivela ou remover um obstáculo. O efeito do trabalho combinado não poderia ser produzido pelo trabalho individual, e só o seria num espaço de tempo muito mais longo ou numa escala muito reduzida. Não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva. (MARX, 1982, p. 374).

Conforme podemos perceber no excerto, as categorias do Materialismo Dialético, quantidade e qualidade, auxiliam-nos a compreender a cooperação como uma forma de ampliar a força produtiva do trabalho social. Para Marx (1982), na planificação para a cooperação, supera-se a individualidade do trabalho, assim como a individualidade do trabalhador, que desenvolve a capacidade potencial de sua espécie. Mas quando esse sistema de cooperação se dá sob os domínios do capital, por exemplo, numa indústria que emprega muitos trabalhadores, os ganhos de escala obtidos são

apropriados pelos capitalistas; logo, representa outra forma de ampliar a mais-valia absoluta, expropriada dos trabalhadores.

Essa forma de organizar a produção, ou seja, de desenvolvimento das forças produtivas pelo trabalho combinado foi muito bem apropriado pelo capital. O trabalho coletivo, exercido em cooperação por trabalhadores de uma indústria capitalista, representa o modelo ideal para a expansão do capital. E como “um violinista isolado comanda a si mesmo, uma orquestra exige maestro” (MARX, 1982, p. 380), os capitalistas, endinheirados, criaram como ‘maestros’ os cargos de diretores, gerentes, supervisores etc. para comandarem os processos de trabalho.

As atividades realizadas no interior de fábricas que, antes, nas corporações de ofício, eram caracterizadas pela horizontalidade, com o desenvolvimento do capitalismo no setor produtivo, observou-se cada vez mais, um processo produtivo verticalizado/hierárquico, o que levou ao distanciamento entre quem produz (quem trabalha diretamente na produção) e quem coordena (supervisores, gerentes etc.). Processo, segundo Mészáros, que desqualifica o trabalho enquanto prática libertadora, o qual denomina de “divisão funcional do trabalho”.

O desenvolvimento da divisão *funcional* – em princípio, universalmente aplicável – do trabalho constitui a dimensão *horizontal* potencialmente libertadora do processo de trabalho do capital. Contudo, essa dimensão é inseparável da divisão *vertical/hierárquica* do trabalho no quadro da *estrutura de comando do capital*. A função da dimensão vertical é proteger os interesses vitais do sistema assegurando a expansão contínua da extração do sobretrabalho baseada na exploração máxima praticável da totalidade do trabalho. Consequentemente, a força estruturante horizontal só pode se desenvolver até o ponto em que permanece sob o controle firme da dimensão vertical no horizonte reprodutivo do capital. (MÉSZÁROS, 2003, p. 18).

A consequência do citado processo de verticalização/hierarquização é a limitação ao desenvolvimento de uma estrutura de trabalho horizontalizada/cooperativa, que tem impossibilitado uma maior autonomia e emancipação dos trabalhadores.

A cooperação dos trabalhadores no capitalismo, ou seja, em um empreendimento capitalista, faz desenvolver a força produtiva coletiva, e isso ocorre sob determinadas condições colocadas pelo capital, entre as quais podemos citar: a existência de matéria-prima (natureza), o assalariamento livre<sup>63</sup> e os meios de produção.

---

<sup>63</sup> Livre no sentido de que pode ou não o trabalhador vender sua força de trabalho, mas salientamos que se assim não o fizer, comprometerá sua única forma de existência, pois o trabalhador ainda não possui os meios de produção nos quais poderia realizar um trabalho livre e garantir a atenção a suas necessidades enquanto humano.

Sendo tais condições para o desenvolvimento da força produtiva coletiva (sob a ordem do capital) que, por sua vez, como vimos, pode se desenvolver mais que pelo trabalho dos homens na forma individualizada.

Como seriam, então, as referidas condições em um outro sistema, que não o capitalista?

Estamos convictos, até o presente momento, de que é semelhante no referente à sua composição: matéria-prima (natureza), meios de produção e trabalho, sendo o último ‘também’ livre, mas com um sentido de liberdade que subentende sua não exploração por outro, ou seja, sem a mais-valia e o assalariamento. Da mesma forma, o sentido de uso da natureza como fonte de matérias-primas precisa ser revisto já refutando o que presenciamos em termos de degradação e descaso ecológico no capitalismo, pois o utilitarismo e a apropriação dos recursos naturais têm ocorrido de uma forma racionalmente planejada e, pela lógica e consequências que carrega, pode ser adjetivada de irracional. Anormalidade que tem se tornado real em nosso meio.

Apesar de, na atualidade, terem se ampliado as informações relativas à degradação da natureza, que compromete a vida humana e dos demais seres que habitam o planeta, nunca se degradou tanto. Cabe salientarmos ter sido justamente nesse período em que se intensificou a degradação da natureza – últimas décadas do século XX e ‘todo’ o século XXI – que a proposta neoliberal foi reforçada e estendida para vários países, subordinada a férrea supervisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD) sob a batuta do Consenso de Washington. O que não é uma coincidência<sup>64</sup>.

Em um sistema que não o capitalista e após comentar brevemente as diferenças em relação ao trabalho e ao uso da natureza, finalizamos com uma abordagem referente aos meios de produção em um outro sistema (que não o capitalista), no qual a posse deles e o seu desenvolvimento enquanto forças produtivas em criação, devem obedecer à lógica da cooperação e da ética. Assim, pode ser possível uma organização da produção que contenha uma verdadeira responsabilidade social e ambiental. Para tais observações, buscamos base novamente nas categorias do Materialismo Dialético, quantidade e qualidade, ao comentar o trabalho combinado, no qual a quantidade de trabalho operando coletivamente (planificado) gera um salto qualitativo no processo produtivo.

---

<sup>64</sup>Na próxima seção procuramos aprofundar a relação dos organismos internacionais citados com o imperialismo globalizado e globalizante do sistema do capital.

As ‘mudanças na qualidade’ das condições para o desenvolvimento das forças coletivas num sistema que não o capitalista, apresentarão potencial possibilidade de ampliar a quantidade produzida; e isso se deve à satisfação dos trabalhadores, por sua não exploração; portanto, por sua liberdade/emancipação.

Realizar o trabalho sem a alienação que sentimos nas práticas do capitalismo representa transformar a motivação do trabalhador, retomando seu valor enquanto pessoa, enquanto humano criativo, enquanto o que produz recebe outro valor: o valor de uso para outro, que usufruirá de algo necessário para si, mesmo sem saber produzi-lo, mas que através de um sistema de trocas justo, pode, de alguma forma, ressarcir os custos de produção de quem o produziu.

A satisfação ‘não quantificável’ dessa relação está contida nos escritos de Marx; portanto, a nosso ver, sua obra abrange mais que aspectos econômicos exclusivamente, conforme antes comentado. Determinados críticos, que desconhecem a totalidade de seus escritos, ou acostumados ao positivismo da dinâmica causa-consequência, distorcem seu pensamento.

Cabe citar também a obra “*Manuscritos econômico-filosóficos*”, escrita em 1844 – mas publicada quase um século depois, em 1932 – que, no período pré-revolucionário, marco da primeira grande crise do capitalismo industrial, para a qual Marx trouxe uma contribuição filosófica crítica ao sistema capitalista, centrada na análise da categoria trabalho, sua condição alienada e alienante, e as consequências que traz à pessoa humana.

Na próxima seção abordamos essas nuances do trabalho, em uma perspectiva histórica que tem, cada vez mais, apontado o mercado como balizador da vida em sociedade.

## 4.4 O trabalho e o mercado sob o capital

Na perspectiva recente da história do desenvolvimento do mercado (a partir do século XIX), percebe-se o avanço do sistema liberal, defensor da ideia de que o mesmo deva ser operado por uma ‘mão invisível’. Sistema estendido para vários estados-nação, se não por livre vontade, por meio da imposição imperialista do capital em sua primeira fase.

A ascensão de um sistema de produção de mercadorias, ao se diferenciar de outros modos de produção, devido, principalmente, a sua estrutura econômica, funda-se na propriedade dos meios de produção. No capitalismo sob os desígnios do capital, se reconhece, ainda no século XIX, que as relações entre o capital e trabalho ocorrem na forma contratual, com o primeiro se apropriando do segundo por meio de um salário destinado a manter a existência desse trabalhador, bem como manter no horizonte temporal sua prole, a fim de que o capital possa usufruir dessa força de trabalho no futuro.

Pelo que vem sendo dito, torna-se importante fazer a distinção entre capital e capitalismo, recorrendo, para tanto, às palavras de Antunes:

O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, presente na fase caracterizada pela generalização da subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias (de que é exemplo o capital mercantil), do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, por meio da constituição daquilo que Mézáros denomina “sistema de capital pós-capitalista”, que teve vigência na URSS e demais países do Leste europeu, durante várias décadas do século XX. (ANTUNES, 2009, p. 25).

A mão invisível do mercado, que se autorregula, faz parte do diagnóstico da economia, elaborado pelo economista Adam Smith, no século XVIII, considerado o precursor da política econômica clássica. O pensador em questão, ao analisar a vida econômica dos indivíduos e dos países, explica que a causa da riqueza das nações é o potencial de negócios que possuem, os quais podem ser alavancados ou limitados pelos recursos dos quais dispõem e, por isso, precisa (o país) desenvolver tais recursos ou adquiri-los (SMITH, 2006). Para tanto, analisou o sistema econômico em ascensão: o sistema capitalista.



Segundo Netto e Braz (2006), a economia política burguesa originou-se de forma revolucionária, na luta dos burgueses contra o regime feudal, no final do século XVIII, pelo respeito aos princípios de liberdade, igualdade, fraternidade. Princípios que criaram o ‘Programa da Modernidade’, baseado no objetivo maior da emancipação humana, e que, no início do século XIX, encontra dificuldades para seu desenvolvimento, pois, segundo Netto e Braz,

a emancipação possível sob o regime burguês que se consolida nos principais países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX, não é a emancipação humana, mas somente a emancipação política. Com efeito, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal vigentes na feudalidade, mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele a igualdade jurídica (todos são iguais perante a lei) nunca pode ser traduzido em igualdade econômico-social – e, sem esta, a emancipação humana é impossível. (NETTO e BRAZ, 2006, p. 19).

E com isso, a classe burguesa, ao destituir os senhores feudais, traz para si a primazia do poder, criando uma outra ordem social que encontrou limites para o desenvolvimento de seus ideais emancipatórios na medida em que os burgueses, ao formarem uma nova classe, subjugaram a outra que lhes havia auxiliado no processo de tomada do poder: a classe dos trabalhadores. A nova classe, a de trabalhadores, dá início, novamente, a um (outro) processo revolucionário, que se contrapõe ao domínio da classe burguesa.

No entanto, a classe burguesa em ascensão se distancia da economia política clássica, ao passo que a ela não mais interessou a investigação da produção – residindo aí a discussão acerca da importância do trabalho na formação do valor – e sim se dedicou mais à circulação e à distribuição das mercadorias, criando-se, assim, a economia política burguesa, também conhecida como economia contemporânea (NETTO e BRAZ, op. cit.).

A aproximação entre política e economia, assim como as alianças realizadas entre o Estado e o setor produtivo, tem desenhado uma sociedade que privilegia apenas parte de seus integrantes. À economia tradicional, ou à produção simples de mercadorias, coube um papel marginal no sistema econômico liberal.

A crescente necessidade de força de trabalho para abastecer a forma de industrialização que se estende até o século XX é proveniente de setores tradicionais que se desestabilizaram frente à concorrência capitalista, como é o caso dos artesãos e trabalhadores da agricultura. E, numa perspectiva mais específica desta tese, na

absorção da força de trabalho dos trabalhadores/pescadores artesanais, como força de trabalho do setor industrial/capitalista pesqueiro (MARTINS, 1997; 2006).

A migração dos trabalhadores de um sistema tradicional para o industrial não se deu de forma pacífica: Marx e Engels se destacam pelo rigor analítico/crítico disparado em direção ao sistema do capital, utilizando-se da materialidade histórica da Inglaterra do século XIX como ponto de partida para suas análises. Nelas, elencam uma série de eventos revolucionários promovidos pela classe de trabalhadores, cujo exemplo categórico são as reuniões da Associação Internacional dos Trabalhadores, criada no ano de 1864.

Uma das críticas de Marx (1982) disparadas contra o sistema do capital refere-se à formação do “exército industrial de reserva”, devido à constante desestabilização de setores tradicionais da economia, ampliadora da massa de trabalhadores sem ocupação. Além disso, e contribuindo para agravar a situação dos trabalhadores, assiste-se ao desenvolvimento das forças produtivas sob a ideologia capitalista, que diminuem a necessidade de força de trabalho. Ou seja, substitui-se, no processo de produção, o trabalho vivo, executado pelas mãos do trabalhador, pelo trabalho morto, contido nas máquinas.

Logo, em um sistema que se sustenta no valor de troca de todo tipo de mercadoria, quem não possui forma de comprá-las, ou melhor, formas de obter o dinheiro para tal fim, é excluído do sistema. Ou seja, trabalhadores expropriados de seus meios de produção por um processo histórico que privilegiou (e privilegia) o capital e sua acumulação tornam-se reféns do sistema, na medida em que, sem trabalho, não possuem dinheiro e, sem este, é como se não existissem.

Na verdade eles existem, engrossam a massa de trabalhadores que precisam obter valor/dinheiro para trocar por meios de existência e, segundo a economia política burguesa, por serem muitos os trabalhadores sem trabalho, aumenta a concorrência por ocupações, cuja consequência é a diminuição do salário.

As relações econômicas em pauta acabam por mercantilizar, também, o próprio trabalhador, como sendo uma mercadoria, que ‘ganha’ valor de troca, e a este, cabe um valor, enquanto remuneração pelo trabalho que realiza, menor do que cria (como parte da mercadoria) no processo de produção dado nesses moldes. E sendo assim, conforme coloca Marx,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Saschenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschewelt). O trabalho não produz somente mercadoria; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2004, p. 80).

Na racionalidade econômica determinada pelo capitalismo, ganham os proprietários do capital e perdem os trabalhadores. Portanto, podemos afirmar que as transformações na divisão social do trabalho ocorridas com o advento da revolução industrial formaram a sociedade salarial, deflagrando a exploração aberta do capitalista sobre o trabalhador, pelo sistema de apropriação da mais-valia (MARX, 1982).

Para fazer frente à redução dos salários, os trabalhadores encontram na sindicalização um maior equilíbrio na distribuição dos resultados alcançados pelos detentores dos meios de produção. Mas a busca pelo equilíbrio, na qual trabalhadores pleiteiam salários mais dignos, plano de carreira, plano de saúde etc., mantêm-nos na órbita do capital que, de alguma forma, irá buscar no mercado vantagens econômicas, a fim de atenuar os ‘prejuízos’ que tiveram ao conceder benefícios aos trabalhadores sindicalizados.

O sistema capitalista tem demonstrado ciclos de crises seguidos dos de expansão. E isso faz parte do conhecimento comum, levando-nos a pensar que está faltando a problematização dos acontecimentos causadores desses ciclos. Da mesma forma, precisamos entender tratar-se da história humana, de suas relações em sociedade e com a natureza, e não de um conto fictício, de uma realidade abstrata.

Ao mergulharmos nessa história, percebemos que, embora denunciadas as opressões sofridas por muitos (trabalhadores) em benefício de poucos (capitalistas), o imediatismo daqueles ‘muitos’ somado à ausência da consciência de classe relativizam ou amortecem tais denúncias.

Na história recente, mais especificamente durante o século XX, assistiu-se a uma luta no interior do próprio sistema do capital, com vistas a fazer frente aos seus antagonismos, principalmente no que se refere às crises de superprodução, de sobrevalorização do mercado de capitais e de acirramento da concorrência.

Ao longo do século XX, os prenúncios de Marx e Engels tomaram a forma por eles antecipada, no tocante à mundialização do capital: a precarização no mundo do trabalho e a destruição ambiental. Além disso, conforme também prenunciado por Marx

e Engels, o desenvolvimento do sistema capitalista sob os mandos do capital se deu com uma aliança cada vez mais intensificada com o poder do Estado.

Fatos prenunciados por Marx e Engels e que foram confirmados pela análise da história vivida no século XX, cujo reflexo ainda é sentido no século atual, segundo tem assinalado Mészáros (2002). Para esse pensador, as determinações de segunda ordem, formadoras da estrutura econômica do capitalismo, que se constitui de um poderoso e abrangente sistema de metabolismo social, têm um núcleo articulado entre o capital, o Estado e o trabalho. Ainda na visão de Mészáros (op. cit.), é inconcebível pensar em emancipação do trabalho sem, simultaneamente, superar o capital e também o Estado conforme se apresentam.

Na presente tese, buscamos, em perseguição ao nosso objetivo, apontar os condicionantes e desafios que se mostram a uma associação de trabalhadores/pescadores artesanais, quando eles pretendem sua emancipação enquanto coletivo e enquanto indivíduo. Aí reside a razão desta reflexão crítica, o que estamos colocando em prática a partir da construção do texto aqui apresentado, no intuito de desvelar as categorias fundamentais, capazes de elucidar nosso caminho de pesquisa.

Salienta Mészáros (2003) que o tripé sustentador do metabolismo social do sistema capitalista possui forças antagônicas, e que precisa desse antagonismo para seu próprio desenvolvimento. No entanto, está posto que, para quem trabalha enquanto ‘classe-que-vive-do-trabalho’, na denominação de Antunes (2009), têm sido concedidas as migalhas do sistema, além de toda a pressão psicológica que os atinge fora da esfera de execução do trabalho.

No início do século XX o capitalismo tomou a forma de uma produção em massa, caracterizada pela homogeneização e verticalização, com redução do desperdício, redução do tempo (produtividade) e aumento do ritmo de trabalho. O sistema em foco parte do exemplo da produção automobilística e foi denominado de fordismo/taylorismo.

Nessa fase do capitalismo, o trabalho assume formas cada vez mais subalternas e sem sentido para o trabalhador, sendo realizado de maneira “parcelar e fragmentada, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos”. (ANTUNES, 2009, p. 39).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo experimentou sua ‘época de ouro’ – não sem apresentar suas contradições –, com altos índices de crescimento

econômico mundiais, dados a partir de um processo de acumulação de riquezas. Este, por sua vez, foi proporcionado pela internacionalização de um grande número de empresas, que buscaram, no exterior, diminuição de custos, geralmente relacionados a um menor gasto com a força de trabalho, ou a recursos naturais mais baratos.

Na história recente – década de 1960 – o sistema capitalista, mais especificamente nos EUA, país que se destacou na condição de defensor máximo do modelo a partir da Segunda Guerra Mundial, enfrentou problemas para continuar o processo de acúmulo de capital e, quando esse fator determinante para o sistema não é atendido, inicia-se a crise. Desta vez, o que a provocou foi a escassez de força de trabalho. Além disso, a forte organização dos trabalhadores levou a aumentos salariais que impediam o aumento dos lucros capitalistas.

Segundo Harvey (2012), para resolver o problema da escassez de mão de obra, duas medidas foram adotadas pelo governo dos EUA: a primeira foi o estímulo à imigração e à flexibilização das leis trabalhistas, para que os imigrantes pudessem trabalhar no país, recebendo salários menores do que os pagos até então para a sua população, e melhores em relação a seus países de origem.

Medida que também foi adotada por alguns países da Europa e que resultou, na atualidade, em graves conflitos sociais com repulsão aos imigrantes, antes ‘convidados’ a fazerem parte da economia, pela venda de sua força de trabalho quando havia a necessidade de ‘importá-la’, mas, agora, discriminados.

A segunda medida adotada pelos EUA, na época, foi desenvolver tecnologias geradoras de mais-valia relativa, a fim de economizar força de trabalho, já que os trabalhadores organizados em sindicatos pressionavam para manter o valor dos salários.

O desencadear da crise que assolou o capitalismo a partir da década de 1970, trazendo à tona seus antagonismos de superprodução e de concorrência (intercapitalista), foi reforçado pelo aumento do custo energético mundial. Se, por um lado, a crise atingia o capital e os Estados, aos trabalhadores restava a indignação pela constante perda de espaço político. E isso trouxe consequências nefastas a eles, que sentiram ampliar o poder do capital e diminuir suas conquistas anteriores, retraindo ainda mais sua participação na riqueza gerada, o que reforça o apetite do capital para a acumulação da riqueza gerada.

Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do

sobretalho. À mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo de sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevaiente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, estava consolidada. (ANTUNES, 2009, p. 39).

Sendo assim, na década de 1970, assistiu-se a uma consolidação do poder de monopólio dos capitalistas, e isso, no contexto que comentamos, a respeito de o determinante do capitalismo ser o acúmulo de riqueza, levou a pressões inflacionárias. Isso porque, com a diminuição da concorrência, os preços podem assumir patamares mais elevados do que quando existe um maior número de concorrentes (ofertantes). E com os sindicatos fortalecidos (da época), manteve-se o preço dos salários; logo, a única forma para os capitalistas aumentarem seus lucros seria aumentando os próprios preços, constituindo o caminho mais fácil em um contexto de diminuição da concorrência (monopólio), porém causador de inflação.

Cabe salientar que nem todos os trabalhadores são sindicalizados; portanto, somente parte deles (que são sindicalizados) recebe as migalhas que o sistema está disposto a oferecer em troca de um pouco de ordem social, ou conforme vimos salientando, baseado em Mézáros (2007), em nome da igualdade ‘formal’.

O poder de mercado usado pelos monopólios para inflacionar seus preços também provocou (e provoca) desemprego. No processo contínuo de monopolização das economias capitalistas ou periféricas (países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil), com forte concentração da riqueza gerada, os monopolistas buscam novas técnicas (reduzoras de custos médios de produção com ganhos de escala), eliminando a concorrência e, conseqüentemente, causando o desemprego.

O fordismo/taylorismo representou a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho, na qual se reduziu a uma ação mecânica e repetitiva. Apesar de não poder se considerar finalizada, durou hegemonicamente até o final da década de 1960.

A estrutura econômica erigida sobre relações entre capital e trabalho, mediadas pelo Estado, foi configurada a partir de um compromisso segundo o qual estaria assegurado o controle efetivo do metabolismo social do capital, de forma eficiente e duradoura, o que se revelou uma ilusão. Sem mencionar que tal compromisso foi erigido apenas nos países de capitalismo avançado.

Além desses fatos – crise econômica motivada pela própria estrutura concorrencial do capitalismo e a crise energética (do petróleo) –, tem-se que a política

keynesiana do pós-guerra, na qual o Estado incentiva o investimento privado a partir da ampliação da infraestrutura, se esvanece em período de crises, pela retração orçamentária que lhe impinge (ANTUNES, 2009).

Os sindicatos e os partidos políticos, enquanto representantes dos trabalhadores, mostraram-se mais favoráveis ao capital, ao pleitear, em nome dos trabalhadores, benefícios econômicos e sociais que representavam uma forma de apaziguar conflitos, o que favorecia o sistema e dificultava que a classe de trabalhadores atingisse o controle social.

Sob alternância partidária, ora com a social-democracia ora com os partidos diretamente burgueses, esse compromisso procurava delimitar o campo da luta de classes, onde se buscava a obtenção dos elementos constitutivos do *Welfare State* em troca do abandono, pelos trabalhadores, do seu projeto histórico-societal. (ANTUNES, 2009, p. 40).

O que se viu, portanto, com o advento do sistema capitalista fordista/taylorista de produção é uma cooptação dos partidos social-democratas assim como dos sindicatos. Ao mesmo tempo, tais organizações defendiam, mesmo sem assim identificar, o fetichismo de Estado e uma estratégia de libertação do domínio do capital. Para isso, os trabalhadores deveriam ocupar espaços dentro do Estado. A negociação se tornou a finalidade dessas organizações dos trabalhadores assim como dos partidos social-democratas, fazendo perder sentido a luta de classes. Tal processo, como não poderia deixar de ser, fez crescer seu polo contrário, ao desencadear uma retomada do movimento dos trabalhadores no sentido de legitimarem-se enquanto protagonistas de uma revolução mundial que pudesse alterar o quadro crescente de degradação social provocado pelo imperialismo sedimentado no fordismo/taylorismo.

Realizava-se, então, uma interação entre elementos constitutivos da crise capitalista, que impossibilitavam a permanência do ciclo expansionista do capital, vigente desde o pós-guerra: além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e início dos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afloravam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 44).

Foi nesse contexto, então, que renasce uma perspectiva revolucionária no seio da classe trabalhadora, fomentado também com a efervescência no pensamento acadêmico, mais precisamente nas ciências sociais e humanas, eventos que não podem

ser separados em função do mesmo contexto histórico-social de onde partiram, cujo ponto máximo foram as lutas sociais ocorridas na França, no ano de 1968.

No entanto, algumas fragilidades do movimento da classe de trabalhadores, nesta fase da história, não permitiram o avanço em direção a uma revolução do modo de ser e viver a economia. O movimento se deu apenas no microcosmo das empresas, visando às melhorias nas condições de trabalho, mas sem se aliar, por exemplo, a outros movimentos sociais. Logo, ainda com o sentido de classe enquanto produtores não associados, o que fragilizou o movimento e cedeu espaço para que o capital renovasse suas forças e promovesse nova reinvestida para atingir seus objetivos máximos.

Foi assim que, a partir novamente da indústria automobilística, germinou uma nova forma de produção, ainda sob a ordem do capital, denominada de toyotismo, em alusão à empresa fabricante de veículos Toyota, de origem japonesa. A forma assumida pelo capitalismo, diferentemente do fordismo/taylorismo, deu início a novas formas de gestão, nas quais o trabalho executado pelos trabalhadores deve ser mais polivalente e multifuncional, surgindo também uma oferta mais especificada/personalizada da mercadoria.

Se no modo anterior era exigida a especialização máxima do trabalhador, o que beirava um processo mecânico, como se o trabalhador fosse uma máquina, aproximando-se, então, do trabalho morto, no toyotismo é exigida maior qualificação do trabalhador. Chamado a prestar sua contribuição no processo de organização da produção, passa o trabalhador, no toyotismo, a se envolver (ou ser envolvido) na construção do processo de trabalho coletivo. A conotação a ele impingida nessa nova forma do capitalismo é a de colaborador (ANTUNES, 2009).

No entanto, com o toyotismo, caracterizado como ‘reestruturação produtiva’ do capitalismo pelo avanço do neoliberalismo, inicia-se uma fase de flexibilização salarial, o que levou a uma precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2009), na qual avanços obtidos pelos trabalhadores, quanto à seguridade social e benefícios laborais de uma forma geral, foram cedendo lugar a uma falsa democracia no processo de trabalho.

Devido ao maior envolvimento do trabalhador (colaborador) nesse processo de trabalho, assistiu-se (e ainda se assiste) a um aumento da carga-horária de trabalho. Além disso, mesmo fora do ambiente da empresa, o trabalhador precisa estar com o foco em sua atividade para ‘ajudar’ seu empregador na empreitada de aumentar a fatia que seu negócio possui no mercado.



Portanto, o toyotismo, enquanto modelo de empresa enxuta, adotado mundialmente a partir do exemplo da Toyota, levou a um aumento da mais-valia relativa, na medida em que o trabalho vivo executado por trabalhadores foi (e ainda é) cada vez mais efetuado pelo trabalho morto (máquinas), semelhante resultado herdado da forma capitalista fordista/taylorista.

O neoliberalismo encontrou, com o toyotismo, uma alternativa para o sistema que representa, o do capital, que em suas contradições desencadeou, da mesma forma que no fordismo/taylorismo, crises de superprodução e de acirramento da concorrência, trazendo consequências às relações já depauperadas entre o capital e o trabalho. Como consequências do toyotismo no mundo do trabalho, segundo Antunes, tem-se:

desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo em um sindicalismo de empresa. (ANTUNES, 2009, p. 55).

E nessas contradições, fez emergir uma classe de trabalhadores que já não queria mais aguardar em nome das esperanças lançadas, de que um dia o bolo (da economia) seria repartido, pois até mesmo nos países do capitalismo central, o sistema do *welfare state* já estava comprometido, devido à queda do nível de investimentos diretos e nos serviços públicos realizados pelos estados-nação, baseados no keynesianismo.

No contexto em foco, ocorre um processo de pseudo afastamento do Estado no setor da economia, cedendo (mais) espaço para uma política conivente com as características do mercado neoliberal.

Na década de 1980, a força neoliberal de governos como o dos EUA, com Ronald Reagan, e o da Inglaterra, com Margaret Thatcher, deram início a uma ofensiva contra os trabalhadores organizados, buscando, com isso, uma flexibilização nas relações trabalhistas. Atitude seguida por vários outros países, inclusive na América Latina, como é o caso da Argentina e do Brasil, mesmo que usando outra forma de poder: a ditadura militar (HARVEY, 2012).

Conforme afirma Harvey, acerca desse momento da história,

Alan Budd, conselheiro-chefe econômico de Thatcher, mais tarde admitiu que ‘as políticas dos anos de 1980 de ataque à inflação com o arrocho da economia e gastos públicos foram um disfarce para esmagar os trabalhadores’, e assim criar um ‘exército industrial de reserva’, que minaria o poder do trabalho e permitiria aos capitalistas obter lucros fáceis para sempre. (HARVEY, 2012, p. 21).

Durante os governos de Thatcher e Reagan, criaram-se as condições que alicerçaram o desenvolvimento do neoliberalismo em muitos países alinhados com tal orientação, ou até mesmo aqueles forçados a isso, o que causou perda aos trabalhadores, mas não somente a eles, pois, com a orientação de diminuição da máquina pública, extinguíram-se, também, agências de proteção ambiental, acarretando prejuízos ao cuidado para com a natureza (LOUREIRO, 2003).

Os anos de 1980 – denominada década perdida – não foram de crescimento econômico para os países ricos, embora a situação dos países pobres tenha sido ainda pior, com altas taxas de inflação, endividamento externo e interno e perda de soberania econômica e política.

Depois de uma euforia econômica com a sobra de dólares no mercado mundial vivenciada na década anterior, dinheiro proveniente de receitas ampliadas dos países árabes com a venda de petróleo mais caro, foi amplamente absorvido, por exemplo, pelos países pobres da América Latina; dinheiro emprestado que conduziu esses países a uma situação de endividamento com deterioração de suas economias. Isso porque tomaram emprestado somas consideráveis de recursos junto ao sistema financeiro mundial, principalmente dos EUA, com taxas de juros que oscilavam conforme o mercado (taxas de juros pós-fixadas).

Com a elevação das taxas de juros na década de 1980 e considerando que as dívidas contraídas se davam em uma moeda cujo valor não se perdia, o dólar norte-americano, tais dívidas se tornavam impagáveis. Exemplo emblemático disso é o caso do México, que, em 1982, não teve mais condições de honrar seus compromissos com os bancos privados internacionais.

Neste momento, ganharam força as instituições reguladoras do sistema financeiro mundial, o Banco Mundial e o FMI, que trataram de regular o endividamento e a concessão de novos empréstimos, a fim de auxiliar países em suas ‘quebras de caixa’.

Essas organizações impunham aos países endividados, em troca dos empréstimos, uma série de medidas econômicas neoliberais, que acabavam por gerar

sacrifícios às suas populações, devido ao caráter recessivo das imposições, com a diminuição da renda absoluta (diminuição do salário médio) e relativa (perda de poder de compra dos salários devido à inflação), além de causar desemprego.

No que se refere às imposições do FMI impetradas aos países endividados, para que pagassem suas dívidas junto aos bancos dos países ricos e os absolvessem da crise econômica na qual estavam mergulhados, assim comenta Harvey:

Os “programas de ajuste estrutural” do FMI, que impuseram austeridade a fim de pagar aos bancos, proliferaram em todo o mundo. O resultado foi uma crescente onda de “risco moral” nas práticas de empréstimos dos bancos internacionais [...] Salvar os bancos e arrebentar com o povo funcionou às mil maravilhas – para os banqueiros. (HARVEY, 2012, p. 24).

No final da década de 1980, com os ajustes impostos pelo Banco Mundial e FMI, e com o braço forte dos EUA, o sistema financeiro mundial retomou seu prestígio (por sua implacável cobrança aos devedores). Com essa nova fase do capitalismo, sistema canalizador das riquezas mundiais, ampliou-se o mercado financeiro, espaço de vitória para os capitalistas, com possibilidade de investir seus lucros acumulados sem causar crises de superprodução, ou seja, com a diminuição do risco de seus investimentos.

A aplicação do programa de ajustamento estrutural imposto pelo Banco Mundial e FMI, sob interesses poderosos dos Clubes de Paris e Londres e dos países do G-7, levaram a uma nova forma de dominação, que Ianni (1997, p. 133) chamará de ‘colonialismo de mercado’, a qual “subordina povos e governos ao jogo anônimo e às manipulações deliberadas das forças desse mercado... a prosperidade e o consumismo modernos ficam restritos aos países ricos e a pequenos bolsões nos pobres”.

Nesta ciranda financeira, grandes somas de dinheiro giram ao redor de bolsas de negócios pelo mundo todo, 24 horas por dia, fazendo inflar (ou diminuir), em curto espaço de tempo, o valor das ações de empresas. Essa economia, chamada de capitalismo financeiro, representou, no ano de 2008, cerca de dez vezes o valor da produção bruta mundial, que no mesmo ano foi de US\$ 56,2 trilhões (HARVEY, 2012). Ou seja, estamos falando de uma economia fictícia na qual empresas reais valem bem menos do que os papéis que levam seu nome e que são negociados nas bolsas de valores. Além disso, foram criados infundáveis mecanismos de securitização para tentar garantir aos investidores retornos para seu dinheiro. Assim, o capital tenta funcionar como uma entidade absolutamente independente, a partir do momento em que o

dinheiro produz dinheiro diretamente, e que o capital gera capital através do mercado financeiro e da especulação (LEFEBVRE, 2011).

A busca por onde aplicar os excedentes (lucros) sempre foi uma preocupação no sistema capitalista, certamente na tentativa de aumentar as taxas de retorno do capital a ser investido. A inserção dos países subdesenvolvidos na era do capitalismo financeiro, provocada pela subserviência e dependência que as elites locais e os próprios Estados possuem para com o capitalismo mundial, serviu para consolidar a relação de subordinação. Ganharam até outro apelido, mais amigável: países em desenvolvimento.

A inserção dos mesmos no mercado global necessitou o atendimento a uma série de medidas, abrindo suas economias para o capital estrangeiro, a fim de ampliar a circulação do capital sob investimentos diretos, mas também liberdade de circulação para o capital especulativo.

No entanto, o sistema capitalista, em sua constante busca por acumular mais capital, encontra no social e no ambiental o limite de seu desenvolvimento. Não foi mais possível, a partir da década de 1960, a esse sistema e seus defensores, esconderem as injustiças sociais e ambientais que causa, sendo a desigualdade social uma das suas maiores e mais graves consequências. Chegou-se, então, ao limite da defesa do desenvolvimento, baseado no crescimento econômico e alicerçado, por sua vez, no domínio da natureza.

Portanto, os países desenvolvidos, com suas estratégias de crescimento econômico, dadas sob o domínio da natureza, utilizando, para tanto, o conhecimento técnico-científico (novos materiais e novas aplicações da logística no sistema de transporte, comunicação, dentre outros) promoveram uma verdadeira migração dessa técnica para os países subdesenvolvidos.

O Banco Mundial e outros organismos internacionais, sob o incentivo (e comando) dos países desenvolvidos, fomentaram esse fluxo de conhecimento técnico acompanhado do fluxo de empréstimos para que os países subdesenvolvidos pudessem, também, promover seu crescimento econômico. O que Porto-Gonçalves (2004) chama de ‘globalização do desenvolvimento’, ofuscando a luta contra a injustiça social, gerada pelo crescimento econômico desigual do capitalismo, como se o mesmo fosse ser igualmente distribuído. Da mesma forma, generaliza-se a visão eurocêntrica de desenvolvimento, contribuindo para que se suprima a diferença, a diversidade, talvez o maior patrimônio da humanidade.

Conforme defende Mészáros (2007), é necessário adjetivar essa globalização de “capitalista”, pois assim fica mais clara a forma como ela se mostra, que é econômico-financeira, com as mesmas determinações do capitalismo industrial.

Assim pensam e agem os neoliberais, os ‘renovados’ liberais santificados que continuarão conduzindo ilusoriamente o povo à terra prometida do desenvolvimento, porém com uma nova conotação: a do desenvolvimento sustentável, denominação qualificada por Porto-Gonçalves (2004, p. 18) como sendo as “armadilhas das noções fáceis”.

Ações respaldadas numa ideologia que visa ofuscar suas próprias contradições, na medida em que sentem ameaçadas as condições que dão poder ao capital. Conforme apropriada colocação de Lefebvre,

Na medida em que os indivíduos agentes e pensantes que pertencem às classes dominantes tomam consciência do processo [alguma contradição ou desequilíbrio no sistema capitalista], eles passam a lutar contra ele; retardam-no, interrompem seu movimento, mantêm um modo de produção desvalorizado, com todas as suas superestruturas... através da ideologia, que mostra, então, sua função real: dissimular sob aparências, mascarar o essencial do processo histórico, dissimular as contradições, e recobrir as soluções, isto é, a superação do modo de produção existente sob o véu de falsas soluções. (LEFEBVRE, 2011, p.76. [Inserção nossa]).

Assim, o desenvolvimento capitalista se transformou em um método de crescimento econômico que pode, e precisa, internalizar a natureza em suas proposições de crescimento, com a promessa de atender plenamente tanto os anseios das gerações presentes quanto os das futuras, preservando recursos e elementos ambientais ao mesmo tempo em que se diz defensor da igualdade e da justiça social.

O que sabemos, no entanto, é que no seu espaço de atuação, não existem formas de superar as raízes das contradições desse modelo, em função do nível de exploração em que está assentado, tanto da natureza, enquanto fornecedora de insumos de produção, quanto dos próprios humanos, responsáveis pelo trabalho criativo.

É preciso dizer que, embora hegemônico, esse sistema criou seu polo oposto: o movimento de contracultura do final da década de 1960 ou o movimento por uma outra economia, surgido na década de 1980. Debate-se, então, o processo de globalização, ao passo que se busca, também, uma outra globalização que não a econômico-financeira, conforme pleiteiam diferentes representações de coletivos humanos, como ecologistas, indígenas, quilombolas, movimentos sociais, agricultores ecológicos, (alguns) sindicatos, dentre outras formações sociais.

Conforme lembra Mészáros,

na verdade, a questão não é “globalização ou não globalização”, do mesmo modo que nosso problema não é do mesmo tipo da falsa dicotomia do “crescimento ou não crescimento”, com a qual somos regularmente presenteados pela imprensa financeira burguesa. Nosso principal interesse, ao contrário, é *qual tipo* de alternativas concernentes ao desenvolvimento e crescimento globais integradores pode ser buscado de um modo historicamente sustentável. (MÉSZÁROS, 2007, p. 332).

O que se pleiteia como oposição à realidade totalizante do capital tem como passo inicial uma tomada de consciência (real) do que estamos vivendo, dos níveis de degradação ambiental alarmante (erosão do solo, poluição do ar e da água, perda de biodiversidade, aquecimento global etc.) assim como da degradação social (fome, saneamento básico precário, favelização e exclusão social de toda ordem).

Torna-se imprescindível apreender as relações de causa e efeito dos problemas citados. Mas somente isso não é suficiente, pois, até aqui, se entende os processos que originaram a situação atual, que se quer mudar, mas se prevalecer a racionalidade dominante e tecnicista, o que veremos é ‘mais do mesmo’, ou seja, um ‘esverdeamento’ da economia, como se tudo iniciasse e terminasse nas relações de troca.

Nesse processo de globalização financeira e de mercados, o que estamos observando é uma verdadeira panaceia, onde se vive para o trabalho e, em nosso tempo de folga, vive-se para manter o sistema do capital funcionando, com o aumento do poder econômico e, por conseguinte, político, de grandes empresas e corporações. Nesse mundo globalizado, além do FMI e do Banco Mundial,

colocam-se também como centros de mando e decisão as empresas, corporações e conglomerados ditos multinacionais, transnacionais, mundiais, globais ou planetários. São responsáveis pela formação, funcionamento e transformação do que se poderia denominar de *shopping center* global, espalhando-se por diversos países e continentes. Tanto assim que certas partes do mundo dão a impressão de uma vasta Disneylândia, já que a mercadoria aparece como divertimento, algo lúdico, simulacro fascinante do real impossível. (IANNI, 1997, p.135).

Para corroborar as considerações de Ianni, recorreremos novamente à obra de Marx e também à de pensadores que têm atualizado o pensamento marxista, enquanto críticos do sistema capitalista, como István Mészáros, que tem se ocupado em mostrar como esse sistema se reproduz numa dinâmica evolutiva, a qual denomina de sociometabolização do capital, pela capacidade de avançar em sua proposta de

acumulação e concentração de riquezas, apesar de todas as contradições daí decorrentes. Segundo o autor, o capitalismo se mostra como um sistema natural e eterno; e assim naturaliza suas novas fases, como no caso da globalização (do capital), que a divulga como a única e eterna forma de viver, contraposta à ontológica razão de ser no mundo, do ser que é humano.

Mészáros analisa a globalização da seguinte forma:

A globalização capitalista tal como a vivemos decididamente não está funcionando e não pode funcionar para a esmagadora maioria da humanidade, mesmo que favoreça em muito as forças econômicas e políticas dominantes e com isso intensifique e acentue as contradições. Essa é a real questão a que devemos nos remeter de modo tangível mais cedo ou mais tarde. (MÉSZÁROS, 2007, p. 332).

Segundo a perspectiva adotada nesta tese, baseada no marxismo e na Educação Ambiental crítica, quem tem a possibilidade concreta de superar o sistema do capital é a classe de trabalhadores, enquanto produtores que se associam, apoiada na visão de Mészáros (2002; 2007), é ela que tem ficado com a carga dos prejuízos (de toda ordem) provenientes do sistema criticado, embora seja a classe fundamental para a construção de uma nova existência humana.

Destacamos que, até o momento, ao utilizarmos pensadores que se aproximam da teoria crítica e, mais especificamente, do marxismo, comentamos que aos produtores, de forma associada, cabe a construção de uma sociedade não capitalista.

Compreendendo nossos sujeitos de pesquisa como trabalhadores/pescadores, portanto produtores que buscam sua emancipação a partir de uma outra forma de se fazer economia, a qual, no momento, está se dando por meio da economia solidária, temos perguntado a nós mesmos e a eles se, enquanto produtores associados, possuem as características de coletivo capazes de, realmente, desencadear um processo de autoemancipação? Ou ainda, enquanto vinculados ao Projeto Rede, que abrange outras associações e cooperativas de trabalhadores/pescadores, existe ou pode vir a surgir desse conjunto o gérmen de uma prática revolucionária? O que representa uma práxis revolucionária desses trabalhadores/pescadores, enquanto produtores associados?

Para elaborarmos respostas a essas questões, tomamos como base o pensamento de Kosík (2003), citado por Nascimento (2012), quando comenta sobre a materialidade de cada tempo histórico e a forma da materialidade da economia solidária, preconizada pelo Projeto Rede, e no reflexo que a referida materialidade causa na

consciência humana, pois a dialética nos ensina que existem contradições em todos os processos sociais. Sendo assim, no momento em que os trabalhadores/pescadores buscam uma outra forma de prática social, baseada na comunhão entre economia e solidariedade, cabe considerar as diferentes possibilidades que se descortinam (cada qual com suas contradições) e a potencialidade existente no tecido social, a fim de que se dê a emancipação.

Não existe ponto de partida privilegiado, nem algum sujeito já formado, já pronto, de onde partiriam de forma automática e absoluta o movimento para a transformação salvadora e na qual, de um só golpe ou gradualmente, se resolveriam todos os conflitos da humanidade. À cada um de seus momentos, a história é uma pluralidade de possibilidades e depende de quem está capaz de desenvolver suas potencialidades libertadoras, e de continuar a progredir sem parar em uma situação intermediária ou se fixar como se fosse a etapa final. (KOSÍK, 2003 *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 09).

A partir do que comentamos em relação à tomada de consciência quanto à degradação social e ambiental que se globaliza junto com a globalização capitalista, acreditamos no potencial da educação para cumprir tal papel (de tomada de consciência), mas salientamos uma educação que liberte e humanize os homens entre si, em nome de outra qualidade de relações sociais.

Afirma Cheptulin (1982) que a consciência é uma das formas do reflexo própria a toda matéria, a todas as coisas e fenômenos do mundo exterior. Logo, nossa existência no mundo se faz na prática, e é com base nessa prática que o conhecimento se desenvolve num processo histórico e o homem adentra, cada vez mais, os fenômenos que se lhes apresenta. Para o Materialismo Dialético, a relação entre matéria e consciência é fundamental e determinante.

A matéria é cognoscível ao homem na condição de ser cognoscente, podendo ser por ele apreendida através de seus sentidos. Conforme aponta Cheptulin (*op. cit.*), por ser cognoscível, a matéria reflete, na formação da consciência do homem, essa materialidade enquanto parte da construção histórica de como o homem tem organizado a vida, a qual ele já encontra ao formar sua consciência.

A partir da conscientização dos trabalhadores enquanto classe oprimida, pode-se avançar no sentido de uma prática social revolucionária, conforme salientam Damo *et al.*,

A conscientização do proletariado, o seu processo de desenvolvimento das condições necessárias para compreensão da essência da realidade objetiva e



as relações que nela se desenvolvem, entretanto, somente será o passo decisivo na luta de classes em direção a uma mudança radical no metabolismo da realidade social, quando alimentar a mobilização política das massas revolucionárias, quando for o fundamento de uma determinada prática social que reúna certas condições sob as quais a revolução intelectual tomará forma de revolução social. (DAMO, *et al.*, 2013, p. 95).

O conteúdo da citação tem uma implicação extremamente importante para compreendermos que as relações sociais alienantes dão-se no sistema de produção regido pelo poder econômico e político vinculado ao capital, o que inclui certos meios de comunicação que divulgam a (sua) maneira correta de formar a consciência, e que influenciam na forma como deveremos interpretar o que sentimos. Portanto, esse sistema domina a vida econômica e política do indivíduo, interferindo no reflexo, ou seja, na forma como sente/apreende a realidade externa – a materialidade.

A estrutura econômica do sistema do capital, com seu metabolismo social que lhe permite construir novas formas de articular e desenvolver as forças produtivas e as relações sociais de produção, leva-nos a perceber a complexidade que envolve as condições materiais para travar uma luta contra essa ordem dominante, ao objetivar eliminar a subjugação do trabalho ao capital.

É nesse espaço/tempo que vivem os sujeitos deste estudo; partimos, então, da consciência de que as ideologias sustentadoras do capital estão imbricadas com o poder do Estado, dele fazendo parte, assim como as instituições que daí se alimentam.

Sendo nossos sujeitos de pesquisa trabalhadores/pescadores artesanais, e nosso objeto de pesquisa, a proposta de política pública denominada Projeto Rede, precisamos considerar em que espaço/tempo o processo em questão se dá, ou seja, não poderíamos deixar de considerar que, na interface entre esses trabalhadores e o Estado, existe um sistema, o sistema do capital, que tem mediado tanto as práticas criativas de trabalho de nossos sujeitos de pesquisa quanto, em certa medida, as práticas do Estado.

Trabalhadores, como o são os pescadores artesanais, com toda a cultura marítima que carregam, são inseridos em um processo padronizado de vida, vinculado ao modo de produção capitalista, o que tem trazido profundas transformações em sua cultura e modo de vida e na relação que estabelecem com a natureza.

E é nesse espaço/tempo que vivemos na atualidade, um mercado não solidário capitalista como balizador da vida humana, que domina a natureza. Por outro lado, construindo uma outra perspectiva para a vida, tem-se as formações sociais que intentam superar a hegemonia desse mercado.

Na próxima seção propomos algumas reflexões, nossas e de alguns pensadores, acerca do fenômeno material social que representa o polo contrário do mercado não solidário capitalista, e que tem a proposta de uma outra forma de se estabelecer trocas sociais, denominado economia solidária.

## 5. Gênese e movimento da economia solidária

O que dá sentido a esta seção são os seguintes questionamentos: é possível à economia solidária (ES) romper com o processo de alienação do homem, ou seja, ela tem a possibilidade de promover sua emancipação? E mais especificamente: é possível à economia solidária romper com a alienação vivida pelos trabalhadores/pescadores da APESMI? Por fim, buscamos como a teoria histórico-crítica do marxismo pode auxiliar no movimento da ES. Nesses termos, salientamos nossa compreensão de que a alienação e o estranhamento do trabalhador para com seu trabalho, na condição de expropriado pelo sistema da mais-valia, tem como polo contrário a emancipação, o que dá origem ao movimento dialético de oposição entre aquele que vive do trabalho e aquele que vive do não-trabalho.

No sentido de compreendermos esse fenômeno material social que é a ES, escolhemos trilhar caminhos, analisando a proposta de política pública de ES adotada no Brasil e no RS, o que nos levou a buscar contribuições de estudiosos do referido fenômeno social, os quais assumem diferentes posicionamentos.

No que diz respeito a nosso universo de pesquisa, pode-se dizer que, desde a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no ano de 2003, a realidade dos trabalhadores/pescadores do país tem sido influenciada por iniciativas de políticas públicas dessa secretaria, e isso, de uma forma geral, se dá com a participação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Da mesma forma, no RS, quando governado pela Frente Popular, ocorreu um maior incentivo através de políticas públicas que incentivaram o desenvolvimento da ES em todo o estado.

Para compor o caminho de análise quanto à possibilidade de emancipação humana a partir de iniciativas de ES, utilizamos pensadores marxistas – além do próprio Marx – e os que se aproximam de uma Educação Ambiental em sua vertente crítica. Reforçamos que, em nosso entendimento, a economia política burguesa sustenta o sistema capitalista, o qual, conforme também deixamos claro, explora a vida humana e a natureza numa escala cada vez mais crescente de desenvolvimento das forças produtivas.

Por isso, nossa proposta é de ir além do que a realidade sensível nos mostra em relação ao fenômeno da ES, enquanto proposta assumida pelo estado (no caso do Brasil), e desenvolvida por meio de um conjunto de políticas públicas. Nesta seção, a

fim de atender ao questionamento relativo à possibilidade da emancipação humana pela prática da ES, procuramos efetuar uma análise do movimento que esse fenômeno tem assumido na realidade, em âmbito nacional e no RS, enquanto experiências advindas de um governo popular.

Entendemos que, após a imersão no fenômeno material social da ES, completamos, pelo menos na perspectiva que temos no momento, nossa constituição da totalidade que envolve os trabalhadores/pescadores da APESMI.

Sendo assim, na seção seguinte, partimos para a exposição dos resultados de nossa investigação da realidade concreta, observada junto a nossos sujeitos de pesquisa, os trabalhadores/pescadores da APESMI, os quais, ao participarem do movimento da ES enquanto política pública, têm suas práticas transformadas. Na sequência de nosso trajeto de pesquisa, retornamos aos nossos sujeitos, porém sem nunca ter nos afastado deles.

Pode-se afirmar que a ES é um fenômeno material social dotado de uma pluralidade de conceituações e de práticas, dependendo do contexto sócio-histórico em que ela se desenvolve; daí a complexidade que reveste o tema que trata desse tipo de fenômeno.

Por outro lado, devido às características que tem apresentado, a ES procura ser uma alternativa ao desenvolvimento econômico, instigada pela economia política burguesa, a qual codifica a unidade entre capital e Estado.

Oportuno, neste momento, lembrarmos as palavras de Marx, referentes ao fato de as relações sociais serem reflexo da economia política dominante.

[...] A anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política [...] Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sob a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 1983, p. 24).

A economia contemporânea (burguesa) descreve as relações econômicas a partir do ‘pensamento único’, segundo o qual a forma como a sociedade se organiza no modo de produção capitalista é a melhor possível, não cabendo tentativas e investigações outras que não sejam a de procurar manter esse modo de produzir

funcionando, apesar de todos os antagonismos e das consequências sociais e ambientais que tem apresentado.

Na direção contrária a tal pensamento, e já demonstrando que um outro mundo é possível, principalmente no que tange à organização social, para que se consiga alavancar uma outra forma de intercâmbio humano e com a natureza, a ES, assim como outras manifestações sociais, tem demonstrado sua força enquanto poder transformador vinculado a uma classe, que é despossuída das condições para sobreviver no sistema do capital, ou que não participa dele, por viver em acordo com outra lógica. Estamos falando de grupos de pessoas que se contrapõem à hegemonia do capital e de outros que nunca participaram desse modelo, por viverem sob tradições culturais diversas do homem moderno, o *Homo economicus*.

Por isso, em vários contextos têm surgido estudos que demonstram o quanto esse ‘pensamento único’ está equivocado, uma vez que existem outras formas de se compreender e fazer economia, que não a neoliberal, pois economia possui um sentido mais amplo do que o defendido pelo neoliberalismo burguês e sua ideologia. Segundo Coraggio, economia pode ser também conceituada de modo a dar o entendimento de que seja:

o sistema de processos de produção, distribuição, circulação e consumo que, através de princípios, instituições e práticas, em cada momento histórico organizam as comunidades e sociedades para obter as bases materiais de resolução das necessidades e desejos legítimos de todos os seus membros, atuais e de futuras gerações, de modo a permitir a reprodução e desenvolvimento da vida, sustentando os equilíbrios psíquicos, interpessoais, entre comunidades e com a natureza. (CORAGGIO, 2011, p. 01 [Tradução nossa]).

Esses processos (de produção, distribuição, circulação e consumo) constituem articulações de uma totalidade, que representam, por sua vez, diferenciações no interior de uma mesma unidade (MARX, 1983). Portanto, a separação desses processos se dá apenas sob um contexto analítico, pois na realidade estão integrados à totalidade humana de fazer economia.

Para Coraggio (2011), a economia contemporânea (burguesa) desconsidera as relações ocorridas nos processos de produção, consumo e distribuição, analisando somente o processo de circulação, ou seja, dirige o foco apenas para os intercâmbios materiais entre pessoas, reduzidos, então, a ‘agentes econômicos’.

Assim, ao serem desconsiderados os outros princípios sociais de organização da produção, privilegia-se o mercado como regulador da economia, ou seja, a economia de mercado vincula-se mais a uma economia da circulação, em detrimento das outras unidades dessa totalidade. E isso representa a causa da contradição entre valores e projetos de vida, a qual tem sido a norma (seguida) nas sociedades contemporâneas, baseadas no modo de produção capitalista.

Por isso, conforme ressalta Martí, é necessário

redesenhar o instrumental teórico, preparar conceitos, modelos e instrumentos analíticos novos para dar conta da diversidade, para compreender a riqueza e complexidade das diferentes formas de fazer economia [...] Se trata de resgatar, então, formas alternativas de se fazer economia proveniente dos setores populares e que se baseiam, não no fator capital, senão no trabalho e na comunidade. (MARTÍ, 2004, p. 178. [Tradução nossa]).

Com as prerrogativas apontadas no excerto acima, compreendemos que é imprescindível a construção de outros caminhos analíticos, assim como outras práticas sociais, para lidarmos com a complexidade do movimento de ES. E é o que tentamos realizar no decorrer desta seção, com a abordagem de sua gênese e institucionalização enquanto política pública.

## **5.1 Economia solidária e sua institucionalização como política pública no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil**

No Brasil, segundo informação de Sarria Icaza (2010), a ES tem sua gênese entre as décadas de 1970 e 1980, quando atores sociais vinculados ao movimento popular se mobilizaram em favor da democracia e de melhores condições de vida, em um período marcado pela ditadura militar. A articulação se deu, num primeiro momento, entre camponeses, classes populares urbanas, trabalhadores desempregados, agentes sociais, religiosos e intelectuais, que “passaram a construir novos significados e propostas de organização econômica e social” (SARRIA ICAZA, op. cit., p. 1953).

Destaca-se como apoiadora desse movimento a Cáritas, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, na década de 1980, financiou milhares de pequenos projetos, nomeados Projetos Alternativos Comunitários. Muitos dos grupos aí envolvidos foram aderindo ao movimento da ES, denominação assumida a partir da década de 1990 (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004). Tais projetos se mostraram diferenciados do que se via até então, com uma prática que evitava o assistencialismo para com os indivíduos e grupos na medida em que, com a concessão de financiamentos, mesmo sendo constituído de pequenos valores em dinheiro, incentivavam o trabalho autogerido e, por isso, emancipado.

Conforme assinala Sarria Icaza (2009), a exemplo do que ocorre em toda a prática social, a ES existe entre contradições, dadas tanto pela prática dos grupos que dela fazem parte, quanto com intelectuais que buscam teorizar sobre o tema. De um lado, têm-se teóricos pensando a ES a partir de uma proposta defensora de um outro modo de produção, que não o capitalista, a partir do desenvolvimento de cooperativas autogestionárias. Por outro, têm-se correntes de pensamento que se alinham à proposta de uma economia popular, caracterizada pela “pluralidade de formas de organização econômica e o rechaço a uma visão linear de progresso, reconhecendo outros princípios econômicos além do mercado, como o da reciprocidade ou o da redistribuição” (SARRIA ICAZA, 2009, p. 34).

Conforme a pensadora citada, a ES ganha força, no Brasil, durante a década de 1990, devido a diversos fatores, entre os quais se destacam:

Em primeiro lugar, um conjunto de “atores predispostos à ação”, que foram protagonistas das lutas pela democratização do país nos anos anteriores; em segundo lugar, a “abertura do quadro político-institucional”, e o terceiro,

uma “conjuntura econômica” marcada pelo aumento do desemprego e a redução de direitos sociais produto da crise do modelo de regulação fordista. (SARRIA ICAZA, 2009, p. 32. [Tradução nossa]).

No Brasil, a partir da década de 1980, as propostas neoliberais de forte regulação da economia causaram sérias consequências aos trabalhadores em razão do caráter recessivo das medidas econômicas adotadas.

À classe trabalhadora se uniram diversos movimentos sociais, religiosos, educacionais, ONGs, sindicatos, dentre outros, tomando forma um novo movimento, mais diverso, contra o sistema do capital e suas consequências. A proposta de ação que surge desse movimento da sociedade é a de apoiar setores populares no sentido de buscarem sua emancipação, através de outras formas de se fazer economia, que assume uma conotação de ‘popular’, ao buscar um outro sentido para o trabalho humano alicerçado em práticas emancipatórias.

As iniciativas mencionadas visaram apoiar grupos de maior vulnerabilidade socioeconômica, pequenos agricultores no campo e pobres do meio urbano, os ‘esquecidos’ pela elite política e econômica do país. A partir desses setores é que foi sendo formada a proposta do movimento da economia popular solidária, a qual, no decorrer de sua trajetória, na última década do século XX, foi denominada ‘economia solidária’.

Conforme Sarria Icaza (2009), se no início da década de 1990 não havia articulação entre as iniciativas populares que buscavam outra forma de economia, ou de modo de produção, no final da década, o quadro institucional muda, com o avanço da esquerda no contexto político do Brasil. No contexto brasileiro, salienta-se o RS, onde em 1999 é eleito como governador Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi nesse período que se reforçou e se institucionalizou o movimento da economia popular solidária, com a adesão de várias prefeituras, que abriram espaço a essa proposta, o que já ocorria desde 1996, no referido estado.

A realização de várias edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, capital do RS, também marca a força do movimento da ES no RS, pois no governo do PT (1999-2002), ao mesmo tempo em que crescem as possibilidades para o desenvolvimento da ES, aparecem algumas distensões sobre o entendimento dessa outra forma de se fazer economia.



Até 1998, o movimento da ES se deu mais próximo de setores precarizados do campo e das cidades e, a partir da década seguinte, se expande e se institucionaliza enquanto proposta crescente na esfera dos diferentes entes públicos.

O movimento da ES, iniciado a partir de uma proposta de emancipação popular, se até o final de década de 1990 era promovido pela igreja católica (Cáritas/CNBB), movimentos sociais e ONGs, passa por uma reestruturação na primeira década deste século, com uma maior adesão da classe de trabalhadores prejudicados pela reestruturação produtiva neoliberal. E isso tem ocorrido com a particularidade de os trabalhadores promoverem a ocupação de fábricas falidas, autogerindo-as, ao mesmo tempo em que intelectuais de esquerda passam a defender a prática do cooperativismo autogestionário como alternativa ao modo de produção capitalista.

Nessa etapa de avanço e institucionalização da ES, em diferentes regiões do país, de certa forma e subliminarmente, é suprimido o adjetivo ‘popular’, que pode estar relacionado à entrada de outros atores sociais apoiadores do movimento contra a forma neoliberal do capitalismo, como é o caso do movimento sindical. A conjugação de forças não se dá sem o aparecimento de contradições e disputas travadas pela busca da ocupação de espaços no interior do estado, tanto entre os apoiadores tradicionais já citados, quanto entre os intelectuais de esquerda, vinculados ou não, ao setor acadêmico e ao movimento sindical.

Configura-se, então, uma complexidade em torno desse movimento, que nasce popular e se institucionaliza à medida que assume contornos de uma ideologia política, a qual, muitas vezes, confunde partidarismo político com uma proposta de construção de uma nova organização social, fundada em uma ideologia política emancipatória.

No entanto, as contradições que surgem do processo aludido, e que são inerentes a processos de mudanças sociais, no âmbito da ES, se deram no ofuscamento dos grupos populares de base pela perda do protagonismo no caminho de ‘seu que fazer’.

Com relação ao tema em debate, assim diz Sarria Icaza:

Os grupos de base – empreendimentos de economia solidária – não tiveram uma participação ativa, funcionando apenas como “pano de fundo” ou “razão de ser” na construção dos espaços de interlocução de caráter macro – nacionais, regionais e internacionais – para a economia solidária. Esta situação gerou uma discussão e uma disputa permanente sobre o “protagonismo” ou a dependência dos empreendimentos, sendo possível identificar um conjunto de desafios que perpassam a economia solidária hoje. (SARRIA ICAZA, 2009, p. 54. [Tradução nossa]).

No RS, a institucionalização da ES se deu pela ação de diversas prefeituras e do próprio governo estadual, deixando importantes lições. Conforme assinala Sarria Icaza (2010), evidenciou-se, no caso das prefeituras, que, sob a administração da Frente Popular, a ES possuía espaço; ao contrário, o movimento encontrou dificuldades para continuar seu processo de desenvolvimento. De forma semelhante, no governo estadual do PT (1999-2002), a proposta que dava importância aos setores populares em busca de trabalho e renda encerrou-se com a mudança de partido, no governo posterior.

Portanto, avanços, paralisia e, até mesmo, retrocesso, na condução de políticas governamentais de ES trazem à tona o debate envolvendo a necessidade de transformar tais propostas em políticas de Estado, ou seja, que estejam acima de qualquer sigla partidária assumida pelo governo, e isso em todas as esferas do poder público.

O que manteve o movimento da ES mesmo em tempos de paralisia (no sentido de desinteresse) do poder público, foi a construção de redes que integraram os grupos envolvidos nas práticas de ES, com a criação de fóruns municipais, regionais, estaduais, chegando ao âmbito nacional, em 2003, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Assim, quando ausente o poder público, coube à sociedade, por meio dos fóruns, organizar-se para manter ativo o movimento e a proposta, pois, mais do que geração de renda, a ES tem representado um espaço para o debate sobre qual sociedade se quer, a fim de dar um outro sentido à vida, que não o promovido pelo individualismo e pelos fetiches do capital.

Importante fato é a institucionalização do movimento da ES em nível nacional, que coincide com a perda de espaço na arena política no RS, ao ser criada a SENAES, no ano de 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa secretaria surge como pressão dos grupos e apoiadores do movimento da ES, que entenderam a vitória do PT no governo do país como uma oportunidade para ampliar sua participação no desenvolvimento nacional.

Segundo Sarria Icaza (2010), com a SENAES como parte da estrutura do MTE, buscou-se alterar as metas desse ministério quanto ao desenvolvimento social, passando de busca por “geração de emprego” para “geração de trabalho e renda”, a exemplo de projetos de ES efetivados no RS.

A simples mudança de conotação, entre gerar empregos para alicerçar o desenvolvimento do capital enquanto detentor dos meios de produção para a geração de

trabalho e renda, indica uma ampliação do entendimento na condução de políticas públicas, à medida que nesta última podem ser inseridas ações que tenham como foco os trabalhadores que não trabalham por estarem fora das exigências do sistema do capital.

No entanto, para além de gerar trabalho e renda, a ES tem sido defendida como um movimento que se organiza em torno de princípios viabilizadores de uma outra forma de organização social que possibilite a existência e a autonomia dos indivíduos ao promover a democracia, a participação e a autoemancipação.

Como observou Tiriba (2000, p. 221), ao pesquisar 61 empreendimentos de ES no estado do Rio de Janeiro, “além da geração da renda, os objetivos dos trabalhadores associados é a promoção de atividades que denominamos desenvolvimento comunitário, ou seja, aquelas atividades cuja finalidade é a satisfação de outras necessidades humanas, como educação, cultura e lazer”.

Cabe considerar, apoiados em Marx e Mészáros que, apesar de existirem princípios humanos verdadeiros e a possibilidade concreta de realização de tais objetivos, existe a contingência de que defensores de outro modo de produção possam se contrapor à proposta em pauta, usando mecanismos de persuasão e de cooptação que aniquilem sua objetivação. Portanto, cabe aos indivíduos e grupos sociais vinculados ao movimento da ES perceberem-se enquanto trabalhadores associados que lutam por um mundo sem classes, no sentido de promover uma revolução em sua práxis social, para que se aproveite o atual momento histórico e se supere o sistema do capital.

Depender do estado ou delegar a ele a incumbência de dirigir o movimento também indica ser um caminho nebuloso, haja vista a ideologia que o envolve ser a mesma da classe dominante capitalista, conforme já visto na perspectiva marxista que nos apoiamos ao escrever a presente tese.

Exemplo disso, podemos perceber quando a SENAES tem dificuldade de atender de imediato as expectativas do movimento da ES, pois segundo comenta Sarria Icaza,

em termos de execução de políticas, o poder de ação da SENAES acabou sendo extremamente limitado, cumprindo, no período do primeiro mandato [do presidente Lula], um papel fundamentalmente simbólico, de abertura de espaços dentro do próprio governo federal, dentro do qual a economia solidária era um assunto praticamente desconhecido. (SARRIA ICAZA, 2010, p. 1960, [inserção nossa].

Além da espera pela ação do estado, geradora de expectativas nos grupos de ES, abre-se espaço para as contingências, ou seja, para que o presente e o futuro sejam determinados por ações externas aos sujeitos, as quais podem se distanciar de objetivos verdadeiramente emancipatórios.

Por outro lado, a ausência do estado e da execução de seu papel, por exemplo, por ONGs<sup>65</sup>, na condição de terceiro setor em crescimento, podem causar um descompasso entre autonomia/emancipação/liberdade, princípios básicos do movimento de ES, e isso depende da forma como se dá tal aproximação. Enquanto agente que busca projetos junto ao governo, as ONGs, ou qualquer outra forma social apoiadora da ES, desencadeiam um processo educacional, ao passo que existe a necessidade de formar a consciência de classe, de politização dos envolvidos, enfim, que se promova uma educação. E é nesse sentido que indagamos: que tipo de educação está sendo utilizada por ONGs e demais agentes promotores/apoiadores da ES? A mesma que oprime, educa para o mercado de trabalho? Ou a que promove a emancipação do indivíduo, nos moldes de uma educação popular?

O alerta de Freire (1987) chama a atenção para o fato de que a ação de agentes externos pode assumir contornos autoritários, de manipulação, nos quais são eles quem decide o que se ensina a grupos sociais, como é o caso dos grupos de ES, negando a vocação ontológica do indivíduo enquanto ser social que se forma pelo trabalho livre. Ou seja, é negada ao indivíduo a condição de sujeito de sua história. Freire (op. cit.) defende ainda uma educação popular que elimine os condicionamentos e promova o protagonismo dos setores populares, a fim de que consigam, através da construção de conceitos e concepções, viabilizar um projeto alternativo de ‘ser no mundo’.

Quando tratamos de exclusão humana sob a perspectiva freiriana, estamos querendo dizer que uma ação com a real intenção de transformar a situação de exclusão/marginalização em que vive parte da sociedade, não deve se dar com mecanismos de gestão, no sentido de ‘promover a inclusão’ utilizando recursos públicos de forma assistencialista. Isso porque a realidade estaria apenas sendo maquiada, ou seja, estaria se agindo apenas na realidade sensível e não na realidade concreta, já que não existem excluídos; os assim denominados, na verdade, não estão fora do sistema,

---

<sup>65</sup>Poderíamos citar qualquer outra formação social, que não apenas as ONGs, que possuam a intenção de auxiliar no combate à exclusão social e econômica, mas agem por ativismo ou na perspectiva da reforma, no sentido de reformar a margem, apenas o que aparece, e não uma profunda transformação, na direção de revolucionar as relações sociais opressoras.

mas sim dentro de um sistema que os deixa à margem. A respeito disso, assim comenta Freire:

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram *fora de*. Sempre estiveram *dentro de*. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para outro”. Sua solução, pois, não está em “integrar-se”, em “incorporar-se” a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se “seres para si”. (FREIRE, 1987, p. 35).

É nesse sentido que a educação, com as contradições que lhe são peculiares, reflete a desigualdade e acaba por contribuir com ela. No entanto, carrega em si as condições de transformar as representações de mundo, provocando a humanização do homem. E a humanização do homem parte de sua ação criativa em modificar a natureza externa a ele, assim como sua própria natureza social, por meio do trabalho desalienado/emancipado.

A indignação frente às injustiças sociais representa, de uma forma geral, a luta dos movimentos sociais, que, em sua organização popular, exigem mudanças envolvendo questões de gênero, étnicas, sexuais, ecológicas etc. Os movimentos sociais representam parte da população, que não é pequena, composta por pessoas marginalizadas/oprimidas pelo capitalismo por não possuírem as ‘qualificações necessárias’ a esse sistema promovido pelo capital. E questionamos: será que, se todos nós, humanos, tivéssemos as referidas ‘qualificações necessárias’, (mesmo assim) existiria espaço para todos no atual sistema?

Nesse ínterim, emerge a ES enquanto movimento orgânico da sociedade que nasce, ressignificando a luta dos trabalhadores numa sociedade que é classista (capitalista), ao se contrapor à crescente desigualdade inerente à forma de desenvolvimento desse sistema, nos quais, na prática social do trabalho, procuram seguir princípios de solidariedade e de democracia, e integrando tais princípios com a intencionalidade de criar uma outra economia.

Nossa leitura da ES é que ela representa um movimento político em prol da emancipação humana, ao criticar a marginalização/opressão social causada pelo modo de produção capitalista, principalmente devido às formas que ele tem assumido, como é o caso do trabalho mecanizado do fordismo/taylorismo ou da pseudodemocracia no ambiente do trabalho, em sua forma toyotista. Ambas as formas de produzir, sob a ordem do capital, desconsideram a importância do ser, e de sua condição humana e sua

vocação ontológica de realizar-se como ser social, por meio de um trabalho criativo e livre.

É com as prerrogativas apresentadas em relação ao movimento de ES que anunciamos a seção seguinte, na qual revisitamos a economia experimentada na contemporaneidade e a articulação com uma possível outra forma de organização da sociedade e, por conseguinte, de essa sociedade realizar, e se realizar humanamente, no trabalho.

## 5.2 Que é economia solidária no Brasil? Qual seu espaço nos tempos modernos de impulso à globalização?

Para responder a essas questões, optamos por trazer a compreensão de diferentes pensadores em relação ao fenômeno material social que é a ES, e que têm elaborado, a partir de suas experiências de aproximação com tal fenômeno, um arcabouço teórico complexo, que reflete a ampla variedade de iniciativas de ES surgidas no país, e sua interface com a intensificação da globalização do capitalismo.

A crescente disputa no seio da classe capitalista, envolvendo a concorrência por mercados e por recursos ambientais no final do século XX, atingiu patamares que colocam em dúvida a vida no planeta. A consequência disso é a globalização da pobreza que representa o polo contrário, porém reflexo da globalização do capital. A pobreza e a miséria, que antes existiam apenas nos países chamados de subdesenvolvidos, atingem em escala ascendente a população de países ricos.

Cabe aqui uma observação a respeito do uso do termo ‘subdesenvolvimento’, concedido aos países que não fazem parte da elite econômica e bélica mundial. Conforme coloca, com propriedade, Porto-Gonçalves (2004), o prefixo ‘sub’ descreve a condição de *aquém*, mas a superação dialética dessa condição por parte dos países subdesenvolvidos (e seu povo) seria o ‘desenvolvidos’, ao se adotar como correta as definições que entendemos como recheadas de contradições, para não dizer de erros de concepção.

É preciso questionar qual modelo de desenvolvimento se quer, ou qual é possível, dadas as limitações que a natureza possui de prover os materiais sustentadores da sociedade humana, sem que as instáveis condições ecológicas tomem rumos que impossibilitem a vida humana e dos demais seres.

Para Porto-Gonçalves (2004, p. 25-26), a racionalidade hegemônica diz que uma sociedade igualitária somente se dará através do desenvolvimento (no sentido de haver apenas um tipo de desenvolvimento: o econômico), “sem que nos indaguemos acerca dos diferentes modos de sermos iguais”. Por outro lado, a “superação da desigualdade se transforma, na verdade, numa busca de igualdade para todos”, segundo o modelo norte-americano e europeu.

No entanto, nestes países, o padrão de consumo e de produção se mostra acentuado quando o comparamos com o dos países chamados de subdesenvolvidos. Por exemplo, o padrão de consumo de um indivíduo norte-americano médio, causa dez

vezes mais impacto sobre o planeta do que africanos e asiáticos (PORTO-GONÇALVES, op. cit.). Portanto, o desafio se dá em construir um desenvolvimento que reverta o quadro de degradação social e ecológica, o que acreditamos não ser possível na lógica do capital.

Logo, a mimetização de uma proposta de desenvolvimento nos moldes atuais, privilegiadores de um estilo de vida perdulário, não deve orientar “a meta” a ser buscada, pois as injustiças sociais, como a fome, que atinge cerca de um bilhão de pessoas no planeta, apesar de toda a propaganda produtivista da Revolução Verde capitalista (que já tem mais de 50 anos), representa bem o descompasso entre o sistema de produção em debate e as necessidades reais da humanidade. Se existe hoje a necessidade de criar objetivos do milênio para sanar problemas sociais e ambientais, é porque a forma como estamos trabalhando, em sociedade, nossas potencialidades enquanto humanos, precisa de uma outra orientação, que elimine a injustiça.

É nesse momento de distensão entre o capital globalizado e o trabalho dos sem-trabalho no final do século XX, com a ascensão do modelo neoliberal que, dentre outras consequências, acarretou a precarização do trabalho, o desemprego e a crescente degradação ecológica, que se formaram as condições para o desenvolvimento da ES. Até então, seu desenvolvimento, conforme comentado, se deu de forma atomizada e dependente da ação de apoiadores externos, o que não abala seu protagonismo e intencionalidade de se mostrar como polo de contradição ao modo de produção capitalista. Quando ascende na esfera política, o movimento da ES ganha visibilidade e revela novas possibilidades de vida, ampliando o debate e a reflexão sobre a forma que deve ou não construir enquanto prática social inovadora. E isso não se deu e nem se dará sem que surjam novas contradições.

Considerando a bifurcação em que se encontra a humanidade, provocada pelo modelo hegemônico (MÉSZÁROS, 2002; 2007), a ES se torna relevante pela conotação popular que assume, lembrando tempos revolucionários, à medida que se movimenta, provocando articulações entre diferentes setores sociais, e cria novas possibilidades, rompendo com a desesperança.

A respeito do contexto em que tem se desenvolvido a ES, assim comenta Leite:

Talvez uma das primeiras questões a ser tematizada consiste em lembrar que sendo, o contexto de expansão das experiências associativas o de crise generalizada (crise ambiental, de um modo de acumulação, do trabalho assalariado, de uma forma de estar no mundo), tais experiências carregam consigo as disjuntivas de risco e possibilidade, de velho e novo, emergindo,



portanto, como portadoras a um só tempo de um conjunto de potencialidades e de limites. (LEITE, 2009, p. 33).

Por isso, pensamos que, embora exista a proposta que se materializa no próprio fenômeno em movimento, que é a ES, é necessário analisar suas contradições e seus limites, assim como apontar as possíveis superações das contradições existentes, e já entendendo que surgirão novas, e assim caminhar no sentido de superar seus limites, o que representa um desafio, pois a realidade concreta dos grupos em foco generaliza-se na carência de toda ordem.

Tais fatos dão um tom mais desafiador quando pretendemos analisar o caso de trabalhadores/pescadores artesanais, os quais, além de estarem à margem e oprimidos pelo sistema do capital, dependem, ainda, de condições ambientais propícias para realizarem suas práticas social e econômica. Por sua vez, as condições ambientais são influenciadas por ações antrópicas, tanto realizadas na própria atividade de pesca, por exemplo, pela sobrepesca (como visto, tanto pela pesca artesanal quanto pela industrial), ou por diferentes vetores de poluição e impactos de uma forma geral.

Devido à complexidade que reveste o tema da ES, com uma série de avanços e retrocessos obtidos por indivíduos que buscam uma outra economia que não a mostrada atualmente, com reflexos alienantes (e alienados), acreditamos, na esteira de Leite (2009), que devem ser evitados dualismos para tratar de ES, do tipo, “dá certo ou não dá certo”, “é limitada não é limitada” etc.

O importante, sabemos, é apreendermos o movimento dialético que se apresenta aos grupos envolvidos com a ES, no caso deste estudo, os trabalhadores/pescadores da APESMI, na totalidade de suas relações com o Estado, pela sua participação na política pública que fomenta o Projeto Rede, e com os não-trabalhadores capitalistas e ‘seu’ mercado.

O universo da ES no Brasil é caracterizado pela diversidade de empreendimentos ou agrupamento de pessoas que buscam sua sobrevivência; origina-se, portanto, não apenas de cooperativas, mas de diversas formas de associações entre pessoas.

Segundo França Filho e Laville (2004), essa diversidade está ligada às profundas diferenças regionais do país, sejam no plano econômico, político ou cultural. Os pensadores consideram equivocado o entendimento de que a ES é um fenômeno recente e que é proveniente de um processo de exclusão social atual, pois coletivos populares sempre existiram no Brasil, onde existe uma cultura do enraizamento da

solidariedade para com o outro. Daí concluírem que, na história do Brasil, sempre existiram práticas coletivas e solidárias entre seu povo – é claro que parte dele –, e que a exclusão não representa um fenômeno social recente, mas que faz parte de nossa história, como país capitalista periférico.

Conforme já comentamos, o Brasil possui em sua história elites integradas às elites de países centrais do capitalismo, seguindo seus ditames e processos econômicos, o que caracteriza um desenvolvimento desigual e em combinação com o capitalismo central.

O fato inovador no movimento de ES, para França Filho e Laville (2004), é a união de objetivos ligados à esfera da organização social do trabalho na busca de sua (verdadeira) cidadania política.

E na interface de integração entre o social e o político, que compreendemos a contemporaneidade nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels, ao anunciarem que uma sociedade deve se organizar de forma que proporcione a emancipação humana, salientando, a emancipação de ‘todos’ os humanos.

Uma das principais referências, no Brasil, ocupadas com o movimento de ES é Paul Singer, que o compreende como sendo um caminho para o socialismo, o qual superará o capitalismo por suas propostas concretas de mudança no sistema de trocas. Para Singer (2000; 2002), a ES nasce das bases do cooperativismo lançadas no século XIX e estabelece, na atualidade, uma rede de relações sociais e econômicas para fazer frente a processos de exclusão social de seus integrantes, devido à expropriação sofrida na ordem do capital.

Em seus escritos, faz diversas anotações sobre a construção sócio-histórica da ES, destacando sua discordância quanto ao senso comum de que existe uma homogeneização na economia, ou seja, o domínio de um único sistema econômico. Singer (2004) vê nas cooperativas a ponte para o socialismo, pelo aprendizado que trazem aos trabalhadores, proporcionado no exercício da autogestão. Conforme o autor em destaque, o sistema capitalista é dominante, mas não representa todas as formas da economia contemporânea. Considera ainda existência de outros quatro tipos de economia:

a produção simples de mercadorias (unidades autônomas de produção, individuais ou familiares), a economia pública (formada por empreendimentos estatais que prestam serviços ou fornecem bens, sem cobrar preços de mercado por eles), a economia doméstica (constituída pelas

atividades produtivas e distributivas realizadas nos domicílios, visando o autoconsumo dos membros) e a economia solidária (formada por empreendimentos autogestionários de produção, de crédito, de consumo, etc.). (SINGER, 2004, p. 5).

Para Singer (2000), existe o perigo eminente de ocorrerem a acomodação e a degenerescência do movimento dos trabalhadores em seu cotidiano de luta por uma outra economia. Para fazer frente a isso, a prática da autogestão pode representar um processo educativo crítico, que manterá viva a motivação do coletivo por sua emancipação.

Mas cabem alguns questionamentos quanto a isso: como nesse ambiente complexo e em constantes disputas podem os trabalhadores conviver e garantir sua produção e reprodução social? O que é o solidarismo no contexto econômico?

Para responder as indagações elencadas, lançamos mão, primeiramente, do conceito de solidariedade, segundo definição do Novo Dicionário Aurélio: “Laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes”, ou ainda, em outro sentido possível: “Sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades dum grupo social, duma nação, ou da própria humanidade”. (AURÉLIO, 2005).

Esse enlace pode ser percebido na constatação de França Filho e Laville (2004), que utilizam uma abordagem da antropologia econômica e constatam que a origem da economia e da política, em nosso tempo, baseia-se em quatro princípios: domesticidade, reciprocidade, redistribuição e mercado.

A domesticidade consiste na produção e armazenagem para uso-fruto do próprio grupo, caracterizando um sistema fechado. A reciprocidade se coaduna com o conceito de solidariedade, prevendo relações de troca entre pessoas, permeada pela “dádiva” e a “contradádiva”, configurando-se aí uma aproximação social caracterizada por não existirem trocas despersonalizadas, ou seja, constata-se no objeto a presença dos agentes envolvidos em sua oferta.

A redistribuição prevê a existência de uma autoridade que se apropria da produção e traz para si a responsabilidade por sua distribuição, assemelhando-se às atividades do Estado na sociedade contemporânea. Por sua vez, o mercado, como já explanado, é o lugar de realização das trocas e caracterizado pela atuação das forças de oferta e demanda.

Para França Filho e Laville (2004), a ES se estende para além do universo das cooperativas (como defendido por Singer), representando, por sua vez, forças produtivas genuinamente populares, tais como os clubes de troca, a autoconstrução, o microcrédito ou o crédito solidário, os jardins comunitários, as cozinhas coletivas, os serviços da vida cotidiana etc.

Para ambos os autores, antes da instituição do (princípio do) mercado, aparecer como mola mestra da economia, ou seja, antes do século XIX, aos três outros princípios eram atribuídos papéis essenciais no sistema de relação e organização sociais.

Os mercados da Idade Média eram caracterizados por sua concentração em cidades-polo e regulados pelo governo municipal. Posteriormente, entre os séculos XV e XVIII, o mercado era regulado no quadro institucional dos estados-nação, num sistema concorrencial interno. Portanto, no século XIX, percebe-se uma grande transformação nas relações sociais de trocas, à medida que sua regulação se dá por um mecanismo autônomo, precificador dos produtos e serviços oferecidos, tornado possível pelo ‘aceite’ do sistema da mão invisível.

Dessa forma, a ascensão do mercado suplanta a própria economia, pela autonomia que alcança, tomando para si a imposição dos preços; logo, descontextualizou o próprio sistema produtivo que o alimenta, o que representa a ‘reificação do mercado’ (MARX, 1982). No tocante à economia de mercado, assim coloca Coraggio:

A economia de mercado é vista, assim, como um intento transformador de separar a economia da sociedade. Da mesma maneira propomos ampliar as propostas da Economia Solidária e Social: se trata de construir outra economia para outra sociedade, não de propiciar comportamentos solidários isolados ou setorialmente articulados, que não se reproduzirão sem uma base institucional que os favoreça (Exemplo: a reciprocidade ou a solidariedade mudam de sentido quando se dão entre pessoas ou grupos assimétricos, economicamente desiguais. A solidariedade vira filantropia). (CORAGGIO, 2011, p. 02. [Tradução nossa]).

Coraggio (2000) defende uma ES que se baseie em uma economia do trabalho, a qual prevê a transformação do quadro atual de precarização no mundo do trabalho, sendo necessária para tanto, uma ação sócio-política planejada pela sociedade. Portanto, caberia a ela buscar formas de subsistência na economia doméstica, com a produção, o consumo e as trocas realizadas num mercado que não o capitalista, numa lógica que esse estudioso do tema denomina ‘reprodução ampliada da vida’.

Por outro lado, iniciativas de base popular limitadas a apenas uma expansão das atividades familiares, sem uma contextualização política, e caracterizada pela exclusão e ausência do sentido de cidadania, numa verdadeira ‘economia dos pobres’, funcionam no plano da ‘reprodução simples da vida’. A diferença entre as duas se dá no alcance de suas ações no espaço público: enquanto a primeira possui integração interna que lhe permite uma articulação com o ambiente externo, a segunda se subjeta à lógica que lhe é imposta. Uma busca suas possibilidades, a outra age sob determinadas contingências.

A busca por uma nova racionalidade, que não a estritamente econômica, também tem sido anunciada por estudiosos da ES, como Gaiger. Para ele,

é preciso deixar a percepção da vida como uma constante adaptação às circunstâncias e entender a própria atividade como uma força que pode criar novas situações e, mesmo, estabelecer o ritmo das transformações. Em termos mais concretos, trata-se de organizar as atividades segundo uma nova racionalidade, em vista de fins que não sejam a mera reprodução do presente. (GAIGER, 2000, p. 276).

As considerações de Gaiger (op. cit.) demonstram sua preocupação com os grupos sociais que se vinculam ao movimento da ES, sugerindo a eles que suas práticas de trabalho devem se libertar dos condicionamentos do capitalismo, as quais preveem um processo de realização de trabalho desumanizado, repetitivo, aos moldes de uma máquina. Trabalho que, libertado dessas amarras, também significa o aparecimento de novas oportunidades e de novos desafios.

Importantes se fazem as considerações de Gaiger (2006) relativas à posse coletiva dos meios de produção e à autogestão, pois essas formas que assumem as relações de trabalho conduzem a uma “dupla dialética”. Em primeiro lugar, a necessidade de reinvestimento em capital (máquinas, equipamentos e infraestrutura), proveniente de possíveis sobras (lucros) do empreendimento pode se contrapor a uma visão mais imediatista e individualista dos associados, ao optarem por dividir as sobras entre os mesmos. Conforme apontado por Gaiger (op. cit.), esse fato é denominado equilíbrio entre remuneração do capital e do trabalho.

Em segundo lugar, tem-se a questão do equilíbrio entre os ganhos coletivos e os benefícios exclusivamente individuais. Isso porque o aporte de trabalho e/ou produção de cada associado geralmente é diferente, o que, dependendo da atividade, pode ser perfeitamente normal.

É possível evidenciar o que está sendo dito na pesca artesanal, em que o volume pescado depende de condições diversas, relacionadas ao saber-fazer do pescador, sendo que aqui se considera apenas o efeito imediato da produção do pescador influenciado por sua própria ação, mas conforme já discutido, entendemos que existem outros fatores que influenciam – ou trazem consequências – para a produção do pescador. Cabe salientar que, nesse tipo de empreendimento, existe uma contribuição do associado sob a forma de fundo cooperativo, composto a partir da cobrança de uma taxa sobre o resultado das interações entre o empreendimento e seus integrantes. Logo, quando determinado associado receber maiores retornos, é sinal que também contribuiu mais para as sobras (se houverem) e para o referido fundo, o qual servirá para futuros investimentos ou qualquer outro destino acordado coletivamente.

Esses fatos, que demonstram um caminho de solidariedade grupal, se distanciam do individualismo e do imediatismo presentes em sistemas tradicionais de gestão (heterogestão), mas precisam, permanentemente, ser dialogados pelos cooperativados e/ou grupos de ES, para que seja superado o antagonismo entre capital e trabalho.

A organização e a sistematização da ES se dão justamente na interlocução entre o aperfeiçoamento das relações dos associados e as formas de gerirem seus meios de produção, compartilhando saberes e práticas patrimoniais. Mas é claro que, conforme relata Gaiger (2006), faz-se necessário que os trabalhadores tenham a compreensão de que o coletivo está vinculado ao seu projeto pessoal, no qual se identificam e refazem sua identidade. Por isso a importância de uma prática social integrada à teoria; resta saber, porém, qual teoria será utilizada para sustentar essa prática e vice-versa.

Em um outro sentido, aponta Tauile (2001), que um dos desafios a ser enfrentado pelos empreendimentos de ES é sua aproximação e participação no mercado, sem que isso transforme sua característica solidária em práticas tradicionais, como, por exemplo, o assalariamento. Nessa perspectiva de gestão dos empreendimentos, podemos acrescentar outros desafios, tais como: criar sistemas horizontais de gestão organizacional e de não concentração de poder.

Sob tal abordagem, manter a relação com o mercado tradicional parece representar a alternativa viável para os empreendimentos de ES, pelo menos considerando como uma fase inicial, por exemplo, quando ainda inexistente a formação de redes e cadeias solidárias entre estes empreendimentos. Quanto à adequação ao mercado como solução, mesmo que em fase transitória, assim comenta Tauile:

é preciso atender o mercado em termos da especificação do que é demandado, em quantidade suficiente, preço competitivo e qualidade assegurada, bem como diversificação do produto, serviços pós-venda, etc. Além disso é preciso dispor também de outras capacidades e competências econômicas indiretas à produção, tais como sistemas de financiamento ao produtor e crédito ao consumidor (entre outros). (TAUILE, 2001, p. 09).

Portanto, para Taiule, atender o mercado requer o atendimento de uma série de requisitos a fim de concorrer com outros ofertantes. Nessa linha de estudo, para os grupos de ES se manterem, é necessária a sua viabilidade econômica, dada através da conexão com o mercado, participando de um sistema no qual a concorrência é a contingência para a manutenção do grupo.

Em outro sentido, Mance (2003) segue o princípio da precaução, defendendo a criação de um mercado específico para a ES, em que predomine a combinação entre cooperação e competição, sendo que a forma e o conteúdo concreto desse mercado ainda estariam para ser definidos. Mance (op. cit.) defende a interação entre os grupos sociais de ES nas etapas de produção, distribuição e consumo, mas distanciados do mercado capitalista, organizando, então, a esfera econômica com base nos clubes de trocas e na criação de moedas sociais.

Esse mercado solidário representa uma rede cooperativa, formada por produtores e consumidores operando sobre novos princípios e estabelecendo vantagens cooperativas: o planejamento participativo, a complementaridade, a partilha e a solidariedade.

Por outro lado, Páteo (2008) defende que, para fazer frente às fragilidades das organizações vinculadas à ES, é necessária a articulação entre si, com o Estado e com o setor capitalista, o que não concordamos, pois agindo assim, não será possível a emancipação daquelas organizações.

Dentre as conclusões de Páteo (2008), advindas da análise das estratégias de inserção dos empreendimentos de ES no mercado e suas consequências, utilizando para tanto, posicionamentos de vários outros estudiosos da ES, salienta-se a estratégia de ser imprescindível que esses grupos, à frente de seus empreendimentos, se mantenham como alternativa ao sistema capitalista, independentemente do estágio de desenvolvimento em que se encontram.

Isso pode ser afirmado, devido à ainda incipiente proposta do movimento solidário e da atonicidade de sua matriz de participantes, de diferentes universos sociais

e econômicos. Nesse sentido, Páteo (op. cit.) compreende como fundamental a existência de redes formadas por empreendimentos de ES, que atue tanto no seu fortalecimento frente ao mercado convencional quanto na inserção em outros mercados não capitalistas e na constituição de um mercado próprio, aproximando-se da proposta de Mance (2003), relativa à importância da formação de redes no universo da ES.

Ressalta Páteo (2008) os benefícios de transformações sócio-culturais que geralmente ocorrem nos grupos de ES, as quais promovem novas formas de integração ao contexto social, econômico e ambiental onde estão inseridos.

Conforme Silva *et al.*, os empreendimentos de ES possuem as seguintes vantagens para seu desenvolvimento:

- constituição de um grupo coeso (o que não quer dizer sem conflitos) que pode aumentar a pressão política e o poder de negociação;
- reflexões conjuntas aprofundando conhecimentos e descobrindo as potencialidades locais;
- a união de várias famílias conduz à troca de experiências e combate o isolamento;
- o uso coletivo de recursos por parte dos membros da cooperativa pode aumentar o padrão tecnológico;
- a existência do grupo facilita a obtenção de recursos e a diversificação de atividades, o que pode significar emprego e aumento da renda familiar;
- o trabalho conjunto pode motivar e aumentar as responsabilidades individuais dos membros das cooperativas;
- o esforço coletivo no desenvolvimento de projetos pode criar um espaço de permanência e perspectivas para as gerações mais novas;
- e o revigoramento dos laços sociais e políticos de seus membros diminui o sentimento de dependência, exclusão e impotência que podem caracterizar populações menos favorecidas. (SILVA *et al.*, 2005, p. 09).

Outros benefícios ou vantagens competitivas dos empreendimentos de ES são descritos por Páteo (2008), tais como: maior grau de compromisso e esforço dos envolvidos e ausência do lucro (refletindo-se em preços mais baixos ou maior investimento). Da mesma forma, a possibilidade potencial de formarem redes solidárias representa outra vantagem.

Conforme o que temos exposto, podemos compreender que não existe terreno comum quando se trabalha com a temática da ES. Existem limites e desafios a serem superados pelos grupos envolvidos com esse fenômeno social, assim como para seus apoiadores, sejam do setor público ou privado. No entanto, Carleial e Paulista (2008) comentam que, apesar de existirem evidências quanto à heterogeneidade na concepção e



ação de ES, é possível citar algumas características comuns que podem assim ser resumidas:

objetivo de produzir um bem ou serviço de modo sustentável e sem ter por finalidade o lucro; gestão independente do Estado; estruturas associativas; processo decisório democrático com ênfase na participação e na cooperação, assim como primazia das pessoas e do trabalho sobre a remuneração do capital. (CARLEIAL e PAULISTA, 2008, p. 04).

Resta saber se, com a construção dessa história (da ES) não estaria sendo romantizada a prática humana e que, sendo assim, não fluiria a ponto de atingir realmente um processo emancipatório?

Nesse sentido, por ser a ES composta de indivíduos que são parte da sociedade, uma proposta de ação que não discute o modelo de sociedade, onde residem instituições fundamentais, como o sistema educacional, o sistema jurídico-legal e o sistema econômico que, por sua vez, têm sido usados como instrumentos do capital, representaria uma proposta limitada de emancipação.

Caracterizamos como limitada no sentido de fazer uma crítica ao movimento da ES, de acordo com nossa proposta metodológica fundamentada no marxismo; portanto, no entendimento da dialética enquanto uma contínua contradição – como parte da existência e prática humana.

E ainda, ao classificar o movimento da ES como uma possibilidade ‘limitada’ para a emancipação humana, não quer dizer que o taxamos como impossível, pois diferentes grupos sociais têm conseguido melhorar suas condições de vida pelo apoio mútuo, formando redes de trabalho associado, e mais do que isso: pela constituição da vida desenvolvida em rizomas humanos igualitários.

Não é nossa proposta fazer uma crítica que desconstrua a esperança, com tendência ao fatalismo, algo criticado por Freire (1987), ao analisar indivíduos críticos, integrados a uma esquerda sectária, para quem o futuro já está pré-determinado, esperando apenas que ele se instale.

A ES é um movimento que intenta mudar a compreensão fetichista que existe em direção à mercadoria e ao dinheiro e às relações preconizadas por eles, que os tornam maiores que os próprios homens, seus criadores, escravizando-os. E é esse fetichismo atribuído a coisas que distancia os humanos e divide-os em classes opressoras e oprimidas, além de obscurecer a importância da natureza para a vida humana.

Marx explica o fetichismo da mercadoria<sup>66</sup>, ou seja, seu sentido metafísico a partir de uma análise do trabalho nela contido.

A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. (MARX, 1982, p. 80).

O valor das mercadorias é dado pela quantidade de tempo de trabalho necessário a sua produção, embora existam diferenças entre a qualidade e a quantidade de dispêndio de trabalho para produzi-la, o que depende do desenvolvimento das forças produtivas. Mas, no mercado, as mercadorias assemelham-se ao mesmo tempo em que escondem as diferentes maneiras de aplicação do trabalho humano, assim como escondem as relações estabelecidas no processo de produção. O processo e as relações sociais de produção tornam-se invisíveis e o que transparece nesse mercado é o resultado do trabalho, as mercadorias, que dão valor ao trabalho; portanto, nelas está contido, mesmo que ‘fantasmagoricamente’, o trabalho.

E o fetiche nasce disso, quando o resultado, o produto das mãos humanas, ganha vida própria, e as relações humanas passam a ser relações entre coisas. Isso sucede da transformação do valor de uso que as mercadorias possuem para outro, que não seu produtor, o qual lhe determina um valor de troca, como já comentamos.

E assim conclui Marx:

a estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento. (MARX, 1982, p. 88).

Portanto, uma proposta de ES que não vislumbre a totalidade em que está inserido esse fenômeno social, em suas relações sociais, econômicas e ambientais, pode lhe conduzir a ser apenas um fenômeno que, apesar de auxiliar pessoas

---

<sup>66</sup>Retornamos ao tema do fetiche da mercadoria, mesmo que já abordado em seção anterior, no intuito agora de conduzir nossa discussão acerca do fenômeno material social da ES em sua escala microcósmica.

marginalizadas/oprimidas, não conseguirá superar o sistema causador dessa marginalização/opressão. E, assim sendo, a vitória é parcial e limitada.

### **5.3 Algumas considerações sobre as contradições que se apresentam ao movimento da economia solidária em sua relação com o Estado**

Existem desafios a serem enfrentados e superados para que políticas públicas consigam estabelecer um processo emancipatório conforme dispostos nos princípios da ES. Para tanto, segundo salienta Praxedes (2009), se trataria de provocar mudanças nos parâmetros ideológicos, além de transformar a apropriação do uso dos recursos públicos pela sociedade. Ou seja, além de representar a luta dos trabalhadores associados em favor de sua emancipação, enquanto humanos, a ES tem como princípio a luta pela democracia e participação popular na economia em sua totalidade.

Além de tais princípios, a ES também problematiza as formas hegemônicas de apropriação da natureza, que, no caso dos trabalhadores/pescadores artesanais, lutam pela preservação de seu ambiente de trabalho, que é a própria natureza.

Por isso, conquistar espaço no Estado tem sido uma meta para os defensores da ES, tanto em nível federal, quanto estadual e municipal. Os movimentos sociais alinhados a tal proposta entendem que a força de sua luta está justamente em sua integração, enquanto luta de indivíduos que reivindicam uma sociedade igualitária, verdadeiramente humana. Para isso, ocupar espaços políticos se torna imprescindível enquanto estratégia de ‘participar no Estado’, conforme salienta Praxedes:

O movimento social é fundamental na consolidação de uma política de caráter democrático e amplia a cidadania da população. Este esclarecimento é necessário em razão da dificuldade que existe na institucionalização de uma política pública de caráter popular. Esta se consolida a partir de articulações em diversos campos institucionais e do acúmulo de forças em diversos campos de luta, como o Poder Legislativo, o Executivo e os movimentos sociais, sendo que estes exercem a função fundamental de pressionar os diversos segmentos e dar legitimidade às demandas. (PRAXEDES, 2009, p. 58).

Segundo ponderação de Praxedes (op. cit.), é na esfera municipal que pode ser observado um maior número de investimentos na ES. Já na esfera federal, outros programas ou fundos têm apoiado iniciativas de ES, como o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Numa perspectiva de incentivo à ES pelas políticas públicas, Praxedes (op. cit., p. 57) comenta que “significa o reconhecimento de novos sujeitos sociais e novos

direitos de cidadania, o reconhecimento de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, propiciando acesso aos bens e recursos públicos”. Dessa forma, o fomento à ES através de políticas públicas corresponde a uma nova proposta de desenvolvimento, considerando o acesso democrático e autônomo às políticas públicas para o desenvolvimento social.

No entanto, levando em conta que reside aí uma proposta emancipatória para grupos excluídos social e ambientalmente, trazemos as considerações de Demo (2004), no sentido de que seja criada alternativa real para a emancipação desses grupos, ao serem implementadas políticas públicas de caráter sociais, mesmo que praticando a assistência, mas por período planejado e restrito.

Esse pensador ressalta a importância de não se trilhar o caminho do assistencialismo, mantenedor das desigualdades sociais e que em nada modifica as relações de poder na sociedade. A importância da distinção entre assistência e assistencialismo é primordial para que sejam reais as possibilidades de emancipação humana. Segundo Demo (op. cit., p. 31), “a meta da assistência é assistir, obviamente, mas, sempre que possível, deve-se assistir de tal forma que se favoreçam atividades de produção e participação”.

Temos presenciado políticas assistenciais emergenciais sendo adotadas para beneficiar os trabalhadores/pescadores do estuário da Lagoa dos Patos, por exemplo, quando ocorrem safras de pesca frustradas. A distribuição de sacolas de alimentos para as famílias de trabalhadores/pescadores é proposta recorrente, justificável como medida emergencial, é claro, mas as causas da ocorrência das safras frustradas não são debatidas, apesar de já haver o conhecimento de que elas decorrem de ações antrópicas e/ou devido a condições de ordem natural.

Além disso, a previsibilidade de tais frustrações nas safras não tem sido acompanhada de uma discussão que conduza à busca por novos caminhos para o setor pesqueiro artesanal, com a participação efetiva dos diretamente afetados. O que se percebe é uma recorrência de medidas compensatórias emergenciais, como o exemplo citado das sacolas de alimentos, e o ocorrido no ano de 2010, quando houve quebra de safra de camarão (crustáceo importante para a formação da renda do trabalhador/pescador da região) e, através do Fórum da Lagoa dos Patos, foram concedidos dois meses de acréscimo de seguro-desemprego aos pescadores. Mesmo sendo medidas acordadas no âmbito desse fórum, composto por várias organizações e

representantes da pesca, acabam tendo um caráter compensatório, até mesmo pelo ganho político almejado por alguns.

Portanto, tornar possível uma gestão, tanto no sentido público de uso dos recursos naturais quanto no sentido do empreendimento, “pelos” e “para” os trabalhadores, representa um paradoxo a ser desvelado. Se, por um lado existe a possibilidade de se conquistar a emancipação dos trabalhadores através de uma outra economia, como é o caso da ES, pode ser que a aproximação com o sistema de mercado gere um antagonismo entre o ideal e o real.

Sendo assim, compreendemos que o caminho para formar coletivos de trabalho (e/ou gestão), seja na doutrina cooperativista ou nos princípios da ES, está sendo construído dialeticamente numa conjunção de forças que se contrapõem ao sentido de dominação do ser humano pelo sistema de mercado. Da mesma forma, não existe um caminho, um ponto de chegada, assim como não existem métodos padronizados, mas sim uma concordância sobre o que “não se quer”.

Quanto ao tema do financiamento, pelo Estado, aos grupos de ES, existe a preocupação de que ele (Estado), enquanto principal fonte de recursos, se ausente por alterações na condução de suas políticas públicas, seja por mudança no quadro ideológico ou até mesmo devido à orientação dada pela personificação na condução das políticas públicas. Quando ocorre essa personificação, ou seja, quando as políticas efetuadas dependem de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, em caso de seu afastamento, termina a política pública.

Por isso, um caminho a ser trilhado, precisa, em nosso entendimento, ser o da transformação de políticas públicas de caráter governamental em Políticas de Estado, a fim de garantir a continuidade de projetos e programas, como os de ES, que são complexos, pois envolvem propostas de transformação da consciência enquanto reflexo da realidade que se apresenta aos indivíduos. Realidade que, por sua vez, é mediatizada por relações capitalistas de segunda ordem, conforme entendimento que trazemos de Mézáros (2003; 2007).

Como exemplo de descontinuidade de políticas públicas, lembramos o Programa RS/Rural/Pesca Artesanal, o qual não teve continuidade devido à mudança ideológica do governo que lhe sucedeu. Cabe lembrarmos que o referido programa representou um processo desencadeador de uma série de movimentos que possibilitaram reforçar o espaço sócio-político da pesca artesanal, na medida em que, em sua proposta,

trouxe aspectos de cunho solidário e de geração de trabalho e renda, e fomentou a cooperação entre os participantes.

Mas, depender da ação do Estado para constituir uma outra economia que não a capitalista requer algumas considerações acerca do papel que o mesmo tem desempenhado, e o qual vimos problematizando ao nos aproximarmos da compreensão do marxismo materialista enquanto referencial desta tese.

Os grupos sociais que geralmente se inserem no movimento da ES e que se encontram marginalizados/oprimidos fazem parte da massa de despossuídos de meios de produção e excluídos por um mercado que, no início da década de 1970, promoveu profundas transformações nas relações capital-trabalho. Tais transformações surgiram da necessidade de uma nova adaptação do capitalismo, ao se deparar com suas próprias contradições; neste caso, a crise do modelo de produção em massa (fordista/taylorista) dependente do keynesianismo de Estado, e a ascensão do toyotismo, altamente poupador de força de trabalho, à medida que intensifica a mecanização e a automação de processos produtivos, no intuito de adequar a produção ao nível quantitativo do consumo. Isso na tentativa de evitar novas crises de superprodução, inerentes ao capitalismo, como já comentado em outra seção desta tese.

Alterar a realidade da luta de classes que se acirra nesse contexto recente da história humana, a qual se espalha pelo mundo, que se capitaliza, não é tarefa fácil. O estado como ator social com a incumbência de eliminar as desigualdades e promover o bem-estar de toda a sociedade, tem sido conivente com a ordem do capital, causadora da marginalização/opressão.

Quijano (2012, p. 484) alerta que, nas últimas décadas do século XX, “para os ideólogos do capitalismo os trabalhadores marginalizados converteram-se em ‘pobres’ e a sua vasta população transformou-se no conjunto dos socialmente excluídos”. O que representa, no entendimento do pensador, uma forma de mascarar a realidade de aumento do número de marginalizados/oprimidos, ao ganharem uma conotação mais socialmente aceita, de ‘excluídos’, porém sem problematizar o que causa tal exclusão.

Por isso, apesar dos avanços obtidos pelo movimento da ES no Brasil, por ser ele um estado capitalista, apresenta limites ao processo de emancipação de seus marginalizados/oprimidos. Nesse sentido, deve se tomar cuidado para que não seja criado um ‘zoneamento produtivo’, cuja determinação não é dada pelo espaço geográfico, mas sim pelo ‘espaço’ que cada parte, solidária ou capitalista, ocupa na economia.

Resta saber se essa forma – a economia solidária – assumida como luta de classes, entre trabalhadores da ES e capitalistas, poderá suplantar o capitalismo e suas formas de agir concebidas na cultura ocidental e, ao suplantá-lo, alcançar a emancipação real do ser humano.

Se analisarmos o que foi recém-exposto sobre a ES, na perspectiva da luta de classes, conforme anunciado por Marx no século XIX, quando comentava a distensão entre capital e trabalho, percebemos que, no correr do tempo histórico que nos separa de sua obra, o sentido de revolução tem se alterado<sup>67</sup>. Isso é relevante para compreendermos a proposta da ES que expomos a partir dos estudiosos desse fenômeno, os quais parecem concordar que a ES represente uma possibilidade para se alterar o quadro, que é crescente, de marginalização/opressão/exclusão que o sistema capitalista tem causado.

Para Quijano (2012), o já citado Fórum Social Mundial, em suas várias edições, tem difundido o slogan: “Um outro mundo é possível”, o que expressa bem a mudança de orientação da distensão entre capital e trabalho, travada por ‘uma outra’ forma de luta de classes, alterando, então, a forma de ‘resistência’ para a ‘busca de alternativas’.

Nesse ínterim, salientamos ainda o que Quijano (op. cit.) comenta sobre a ES enquanto modelo alternativo ao capitalismo, mas que surge de dentro desse sistema. Diz ele:

não basta a presença da solidariedade como código ético do comportamento das pessoas de uma determinada entidade para que esta possa ter a vitalidade e a viabilidade necessárias para se tornar um modo alternativo de produção tão poderoso, flexível e de comprovada capacidade de adaptação como é o do capital e o do capitalismo. Se isto bastasse, a história humana seria, provavelmente, muito diferente há milhares de anos. E é, contudo, também demonstrável, em particular segundo as informações dos capítulos que compõem este volume [obra organizada por Boaventura Souza Santos: “Produzir para viver”], que a ausência de solidariedade debilita o esforço de manter a vitalidade de um exercício alternativo. (QUIJANO, 2012, p. 489, [Inserção nossa]).

Portanto, enquanto emergem na sociedade movimentos que se mostram contrários ao modo de produção capitalista, pelos efeitos nefastos que causam à vida de crescentes contingentes da população humana – cabe destacar os efeitos ocasionados sobre a matriz ecológica do planeta –; formados por apoiadores de vários setores de

---

<sup>67</sup>Para uma leitura desse processo de transformação do marxismo durante o século XX, ver o texto de Perry Anderson “*Considerações sobre o marxismo ocidental*” (1989).



base sociais que se somam aos marginalizados, despossuídos, pobres; por outro lado, são estas as mesmas pessoas, mas com outras denominações, que Marx, em sua época, já defendia contra o sistema opressor do capital. Na época, conforme já referido, tratava-os Marx como ‘alienados’, ao se referir aos trabalhadores que sofrem as consequências da exploração de sua força de trabalho e do reflexo causado em sua subjetividade.

Portanto, cabe sublinhar que desvios na forma de sentir a realidade podem desencadear miopismos e servir ao próprio sistema que se quer combater, apesar de que algumas propostas do campo teórico em formação da ES, segundo visto, não aborda a luta de classes, mas apenas uma melhor sobrevivência dos oprimidos em relação a seus opressores.

Exemplo disso é a conivência de cientistas sociais com o sistema capitalista, quando produzem seus estudos baseados em uma realidade aparente (sensível) que, na verdade, auxilia esse sistema a manter e refinar sua dominação e criar formas de cooptação, na medida em que redireciona “boa parte das energias sociais com potencial contestador e transformador para uma perspectiva de cooperação” (TREIN, 2007, p. 131).

São essas considerações acerca da realidade social que fazem de Mészáros (2007) um pensador crítico enfático, ao orientar para a compreensão de que a desigualdade estrutural provocada pelo sistema do capital está estabelecida, e que isto representa uma âncora, a qual não permite mudanças fáceis. Portanto, os grupos de ES enquanto produtores associados, se, por um lado detêm as condições de superar o capitalismo, por outro, compreendemos que a atual fase de dependência de políticas públicas para sua sobrevivência enquanto fenômeno social em movimento, não apresenta tais condições concretas, viabilizadoras da emancipação humana.

Assim entendemos, ao nos embasar na literatura que aborda a ES de uma forma geral, ou seja, quando trata da totalidade do movimento; no entanto, ao pretendermos focar nosso estudo em apenas um grupo, no caso, o grupo de trabalhadores/pescadores da APESMI, em sua realidade cotidiana, integrada à proposta da ES, sabemos que os trabalhadores em questão realizam uma série de práticas humanas dotadas de sentido social. Porém, trata-se ainda de atividades *em si*, porque se situam – ou são mantidos – à margem dos mecanismos de acumulação e de poder.

Em nosso estudo, o que buscamos apreender não é uma compreensão potencial do futuro do Projeto Rede ou de qualquer outro que se organiza e se sistematiza em

torno das características da ES, mas sua função social realizada na atualidade e, especificamente, dentro das limitações do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, ressaltamos que as relações entre a ES e outras formas de organizações que se dizem ou se apresentam como solidárias nem sempre estão nítidas, mas antes estabelecem e evidenciam distintas funções sociais.

Lenin (1980) lembra-nos de lições históricas a respeito das determinações que perpassam as pequenas produções, como a dos trabalhadores/pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos, que precisam estar inseridas no mercado capitalista:

porque em qualquer país capitalista existem sempre, ao lado do proletariado, extensas camadas de pequena burguesia, de pequenos proprietários. O capitalismo nasceu e continua a nascer, constantemente, da pequena produção. O capitalismo cria o novo, infalivelmente, toda uma série de “camadas médias” (apêndice das fábricas, trabalho a domicílio, pequenas oficinas discriminadas por todo o país em virtude das exigências da grande, por exemplo, indústria de bicicletas e automóveis, etc.). Estes novos pequenos produtores veem-se por sua vez lançados, também inevitavelmente, nas fileiras do proletariado. É perfeitamente natural que a mentalidade pequeno-burguesa irrompa repentinamente nas fileiras dos grandes partidos operários. (LENIN, 1980, p. 46).

A passagem citada de Lenin (op. cit.) nos leva a pensar que, no momento em que se apregoa a autonomia do Projeto Rede, enquanto integrador de formações sociais de trabalhadores/pescadores, com vistas a superar as contradições do capitalismo, é que se avança na subordinação desses trabalhadores e suas organizações ao capitalismo.

Isso traz, novamente, a reflexão do papel social do Projeto Rede, principalmente sob a atual coordenação do NUDESE/FURG, realizada por intelectuais orgânicos da universidade, no sentido de pensarem e criarem alternativas com saberes críticos, transformadores e emancipatórios, a fim de que não se conservem, no interior dessas organizações (Projeto Rede – NUDESE – associações e cooperativas de trabalhadores/pescadores), concepções e atuações limitadas de avanço, pois, caso contrário, as associações, as cooperativas e a própria ES não serão apenas incapazes de competir contra as grandes empresas, mas também de amenizar a precariedade da vida dos trabalhadores/pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos.

É nesse sentido, então, que afirmamos a partir deste estudo, que o Projeto Rede, enquanto proposta de organização de trabalhadores/pescadores artesanais, e enquanto processo associativo cuja compreensão de ES, que não pode ser sentida como um fim em si mesma, mas como uma ferramenta que tanto pode servir para ampliar a

consciência dos trabalhadores e, dessa forma, sua luta, quanto para fazer recrudescer os interesses do capital.

Para ter uma função social, o Projeto Rede, o que inclui, em sua totalidade, o NUDESE/FURG e os trabalhadores/pescadores artesanais, precisa ter uma função social contestadora; essa organização coletiva demanda ser capitaneada pelos interesses dos trabalhadores e, dessa forma, necessita servir a um movimento político que a subordine. Um movimento de emancipação humana.

Na próxima seção, pretendemos aprofundar os limites e os desafios que se apresentam aos trabalhadores/pescadores da APESMI e, na medida do possível, apontar algumas medidas que possam auxiliar em seu processo emancipatório. Conforme comentado, ao seguirmos o método marxista, partimos, no presente momento da tese, para um retorno aos nossos sujeitos de pesquisa, após ter emergido na totalidade de seu local de trabalho e vivência e das relações estabelecidas ao realizarem sua prática humana de pescar.

## 6. As práticas e as contradições que emergem das relações APESMI / Política Pública - Projeto Rede

*A pobreza, de problema imaginário, genuinamente social, passa a ser explicada por uma derivação, como ausência de uma qualidade política, estatal. (MARX, 2005, p. 16).*

*Assim, como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 1983, p. 25).*

As duas epígrafes desta seção é para trazermos à reflexão um tipo de pobreza engendrada, para além da falta de dinheiro e poder, como dois bens escassos para o trabalhador que vive de seu trabalho. A pobreza, que de alguma forma circunda a iniciativa de todos os envolvidos no Projeto Rede, com suas práticas e contradições, próprias das relações que se desenvolvem entre entes sociais.

Nas relações travadas entre a APESMI e a política pública financiada pelo estado burguês materializada no Projeto Rede, com perspectivas sociais, não podem ser desenvolvidas dentro de processos que possam suscitar nos sujeitos desse projeto o sentimento de “repressão do acesso às vantagens sociais”, parafraseando Pedro Demo (1988, p. 10) em sua obra “*Pobreza política*”. Denotando, com isso, que faz parte da dinâmica dialética da sociedade, que se divide entre aqueles que concentram privilégios e aqueles que trabalham para sustentar os privilégios dos outros.

Ser pobre nesse sentido não é apenas não ter, mas ser coibido de ter. Nas epígrafes, Marx sugere que pobreza é, em sua essência, repressão, ou seja, resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens.

Assim, nesta seção, no momento em que vamos encaminhando uma parada, mesmo que temporária, do movimento do fenômeno em estudo, onde ao mesmo tempo em que vamos nos distanciando de nossos sujeitos e objetos de pesquisa, deles nos aproximamos pelo grau de abstração que realizamos, possibilitado pela orientação do método dialético marxista para as análises das informações coletadas.

Ao parar no caminho, iniciamos o processo de exposição do que foi apreendido, compreendido nessa pesquisa. E o retorno do concreto sensível agora na

totalidade possível de seu conhecimento, como então, o concreto lógico. Exposição esta, que se iniciou desde a escrita das primeiras linhas desta tese.

Com as características do método concebido e usado por Marx, no estudo que resultou em sua obra máxima – *O Capital* –, quando integra as categorias do Materialismo Dialético, do Materialismo Histórico e da Economia Política, como processo de identificação, análise, e compreensão das contradições existente na sociedade inglesa da metade do século XIX, nós também, nessa tese doutorável, não vamos apresentá-la como parte de chegada da pesquisa, mas como Marx, estamos apresentando-a como ponto inicial para novos e outros estudos.

Sobre isso, Marx (1982, p. 16 [inserção nossa]) manifesta-se dizendo: “Se isto se consegue [a apreensão dos detalhes dos fenômenos e suas conexões], ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori”, mas, muito pelo contrário, constitui-se no estudo sério e persistente de abstrair do fenômeno a sua essência e seu fundamento ontológico.

Assim, chegamos a esta seção na qual preparamos uma exposição que trata especificamente de nosso tema de estudo, depois de ter efetuado a contextualização sócio-histórica da pesca e dos pescadores nas seções anteriores. A partir deste ponto trataremos do fenômeno em si, fundamentado na teoria que nos apoia, e no que nos foi possível até o momento apreender de ambos, do fenômeno e da teoria.

Procuramos deixar claro já no título que demos a esta seção, qual é a nossa pretensão, na medida em que entendemos a ‘contradição’ como a categoria do movimento, princípio da dialética, e por isso, sua importância para nossa proposta de tese. Quando expusemos, na seção que tratou da pesca em si – seção 2 dessa tese – e mais especificamente a pesca artesanal do ELP, trouxemos em nossa investigação algumas contradições que permeiam esse ambiente, por exemplo, quando abordamos as contradições da legislação pesqueira local em relação a arte de pesca do aviãozinho usada na captura do camarão, a qual, apesar de legal, causa grande mortandade de peixes.

Agora, cabe aqui apresentar as contradições que existem, em nosso entendimento, nas conexões entre os fenômenos internos e suas relações com fenômenos externos que ocorrem na interface entre o Projeto Rede e a APESMI (em particular), sendo que no andamento do Projeto Rede foram desenvolvidas práticas a fim de atender aos objetivos emancipatórios das organizações de trabalhadores/pescadores artesanais do ELP, e dentre estas, a APESMI.

Resta-nos saber, já atendendo a nosso objetivo, se tais práticas promoveram realmente a emancipação – ou auxiliaram na construção de um processo emancipatório – dos trabalhadores enquanto trabalhadores/pescadores que buscam por meio de outra forma, a socializada, exercer práticas criativas de trabalho produtivo. Em nosso estudo pudemos constatar pela leitura que fazem da realidade, que estes trabalhadores vinculados à APESMI entendem que o trabalho socializado representa uma forma de superar a crescente precarização de sua existência, enquanto trabalhadores da pesca artesanal da região do ELP, oprimidos que são pelo sistema do capital.

Com nosso caminho de investigação, estamos compreendendo, até esse momento, que não existem respostas ou receituários pré-determinados que possam romper a opressão que estrutura a realidade vivida por estes trabalhadores da pesca artesanal.

Cabe, nesse momento, de propor o ponto de chegada desta tese como ponto de partida, indicando que uma boa quantidade de material e informações sobre o movimento do Projeto Rede continuam disponíveis para pesquisa. Este material encerra, principalmente o tempo da coordenação do NUDESE, o qual para nosso estudo, permitiu uma efetiva averiguação das práticas realizadas enquanto Projeto Rede.

Por outro lado, lastimamos a falta de material para pesquisa sobre o Projeto Rede em sua primeira fase de existência. Esse período reflete na falta de documentação sobre as práticas realizadas na época, por sua direção dar mais ênfase a ações pontuais de resultado imediatistas e sem registro.

A busca de realizações em detrimento de um planejamento e relatório reflexivo sobre as ações realizadas, como forma de avaliação do projeto, pode estar relacionado às características dos integrantes da coordenação. Sendo eles considerados por nós como intelectuais orgânicos provenientes de movimentos sociais, mas com forte aproximação com a pesca artesanal. Parece-nos que seus interesses estavam mais voltados a atender as necessidades dos trabalhadores/pescadores artesanais, do que teorizar sobre suas próprias práticas.

A complexidade que envolve o tema requer estudos comprometidos com a verdade, e ao mesmo tempo em não reduzir o fenômeno, apresentando apenas sua aparência somente como concreto sensível, o que não permitiria identificar sua essência, isto é, sua realidade como um conjunto concreto de múltiplas determinações, tal qual nosso objetivo se propõe.

Por ora, cabe retornar às palavras de Konder (2008) já citadas na seção “Metodologia” desse estudo, em sua compreensão da dialética, que ocorre a partir do modo de pensarmos as contradições da realidade, como movimento que é inerente a toda matéria, seja ela organizada como um fenômeno material natural ou mesmo como um fenômeno material social.

O que também nos faz lembrar de Tsé-Tung (2008), que entende que as contradições representam o desenvolvimento dos fenômenos e, na unidade dos contrários, o desenvolvimento dos fenômenos é determinado pelas suas contradições internas. Sobre isso, assim diz este pensador:

Na sociedade, as mudanças devem-se principalmente ao desenvolvimento das contradições que existem no seu seio, isto é, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, a contradição entre as classes e a contradição entre o novo e o velho; é o desenvolvimento dessas contradições que faz avançar a sociedade e determina a substituição da velha sociedade por uma nova. (TSÉ-TUNG, 2008, p. 43).

Com Mao Tsé-Tung, resgatamos a estrutura de nossa sociedade, na unidade e luta dos contrários: forças produtivas e as relações sociais de produção, como síntese do modo de produção capitalista, como forma sucinta de reavivar o método de Marx, suporte teórico-prático do desenvolvimento de nosso estudo na busca de desvelar o movimento realizado pelas superações das contradições que se desenvolveram no fenômeno que investigamos.

Pensamos ser de melhor apreensão se dividíssemos nossa exposição conforme cada fase do Projeto Rede. Para isso, utilizamos a contribuição de estudos já efetuados sobre este projeto e sobre os trabalhadores/pescadores da APESMI. Cabem aqui, ainda, algumas considerações sobre como o estado brasileiro tem exercido sua prática, principalmente a partir da criação da SEAP, no ano de 2003, com suas políticas públicas, e sobre o NUDESE/FURG, sendo este núcleo o coordenador das últimas atividades do Projeto Rede, finalizadas em dezembro de 2012.

## 6.1 Práticas e contradições das políticas públicas para a pesca artesanal a partir da SEAP e MPA: o associativismo e o cooperativismo

Como relata Azevedo (2012), desde a criação da SEAP, foram realizadas três conferências nacionais de pesca e aquicultura, nos anos de 2003, 2006 e 2009, precedidas de reuniões estaduais, das quais foram escolhidos delegados como representantes das regiões e dos estados da federação para participarem da plenária nacional. Os resultados destas conferências têm servido até então de base para as ações promovidas pela SEAP, e também, pelo MPA.

As políticas públicas recentes para a pesca artesanal têm se pautado no fomento para a formação de associações e cooperativas. Com ações nesse sentido iniciadas com a SEAP, que tinha em sua estrutura organizacional a Coordenação-Geral de Cooperação, Articulação Institucional e Promoção do Cooperativismo, onde logo depois, com o MPA, foi criada a Coordenação-Geral de Assistência Técnica, Capacitação, Associativismo e Cooperativismo da Pesca e Aquicultura.

Esse incentivo ao associativismo e ao cooperativismo nasceu da 1ª Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, ocorrida em 2003, em Brasília, depois da realização das conferências estaduais, que buscou subsídios para a plenária nacional, levando 953 delegados à capital do país, sendo estes delegados (representantes do setor pesqueiro) escolhidos democraticamente nas plenárias estaduais.

Extraímos o excerto a seguir da resolução da 1ª Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura para podermos avaliar a forma como a SEAP estaria representando o estado nos investimentos na pesca:

O papel do estado, por meio da Seap/PR, será fomentador, investindo na modernização da cadeia produtiva da aqüicultura e pesca, estimulando parcerias com os estados e municípios e incentivando o **cooperativismo e o associativismo**. Terá como meta dotar os setores da aqüicultura e pesca de infra-estrutura de suporte das atividades que contemplem não só o incentivo à criação de indústrias modernas de beneficiamento do pescado, construção de entrepostos e frigoríficos, ampliação, renovação e modernização da frota pesqueira, como também o apoio à exportação e comercialização interna. (BRASIL, 2003, p. 01. Grifo nosso).

Nota-se o compromisso do estado brasileiro com a criação da SEAP, de fomentar o associativismo e o cooperativismo. Também, no texto acima, fica claro o compromisso do estado com o setor empresarial capitalista da pesca, representado pela



indústria de beneficiamento de pescado e o setor de captura (embarcações e equipamentos).

Cabe salientar que a criação da SEAP se deu sob forte empenho do setor pesqueiro do estado de Santa Catarina, estado este de maior desenvolvimento da pesca industrial do país, o que pode ter contribuído para sua orientação desenvolvimentista, em ampliar a produção pesqueira, por exemplo, tendo como meta inicial aumentar o volume pescado do oceano em 30% no período de três anos, isto é, até 2006 (BRASIL, 2003), embora, como já apontamos, os cardumes da costa brasileira já estejam sendo explorados para além de seu poder de reprodução.

Na 2ª Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, ocorrida também em Brasília no ano de 2006, teve ampliado o número de delegados, portanto de representantes do setor pesqueiro, isso como fruto da criação e das ações promovidas pela SEAP, que demonstrava interesse político de virar ministério. Foram eleitos, nas conferências estaduais, 1515 delegados, e teve como tema a “Consolidação da política nacional de aquicultura e pesca” (AZEVEDO, 2012).

Se na primeira conferência de nível nacional um dos resultados foi a construção da meta que previa uma maior organização dos trabalhadores da pesca artesanal, esta meta não mais existiu a partir da segunda conferência. Surgindo como meta, o associativismo e o cooperativismo para integrar os grupos de trabalhadores/pescadores artesanais que já se encontrassem organizados, prevendo apoio a estes no processo de comercialização de sua produção.

E é nesse íterim que foi criado o Projeto Rede, não mais com orientação de organização dos trabalhadores/pescadores artesanais no sentido de proporcionar ações de formação deles enquanto categoria de trabalhadores da pesca, e sim, por meio da comercialização, promover uma rede de cooperação entre estas organizações.

Por esse motivo, notamos que sua constituição se organiza num contexto político de busca por resultados, com prioridade aos aspectos quantitativos, de aumento da renda dos trabalhadores/pescadores artesanais na medida em que, a partir do fomento à participação em programas federais, como o Fome Zero, tivessem esses trabalhadores uma oportunidade de se aproximar do consumidor final de seu produto, eliminando intermediários. Tudo isso, dentro da política de apoio à cadeia produtiva do pescado, a qual tinha como uma de suas metas “criar e desenvolver programa de capacitação para comercialização direta do pescado oriundo da pesca artesanal e aquicultura”. (BRASIL, 2003).

Na 3ª Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, ocorrida também em Brasília no ano de 2009, trouxe, pelo menos em seu texto (BRASIL, 2009b), resultados do aprendizado da realidade da pesca na medida em que pontuou de forma mais precisa as demandas dos trabalhadores da pesca artesanal, exprimindo uma mensagem de que conhece os desafios que enfrentam para prover sua existência. Para isso entendendo que o cooperativismo e o associativismo é uma forma premente de superar tais desafios. Sobre este tema, contribui Azevedo (2012) ao analisar os resultados desta conferência:

No que diz respeito às perspectivas para o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola, aponta para a pesca artesanal a necessidade de melhoria na cadeia produtiva, visando eliminar o atravessador de forma a que os pescadores retenham maior renda, principalmente pelo fortalecimento do cooperativismo e associativismo. (AZEVEDO, 2012, p. 211).

Nota-se, a partir do relatado por Azevedo (op. cit.) que apesar de seis anos terem se passado desde a primeira conferência nacional, perpetuam-se os mesmo problemas, o que, em nosso entendimento, já era previsto, ao nos embasarmos em que a pesca artesanal se inseri num sistema maior – o sistema capitalista, historicamente pautada na exploração do trabalho humano e da natureza. Longa história de exploração que tem tido o apoio do próprio estado brasileiro como ente protetor de suas feições, e, por conseguinte, da SEAP/MPA. Logo, transparece a contradição entre o estado que promove o desenvolvimento da classe capitalista da pesca, e por outro lado, visa defender os interesses dos trabalhadores que dela vivem.

Assim, fundamentado no que já expusemos sobre a situação atual dos recursos pesqueiros e a forma de exploração dos mesmos, temos a convicção de que não é possível atender às duas classes, pois dependem os trabalhadores das condições da natureza (existência das espécies de pescados), que é amplamente degradada pela classe proprietária do capital no setor pesqueiro. Isto é, o crescimento – que é quantitativo, e que se sustenta no aumento da produção e na produtividade – desta classe capitalista da pesca, dificulta, ou mesmo, impossibilita o desenvolvimento dos trabalhadores da pesca artesanal.

Portanto, o problema não é a cadeia produtiva em si, é a sua forma, isto é, produzir alimento em massa, e o seu conteúdo, que trata o peixe como matéria-prima da indústria. Essa cadeia produtiva, não esquecemos, é capitalista. Para mudar a realidade do trabalhador/pescador artesanal, que é precária, é necessário idealizar e realizar uma

outra cadeia produtiva, que resgate a humanidade do trabalhador e privilegie a ética na relação com a natureza.

Conforme relata Azevedo (2012), com a criação do MPA foram divididas as atribuições de planejamento e execução das políticas públicas, alterando a estrutura de apoio às cooperativas e associações de trabalhadores da pesca artesanal, o que exige maior articulação entre suas estruturas internas, resultando em dificuldades operacionais. Quanto à pesca artesanal, nesse processo de reestruturação da administração pesqueira no país, assim diz Azevedo (op.cit.):

A execução de ações importantes para a pesca artesanal, como as de extensão pesqueira, apoio às formas cooperativas e o próprio ordenamento ficaram divididos entre as distintas secretarias, departamentos e coordenações, exigindo articulação entre estes, o que às vezes gera tensões entre as posições distintas de cada uma das coordenações. De fato, apesar da grande importância da pesca artesanal no país, tanto do ponto de vista do contingente de pescadores quanto do seu próprio peso na produção pesqueira, não há uma ênfase em termos da estruturação interna do órgão para esta, que só tem uma coordenação com quadro funcional pequeno para todas as necessidades do setor. (AZEVEDO, 2012, p. 194).

Por outro lado, paralelamente à 3ª Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, organizada pelo estado – representado pela SEAP– foi organizado pelo povo, isto é, pelos trabalhadores/pescadores artesanais do país, com apoio de diversas outras formações sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Via Campesina, Pastoral do Pescador, centros de pesquisa ligados à pesca, dentre outros, a 1ª Conferência Nacional dos Pescadores Artesanais do Brasil.

Em tal conferência, o povo representou um movimento contra o modelo de desenvolvimento pesqueiro adotado pelo estado brasileiro que se materializa na administração da SEAP e do atual MPA, por isso, representa o polo contraditório deste modelo, que é desenvolvimentista e que segue o mesmo caminho de abandono dos trabalhadores da pesca artesanal e do subjugo da natureza à racionalidade econômica.

O contraste entre as duas conferências, uma organizada pelo estado e a outra pela população pesqueira trabalhadora da pesca artesanal, é assim escrita no Relatório Descritivo desta conferência elaborado por Ruben Siqueira (2009):

O contraste entre os dois eventos, muito ilustrativo, saltava aos olhos. Do lado de cá, precariedade; do lado de lá, suntuosidade. Lá, um belo catamarã e um moderno barco de fiscalização; cá uma jangada cearense mais simbólica que real. Lá peixes ornamentais em piscinas climatizadas; cá um dourado do

rio São Francisco em papel machê e rede surrada de pesca "cercando" o acampamento. De lá, sisudez e arrogância explícita; de cá, simplicidade, alegria, solidariedade. Uma pretensiosa elegância nas vestes pode ser notada até nos pescadores que vieram de lá visitar os de cá, a tiracolo a bolsa ornamentada de couro de tilápia colorido. Inevitável constrangimento: "o que vocês está fazendo lá, seu lugar é aqui"... O ar condicionado do hotel cinco estrelas e do Centro de Convenções deve ter facilitado bastante aos da III Conferência suportar os dias dos mais quentes e secos na Capital Federal... O que não faltou no acampamento foi peixe e marisco, frescos ou salgados, em quantidade e variedade - àquela altura do contraste, um atestado de sustentabilidade alimentar e ambiental.(SIQUEIRA, 2009, p. 17).

Isso nos leva a pensar que os trabalhadores/pescadores artesanais participantes das conferências nacionais da pesca – as quais ‘se misturam’ com a classe de industriais capitalistas da pesca do país – estão sendo ludibriados em seus sonhos e esperança de um verdadeiro reconhecimento pelo estado que seria um resgate histórico de descaso com a categoria (artesanal). Mas ao que tudo indica, não foi isso que tem ocorrido, servindo a presença dos trabalhadores da pesca artesanal nas conferências realizadas pelo estado apenas para validar o que já está previamente acordado entre setor produtivo capitalista da pesca e o estado. Compreendemos, assim, que as políticas públicas para a pesca artesanal, promovidas pela SEAP e MPA, carecem de sustentabilidade econômica, social e ambiental, e de política de base.

Quanto às questões econômicas, as políticas públicas de incentivo a produção e agregação de valor ao pescado, via construção de agroindústrias familiares, fábricas de gelo e disponibilização de veículo de transporte, por exemplo, não é planejada de forma participativa/comunitária, isto é, a concessão de determinada infraestrutura pelo estado – com dinheiro público – aos trabalhadores/pescadores, não ocorre dentro de um processo de construção socializada que legitime realmente a participação e os interesses destes trabalhadores.

Nesse sentido, foram concedidas pelo estado, 71 de fábricas de gelo sendo que mais 49 estavam em processo de entrega em 2010 (AZEVEDO, 2012), no entanto, como percebemos na localidade das Capivaras (município de São José do Norte), foi instalada uma fábrica de gelo, que, embora haja uma necessidade, demorou a funcionar por não existir um grupo organizado de trabalhadores/pescadores. Nesse processo, o que percebemos é que a lógica do estado em capitalizar o trabalhador da pesca artesanal com fábricas de gelo, por exemplo, o faz sem a avaliação de que tal tipo de empreendimento requer uma mudança na concepção da prática do trabalho por estes trabalhadores, que, sob condicionamento histórico, são práticas que ocorrem sob o individualismo e a competição.

Portanto, somente o aporte da estrutura, que parece estar ligado mais a atender as metas quantitativas do MPA de instalá-las, por si só, não garante seu uso. Percebe-se, assim, que o processo de formação para a organização dos trabalhadores/pescadores deve ser o primeiro passo a ser dado, se o que realmente se pretende é a melhoria das condições de existência do trabalhador da pesca artesanal. Não sendo assim, a infraestrutura causa um efeito contrário na comunidade pesqueira: sua desestruturação. E isso devido ao sentimento de frustração por não conseguirem utilizar a infraestrutura que lhe é concedida.

Para o incauto pesquisador, pode ele pensar que a falta de solidariedade e até mesmo, a ignorância dos trabalhadores, são os motivos de a fábrica de gelo não ter entrado em funcionamento. Cabe perguntar se na história de vida do trabalhador/pescador artesanal daquela localidade existe qualquer indício de que ele deveria buscar na cooperação com outro trabalhador uma forma de superar as condições precárias de sua vida? Ou, se no momento de criação do projeto da fábrica de gelo, em algum momento fez-se uma formação para o trabalho socializado? Se sim, que tipo de formação foi essa?

Os trabalhadores da APESMI lutam há 12 anos para conseguir finalizar sua infraestrutura para beneficiamento de pescado que possibilitará a eles uma outra forma de relação em sua prática do trabalho, na medida em que poderão, por meio de práticas socializadas, buscar sua emancipação. Como idealizado nas palavras de seu coordenador, trabalhador da pesca artesanal (TPA), a luta deve ser travada pelo coletivo:

*sozinho, o pescador individual não consegue sobreviver; sobrevive nesse mercado escravizado, enriquece um, enriquece outro, e tu não ganha para uma bicicleta; tu te organizou em associação, uma associação sozinho não vence, tem que tá junto, tem que ser uma engrenagem junto, que trabalhe junto, sabe, então, é... isso aí é uma engrenagem, independente das diferenças que a gente têm é uma engrenagem. (TPA).*

Não basta, portanto, segundo o TPA, apenas uma associação, o importante é o coletivo de associações e cooperativas de trabalhadores da pesca artesanal, que funcione integradas como uma ‘engrenagem’, assim se construiria as condições para possibilitar uma outra forma de relacionarem-se entre si e com o contexto externo.

Este TPA, que é uma liderança da pesca artesanal na região, neste trecho acima, denuncia a exploração que vivem enquanto trabalhadores e anuncia a forma de

superar esta exploração, o que entendemos que ele revela com clareza a luta de classes que travam.

Por isso, na exposição desse estudo, caminhamos para desnudar as contradições da pesca artesanal em seu movimento associativo (APESMI) que se dá prioritariamente em sua relação com a política pública “Projeto Rede”, o que podemos, nesse momento, com as palavras do TPA entrevistado, afirmar que a contradição principal que existe e limita sua emancipação perpassa a relação APESMI x Projeto Rede, enquanto luta de classes. Essa é a contradição principal que identificamos, a essência que precisa ser superada para que seja possível uma outra sociedade, uma outra estrutura econômica, enfim, uma outra forma que seja preenchida de um sentido emancipatório humano. Sendo essa a contradição essencial, no decorrer desta seção identificamos, também, contradições acessórias/secundárias.

Vivemos num sistema que, ao mesmo tempo em que escraviza o homem, lhe força a buscar a produção pela produção, que substitui a necessidade pelo consumo, sistema este que se materializa somente na consciência do imediato, por isso abstrato. A realidade da APESMI não é diferente, o imediatismo, por vezes, impede o processo de construção de uma outra prática social, na qual os trabalhadores podem se sentir donos de si e de seu empreendimento de pesca.

*Eu vejo assim, uma parte pequena se enxerga como dono, uma boa parte ainda não consegue entender aquilo como se fossem os próprios donos... a gente... as vezes eu falo... a gente vive aí num sistema de produção né, direito né, é produzir, produzir, produzir, e enquanto tu não produzir... que é o que o pessoal hoje... é... é... o sistema hoje é esse, é de produção, não é de organização, nós que abraçamos esse desafio de organização, que temos o desafio né, e estamos aí há 12 anos... não vai ser de um dia pra noite que a gente vai conseguir mudar isso. Eu acredito que o pessoal vai se sentir dono... eu... minha opinião... quando aquilo ali começar a comprar, vender, e fazer isso... conseguir trazer as esposas, os filhos pra trabalhar ali e o pessoal conseguir fazer isso... o pessoal fazendo parte da compra da venda... porque até hoje a gente não conseguiu fazer isso... se comprometer com compra e venda... e dizer que a sobra do fim do ano... pro pessoal se sentir o dono mesmo, que é a ideia do trabalho que até hoje não conseguimos né cara.(TPA).*

Compreendemos que o fato de não se sentirem donos da estrutura física que possibilitará a eles uma outra prática socializada de auto-realização enquanto trabalhadores e humanos, se dá pela própria dificuldade encontrada e o demasiado tempo para finalização dessa infraestrutura, que foi iniciada há mais de uma década. E isso acaba por trazer uma série de consequências que oprimem os sonhos de uma vida

melhor, desfazendo laços entre esses trabalhadores, os quais, como diz nosso entrevistado (TPA):

*nós vivemos num sistema de comercialização de produção e capitalista que é um horror, a gente... as pessoas primeiro acabam pensando no dinheiro para depois nas pessoas né, a maioria, não são todas, mas uma boa parte pensa primeiro no dinheiro depois nas pessoas, no vizinho, se ele tá comendo, se ele tá pescando, se ele tem rede pra pescar, se ele não tem, então é uma boa parte tá assim por causa que o sistema é esse, liga a televisão e de dez em dez minutos diz que teu filho tem que se formar pra tal coisa pra ganháar tantos mil reais, ela não diz que ele vai se formar no que ele gosta de fazer, diz que ele tem que ganhar dinheiro, e este é o sistema, e a gente não vai culpar as pessoas que o sistema é assim mesmo.(TPA).*

Nesta fala, o fetiche do dinheiro aparece claramente nas palavras do TPA, e as consequências disso são por ele identificadas como a destruição das relações sociais comunitárias mediatizadas que são pelo dinheiro, e incentivadas cotidianamente por uma mídia que também faz a mediação entre o humano e o capital, em benefício das necessidades desse último.

O que também transparece no excerto acima de nossa entrevista com o TPA, é que não adianta bater de frente com o que pensa ou vive um outro trabalhador/pescador, o que realmente precisa ser feito é efetivar uma prática social de realização do trabalho que demonstre que é possível uma outra forma de produzir e de se reproduzir em sociedade.

As causas da demora para a finalização da infraestrutura da APESMI, segundo a coordenação do Projeto Rede (CPR) em sua Fase 4, é que o estado, ao mesmo tempo em que incentiva a pesca artesanal proporcionando crédito ou até mesmo doando capital em forma de infraestrutura para beneficiamento de pescado (agroindústria familiar), é o mesmo que exige para seu funcionamento uma série de condições de cunho sanitário e ambiental que não são contempladas no projeto dessa infraestrutura. Isso representa uma contradição em si na medida em que o estado fomenta e impede a efetivação de uma outra prática de realização do trabalho, o que causa uma frustração e se difunde no senso comum que tais estruturas nunca serão uma utopia realizável. Embora nossa pretensão aqui seja somente a de provocar reflexões críticas, perguntamos, então, a quem interessa tudo isso, ou seja, a quem interessa manter o ‘estado’ das coisas?

A contradição em si, que o estado apresenta, é assim evidenciada nas palavras da CPR:

*Tu começa um entreposto , mas tu não dá o aporte financeiro exatamente que ele precisa, a gente tá no quarto projeto pra tenta terminar o entreposto, só que tu só dá R\$ 100 mil, é o que tu tem, aí tu que se adaptar aquilo ali, só que aquilo ali não te permite que tu tenha o CISPOA que é o próprio estado que te exige pra que tu tenha alimento de qualidade. Então, as políticas são todas particionadas, e também movidas ao capital; tem R\$ 150 mil, pega esse que é o que tem... Mas aí se eu faço ela particionada, em dez anos, faz dez anos que a APESMI tem buscado concluí o seu entreposto. Só que é o próprio estado que dá pouco, e é o próprio estado que cobra, que estimula outro, outras coisas, então, quem é esse estado? Em quantas partes ele tá dividido?(CPR).*

Essa ação particionada do estado indica que as políticas públicas fomentadas pela SEAP e MPA são incompletas, tanto no referente ao aporte do capital, como visto neste último exemplo, assim como pela incompletude em aportar esse capital e não prever a necessidade de adequação a uma nova forma de realizar o trabalho por parte dos trabalhadores/pescadores artesanais.

O que tem sido vivenciado há 12 anos pelos trabalhadores da APESMI, e que entendemos ser esse um demasiado tempo de espera, até mesmo é de se surpreender como é que estes trabalhadores ainda conseguem manter sua esperança. Comprendemos que o Projeto Rede, criado em 2006, tem auxiliado para manter acesa essa esperança na medida em que tem conseguido promover momentos de aprendizado e de solidificação da proposta do trabalho socializado.

*Cara, hoje eu vejo que é um dos poucos instrumentos[o Projeto Rede] que reúne mesmo todas as comunidades de pescadores, tanto faz de água doce como da nossa região, Lagoa Mirim, Mangueira ou Lagoa dos Patos. É o único espaço hoje, que eu vejo hoje assim, bom pra discussão, que tem a presença das organizações, que reivindica muita coisa por ali. (TPA, [inserção nossa]).*

Processos de mudança social são lentos e exigem a paciência de todos, e, de quem assume a liderança, precisa entender como imprescindível a constante injeção de ânimos no grupo, que embasa uma prática emancipatória como proposta do trabalho socializado, que desacomoda a seus participantes e incomoda aos atravessadores e demais representantes do sistema capitalista da pesca.

*se tu não reforçar as bases... a gente queira ou não , nesse sistema louco que a gente vive hoje, se não tiver toda hora dando injeção nas bases ali, eu digo injeção de conscientização, de trabalho organizado, o troço vai indo, vai indo, caindo no esquecimento, o pessoal vai caindo na individualidade, vai se dispersando e vai... e isso aí é uma coisa que se tem tentado... por isso que a gente tá tentando. (TPA).*



Considerações acima assinaladas que nos faz lembrar de Marx, quando foi convidado a participar do debate sobre a lei punitiva do roubo de lenhas promulgada no início da década de 1840, em território da atual Alemanha, na qual a população pobre foi cerceada em sua prática comum de recolher a lenha seca caída das árvores. Marx se manifestou sobre esse assunto alegando que essa população, deveria ter reconhecido, pelo Estado, seu direito consuetudinário de exercer a prática de coleta de lenha seca. Pois tal proibição baseava-se nos interesses dos ricos, a eles pertencia a propriedade privada de determinados espaços onde os pobres realizavam a coleta da lenha seca que caía já sem vida das árvores (MARX, 1982).

Assim, o Estado mostrou-se parcial, ao atender os direitos dos ricos em detrimento dos direitos dos pobres, o mesmo ocorrendo com a pesca no Brasil, acontecimentos na qual evidenciamos e procuramos anunciar nesse estudo.

Conforme nossa trajetória de trabalho com os trabalhadores/pescadores da APESMI, a qual antecede esse estudo, destacamos os seguintes desafios que estes trabalhadores precisam enfrentar e superar enquanto seu objetivo é de eliminar a dependência do atravessador e da indústria:

- construir e manter relações de trabalho cooperativo, mas que se dá em conexão direta com o mercado, o qual privilegia a concorrência e o utilitarismo;
- promover a sustentabilidade econômica do empreendimento considerando os custos econômicos gerados com a finalização da infraestrutura de beneficiamento de pescado; e
- contornar a progressiva escassez de seu objeto de trabalho (o pescado).

Na tentativa de desvencilhar-se dos atravessadores e do poder da indústria, formam-se novos desafios, tais como a adequação do produto ao mercado, atendimento das exigências sanitárias e tributárias, de licenciamento ambiental, enfim demandas que devem ser atendidas, mas que exigem empenho da organização. O papel desempenhado pelo Projeto Rede tem sido o de apoiar os trabalhadores/pescadores artesanais a superar estes desafios e sanar as carências organizacionais que apresentam.

## 6.2 Projeto Rede – Fase 1

Como comentado na seção que apresentamos as características básicas do Projeto Rede, ele iniciou no ano de 2006, sob a denominação de “Projeto de Comercialização Solidária de Pescado da Região Sul do Rio Grande do Sul”, sendo uma proposta de intelectuais que caracterizamos como orgânicos, pela forma de participação e liderança, provenientes da pesca e da agricultura familiar. Projeto que se materializou com proposta enviada à SEAP pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA).

Este projeto se formou a partir do entendimento de que as formações sociais de trabalhadores/pescadores do ELP e da Lagoa Mirim, muitas já participantes de políticas públicas, precisavam alicerçar seu desenvolvimento numa proposta de trabalho socializado, e assim conseguir avançar enquanto empreendimentos que objetivam eliminar sua exploração vinculada à ação do atravessador/intermediário no processo de comercialização de pescado.

O Projeto Rede, desde sua criação, contou com financiamento da SEAP e, depois de sua alteração para ministério, do MPA, fazendo parte de suas políticas de fomento ao associativismo e ao cooperativismo. Nesta sua primeira fase, faziam parte 12 organizações de trabalhadores/pescadores artesanais de 7 municípios que margeiam o estuário da Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim.

Segundo Opuszka (2010), estudioso e pesquisador na área, salienta que nesta fase, a principal finalidade era constituir a identidade das organizações dos trabalhadores/pescadores através da escolha dos nomes destas organizações e suas logomarcas que as identificariam na comercialização de seus produtos.

Isto é, nesta fase, o Projeto Rede demonstrava forte determinação de que estas organizações construíssem uma imagem aceita pelo mercado convencional (capitalista), procurando atender às exigências dos consumidores desse mercado, tornando, assim, seus produtos vendáveis.

Assim, o Projeto Rede, durante o ano de 2006, estabeleceu os primeiros passos para promover a articulação entre as organizações de trabalhadores/pescadores artesanais existentes na região do estuário da Lagoa dos Patos e na Lagoa Mirim. Nesta etapa do Projeto Rede o que orientou o trabalho foi a busca por canais de comercialização para a produção pesqueira dessas organizações, principalmente em

mercados institucionais, mas também, no mercado ‘convencional’, como o são os supermercados, por exemplo.

Quanto ao mercado convencional, segundo informações repassadas pela coordenação do Projeto Rede<sup>68</sup>, existia interesse desse mercado em comprar a produção da pesca artesanal, no entanto, algumas dificuldades foram apontadas para que fosse possível tal relação, dentre elas, tem-se: 1) adequação da embalagem do pescado às exigências legais e sanitárias; 2) irregularidade da produção – o que poderia comprometer contratos firmados entre as organizações e o comprador; 3) falta de infraestrutura para realizar o beneficiamento do pescado e atender as exigências legais e sanitárias; 4) carência organizacional e de administração por parte dos trabalhadores/pescadores artesanais; 5) preço praticado mais alto do que os de concorrentes, dentre outras.

Alguns problemas aconteceram quanto à tarefa de prospecção de mercado. Segundo Opuszka (2010), sendo ele um dos organizadores do projeto em sua terceira fase, a pessoa encarregada para tal tarefa não a executou em benefício do coletivo, apenas buscou alternativas de comercialização para a produção dos trabalhadores/pescadores da cooperativa de São Lourenço do Sul, onde este técnico contratado pelo Projeto Rede já prestava apoio. Isto é, puxou para si e para ‘seu grupo’ qualquer oportunidade comercial que surgisse quando de suas visitas a redes comerciais (supermercados, peixarias, etc.), praticamente não trazendo nenhum retorno às outras organizações do Projeto Rede.

Com as dificuldades encontradas pelas organizações em seu processo de buscar maior autonomia enquanto empreendimentos de pesca no mercado convencional capitalista, o entendimento da coordenação do Projeto Rede foi o de que os passos a serem dados deveriam se direcionar para a busca por mercados institucionais, para atingir a meta principal do Projeto Rede que era a de comercialização.

Processo que se deu aproveitando as orientações do governo federal com seu Programa Fome Zero, já indicado como meta para a pesca artesanal na 1ª Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura realizada em 2003.

Com isso, dentre os resultados alcançados pelo projeto na sua primeira fase – o que também se estendeu em sua segunda fase – destaca-se a participação das organizações dos trabalhadores/pescadores artesanais em políticas públicas do

---

<sup>68</sup>Informações coletadas nas reuniões dos dias 10/04, 16/06, 19/06, 06/10, 10/11, 16/11, 17/11 e 19/12 de 2006 realizadas na sede do CAPA, em Pelotas.

governo federal, até mesmo sendo possível afirmar que foram estas políticas que contribuíram para o avanço do projeto no que tange a sustentabilidade econômica das organizações.

Apesar de que os objetivos traçados pelo Projeto Rede pautam-se em aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais, a viabilidade econômica garante a sustentabilidade imediata dos empreendimentos, e foi este o tema basilar para qualificar o sucesso ou insucesso do projeto, pela coordenação.

Assim, as organizações dos trabalhadores/pescadores artesanais participantes do Projeto Rede adquiriram importância no cenário socioeconômico e político da região ao participar de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Doação Simultânea, vinculado aos objetivos do Programa Fome Zero, proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Os projetos aprovados na modalidade do PAA pelas organizações vinculadas ao Projeto Rede no ano de 2006 serviram como inspiração e fomento à sua própria continuidade, como demonstram os dados apresentados na tabela a seguir.

TABELA05. Resumo estatístico dos projetos do PAA/Doação Simultânea em que as organizações do trabalhadores/pescadores artesanais vinculadas ao Projeto Rede participaram em 2006

Descritor	Dados
Volume total de pescado	173.620 kg
Número de organizações do Projeto Rede envolvidas	7
Entidades beneficiárias	aproximadamente 75
Famílias beneficiadas	3.700
Espécies de pescado	Birú (voga), Pescada, Corvina, Peixe-rei e Jundiá
Valor total dos projetos	R\$ 578.000,00

Fonte: coordenação do Projeto Rede em sua primeira fase, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), adaptado pelo autor.

Salienta-se que todas as espécies de peixes que serviram aos projetos de PAA/Doação Simultânea possuem baixo valor de troca no mercado convencional. Entretanto, se salienta casos como o da espécie Birú (*Steindachnerina brevipinna*) que até então não possuía valor de troca, nem valor de uso, pois não era objeto das pescarias no ELP, sendo descartado quando pescado incidentalmente. Peixe que é encontrado em

abundância na região e que, com o projeto, foi possível aproveitá-lo como fonte de proteínas na alimentação das pessoas empobrecidas, que o recebiam já pronto para consumo, por meio do processo de doação previsto no PAA.

Com os projetos de PAA, dos quais participaram sete organizações de trabalhadores/pescadores artesanais, e dentre estas, a APESMI, aumentou o valor de troca do pescado nas comunidades onde se desenvolveram estes projetos (valor de troca recebido pelo trabalhador/pescador). Isso foi possível porque, na medida em que as organizações compravam o peixe para compor seu compromisso de entrega com o MDS/CONAB, estabelecem uma espécie de concorrência com os atravessadores locais. E, geralmente, o valor de troca que estabeleciam ainda na etapa de planejamento para elaboração do projeto de PAA, era mais elevado que o valor de troca comumente praticado nas comunidades e ditado pelo atravessador. Este fato que contribuía para elevação no preço de primeira comercialização (valor de troca que o trabalhador/pescador vende o objeto de seu trabalho *in natura* ao atravessador) nas comunidades pesqueiras artesanais onde existia a demanda das cooperativas e associações.

Como exemplo, naquele ano de 2006, em Rio Grande, o valor de troca do quilograma do pescado comprado pela APESMI, que era o peixe-rei (*Odontesthes argentinensis*), foi de R\$1,20, valor este 50% maior que o pago pelos atravessadores<sup>69</sup>.

Os trabalhadores/pescadores da APESMI, com este projeto (PAA), puderam sentir o gosto de uma conquista, um passo concreto que demonstrou para eles e para a comunidade de trabalhadores da pesca em geral, que é possível atender à alimentação humana a partir de uma organização socializada e, portanto, uma organização humanizada da produção.

Terra (2008), ao descrever esse momento da história da APESMI, em sua dissertação de mestrado em Educação Ambiental, assim o faz:

Um dos fatores que fortalecem o otimismo e a esperança dos pescadores associados está relacionado ao reconhecimento da importância desse projeto [PAA] por parte da comunidade que trabalha para a associação, bem como pelos pescadores de outras localidades que se mostram interessados em compor o quadro de sócios. A associação gerou mudanças na qualidade de vida dos seus sócios e daqueles que trabalham para ela. Em relação às mulheres de pescadores que moram no bairro São Miguel e trabalham no processo de beneficiamento do pescado, a associação proporcionou uma oportunidade de trabalho e geração de renda... Em outro momento [uma

---

<sup>69</sup> Informações obtidas de nosso arquivo pessoal, na medida em que auxiliamos na elaboração e execução do projeto de PAA/Doação Simultânea da APESMI, em 2006.

senhora entrevistada pela pesquisadora] que a associação tem um forte apoio da comunidade do bairro em que está localizada pelo fato de ter possibilitado a destituição dos laços de dependência destas famílias com os atravessadores, pois os seus benefícios atingem àqueles que não fazem parte do quadro de sócios, como os pescadores artesanais que pescam na Laguna dos Patos e as mulheres que trabalham no processo de beneficiamento do pescado. (TERRA, 2008, p. 131 [inserção nossa]).

No ano de 2006, como comentado, sete organizações participaram do PAA, sendo que a Cooperativa Lagoa Viva, de Pelotas, por possuir maior infraestrutura (caminhão e fábrica de gelo), serviu como apoio a outras três organizações (colaboradores), recebendo o pescado de associações e cooperativas de trabalhadores/pescadores dos municípios de Santa Vitória do Palmar e de São Lourenço do Sul. A APESMI também auxiliou à cooperativa do município de São Lourenço do Sul, efetuando o transporte de seu pescado até a indústria que realizou o processamento do produto.

Em Rio Grande, a APESMI teve a colaboração da Cooperativa de Pescadores do Parque Coelho (COOPEPAC) e, em São José do Norte, o Centro Comunitário da Várzea (CECOV) desenvolveu individualmente seu projeto (ver fluxograma na Figura 05).

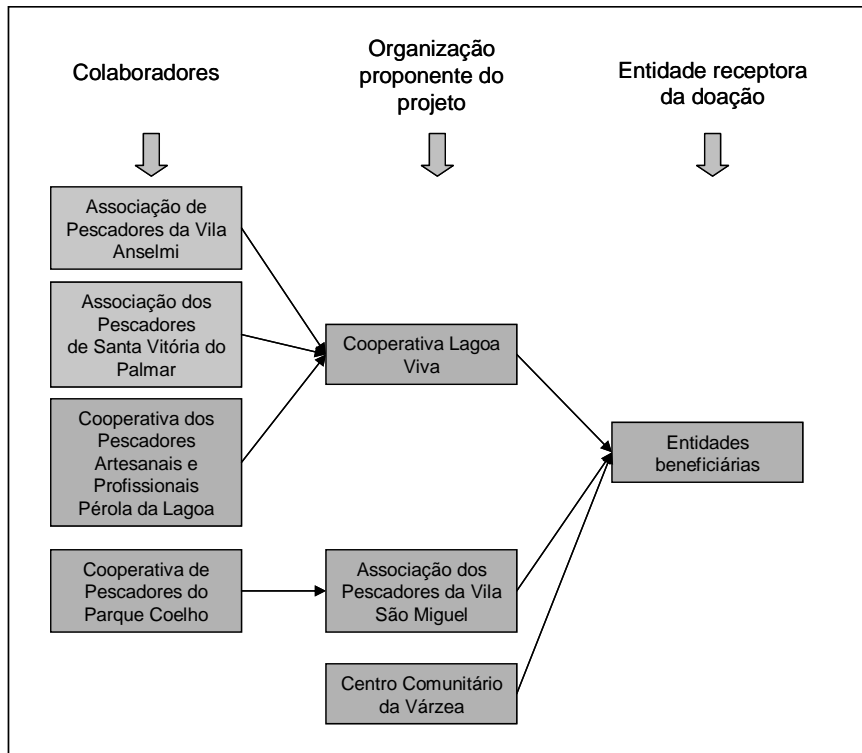


Figura 05. Fluxograma de trabalho da Rede de Comercialização Solidária de Pescado do Sul do RS ao participar do PAA/Doação Simultânea no ano de 2006

Fonte: coordenação do Projeto Rede em sua primeira fase, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), adaptado pelo autor.

As entidades beneficiárias – que recebem o pescado para seu consumo – são indicadas pelas próprias organizações, com o consentimento da CONAB, coordenadora do PAA. São entidades de regiões caracterizadas por baixos índices socioeconômicos e que geralmente representam famílias que são acompanhadas por estas entidades. Por exemplo, no município de Rio Grande, foram distribuídas bandejas com 2 kg de pescado a cada 15 dias para 500 famílias cadastradas junto à Pastoral da Criança (entidade beneficiária). Em contrapartida, essas famílias precisavam cumprir algum tipo de pré-requisito, como, por exemplo, participar do programa de pesagem da criança, proposto pela entidade.

A participação destes trabalhadores da pesca artesanal no PAA deu início a um processo de aprendizagem que auxiliou no processo de organização, mas segundo os trabalhadores/pescadores artesanais da Lagoa dos Patos, em especial, os trabalhadores da APESMI, esse aprendizado também demonstrou que, por dependerem do setor empresarial capitalista para o beneficiamento do pescado, esse caminho é de manutenção de uma dependência histórica, que precisa ser superada.

Por outro lado, nesses tempos do PAA, durante o ano de 2006, sem dúvida, obtiveram um grande aprendizado, reuniram um grupo maior que os associados, que sentiram o gosto do trabalho socializado, pela valorização do seu trabalho, além de ter proporcionado maior envolvimento comunitário, com a participação de esposas, filhos e demais familiares e amigos, que se integraram em alguma etapa do processamento do pescado.

Junto às atividades do PAA, a APESMI passou por um momento de grande mudança em termos organizacionais, que refletiu no seu contexto externo, ao passo que abriu outras formas de negociações, geralmente com o setor empresarial capitalista da pesca.

Por exemplo, na safra de siri, que não era objeto do PAA, estabeleceram contrato informal com uma empresa capitalista, fornecendo para ela a carne do siri. Como já se espalhava na comunidade o ‘sucesso’ da APESMI, com sua participação em programas federais, e por serem proprietários de um caminhão frigorífico, o qual, ao mesmo tempo em que lhes dava autonomia para o trabalho, lhes proporcionava uma espécie de *status* na comunidade por ter meios para o transporte de entrega.

Assim, para fornecer carne de siri à empresa, a APESMI também contava com a força de trabalho da comunidade, força de trabalho que recebia valor de troca maior que o comumente praticado pelos proprietários de pequenas fábricas (entrepósitos de

pescado informais) da comunidade. O siri era comprado dos trabalhadores/pescadores artesanais que vivem na comunidade e pescam nas proximidades, portanto não somente dos trabalhadores vinculados à APESMI. O siri, então, também teve valor de troca maior do que quando era vendido aos atravessadores.

Passavam, os trabalhadores/pescadores da APESMI em seu caminhão, pela comunidade, e mulheres iam ao seu encontro pedindo para descascarem o siri. Siri que era deixado em monoblocos plásticos com cerca de 20 kg, inteiro e vivo, no qual as mulheres cozinhavam e retiravam a carne, que era acondicionada em sacos plásticos distribuídos pela APESMI, que cheios, pesavam cerca de 1 kg. Cada monobloco gerava em torno de 3 a 4 kg de carne de siri. Não temos aqui apurados os valores que rendia cada negociação para essas mulheres, o que se pode afirmar é que tal prática representou uma renda extra para elas, mas sob uma outra perspectiva, a de não existir a exploração, isto é, sem a formação da mais-valia, próprio do mesmo trabalho quando realizado na fábrica.

Ainda comentando sobre a irradiação na comunidade quanto à forma de trabalho praticada pela APESMI por meio dos contratos formais (PAA) e informais (empresas do município), podemos ressaltar o que já comentamos sobre trabalhadores/pescadores não associados à APESMI também terem trabalhado com eles, inclusive seus nomes constando no plano de trabalho dos projetos de PAA.

Além disso, a APESMI também comprava a produção de trabalhadores/pescadores artesanais da comunidade onde está sediada, a fim de suprir suas necessidades de constituir volume de pescado que garantisse as entregas do PAA.

O Projeto Rede também promoveu cursos de associativismo e cooperativismo para as organizações que participavam do projeto, e até mesmo para trabalhadores/pescadores que buscavam formar, também, seu grupo de trabalho socializado e socializante. Em Rio Grande, os cursos foram materializados nos dias 07 e 08/12/2006, na Ilha dos Marinheiros.

A APESMI participou, ainda neste ano, do Programa Feira do Peixe fomentado pela SEAP, na qual disponibilizava, em termo de comodato, um kit-feira com equipamentos e acessórios próprios para a comercialização de pescado em feiras-livres. Os resultados alcançados com as feiras realizadas no próprio município da APESMI, apesar de modestos em termos de valores monetários, possibilitou aumento do número de participantes no processo que se inicia pelas mãos dos trabalhadores/pescadores que capturam o pescado, e que depois recebe um beneficiamento – limpeza e/ou



fileteamento –, mas que contava, também, com a força de trabalho do motorista do caminhão que fazia o transporte até a feira, e de mulheres – geralmente esposas e filhas de pescadores – que comercializavam o pescado diretamente ao consumidor (COSTA, 2011). Enfim, o programa feira do peixe também representou um aprendizado ao grupo pela socialização do trabalho, onde a cooperação passa a ser o principal elo entre o grupo e pessoas da comunidade.

Mas temos que ressaltar, também, os limites deste programa (Feira do Peixe) para os trabalhadores/pescadores da APESMI e da comunidade envolvida, pois os resultados econômicos não se mostraram atrativo a todos, o que, numa sociedade marcada pelo utilitarismo, faz da relação tempo/dinheiro o balizador de decisões que acabaram por dificultar a continuidade desta atividade.

Não é possível citar apenas um fator que contribuiu para sua não continuidade, mas podemos citar a questão do veículo que efetuava o transporte, o qual precisava estar disponível para outro projeto de PAA que comentaremos na Fase 2 do Projeto Rede, e a dificuldade de atender à demanda dos consumidores que abrange outras espécies de pescado que não apenas os do ELP.

Para sanar este problema, na medida do possível, a APESMI comprava espécies de peixe capturadas pela frota industrial capitalista, sendo estas mais demandadas pela população, até mesmo pelo costume em consumir tais espécies, o que contribuiu para a perda de sentido na realização das feiras. Pois, se não é o seu objeto das pescarias que é comercializado, porque continuar? Visto que o sentido de realizarem a feira é buscar uma venda direta ao consumidor, de seu objeto de trabalho, eliminando a intermediação do mercado.

Outras atividades promovidas pelo Projeto Rede, em suas reuniões, foi o debate sobre temas como sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal, fiscalização, apetrechos de pesca, pesca predatória, além de outros temas identificados como geradores de conflitos.

Podemos perceber que tal processo, de identificação e busca de uma reflexão coletiva sobre problemas, e busca de soluções, proporcionam um aprendizado aos envolvidos. Diferentes opiniões emergem e são debatidas, o que pode contribuir para o abandono do senso comum sobre determinados temas, a partir do momento que se amplia os sentidos e há uma apropriação da realidade em sua totalidade.

Técnicos de diferentes órgãos do estado foram convidados às reuniões do projeto, visando, com isso, atender às necessidades das organizações, tirando dúvidas e

auxiliando em seus planejamentos. Podemos citar as explicações de representantes da EMATER (crédito), Banco do Brasil (crédito), Ministério da Agricultura Pecuária e Alimentação (Sistema de Inspeção Federal para adequação das agroindústrias de pescado), dentre outros.

Algumas destas atividades e projetos realizados na primeira fase do Projeto Rede continuaram na fase seguinte. Salientamos que, em todas as fases do Projeto Rede eram pagos o transporte e a alimentação para os trabalhadores/pescadores artesanais vinculados às organizações, o que também garantia a participação deles nas reuniões do projeto.

## 6.3 Projeto Rede – Fase 2

Nessa segunda fase, o Projeto Rede alterou sua denominação para “Ações para o fortalecimento da Rede Regional de Cooperação Solidária da Pesca no Sul do Rio Grande do Sul”. A coordenação do projeto passou para a Cooperativa Lagoa Viva (do município de Pelotas), mas efetivamente quase nada mudou, pois teve a orientação de dois técnicos que já haviam participado do projeto em sua primeira fase.

Assim, foi inserido no título do projeto os termos “ações para o fortalecimento”, isto é, depois de colocar em ação algumas atividades, as quais, como visto, mais vinculadas à participação das organizações em programas federais – mercado institucional – passou-se a pensar no fortalecimento destas práticas, já entendendo que o mercado convencional/capitalista, apesar de ter sido prospectado que poderia vir a ser um potencial comprador da produção pesqueira artesanal, possui exigências que limita a participação das organizações de trabalhadores da pesca artesanal. O que se sabe, na verdade, é que a produção destes trabalhadores abastece a exigência do consumo, mas antes passa pelo atravessador, pela indústria – capitalista da pesca, pelo distribuidor, pelo varejista, e, somente depois de todos esses espaços de realização do lucro/mais-valia, chega no mercado de consumo.

Além disso, o mercado convencional/capitalista possui exigências que encontram os limites na descontinuidade da produção dessas organizações de trabalhadores/pescadores artesanais, haja vista a reduzida variedade de espécies de pescado que trabalham, enfim, uma relação que não se mostrou adequada, pois a característica deste mercado é a criação de necessidades nos consumidores, e não a oferta de alimentos em si.

Necessidades que se caracterizam por um consumo conspícuo de pescado oriundo de regiões distantes – quanto mais distantes, mais desejadas – sendo espécies não encontradas localmente. O que representa o mecanismo da fetichização da mercadoria, como viemos comentando, enquanto o que os trabalhadores/pescadores do ELP capturam, e podem vender, são mercadorias ‘comuns’, que assumem baixo valor de troca, com exceção do camarão-rosa.

Conforme Estudo de Caso elaborado por Pereira (2008b, p. 05), que abordou os doze meses desta segunda fase do Projeto Rede, foram realizadas 80 atividades, como “oficinas de Educação Ambiental, promoção de lazer, beneficiamento de pescado, planejamento da produção, gestão administrativa, segurança ocupacional, além de

encontros municipais e regionais de lideranças”. Tendo este projeto como público beneficiário cerca de 700 famílias de trabalhadores da pesca artesanal.

Complementa esta pesquisadora – que também participou do quadro de técnicos vinculados ao Projeto Rede, nesta Fase 2 – com as seguintes atividades realizadas e informações que entende terem sido consideradas no movimento do projeto:

A promoção da organização se deu na presença constante nas comunidades, na organização da agenda de lutas conjuntas, na participação nos Fóruns regionais buscando acordo mínimo com as prefeituras e órgãos de extensão, assim como Ibama, SEAP, Ministério do Trabalho e Previdência Social para atendimento das necessidades dos pescadores e pescadoras. A forma como é desenvolvido esse trabalho e o comprometimento com a classe social é que faz a diferença entre um trabalho assistencialista, paternalista e um libertador, educativo, na linha de Paulo Freire que nos expressou tais diferenças com sua Pedagogia do Oprimido. (PEREIRA, 2008b, p. 14).

Esses encontros foram espaços que também buscaram a interação com as organizações locais que não costumam no seu cotidiano dialogar com a pesca, mas que possuem pautas comuns como ONG's ambientalistas, Conselhos Municipais de Meio Ambiente e escolas (PEREIRA, 2008b, p. 15).

Portanto, o método de trabalho usado no Projeto Rede durante o ano de 2007 (Fase 2) apresentou uma aproximação e aprofundamento do debate em torno da pesca artesanal com vários atores que influenciam direta ou indiretamente esta atividade, ou que dela sofrem influência.

A aproximação do método de trabalho praticado pela coordenação do Projeto Rede e a análise qualitativa utilizada por Pereira (op. cit.) demonstra avanços na formação do Projeto Rede.

Por outro lado, percebemos que apesar dos resultados quantitativos apresentados pela coordenação do projeto para o ano de 2007, principalmente vinculados à participação das organizações em programas federais, a integração entre as organizações e o objetivo de superar a condição marginal na cadeia produtiva da pesca, e as consequências disso na vida destes trabalhadores, não foi alcançado.

É claro que processos de emancipação social, econômica e política não se fazem de um dia para outro, nem no período de um ano, visto que a condição que se estabelece na pesca artesanal, impondo ao pescador um papel subalterno nas relações sociais no sistema da pesca, tem raízes históricas centenárias, como vimos.

Segunda Pereira (op. cit.), o Projeto Rede é um ato pedagógico, que exige paciência histórica, pois a construção de novas formas de relação entre os homens e destes com a natureza requerem soma de esforços para a superação de desafios, ainda não perceptíveis no início da caminhada.

Pressupostos que se coadunam com um processo educativo emancipatório “que não se preocupasse apenas com o conteúdo e a forma do que pretende se ensinar, mas com o contexto no qual ela [a pedagogia] ensina”. (GADOTTI, 1980, p. 72).

O papel da emancipação política da categoria de pescadores artesanais pode alavancar este processo, e é essa a aposta da Educação Ambiental crítica na medida em que trabalha com a informação (e o uso desta) para se organizar um espaço que supere a desigualdade existente, espaço este marcado pelas contradições entre sociedade e natureza, mediada pelo sistema capitalista e sua sociometabolização enquanto forma de manter o controle dos processos de acumulação e concentração de capital.

Quanto ao estímulo ao incremento da renda, sendo este um dos objetivos específicos do projeto, o referido estudo de caso faz pouca menção às atividades e resultados gerados, comenta sobre o incentivo dado às mulheres dos trabalhadores/pescadores artesanais para a prática do artesanato com escamas de peixe e no beneficiamento de pescado, a fim de melhorar as condições materiais de existência, mas não comenta especificamente sobre a renda dos trabalhadores da pesca artesanal. E isto é explicado pelo fato concreto de que não foi possível atingir a meta de ampliar a renda do trabalhador/pescador com o projeto, apesar de que a participação deles nos programas federais garantiram melhores condições de troca.

A capacitação para a gestão também foi um dos focos do projeto no ano de 2007, com oficinas realizadas por técnicos vinculados as universidades da região e à extensão rural. Também foram promovidos cursos de uso de softwares para auxiliarem na gestão dos empreendimentos existentes, o que pretendia servir ao desenvolvimento das forças produtivas das organizações, sendo esta uma demanda das próprias organizações.

Para sanar as falhas de concepção das estruturas de beneficiamento de pescado – inacabadas – as quais apresentam um sistema de processamento que não condiz com as exigências de órgãos ambientais e sanitários, foi dada continuidade a aproximação com profissionais destes órgãos a fim de prospectar informações visando a adequação das estruturas. Conforme expõe Pereira (2008b)

Enfrentamos diversas dificuldades de atendimento às exigências [ambientais e sanitárias], estas inerentes às contradições impostas pelo sistema capitalista onde o pequeno empreendedor é sempre onerado em relação aos grandes empreendimentos. Para estes últimos são dadas concessões de toda ordem e algumas vezes a fiscalização é capaz de passar em frente a uma grande fábrica de peixe e ir direto fiscalizar uma pequena cooperativa de pescadores. (PEREIRA, 2008b, p. 18).

Segundo Pereira (op. cit.) e constatado por nós, esta é a realidade que encontramos na pesca artesanal da região, existem várias pequenas fábricas de beneficiamento de pescado trabalhando nas comunidades de forma ilegal, seus proprietários representam os poucos canais de compra, caracterizando oligopsônios, muitas vezes servindo como espaço de terceirização do beneficiamento de pescado para indústrias. Isto é realizado como fator de diminuição dos custos para estes últimos a fim de contornarem a carga fiscal que um processo lícito requer.

Por outro lado, o tema da carga fiscal sobre a produção e comercialização de pescado no Brasil se mostra desequilibrada, onde estados atribuem diferentes alíquotas ao pescado. Por exemplo, até recentemente o estado de Santa Catarina (SC) atribuía menor alíquota tributária ao pescado que no RS, o que criou desvantagens ao setor pesqueiro neste estado, o que, por outro lado, justifica o já comentado sobre a pujança econômica do setor industrial/capitalista pesqueiro de SC, o que lhe tem permitido espaços de atuação dentro da administração pesqueira nacional.

Dependendo do município onde estão localizadas as organizações que participam do Projeto Rede, contavam ou não com apoio externo, no caso da APESMI, foi apoiada pela EMATER, mas apenas em sua fase inicial, antes do Projeto Rede, como proposta do governo de Olívio Dutra, do PT, o que não ocorreu sob o governo de Yeda Crusius, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A Prefeitura de Rio Grande sempre demonstrou apatia pela APESMI, fato que está relacionado à maior aproximação de alguns membros dessa associação com o Partido dos Trabalhadores, adversários políticos do partido que governou o município por 16 anos consecutivos. Fatos que destacamos – da EMATER e Prefeitura – para evidenciar que a política partidária tem forte poder influenciando incisivamente na realidade destes trabalhadores.

Um dos objetivos do Projeto Rede nesta fase foi o de melhorar as relações entre as organizações que participam do Projeto Rede, o que inclui demais familiares, e

o meio ambiente promovendo oficinas com vistas a sensibilização sobre os problemas ambientais. Sobre este tema, assim relata Pereira (2008b),

ao se discutir incansavelmente temas sobre os conflitos na pesca industrial e artesanal, calendário de pesca, escassez do estoque pesqueiro, incapacidade do estado de implantar a gestão compartilhada da pesca concluímos que esses são fatores que se colocam como impeditivo de implementar a comercialização cooperativada de pescado. (PEREIRA, 2008b, p. 16).

Consideramos nesse estudo que, os impeditivos para a implementação da comercialização pelas organizações atendidas pelo Projeto Rede, elencadas pela pesquisadora no excerto acima, são consequência da luta de classes e a convivência do estado com o setor capitalista da pesca.

Quando a pesquisadora comenta sobre “conflitos na pesca industrial e artesanal” entendemos como conflitos ‘entre elas’, cada uma representando sua classe, a industrial/capitalista e a de produtores/trabalhadores.

Os problemas elencados “calendário de pesca”, “escassez do estoque pesqueiro” e “incapacidade do estado de implantar a gestão compartilhada da pesca” precisam ser analisados de forma integrada, pois tem uma gênese comum, o interesse do estado em cumprir seu papel, pelo menos o papel que se auto-outorga de administrar os recursos da natureza.

Assim, concordamos com Pereira (op. cit.) quando diz:

O que se percebe é que quando se trata de subsidiar os populares, os pobres, existem centenas de entraves tanto burocráticos quanto administrativos e argumentativos, dos falsos moralismos expressos intencionalmente por aqueles que manipulam a opinião pública para manter o status quo do agronegócio, do sistema bancário, enfim dos grandes empreendimentos. (PEREIRA, 2008b, p. 20).

Por isso, entendemos que a luta de classes se apresenta como a essência do fenômeno que estamos estudando, a pesca artesanal em sua totalidade, onde atuam nossos sujeitos do estudo, os pescadores artesanais, que são trabalhadores, vinculados entre si ao constituírem uma associação, a APESMI.

E essa luta é histórica, e tem representado o próprio movimento da sociedade, por parte dos trabalhadores, que lutam contra o sistema que os oprime, o sistema capitalista, que é individualista/adaptativo/totalizante e, por isso, torna difícil sua superação, por estar plenamente materializado na consciência do indivíduo, o que tem

retirado o espaço da consciência que se socializaria de outra forma, se sob relações verdadeiramente humanas.

Um dos limites do Projeto Rede apontado por Pereira (2008b) é justamente este contexto de exploração do homem, em sua objetividade e subjetividade, que acaba dificultando a cooperação – que é parte do objetivo do projeto –, assim diz ela:

Apesar de toda formação política e econômica realizada pelo projeto, voltada ao bem comum, à cooperação, em algumas localidades não houve aderência suficiente à proposta e o processo histórico demonstra que demorará mais tempo e trabalho até que se consiga chegar perto do ideal. Contudo o papel do projeto foi cumprido, pois ao mesmo tempo em que se trabalha para construção de resultados concretos também se tem a consciência da necessidade de paciência histórica na formação de consciência. (PEREIRA, 2008b, p. 21).

A APESMI, no ano de 2007, participou do PAA na modalidade de Formação de Estoque. Apesar do planejamento econômico e de responsabilidades efetuado previamente, do qual participamos, este projeto apresentou problemas em sua execução, sendo o principal deles, o consequente endividamento da APESMI.

O Programa de Formação de Estoque (PFE) é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e coordenado pela CONAB. Para participar do PFE a organização elabora um projeto demonstrando a viabilidade econômica e estrutural para sua realização, onde se inscrevem os trabalhadores/pescadores que fornecerão o produto, e que se enquadram entre as categorias A e D do PRONAF (BRASIL, 2006). Representa uma forma de empréstimo para capital de giro, no qual a organização adquire o produto dos trabalhadores/pescadores (cooperados e associados) já com uma quota estipulada do produto a ser fornecido por eles, além do valor de troca a ser pago ao trabalhador da pesca.

No projeto devem constar todas as etapas posteriores à compra do pescado junto aos pescadores; a forma de transporte, local e tipo de beneficiamento aplicado ao produto, local de armazenagem, e os custos deste processo, já prevendo os custos com a comercialização (transporte e tributos). Todos esses passos são geridos pelo empreendimento e sob a fiscalização da CONAB. O prazo para pagamento do crédito obtido é de 12 meses com juros de 3% ao ano.

A APESMI participou deste programa elaborando um projeto para estoque de camarão-rosa, uma das únicas pescarias que restam no ELP, e que a cada ano acende as esperanças de dias melhores para os trabalhadores da pesca artesanal desta região.



As dificuldades nesse projeto da APESMI iniciaram com a variabilidade do clima e a mudança que causa no ambiente do ELP. Naqueles primeiros meses de 2007 as águas não apresentaram a salinidade adequada ao desenvolvimento do camarão-rosa na região mais próxima da comunidade onde se localiza a APESMI. Tiveram estes trabalhadores que pescar acampados em uma ilha do estuário, a Ilha da Sarangonha, distante 60 km de Rio Grande.

A estratégia adaptativa para transportar o objeto de suas pescarias até este município, onde estava acordado seu beneficiamento, embalagem e estocagem – numa indústria capitalista da pesca, a Junção Pescados – foi a de arrendar uma embarcação de maior porte e potência de motor. Fato que tornou mais complexas as atividades deste projeto. Cabe salientar que esta estratégia de trabalho foi planejada antes ainda da aprovação do projeto junto ao MDS/CONAB, pois o conhecimento empírico dos trabalhadores/pescadores da APESMI já indicava que a natureza, naquele ano, condicionaria à pesca de camarão-rosa apenas na região do médio estuário.

O arrendamento da embarcação, por sua vez, gerou um trabalho incomum para a APESMI, indo mais além que simplesmente o transporte do camarão-rosa, servindo, também, para fornecer alimentos, apetrechos e equipamentos de pesca aos trabalhadores/pescadores que acamparam distantes de suas residências e de qualquer outro comércio que pudesse lhes fornecer estes produtos. Salientamos que esta comercialização visou fornecer tais produtos com valores de troca menores que os praticados por outras embarcações, geralmente vinculadas a atravessadores ou indústrias de pesca.

Os resultados econômicos para os trabalhadores/pescadores que forneceram o camarão-rosa para o projeto foi maior que se vendessem aos atravessadores. Além disso, os produtos que adquiriam da embarcação arrendada pela APESMI proporcionou uma diminuição de seus custos.

Segundo os dados que nos foram repassados pela APESMI, um total de 40 parselhas – que representam um ou dois trabalhadores da pesca atuando em uma embarcação – participaram nestas trocas comerciais, garantindo para cada uma destas parselhas um melhor resultado em termos econômicos, caso tivessem vendido o produto de seu trabalho aos atravessadores, ou comprado destes os bens necessários a sua vivência e demais equipamentos utilizados na pesca. Conforme apuramos, esse resultado econômico proveniente de um trabalho que visava não explorar o trabalhador/pescador, rendeu a cada uma das parselhas, um adicional de R\$ 740,00, o

que representava naquele ano cerca de dois salários-mínimos nacionais (COSTA, no prelo).

Apesar deste melhor resultado econômico aos trabalhadores da pesca em sua individualidade, para a APESMI os resultados econômicos obtidos foram ruins. Além da trapaça efetuada pela empresa de pesca contratada para beneficiar, embalar e armazenar o produto, ocorreu má fé de um dos membros da APESMI, o que fez com que o planejado não tenha sido o executado.

A empresa encarregada das etapas que a APESMI não pode realizar, por não possuir estrutura adequada, não utilizou o produto que a APESMI lhe entregava, trocando por outro de pior qualidade, além de adicionar mais água para o congelamento do que o permitido pela legislação sanitária. Fatos que dificultaram, e até mesmo inviabilizaram a comercialização de parte do estoque formado<sup>70</sup>. Materializa-se com esse processo, a lógica antiética do capitalista de um lado, e o sentido de cooperação dos trabalhadores da APESMI. E isso irradiou para outras organizações do Projeto Rede, mesmo que de cunho negativo, o aprendizado indicou que é preciso finalizar as agroindústrias destes produtores associados, diminuindo, assim, a dependência do setor pesqueiro capitalista.

A título de síntese das duas primeiras fases do Projeto Rede sob a coordenação da ONG CAPA e da Cooperativa Lagoa Viva, respectivamente, compreendemos que a estratégia de trabalho realizada junto aos trabalhadores/pescadores das organizações participantes do projeto, se caracterizou pelo diagnóstico das organizações e de suas estruturas físicas, assim como levantamento das possibilidades de fornecimento de pescado ao mercado convencional/capitalista, mas com efetiva comercialização apenas no mercado institucional.

Com base no diagnóstico pretendia-se avançar na profissionalização de processos de comercialização, por isso foi contratada uma pessoa para executar a tarefa de prospectar mercado para os produtos oriundos da pesca artesanal, estratégia que não deu certo, apesar de apresentar condições para ter sido executada em benefício do grupo, assim não ocorrendo pela ‘não ação’ da coordenação a fim de eliminar desde o início as causas que impossibilitaram tal objetivo.

Outro fator que ficou evidenciado foi a dependência dos programas federais para a consolidação das organizações, enquanto grupo que busca sua autonomia no

---

<sup>70</sup> Gonçalves (2013) traz estas mesmas informações coletadas com entrevista a um trabalhador/pescador, membro da APESMI.

mercado, mas que, ao cessarem os programas frustra-se as expectativas dos participantes, retornando os trabalhadores à exploração do atravessador, também não sendo possível estabelecer negociações com o mercado convencional.

Alguma negociação ocorreu ‘à margem’ destes programas, como salientado no caso da APESMI, com o fornecimento de siri para uma empresa de pesca. Destacamos ‘à margem’ porque o dinheiro para a compra do siri do trabalhador/pescador artesanal era proveniente do PAA, funcionando como ‘capital de giro’, até receber o pagamento da empresa. Cessando o PAA, dificultou esse tipo de organização da produção.

A dependência do setor industrial capitalista para realizarem o beneficiamento do pescado, por não terem finalizadas suas próprias agroindústrias, dificultou e onerou o trabalho.

A coordenação do Projeto Rede, nestas duas fases, recorrentemente comentava sobre o mercado institucional de fornecimento de pescado para escolas, quartéis do exército, presídios, dentre outras possibilidades, mas nenhum destes se efetivou. O que gerou expectativas frustradas, que querendo ou não, geraram comentários negativos sobre o Projeto Rede, os quais geralmente não vinham à tona para o debate no grupo, ‘fica pelos corredores’, fato que não indica um sentido de cooperação, que se faz na transparência e explicitação de conflitos.

Um fato que ficava pelos corredores, e que captamos por participarmos das reuniões do Projeto Rede, se relacionava a que os coordenadores, sendo oriundos de Pelotas e com maior aproximação da Cooperativa Lagoa Viva, que é deste município, sobrevalorizavam a forma cooperativa do trabalho ali existente, integrando cerca de 400 trabalhadores/pescadores artesanais. Mas os problemas de gestão ali existentes não eram trazidos à tona como exemplo a não ser seguido, o qual, podemos citar que na troca de experiências fomentada no projeto, geralmente são abordadas apenas as experiências positivas, as negativas ficavam escondidas, mas estas vivem nos ‘corredores’, e isso não foi considerado.

Foi percebido que dentre as organizações, existem trabalhadores que não estão (ou estavam) preparados para o trabalho cooperativo (PEREIRA, 2008b), fato que constata a necessidade de continuar, ou tornar mais incisivo, o trabalho com as organizações que despertasse uma consciência crítica da sociedade em sua totalidade.

Salientamos que cursos de associativismo e cooperativismo, que foi a estratégia adotada em todas as fases do Projeto Rede como fomento à organização dos trabalhadores da pesca, por si só não são suficientes para garantir um processo de

mudança social, o qual parte do individual e se plasma no coletivo. E isso, numa sociedade marcada pelo individualismo e o utilitarismo, representa uma contínua superação, onde o tempo para estabelecer esta mudança não pode ser definido matematicamente.

Assim, o tempo para a formação da consciência de classe, que em nosso entender representa o primordial passo a ser dado para encaminhar um processo emancipatório dos sujeitos e de suas organizações de trabalho socializado, é diferente do tempo do estado, visto que sua política é realizada por editais, com prazo limitado de geralmente um ano. Nesse sentido, também entendemos que a intenção da coordenação de trabalhar com todas as organizações existentes no ELP e na Lagoa Mirim, e, além disso, fomentar a criação de outras, acaba por gerar um árduo trabalho devido ao reduzido número de técnicos envolvidos, dificultando o trabalho.

Por outro lado, podemos elencar uma série de avanços materializados com o Projeto Rede, como a integração entre os trabalhadores/pescadores participantes, ampliação da informação enquanto forma de superar a exclusão por eles vivida, aprendizado em ouvir mais, sentir, ver no outro a si mesmo, que luta pelo direito ao trabalho sem exploração. Aprendizado mesmo que ainda insuficiente e precário se materializaram com a demonstração de que é possível realizar um trabalho, uma estrutura produtiva, sob outra orientação que não a capitalista.

Para finalizar esta síntese das duas primeiras fases do Projeto Rede destacamos a fala do TPA por nós entrevistado:

*Porque se pensava só no mercado, só vender, só vender, só vender... e aquela questão da organização que é fundamental, que tu não vai conseguir viver sem essa organização, se tu entrar na questão só do comércio vai virar um atravessador e deu, é o que tu vai virar, amanhã ou depois tu tá só comprando e não táis organizando o pessoal que teve contigo 10, 12, 15 anos, 20 anos, vive contigo 40 anos né, esse pessoal vai se perder e tu vai virar um atravessador, então... e estava se perdendo isso cara. Então foi assim até um pedido da gente, assim, que voltasse a trabalhar mais em grupo, em reforçar isso, chegar lá na organização da Torotãma [comunidade de trabalhadores/pescadores artesanais da Ilha da Torotãma], fazer reuniões, conversar, ajeitar o estatuto deles, a mostrar que tinham que se organizar formalmente, isso foi muito trabalho cara. Por isso que saiu um pouco do foco, porque a gente estava tentando fazer a comercialização e não conseguia, tu sabe... Um exemplo: na época do projeto da Lagoa Viva, o E.S., o pessoal que estava na coordenação do Projeto da Lagoa Viva procurou o Rede Forte, não, foi aquele de Pelotas... um supermercado...o Treichel (?) ... pra entregar uma entrega de traíra, não sei se tu te lembrás? E o cara disse: eu quero 2 toneladas, não conseguiram entregar 1 quilo cara, **não tinham estrutura** para fazer [no sentido de executar o trabalho de beneficiamento] o peixe dos cara, e **não tinha organização suficiente** pra fazer também. (TPA. Grifo nosso; [inserção nossa]).*

Assim, fica clara a dificuldade de organizar e manter uma proposta de trabalho que é nova, com a qualificação de ser esse um trabalho que socializa ao mesmo tempo em que emancipa o trabalhador. A busca pela comercialização, e sua efetivação, apesar do aprendizado gerado não é garantia da emancipação do trabalhador. A finalização das estruturas – agroindústrias familiares – indicava ser o caminho para ampliar as possibilidades de emancipação desses trabalhadores.

## 6.4 O Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da FURG

Antes de nossa exposição sobre as próximas fases do Projeto Rede, preferimos estabelecer uma breve descrição do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE/FURG), porque foi este núcleo que coordenou as duas últimas fases do projeto.

O NUDESE foi criado em 2003, e está vinculado à estrutura dessa universidade pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, assim se autodefinindo:

sendo um núcleo permanente tendo como objetivo oferecer apoio a projetos que tenham enfoque na promoção do desenvolvimento através de geração de trabalho e renda. Suas atividades são desenvolvidas a partir de projetos específicos que visam atender cada uma das seguintes áreas: cooperativas, micro e pequenas empresas, qualificação dos trabalhadores, ações de combate à fome e novas alternativas de produção e consumo. (NUDESE, 2012).

O apoio fornecido pelo NUDESE à APESMI integram suas histórias. A APESMI foi criada antes do NUDESE, mas técnicos que já trabalhavam com a APESMI foram os fundadores do NUDESE. Pode-se dizer que o NUDESE tem como fonte de sua criação grupos de trabalhadores que já vinham sendo assessorados pela FURG, e dentre eles, a APESMI é o mais antigo e se mantém até hoje.

Gonçalves (2013), em sua dissertação de mestrado em Educação Ambiental traz importante análise sobre a atuação do NUDESE junto aos grupos populares que presta apoio. Segundo este pesquisador, o NUDESE acaba por confundir seu papel de núcleo de extensão estabelecendo com os grupos por ele assessorados uma integração que assume uma forma que põe seus próprios técnicos extensionistas como se fosse integrantes dos grupos, e no caso da APESMI em particular, parece que o NUDESE assume objetivos da APESMI como se fossem seus.

Isso pode ter como causa a própria história de criação do NUDESE e da APESMI, ocorridas praticamente ao mesmo tempo, e que de certa forma, lutam, cada um dentro de seu lugar e de seu tempo (GONÇALVES, op. cit.) para manter-se trabalhando, e os projetos dos quais dependem para sua sustentação e infraestrutura, em ambos os casos, são provenientes de editais emitidos pelo estado, ora de âmbito federal ora estadual.

A metodologia de trabalho do NUDESE é a da ação-reflexão-ação que busca na Educação Popular e na Economia Popular Solidária princípios orientadores para suas práticas.

Quanto ao Projeto Rede, o NUDESE entende que a importância da mobilização social na pesca artesanal pode contribuir no processo de aprendizado dos trabalhadores aí envolvidos, organizados enquanto movimento da e na sociedade, na qual o aprendizado comum se dá na troca de experiências e se plasma no planejamento de ações que atendam às suas necessidades (NOBRE *et al.*, 2013).

Com a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, no âmbito do NUDESE, no ano de 2004, a qual foi possível por meio de edital da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o NUDESE demarca sua aproximação com o cooperativismo popular materializado como política pública na proposta de Economia Solidária.

Os técnicos do NUDESE têm participado de vários eventos promovidos no âmbito da Economia Solidária (ES), como os fóruns e conferências estaduais e nacionais de ES assim como feiras de ES. Em 2011, este grupo do NUDESE organizou a Feira de Economia Popular Solidária do Rio Grande sob o tema: “O sonho se torna realidade: Aqui uma outra economia acontece” (JORNAL DO NUDESE, 2009, p. 04).

Assim, o que se evidencia é uma trajetória do NUDESE que se aproxima da Economia Solidária. Trajetória que se dá sobre as resoluções das contradições apresentadas no movimento realizado pela própria constituição do núcleo de desenvolvimento social e econômico da universidade. Os momentos de disputas internas, condicionadas pela própria compreensão teórico-prática de seus integrantes do que é o trabalho de extensão, caracteriza tais conflitos e aprendizagens para sua superação. Para um maior conhecimento da trajetória do NUDESE consultar o seu endereço eletrônico (<http://www.nudese.furg.br/>), e no referente a uma análise crítica da história das práticas do NUDESE, ver Gonçalves (2013).

## 6.5 Projeto Rede – Fase 3

O Projeto Rede sob a coordenação do NUDESE/FURG ganhou outra abordagem e perspectiva para seus trabalhos, já reconhecidos na alteração de sua denominação, passando para “Incubação da Rede de Comercialização de Pescado da Região Sul do Rio Grande do Sul”, isso durante o ano de 2009 (janeiro a dezembro). Portanto, durante o ano de 2008 não houve atividades, pelo simples fato de não existir projeto que sustentasse as ações que vinham sendo realizadas até então.

Nesta fase do Projeto Rede o número de organizações atendidas foi ampliado, abrangendo 15 organizações do ELP e da Lagoa Mirim, utilizando como proposta de trabalho o de incubação das organizações que faziam parte do Projeto Rede.

Foi elaborado um plano de trabalho objetivando retomar princípios solidários na comercialização, apesar de que o termo “solidário” não mais contou no título do Projeto Rede. Sobre o plano de trabalho assim diz Opuszka (2010):

a tessitura do plano de trabalho do projeto em questão, teve suas ações pautadas em constantes reuniões de planejamento e (re) planejamento que buscaram não apenas construir um calendário de ações a serem cumpridas tendo por meta alcançar os objetivos inicialmente propostos, mas promover nos sujeitos envolvidos sua efetiva participação na tessitura das futuras ações, neste caso mais específico as relações solidárias de comercialização. (OPUSZKA, 2010, p. 76).

Observa-se, no entanto, que o início deste trabalho, nesta fase do Projeto Rede, parece ter sido uma nova etapa, o que é compreensível visto a diferença histórica de constituição do projeto elaborado e coordenado por seus intelectuais orgânicos, e em outro momento, este projeto tem seguimento por técnicos e professores vinculados a uma universidade federal. Mas nestas diferenças, o que deve ser relevado é o sentido que toma a emancipação humana nestas diferentes fases do Projeto Rede e que consequências trazem para os trabalhadores/pescadores a ela vinculados.

Como visto, para os intelectuais orgânicos, a emancipação deve ocorrer prioritariamente pela busca da autonomia econômica, e sob a coordenação do NUDESE, a emancipação se vincula mais à sua organização sócio-política.

Nesta fase, foi concedida maior importância à formação dos técnicos que trabalhariam no projeto, formação essa relacionada à Economia Popular Solidária, a qual também foi tema de trabalho junto com as organizações. Para isso, foram



promovidos encontros municipais e regionais, com atividades balizadas no diagnóstico elaborado nos primeiros contatos com as organizações.

As atividades mencionadas anteriormente vinham sendo realizadas mesmo sem o início formal do projeto, que teve seu lançamento oficial sob a coordenação do NUDESE/FURG no dia 20 de maio de 2009, com a presença de representantes de todas as organizações atendidas pelo Projeto Rede. Neste dia foi assinado convênio para finalização do entreposto de pescado da APESMI, com repasse de R\$ 151.000,00 pelo MPA.

A exemplo deste encontro inicial, que foi caracterizado como ‘encontro regional’, foram organizados, durante esta fase do Projeto Rede, outros cinco encontros dessa magnitude, em forma de rodízio nos outros municípios por ele abrangido. Conforme Opuszka (2010), esse rodízio dos encontros regionais partiu do diagnóstico inicial realizado de que muitas das pessoas envolvidas ainda não se conheciam o que poderia dificultar o trabalho socializado, como pretendido. Sobre isso, assim diz este pesquisador:

Este fato se deu devido a constatação de que apesar da Rede de Comercialização Solidária existir há quatro anos a maioria de seus atores ainda não conheciam de forma mais próxima seus parceiros e a realidade de suas respectivas comunidades – dado levantado durante o diagnóstico participativo e que está ligado também a dificuldade que os grupos que constituem a “rede solidária” tem de efetivar uma dinâmica mais concreta nas relações de comercialização justa e solidária de seu pescado, contribuindo assim para a presença de certa informalidade na cadeia produtiva. (OPUSZKA, 2010, p. 78).

Conforme excerto acima, percebemos que o Projeto Rede, embora existisse há quatro anos, e o exposto nas seções anteriores, a “rede” não estava formada. Isto é, o Projeto Rede, como o próprio nome demonstra, visa formar uma rede de empreendimentos que procuram ser solidários ao estabelecerem relações entre si, pautadas em princípios de justiça e igualdade.

O que percebemos no Projeto Rede é que ele, ao integrar trabalhadores da pesca artesanal tem avançado na formação do indivíduo enquanto participante de uma categoria, mas não enquanto categoria que precisa pertencer a uma classe, a classe de trabalhadores. Por exemplo, em nossa entrevista com a coordenação da APESMI percebemos que sua luta se pauta prioritariamente na luta pela categoria de pescadores, de certa forma não percebendo que a integração com outros produtores/trabalhadores

representa o que entendemos como a forma que estabelece as condições para superar o sistema que oprime a classe de trabalhadores como um todo. Afirmamos isso, por termos a convicção de que não existe emancipação de categorias, e sim de classe, pois o sistema que cria as classes, e as põe em polos antagônicos, distingue categorias apenas por desejar sua fragilização. Assim disse o TPA entrevistado: “*Existe o Fórum de Economia Solidária (ES), né, que abrange todos esses grupos, só que não é uma coisa da pesca né, somente da pesca, é um grupo que trabalha com ES e a pesca tá dentro da ES... são coisas diferentes...*”.

Mas entendemos, também, que estas palavras, embora apresentem uma compreensão ainda equivocada da emancipação dos humanos, em sua coletividade, não representa o pensamento dominante para este trabalhador entrevistado, visto que, em outros momentos comentou sobre a importância dos eventos de economia solidária e os mecanismos que ali são utilizados para a realização de trocas entre os participantes.

*troca, a gente faz ... trocamos peixe por ovo, ah é, e vinho por peixe, e a gente faz isso né. É legal cara, tem a moeda solidária; dentro desses grupo de ES, mas é dentro das feira, saindo das feira isso é muito raro acontecer, é dentro das feira, principalmente a de Santa Maria, isso é normal, é um momento legal, lamento não tem mais momento desse, cara, é bom, as pessoas ver que não é só o dinheiro que ... tu pode em outras formas, tu come e bebe, e ... muitas vezes tu não tem coragem de dizer para cara: olha, eu tenho um quilo de feijão, eu gostaria de comer um quilo de peixe, tu não trocaria comigo? Sabe, embora o teu custe 10 e o dela custe 5. As pessoas não tem coragem de fazer isso, e ali dentro acontece isso, a pessoa chegar com uma cartela de ovo que vale 2 reais e levar um peixe que custa 8, e acho que isso é fundamental cara, não ter essa relação não só do dinheiro e sim do produto, aquela coisa solidária mesmo, que tu pode fazer isso, tem como tu fazer, não é só o pensar em dinheiro e coisa. (TPA).*

A trajetória da economia solidária, a partir de movimentos da sociedade que culminou com sua institucionalização como política pública, tem avançado na proposta de que um outro mundo é possível, mas a sua prática já se aproxima desse outro mundo, logo, pode-se dizer que existe já ‘um outro mundo’ ocorrendo, o mundo das relações humanas. Relações humanas que, devido à padronização que sofre pelo avanço do capitalismo, precisamos adjetivá-la justamente para diferenciá-la das que ocorrem sobre este sistema, então, o mundo que se constrói na economia solidária é o mundo das relações humanas que humanizam as relações. É certo, portanto, dizer que com todos os contratempos do processo que outra sociedade está sendo gestada no ventre desta velha que precisa desaparecer com o nascimento da nova.

Apesar dos avanços da economia solidária no Brasil, ainda se percebem alguns limites e desafios – os quais apresentamos na seção 5 dessa tese – e sentimos estes limites nas palavras do TPA, quando, no trecho acima diz que as trocas solidárias ocorrem somente nas feiras. Sem dúvida, as trocas solidárias servem como exercício de uma outra prática social, o importante é entender isso como um processo, pois o sistema capitalista é totalizador das relações e está impregnado na consciência humana mitificada. E esse é o entendimento do TPA, quando afirma que não será instantânea a mudança para um outro sistema.

*Hoje tem que ver porque o sistema é esse...tu não é um mágico, mudar a coisa de um dia pra noite, estalar os dedos e olha...a partir de hoje o sistema capitalista terminou! Nós vamos agora viver num sistema socialista, agora todo mundo vai se associar, vai viver aí só pensando no social de todo mundo, não damos mais bola pra dinheiro! Isso não existe, não tem sonhar com isso tu vai ter que mostrar que financeiramente vale a pena para as pessoas começar a entender o processo que é difícil mesmo né...(TPA).*

O projeto tem auxiliado em um processo de conscientização dos participantes através de movimentos que geram aprendizados, cria-se, assim, a possibilidade para surgirem novas práticas, superando desafios e buscando outros caminhos.

Segundo entendimento da coordenação do Projeto Rede em sua Fase 4, sendo que essa coordenação já participava do Projeto Rede nesta Fase 3 que estamos abordando, a politização, assim como a organização, são extremamente importantes para a transformação que comenta o TPA.

*Então como é que ele se liberta disso? Se não é na sua organização, na sua politização, ir trabalhando pra que vá aos poucos se libertando disso, nessas amarras do próprio capital. Ele [o trabalhador/pescador artesanal] não vai construir um novo sistema. Ele vai conseguir, aos poucos, ir dominando o seu espaço, de novo, que foi completamente alijado disso. (CPR, [inserção nossa]).*

No entanto, por ser uma rede de empreendimentos, que também temos denominado de organizações, têm uma economia a desenvolver, a sua economia, e, nesta rede, os trabalhadores podem estabelecer mecanismos de apoio entre si visando superar a carência de infraestrutura, auxiliando o outro, mas na verdade, extraem da natureza o mesmo objeto de trabalho, por isso, acabam por concorrer entre si.

Na cadeia produtiva da pesca existem relações econômicas que materializam produtos que são necessários aos trabalhadores da pesca – seus instrumentos de trabalho

– sendo a estrutura econômica destes produtos baseadas no processo de produção capitalista. Estamos procurando demonstrar que a rede em si, não representa uma forma real que pode alavancar um processo completo de emancipação, por depender do mercado que, de certa forma, determinará a economia política da economia solidária desses empreendimentos.

O mesmo, podemos comentar sobre os processos econômicos a montante (posteriores) a estas organizações de trabalhadores. O mercado, que estamos denominando, como convencional/capitalista, tem ‘necessidades’ criadas que não são as mesmas da economia destas organizações, necessidades de consumir peixes, o que difere da necessidade básica de constituir uma alimentação saudável no sentido nutricional e ecológico, sendo esta a proposta da economia solidária, e na qual percebemos como proposta da APESMI.

O que estamos querendo anunciar com o exposto no parágrafo acima não é a desesperança, mas aportar uma contribuição que parte da análise do que viemos refletindo nesse estudo, que parte da materialidade existente nas relações do Projeto Rede e das organizações que a compõe, e da APESMI em particular.

Nossa vivência com estas organizações, e as evidências que fomos coletando no decorrer desse estudo indica que a dependência econômica, em seu sentido amplo, isto é, mais que a dependência no processo de comercialização, tanto a jusante como a montante da cadeia produtiva da pesca, lhes limita a possibilidade do que estamos entendendo por emancipação humana. Constatação que aponta para buscar formas de construir embarcações, apetrechos de pesca e demais equipamentos também dentro da proposta da economia solidária, o mesmo servindo para processos econômicos a montante, seja no referente à necessidade de crédito, transporte, dentre outros componentes desta parte da cadeia produtiva, os quais precisam ser também imbuídos de uma outra lógica social, que não a do capitalismo.

Depender do Estado como fomentador e financiador deste processo, tem seus limites, pois o estado não é neutro, a luta de classe é travada nas ruas, mas também dentro das instâncias desse estado, isso é o que a experiência brasileira recente tem demonstrado.

O Estado atende aos dois lados da luta de classes, e procuramos demonstrar isso na atividade de pesca, com os diferentes planos e incentivos dados, que têm privilegiado o setor produtivo empresarial/capitalista, mas com poucos resultados efetivos para as políticas adotadas para os trabalhadores da pesca artesanal. A própria

estrutura do estado, centralizada no MPA, dificulta a administração no que tange à pesca artesanal, extremamente atomizada neste extenso país.

## 6.6 Projeto Rede – Fase 4 – última fase

A 3ª fase deste projeto terminou em dezembro de 2009, iniciando esta 4ª fase, que é a última do Projeto Rede, somente em maio de 2011, e finalizando em novembro de 2012 – portanto, 18 meses de trabalho. Nesta fase o número de organizações atendidas ampliou-se para 19.

A metodologia utilizada nesta fase pautou-se nos princípios teóricos metodológicos da Educação Popular e da Economia Popular Solidária, baseado na ação-reflexão-ação. No entanto, em artigo escrito pela coordenação e técnicos do NUDESE, intitulado “Educação Popular e movimentos populares da pesca artesanal: a experiência metodológica do Projeto Rede” (NOBRE *et al.*, 2013)<sup>71</sup>, que tratou do processo metodológico, não deixou claro o que representa para o NUDESE tal metodologia, e sim que esta tinha como determinante o atendimento de necessidades dos trabalhadores da pesca.

Ao analisarmos os documentos disponibilizados pela coordenação do projeto, compreendemos que este método, que tem sua fonte em Paulo Freire, quando de sua aplicação específica no Projeto Rede, foi elaborado a partir dos objetivos elencados em sua constituição, prevendo que as ações a serem realizadas adequar-se-iam conforme a realidade – necessidade – de cada organização. Posteriormente, era efetuado o processo de reflexão sobre estas ações, com reuniões entre os técnicos extensionistas.

Esperava-se, assim, que novas ações teriam maior efetividade ao incorporar novos aprendizados, construindo uma história com as organizações, que atendessem a seus desafios e perspectivas.

Conforme endereço eletrônico do NUDESE, o objetivo amplo do Projeto Rede era o de Incubação da Rede de Comercialização Solidária de pescado da região sul do Rio Grande do Sul, compreendida por sete municípios e dezenove empreendimentos de pescadores. Tendo como metas:

- Capacitar acadêmicos e consultores na metodologia de incubação;
- Realizar a incubação dos grupos da rede;
- Oferecer cursos de capacitação nas áreas economia popular solidária e cooperativismo e associativismo autogestionário;
- Realizar cursos de capacitação na área de beneficiamento de pescado;
- Oferecer cursos de capacitação nas áreas técnicas de gestão;

---

<sup>71</sup> Publicação de autoria da coordenação do Projeto Rede em sua Fase 4.

- Aproximar parceiros que apóiam os empreendimentos;
- Realizar atendimento das demandas dos grupos;
- Dar atendimento jurídico aos empreendimentos;
- Realizar publicações sobre o projeto da rede de comercialização;
- Tecer mecanismos que possibilitem a criação de uma identidade da rede;
- Fomentar discussões que pense e repense sua existência. (NUDESE, 2012).

Nesta fase o Projeto Rede manteve seu título como na fase anterior. Iniciou com uma auto-avaliação realizada juntamente com as organizações, mecanismo que demonstra aproximação com a dialética, prevendo que no movimento do projeto, são superados, pela experiência da prática, modos de pensar e agir. Aqui percebemos melhor o que a metodologia ‘ação-reflexão-ação’ representa para o NUDESE.

Com a auto-avaliação, ficou claro naquele momento que, para as organizações, a comercialização não é determinante para eles, sendo o mais importante o fato de poderem estar juntos, debatendo, aprendendo com erros e acertos uns dos outros (GONÇALVES, 2013).

Conforme destacam Nobre *et al.* (2013), no início das atividades do Projeto Rede em sua Fase 4, foram elencados os passos para superar os desafios e limites que se apresentavam às organizações na busca por sua emancipação e assim definindo quais os caminhos que deveriam ser adotados pelo projeto, e isso com a premissa de que o processo adotado pelo NUDESE prima pela educação em economia solidária.

Já na etapa nacional o foco de discussões e amadurecimento permeou as dificuldades, anseios e caminhos percorridos pelos empreendimentos, sendo citado como um dos maiores eixos promotores para a superação dos limites apresentados a implementação de ações de educação para a cidadania e direitos humanos, bem como para a cultura, qualificação, assessoria técnica continuada e prática da autogestão, construindo assim um referencial teórico metodológico próprio para o processo de educação em economia solidária. (NOBRE *et al.*, 2013, p. 04).

Segundo informação obtida em reunião que mantivemos no dia 15 de maio de 2012, com a coordenadora do Projeto Rede, é de seu entendimento que atualmente, devido às reuniões regionais promovidas, foi possível que as lideranças das organizações atendidas por este projeto se conhecessem.

Mas, para isso, teve que ser buscada formas de sanar a dificuldade da distância (geográfica) existente entre os grupos e o processo de deslocamento dos trabalhadores/pescadores participantes do Projeto Rede. Foi adotado, então, um método de trabalho que promoveu reuniões setoriais (que são as municipais) e as regionais (que

envolvem todas as organizações). Segundo a CPR, este método auxiliou no desenvolvimento das organizações, e no caso de Rio Grande em particular, pensar ser notório o envolvimento das organizações deste município planejando e definindo o que querem e o que pretendem fazer para atingir o objetivo de não ser mais explorados.

*Ela [a Rede] é ampla, bastante ampla na região, embora, a gente... “ah, é tudo próximo, é a região sul do Rio Grande do Sul, mas se tu for pensar na distância que nós temos, o pessoal de Jaguarão vir a Rio Grande ou ir a Santa Vitória, é enorme. Então isso dificulta a organização, então uma das propostas do último Projeto Rede foi fazer as reuniões setoriais, organizar por setores, municipais, que a gente chamou setorial, mas é municipal. O pessoal de Rio Grande organizar sua rede em Rio Grande, Pelotas organizara sua rede em Pelotas, São Lourenço e assim por diante, e depois tentar essas micros redes se organizarem nessa rede geral. E isto em alguns municípios têm dado certo, um exemplo desses, e aí eu não estou falando em comercialização, estou falando em organização, um município desses que dá um exemplo bastante grande é Rio Grande. Talvez porque tem um número de grupos maiores, e diferenças entre esses grupos bastante grandes na cidade, mas tá bastante evoluído, resoluções que foram tiradas desses trabalhadores, o que que eles querem de planejamento para o setor pesqueiro artesanal nos próximos anos; como é que eles vão se organizar? Através de quem eles vão comercializar? Como eles vão comercializar? De que forma eles pretendem ir saindo do atravessador?(CPR [inserção nossa]).*

A perspectiva que a CPR possui em relação ao desenvolvimento das organizações é a participação delas em mercados institucionais e a venda direta ao consumidor. Portanto, no referente aos mercados institucionais, continua a proposta que acaba por manter a dependência de programas – políticas públicas – do estado. O que entendemos como avanço é o fato de que, no entendimento da CPR em sua Fase 4, é que vários esforços foram envidados para possibilitar o funcionamento das agroindústrias de pescado, ainda inacabadas.

Segundo a CPR, as políticas públicas realizadas por meio de editais, como também é o caso do Projeto Rede, garantem a execução de projetos, mas, por outro lado, não permite um desenvolvimento dos grupos, como pretendido.

Esse tempo do projeto, que é social, não representa o mesmo tempo das associações e cooperativas de trabalhadores/pescadores artesanais. Seu espaço/tempo de vivência, que inclui o de realização de seu trabalho é complexo e complexificado por uma gama de exigências e contingências, emanadas de um contexto externo que a eles não pertencem.

*O que que acontece; as políticas também são particionadas, elas não têm um todo de tu organizar isso como realmente uma política centralizada; vai começar aqui e vai terminar aqui no final. A gente fomenta o entreposto, a*



*gente faz também, conjuntamente com isso, o estímulo à organização, pra que no final a gente chegue na Doação Simultânea, por exemplo, que vai tá beneficiando outras famílias em situação de vulnerabilidade e vai tá beneficiando esses pescadores que tão produzindo pra isso. Os tempos são diferentes, o planejamento é errado, porque se começa um Doação Simultânea lá quando não tinha o entreposto e daí tu fica na mão de um empresário que bota água no teu camarão. (CPR).*

Conforme diz a CPR, o estado cria os programas federais (políticas públicas), como o Fome Zero na modalidade Doação Simultânea, tendo como objetivo incentivar a produção do pequeno produtor, no entanto, no caso específico da APESMI, o incentivo que partiu tanto do NUDESE, que elaborou com estes trabalhadores o projeto para participar desse programa, assim como o incentivo da coordenação do Projeto Rede na época (em 2006 e 2007), foram determinantes para que as organizações participassem do referido programa federal.

O programa, a política pública existe, e para participar é necessário atender a uma série de requisitos – que inclui a posse ou uso de infraestrutura – e a prática dos trabalhadores, o que, na ocasião, entendemos que o caminho adotado foi a tentativa de adequar o programa a realidade das organizações. Isso por não possuírem infraestrutura necessária ao beneficiamento do pescado, tendo eles que terceirizar esse processo junto ao empresário capitalista da pesca.

Portanto, o estado não elaborou o projeto para a APESMI participar, quem assim o fez e decidiu participar foi os trabalhadores da APESMI, com apoio do NUDESE e fomentadas nas discussões e orientações emanadas de reuniões no âmbito do Projeto Rede.

Não se quer dizer com isso, que o Estado, deva se ausentar de promover políticas públicas que dê as condições para que estes trabalhadores possam efetivamente ter seus empreendimentos de pesca e romperem com as limitações a sua emancipação imposta pelo sistema que lhes marginaliza. Apenas constatamos que, uma coisa é buscar justiça na política pública a fim de efetivar uma estrutura de trabalho que abrigue os trabalhadores da pesca artesanal, outra é participar de um projeto na qual não se tem as condições necessárias para isso.

Concordamos que se colocou a “carreta na frente dos bois”, mas, então, que se lute para que as condições necessárias para a eliminação da necessidade de atravessadores se materialize, para que experiência não vire experimento.

As exigências e contingências da qual tomam parte os trabalhadores/pescadores artesanais, estão imersas no acirramento das disputas sobre os

recursos pesqueiros, lembrando que, a crescente pseudo defesa da natureza que vivenciamos há algum tempo, inverte e confunde o que é racional do que é irracional, ou o que é fantasia e o que é realidade.

Pois, em nosso entendimento, a natureza virou um fetiche. Para muitos a natureza humana precisa usar para si os recursos da natureza externa – ao homem, isso considerando uma racionalidade que é economicista.

Kosík (1986) traz importante contribuição a este tema, da construção de compreensões das coisas e da realidade, pela sociedade, sem que exista qualquer reflexão sobre determinados temas/matérias. Para isso, esse pensador exemplifica com o dinheiro, assim comentando:

Os homens usam o dinheiro e com ele fazem as transações mais complicadas, sem ao menos saber, nem ser obrigados a saber, o que é o dinheiro. Por isso, a *práxis* utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade. (KOSÍK, 1986, p. 10).

Essa *práxis*, segundo este pensador, é a *práxis fragmentária* dos indivíduos, por não conceberem naquilo que é intimamente contraditório, seus aspectos misteriosos, e, por isso, não se surpreendem diante do que é racional ou irracional. Assim, torna-se ‘natural’, a fome, a miséria, dentre outras tantas mazelas humanas e, na especificidade desse estudo, a diminuição da pesca, antes abundante no ELP, e as consequências que causa para a comunidade de pesca artesanal.

Enquanto o projeto visava, no entendimento da coordenação, a formação da equipe, proporcionando vários cursos abordando o associativismo, cooperativismo e economia solidária, por exemplo, os trabalhadores/pescadores traziam demandas pontuais, com dificuldades até mesmo de se reunirem quando ocorrem eventos não previstos, como é o caso do conflito gerado em torno do seguro-defeso não ser mais pago às mulheres dos pescadores no ano de 2012.

Notamos, assim, que apesar da necessidade de ser criada uma proposta uníssona de trabalho de extensão do NUDESE, as demandas do cotidiano dos trabalhadores/pescadores dificultavam as ações planejadas da rede. Uma possível razão disso é o próprio distanciamento das relações de existência entre a coordenação do projeto e dos trabalhadores por ela atendida. Enquanto a coordenação (no sentido de todos os integrantes) tem a garantia de sua vivência a partir do recebimento de bolsas e

salário (remuneração), os trabalhadores/pescadores não possuem nenhuma segurança econômica; precisam procurar no seu dia-a-dia a garantia de sua vivência, logo, as demandas pontuais por eles levantadas ocorrem porque só “podem” pensar nelas na emergência do momento.

Recentemente, a APESMI criou a sua cooperativa para atender a demandas institucionais. Por exemplo, como associação, não pode emitir nota fiscal de venda de pescado beneficiado pela sua agroindústria (quando finalizada), somente pode emitir nota fiscal de venda com o resultado de sua própria pescaria – dos trabalhadores/pescadores – isto é, do peixe *in natura*. Por isso, pensam eles que, de certa forma, foram obrigados a criar uma cooperativa.

*Sim, aquilo ali, é o nosso... a associação é dentro da cooperativa. Por que isso? Porque assim olha: primeiro de tudo porque ela é um símbolo essa associação né, muitos falaram; mas a associação não vai terminar né? É um símbolo do trabalho, tudo o que a cooperativa vai pegar foi a associação que conquistou, queira ou não foi ela que conquistou... a cooperativa vai chegar e pegar tudo prontinho, é só trabalhar, e agente é da coordenação da cooperativa, e a estrutura que a gente tem tá no nome da associação né: entreposto, caminhão, sabes, os projeto é tudo da associação, então não tem como tu... né... a cooperativa é uma pessoa jurídica de comercialização, que vai poder fornecer nota, nós meio truncamos até o fim, a gente não queria cooperativa, a gente queria continuar associação, mas como nunca conseguimos resolver esse gargalo de comercialização né... se foi, ia dar, não ía dar, não deu... chegou um ponto, que vai ficar concluída a obra, tu vai ter que vender, vai ter que tirar nota, e nós estamos sofrendo ainda na mão do atravessador, tu dá nossos talões para o cara tirar a nota, né, e com a cooperativa, agora ela vai ficar registradinha, e tu agora não precisa tirar essa nota, o sócio o não-sócio, o cara vai levar o peixinho dele, camarão e coisa, levou uma caixa, pega uma nota de caixa de camarão, não vale levar uma caixa e pegar uma nota de 500 quilos. (TPA).*

O trecho da entrevista com o TPA transcrito acima demonstra que os trabalhadores da APESMI são apegados à sua associação, não sentindo a criação da cooperativa como sua vontade, mas como necessidade, pelo menos até este momento. Para eles, os princípios que regem sua forma socializada de ser, não se alteram ao passarem para a formalidade de uma cooperativa. Mas parecem temer ao novo, talvez devido a ter alterada a maneira de ser em suas individualidades e responsabilidades. Enquanto associação, são *pessoas* associadas, e enquanto cooperativa, são uma *pessoa* jurídica. De *pessoas/gente* viram *pessoa/empresa*, do indivíduo ao coletivo.

No trecho acima, ainda observamos a denúncia do TPA sobre uma prática que sabemos ser comum no ambiente da pesca artesanal na região, atravessadores usam o

talão de nota fiscal que é propriedade do trabalhador/pescador – e de sua família – para tornar lícitas operações de pesca que realizam, preenchem o talão com volumes de pescado muito superiores ao fornecido pelo trabalhador/pescador. Além disso, por vezes, inserem ali peixes que são pescados apenas no oceano, ou com valores acima do permitido a estes trabalhadores, tendo eles que arcar com os custos tributários disso.

Retornando ao tema da cooperativa, pensa o TPA entrevistado que ela representa, com a estrutura de agroindústria finalizada, a única forma para se desvencilhar do atravessador, mesmo que isso represente um processo lento, de longo prazo, assim diz ele:

*A cooperativa é a saída, tanto a curto prazo como a longo prazo, não tem outra. Daqui a 10 anos, eu... acho que a cooperativa ela vai conseguir entrar mais dentro da comunidade no decorrer desses anos, de o pessoal acreditar mais no trabalho cooperado, que hoje não acreditam ainda. Isso deverá ser o papel da cooperativa. E isso não vai ser a curto prazo de jeito nenhum, mais de 10 anos, as pessoas inserir isso aí que a saída é o trabalho cooperado. Pra isso... por isso que digo: a prática é o fundamental, que o cara vai ter que mostrar isso pra comunidade, e um trabalho muito bem feito, de organização, de planejamento, de venda... organizar o povo, organizar o povo mesmo, em todas as áreas ... formação, a cooperativa ter um espaço aberto pra isso. Quem tiver a par da cooperativa, quem tiver dentro da cooperativa, ter essas informações pra passar essas informações. É uma coisa muito lenta. Um exemplo: nós temos... de 2001 a 2013, são 12 anos que nós estamos em cooperativa, cara, e a gente não conseguiu envolver todo mundo, o negócio é lento, a coisa é mais lenta que a gente pensa, é muito complicado tu consegui envolver as pessoas, que elas entendam o processo de cooperativa e deixar o processo de produção, e que não só ele que vale a pena, é muito complicado cara, as pessoas custam a... porque o retorno financeiro é muito lento. E o que as pessoas veem primeiro, queira ou não... tu pra querer uma coisa tu vai ter que oferecer outra senão tu não vai ter esse retorno. E o que as pessoas tão esperando hoje? Dinheiro! Que dê resultado financeiro agora, porque é o que tá sofrendo na mão do atravessador, na mão da ambiental, não é fácil, é um trabalho de muito tempo. (TPA).*

Além da ‘paciência impaciente – revolucionária’, necessária para materializar o processo de um trabalho socializado, temos outros importantes temas que se relacionam a isto, como elencado no trecho acima.

A importância da prática do trabalho associado como exemplo da concretização de uma utopia, de uma outra forma de se estruturar enquanto trabalhadores, autogerindo seu trabalho, é por diversas vezes citado pelo TPA. Neste trecho observamos a funcionalidade que atribui a esta prática, de ser planejada, organizada – isso tendo no processo os princípios da economia solidária – e que consiga efetivar sua atividade fim que é a troca, em suas palavras: “venda”.

E é justamente esta prática, socializada, que, segundo o TPA é o exemplo necessário que pode causar impacto nas concepções enraizadas dos indivíduos desesperançados anunciando que é possível transformar a realidade – que é sua. O dinheiro deixa de ser o objetivo fim de se viver, e passa a ser meio de existência na medida em que é ele necessário às permutas humanas.

Nesse processo de organização do trabalho, que é socializado, se torna possível um maior envolvimento dos trabalhadores da APESMI com a comunidade na qual fazem parte. Para isso, o elemento importante é a ‘formação’ destes trabalhadores, mesmo não sendo anunciado no trecho transcrito, em outros momentos elenca o TPA que esta formação está relacionada à organização política e econômica.

O acesso à informação também é citado no trecho acima, para mobilizar o indivíduo em seu que fazer, em sua prática perante a cooperativa e perante a comunidade. Em outro momento, assim diz o TPA: *“porque o pescador sozinho ali, se não tiver peixe, o que ele vai fazer? Ficar sentado em casa, ou vai ali assinar carteira no coisa lá, ou pegar um bico algum se tiver, né, pra conseguir comer”*.

O que esperam estes trabalhadores com o funcionamento de sua agroindústria é criar, ao mesmo em que contribuir, para transformar seu espaço imediato de realização do trabalho, se apropriando do processo que hoje não lhes pertence, o processo da pesca que continua em terra, no espaço de estruturação da produção, distribuição e consumo humano do pescado.

Amplia-se a economia, que passa de uma economia do pescador, que é viver da captura do pescado, para uma economia ampliada, a da cooperativa. Assim, esperam estes trabalhadores, romper com os mecanismos de opressão do mercado que lhes tornam invisíveis ao mundo.

Terra (2008) já evidenciava que a APESMI tem sua perseverança na própria luta que tem travado para finalizar sua agroindústria no decorrer de longos anos, sendo que isto, ao mesmo tempo em que desagrega pela demora do processo, que tem dependido exclusivamente de políticas públicas, agrega estes trabalhadores por ser determinante para a consolidação dessa luta, tendo como ideal a finalização da agroindústria.

Gonçalves (2013) em sua análise da relação do NUDESE com a APESMI identifica que a prática de apoio do NUDESE caracteriza-se pelo funcionalismo, e isso por primar pela instrumentalização das organizações. E assim acabam promovendo, no máximo, sua autonomia (funcional) para a realização do trabalho. Comenta este

pesquisador que a emancipação não será possível com as práticas do NUDESE que qualifica como ativistas e que se alinha a toda uma história da extensão da universidade brasileira, na medida em que as atividades de extensão não estão vinculadas a um processo reflexivo que se materializa pela não aceitação da crítica, e que impossibilita a produção de conhecimento.

O NUDESE tem realizado um trabalho que na verdade é do estado, de sua ex-SEAP e do atual MPA, principalmente, por estes órgãos não possuírem os meios estruturais (físicos e humanos). Além disso, pela realidade que se mostra, percebemos a dificuldade de inserir em suas práticas uma relação com o “povo” que realmente materialize os objetivos de um associativismo e cooperativismo como esperado pelos sujeitos da pesca artesanal, e como definido nas conferências de pesca e aquicultura.

Por outro lado, esperam os trabalhadores da APESMI que o apoio do estado seja permanente, não somente este realizado pela ‘política de editais’, e saindo do senso comum de que a assistência deve ser apenas provisória e pontual.

*Antigamente a discussão a gente fazia assim: não! O governo tem que dar um apoio agora, depois... até a gente caminhar com as próprias pernas... Nããão! Nós não podemos entrar nessa, o governo dá apoio para os grandão lá a vida toda, o feijão, a soja, eles têm que nos apoiar do início ao fim, ué!! É municipal, estadual, federal eles têm que dá apoio sim na comercialização que é o nosso grande gargalo. (TPA).*

Para o TPA esse apoio provisório e pontual, pelas suas palavras, na verdade, representa um engodo que mascara a luta de classes travada no âmbito do estado. Dinheiro público tem sido canalizado para grandes produtores da agricultura e pecuária capitalista no país, e isso se dá de forma permanente, por exemplo, no crédito e na assistência técnica, dois instrumentos de fomento que são quase inexistentes na pesca artesanal. Então, questionam os trabalhadores da pesca artesanal, que são a parte empobrecida da pesca, por que não pode o estado, também, apoiá-los da mesma forma que faz para outros? Pensamos que tal questionamento é de uma legitimidade e um alcance que define bem o conhecimento, por este TPA, da totalidade que vivemos.

Para o senso comum, o apoio que emancipa é ensinar um indivíduo a pescar, fornecendo o instrumento e o conhecimento necessários para a pescaria, e depois, ele, por si, deve buscar sua autonomia e emancipação. Parece justo, mas na perspectiva que entendemos a sociedade que vivemos, cabe indagar se por si só ela promove a justiça? Ou quando convivemos com dizeres assumidos como populares, mas que na verdade

mascam uma sociedade desigual e que não tem espaço para todos, tais como: “quem não chora não mama”, ou o que é “importante é levar vantagem em tudo”.

Requerer do estado um apoio permanente, não necessariamente precisa ser caracterizado como assistencialismo, mas como uma forma de agir de um estado que aproxima ao invés de dividir sua sociedade em classes ao passo que reflete, este estado que aí está, a materialidade do capitalismo.

A comercialização se apresenta como o grande “gargalo” para o TPA, mas recordamos o que já comentamos sobre a necessidade de uma outra relação social de produção, tendo como apoio os princípios da economia solidária, aproximados que são do cooperativismo popular. Portanto, cabe lançarmos a pergunta, embora não termos a intenção de responder: como o estado/MPA compreende a comercialização da pesca artesanal?

Mas pelo que viemos prospectando nesse estudo, e pelas carências que o estado/MPA apresenta, o que importa para ele são os resultados quantitativos, ou seja, o processo, que é qualitativo, e que embasa o comércio, deve seguir os princípios da economia de mercado.

Como diz a CPR, a rede de organizações de trabalhadores/pescadores formada a partir do Projeto Rede sempre trouxe em seu título e objetivo ‘o comércio’, mas fica claro em suas palavras que isso é apenas uma forma de obter recursos para financiar o projeto, que de outra forma não se conseguiria. A organização social destes trabalhadores, o associativismo e o cooperativismo, a economia solidária, fazem parte apenas da retórica deste estado/MPA, isto é, de uma política de intenções.

*Não é uma rede de comercialização, se tu pensar assim, na palavra, que é o título do Projeto, que é a forma de conseguir o recurso, se tu não falar em comercialização hoje, o governo, que é voltado ao capital, não vai tá te financiando. Então tu usa determinadas artimanhas pra conseguir o recurso pra organização dos trabalhadores, pra mim isso é muito claro. (CPR).*

Fatores que limitam uma proposta emancipatória dos trabalhadores da pesca artesanal, o apoio a eles, enquanto política de estado, não existe de fato. Até este momento de nosso estudo, elencamos uma série de concepções, práticas e contradições que se resolvem por meio do Projeto Rede, na próxima seção trataremos de expor o que resulta de nossa investigação no referente às mudanças que ocorrem quando a pesca artesanal muda de forma, de individual, passa para a forma socializada.

### 6.6.1 O que muda com a passagem da pesca individual para a pesca socializada?

Cabe considerarmos que nesse estudo em específico, entendemos como pesca socializada aquela que se realiza sob forma de organização da produção que tem como princípio motivador não ser capitalista, e que ocorre em diferentes etapas, a de extração/captura do objeto de trabalho, beneficiamento e distribuição.

A forma de extração de pescado da natureza ocorre pela unidade de produção, participando entre 1 a 3 trabalhadores/pescadores. Até o momento, termina aí a organização da produção autônoma dos trabalhadores/pescadores artesanais do ELP. No caso da APESMI, quando finalizada sua agroindústria, poderão os trabalhadores associados trabalhar sob uma nova perspectiva, ainda desconhecida por eles, que é a de beneficiar seu objeto de trabalho, que significa efetuar processos de limpeza, evisceração (para peixes), descasque (para crustáceos), congelamento, e armazenamento desse pescado. A próxima e última etapa é a da comercialização da cooperativa, também sendo sua tarefa.

Com isso surgirão novos desafios. Procuramos identificar quais são esses desafios ao mesmo tempo em que entendemos que emergirão daí novas contradições.

A economia do trabalhador/pescador artesanal é diferente da economia da cooperativa, esta última mais complexa, isso pelas etapas de trabalho que sucedem a captura do pescado efetuada pelo trabalhador/pescador, e pela forma com que eles (APESMI) pretendem organizar sua produção, que é a socializada.

A economia do trabalhador/pescador garante sua existência imediata, a da cooperativa representa um acréscimo, pois a economia do primeiro é a que ele obterá com sua unidade de produção que não se confunde com a de seus colegas cooperados.

E essa economia individual, como abordado em seções anteriores, depende da disponibilidade dos estoques de pescado, que estão em declínio, e apresentam grande oscilação de um ano para outro.

Citamos o caso do camarão-rosa, que é o objeto de trabalho de maior valor de troca na atualidade para o trabalhador/pescador artesanal do ELP. Sobre essa pescaria assim diz o TPA:

*Tá muito ruim, cara eu vô te dizer uma coisa: até hoje de manhã... eu vou te dizer... a minha realizada assim... a gente vive a nossa [pescaria], a gente consegue enxergar um pouco a dos outros também, esse último ano, a pesca*



*da safra de camarão foi uma das mais apertada que eu já passei, por que? Não teve esse camarão aqui pra tu fazer essa pescariazinha proibida, porque eles proibem né, tipo do ano passado que a gente ía ali e matava 15 quilo, 20 quilo de camarão, pra ir preparando as coisa, tu acha que é barato uma safra de camarão? Tu tem que pintar a embarcação, tu tem que trocar óleo de motor, tu tem que arruma as redes, arrumar tuas baterias ou liquinhos que tu têm, tu tem que fazer um rancho pra ir trabalhar, tu tem que comprar óleo [combustível] pra ir pra fora, tu tem que deixar dinheiro em casa, tem que deixar comida em casa, tem que deixar as contas pagas em casa, as pessoas não enxergam isso, acham que ... vamos proibir depois liberar no dia primeiro [de fevereiro], e tu vai iniciar como? Se tu, nesse rodeio todo, tu precisar de uns 1500 reais, menos que isso não existe... se tu não pintar tua embarcação ela apodrece, vai se terminar, não vais ir trabalhar se as redesestão tudo quebradas, tu tem que ajeitar, é custo fixo, não tem como tu te livrar disso. E se tu tiver um proeiro trabalhando contigo tem que ter o dinheiro para cara, o cara tem família, é a mesma coisa, para o cara ir pra fora contigo tranquilo, tem que deixar pra família dele. Depois fazer umas 4 ou 5 mareadas[pescarias] e mandar dinheiro para a família dele e pra tua. As pessoas não conseguem enxergar o mundo... essa questão econômica, essa mentalidade cara, dia primeiro [de fevereiro] libera e vão pesca! E o que é que tu vai fazer até chegar o ponto de pesca?(TPA, [inserção nossa]).*

Podemos observar que existe um calendário de pesca para o camarão-rosa que inicia no dia 1º de fevereiro – e se estende até 31 de maio (BRASIL, 2004) – na qual gera controvérsias, pelo entendimento dos órgãos fiscalizadores divergirem do saber advindo da prática do trabalhador/pescador artesanal do ELP.

Várias tarefas precisam ser executadas para que seja possível a pesca, e a do camarão-rosa em particular; os equipamentos e demais petrechos precisam estar em condições de uso, sendo necessário, também, atender à família quando da saída do trabalhador ‘pra fora’ como diz o TPA, que é para acampar em algum ponto de pesca do ELP. Cabe salientar que não são todos os trabalhadores da pesca que se distanciam de suas moradias para pescarem camarão, mas possuem estes os mesmos custos, apenas subtraindo o custo citado de deixar dinheiro com a família.

Percebe-se a dificuldade que possuem de manter seus equipamentos a fim de exercerem seu trabalho. O que faz com que muitos destes trabalhadores busquem no crédito informal junto a atravessadores o dinheiro que precisam para fazer frente aos custos iniciais da pescaria. Como afirma a CPR:

*Eles não têm o capital a não ser o seu trabalho, a não ser a sua arte de pescar, que é o que eles conhecem e que eles acabam tendo que se vender, todos os pescadores hoje entram a safra devendo [para atravessadores] praticamente toda ela. (CPR [inserção nossa]).*

Não conseguem os trabalhadores/pescadores artesanais, com seu trabalho, compor um capital necessário para sua autonomia, tendo que lançar mão de

empréstimos junto aos atravessadores, o que condiciona uma relação de dependência financeira e política permanente entre eles. Para começar a safra precisam de dinheiro para atender aos custos de manutenção de seus meios de trabalho, como se ‘vendessem a si mesmo’, pois com isso ficam presos ao atravessador, a quem devem dinheiro, repassando a ele com exclusividade o fruto de seu trabalho. Portanto, perde sua autonomia como se não fosse ele o proprietário de sua própria força de trabalho. Vira ele, então, um trabalhador para o sistema do capital, mas com a diferença, como já comentado, que este trabalhador, que é pescador, não possui os direitos sociais assegurados aos trabalhadores de uma forma geral.

Essas dificuldades vividas pelo trabalhador/pescador do ELP, faz com que muitos abandonem seu ofício na pesca para se juntar aos trabalhadores da nova e crescente indústria do polo naval que se estabeleceu no município do Rio Grande, que assim se materializa por meio das metas do estado brasileiro de aumentar a produção de petróleo.

Polo naval que, segundo entendimento do TPA – sendo este também nosso entendimento – escraviza o trabalhador, e isso de uma forma geral, mas quanto ao trabalhador da pesca, este vai lá buscar sua existência, e acaba por perdê-la.

*Vai, mas a maioria retorna. Qual é o problema? A ida, vai com aquela ilusão que vai chegar lá e não vai faltar mais nada, 1200 reais no mês... 1200 é a saída, mas não é! Isso a gente tem dito pra um e outro. O que que acontece: primeiro dia que assinou a carteira, olha o que ele perdeu: aposentadoria da mulher, auxílio maternidade da mulher, auxílio doença pela pesca, aposentadoria especial dele, aposentadoria especial da mulher... perdeu tudo. Aí o cara trabalhou na empreiteira tal e acabou o serviço, não tem mais pra ela, foi embora, a empreiteira mandou o cara embora, ele retorna pra pesca, sem nada, estaca zero, porque ele vai continuar sabendo pescar, mas formalmente ele perdeu os direitos tudo, se ele precisa de 15 anos consecutivos pra poder se aposentar, aí o cara tem 40 anos ele vai ter que trabalhar mais 15, ou tem 50 anos, vai ter que trabalhar mais 15 pra ele pedir a aposentadoria dele, a mulher precisa de 15 anos pra pedir a aposentadoria dela. Sabe, ele se emprega ele sozinho e quando se desemprega, desemprega dois... de certeza ele já tá na baga [no limite de sua saúde] também... Cara, eu acho isso aí escravo, nós somos uns escravos, mesma coisa; vem na vila busca o cara, depois larga o cara a deriva, não tem um trabalho social que converse né. (TPA [inserção nossa]).*

Ao assinar a carteira em uma empreiteira do citado polo naval, por exemplo, acaba por perder todos os direitos que possui como trabalhador da pesca, mas não somente ele, também sua esposa.

Muitos são os que retornam à pesca, mas além de perderem os direitos antes adquiridos, retornam sem sua identidade de trabalhador/pescador perante o estado, o

que lhe impede de exercer a pesca imediatamente, sendo necessário um período para refazer sua identificação e o devido licenciamento. Como diz o TPA,

*tem voltado todos, quase todos, de 10 volta 8, sem direito a nada, aí ele coitado quer resgatar lá no ministério da pesca seu registro de pesca, leva 2 ano, porque aí ele tem que passar por aprovação tal, aprovação tal... porque ele não é mais pescador, aquela coisa, sabes igual a mim, aquela pra pegar a licença do IBAMA tem que ter o RGP [Registro geral da Pesca emitido pelo MPA] em dia, aí chega ali vai no sistema, o cara trabalhou 6 meses [numa empreiteira do Polo Naval, por exemplo]... então... tá um caos. Hoje eu digo.. assim... nós... a escravidão não terminou, continua. E aonde que ela continua? Nas comunidades mais carentes e aqui em Rio Grande é a pesca. Hoje o pescador é alvo dessa industrialização toda, essa coisa toda, as obras portuárias, hoje nós somos vítima cara. De chegar na porta de casa... é, uns 200, 300 reais por semana, mas não diz depois as consequências que o cara vai sofrer. (TPA [inserção nossa]).*

Em outro momento o TPA anuncia que através da organização dos trabalhadores, a qual citou a cooperativa como exemplo, pode-se reverter esse processo – que é de escravização – por meio da informação que divulgue as consequências para sua vida quando deixam a pesca para trabalharem no polo naval.

Reforça-se, assim, os benefícios que uma organização de trabalhadores pode trazer na medida em que um grupo maior, agindo de forma socializada e com determinação política ampliem o acesso a informação e possibilitem sua socialização com o grupo e também com outros trabalhadores da pesca.

Por outro lado, mesmo que representando tema controverso, precisamos aqui comentar que a diminuição de trabalhadores na pesca reduz o esforço pesqueiro, o que alivia a pressão sobre os estoques de pescado já comprometidos pela exploração excessiva. Da mesma forma, na medida em que o polo naval e sua cadeia de suprimentos contrata força de trabalho, até mesmo tendo que buscar em outras regiões essa força de trabalho que já está escassa no município, acaba gerando uma oportunidade para o trabalhador/pescador, mesmo ele não vendendo sua força de trabalho no polo naval, assim o faz informalmente trabalhando na construção civil, pois existe forte escassez de trabalhadores.

*Aquele cara informal que sabe trabalhar de pedreiro, de pintor, essas coisas, tá muito bom pra esse cara, o próprio pescador que sabe fazer isso, parou a safra de camarão ele vai pra li que tá bom, os profissionais tão lá dentro do porto [Polo Naval] e aí sobrou esse mercado pra ele...(TPA [inserção nossa]).*

Quando o trabalhador/pescador conhece outro ofício além da pesca consegue ele trabalhar informalmente, mas mantendo-se como profissional da pesca, principalmente como pescador de camarão, o que diminui, também, como comentado, a pressão de pesca sobre os demais recursos pesqueiros.

Assim, percebemos que existe um sério problema para os trabalhadores da pesca que optam por vender sua força de trabalho em outro ofício – no mercado formal –, o que tem ocorrido principalmente no polo naval e sua cadeia de suprimentos, no qual percebemos o quanto isso traz de consequências nefastas quando ele retorna compulsoriamente à pesca. Fato que preocupa, pois segundo o TPA entrevistado, cerca de 80% retornam para a pesca.

Cabem estudos que averiguem a magnitude dessa transformação no ambiente da pesca artesanal do ELP. Cabe ainda salientar que, mesmo ocorrendo uma diminuição real da pressão sofrida pela natureza da pesca no ELP – quando trabalhadores/pescadores migram para outras atividades – os mesmos cardumes são pescados na região costeira, portanto, a relação não é direta, cabendo outros estudos que averiguem esta situação que é complexa.

Quanto à economia da cooperativa, assumindo a APESMI como exemplo, quando esta tiver finalizada sua agroindústria de pescado, que é de moldes familiares, segundo o TPA, outras relações serão estabelecidas.

*Primeiro de tudo é o planejamento né, se tu não tiver um planejamento pra uma estrutura dessa, tu vai fechar... em um ano... e o planejamento que tu tens que ter, tu não pode contar com o peixe só da Lagoa dos Patos de jeito nenhum, senão tu não vai manter ela, nem as famílias vão ... as famílias vão passar dificuldade também. Tu vais ter que ir no oceano, buscar peixes dos barcos [industriais], comprar pra tua mulher limpar, tu mesmo tu ir limpar, fazera limpeza no entreposto [agroindústria] e ganhar tua diária, vai ser a saída, tu vai ter que ter um planejamento... (TPA [inserção nossa]).*

O planejamento das atividades a que se refere o TPA é para, principalmente, manter o entreposto de pescado (agroindústria) em seus custos fixos, e, para isso reconhece que somente com o pescado do ELP não será possível manter a estrutura funcionando, pelo menos o ano todo, pois no inverno são poucas as espécies de pescado, além do que, segundo a legislação, não é permitida a pesca no período de defeso – junho a setembro (BRASIL, 2004).

O que constatamos como uma contradição é que, embora toda a argumentação do TPA em relação à emancipação da organização, em suas palavras, diz ter que

estabelecer uma relação de compra de pescado proveniente do setor pesqueiro industrial/capitalista. Dependência que deveria ser superada quando se pretende a emancipação, que é também política e econômica.

Isto é, com a agroindústria cooperativa funcionando, a economia individual do trabalhador/pescador avança eliminando sua relação subordinada ao atravessador, mas cai numa outra dependência, a da indústria pesqueira como fornecedora de matéria-prima para a agroindústria familiar da APESMI. O que entendemos como um pensamento resignado deste trabalhador, fruto da histórica exploração do trabalhador da pesca artesanal.

Outra contradição que surge do processo da economia da cooperativa é que tendo que atender aos seus custos, que são de uma empresa como outra qualquer, surgirá a necessidade de comprar pescado de outros trabalhadores que não somente vinculados à cooperativa. Esse tema tem sido objeto de debate e reflexão tanto no NUDESE quanto na APESMI.

*E isso é uma das coisas que a gente tem buscado refletir, assim... claro que as pessoas precisam do imediato, precisam, e não vai adiantar a gente acreditar que só teoricamente... “eles não têm que trabalhar com o atravessador, não tem isso, não tem aquilo”, eles precisam comer. E isto é necessidade básica... E eles não estão num outro sistema, eles estão no sistema capitalista. Então tem momentos que serão corrompidos, porque precisam, tem filho pra alimentar, tem casa... tem ‘n’ coisas. Então, conseguir compreender esta... este antagonismo que é viver nisso é que eu acho que faz tu caminhar um pouquinho, entende!? Porque é completamente antagônico, tu conseguir suprir tuas necessidades, mas buscando almejar uma outra coisa que não esta competitividade desenfreada... não é ... uma coisa maluca que a gente vive hoje em dia, e muito se viu na questão do setor pesqueiro. Inclusive daí as questões da destruição ambiental, disso e aquilo outro.(CPR).*

Conforme percebemos na fala da CPR, este tema, de aproximar-se do atravessador, isto é, do sistema capitalista, em determinado momento é tido como necessário, e isso vale tanto para o trabalhador/pescador como para sua cooperativa, pois, segundo sua compreensão, as necessidades imediatas, básicas, como a alimentação, moradia, vestuário, precisam ser atendidas.

Essa interpretação, em nosso entendimento, é o que Gonçalves (2013) adverte quanto ao ativismo praticado pelo NUDESE, que limita seu trabalho, ou tem o seu trabalho limitado por um tempo que não é o tempo social, é o tempo do estado e de seus editais, pois depende o NUDESE desses editais para seu financiamento.

A totalidade da pesca está imersa em outras totalidades, entender estes pescadores como trabalhadores tem sido nossa intenção, o que nos dá uma outra compreensão. O trabalho na pesca, apesar de suas especificidades, não se difere da condição marginal que todos os outros trabalhadores têm na ordem do capital, que é criar mais-valia para quem detêm seu tempo de uso da sua força de trabalho.

Por isso, nos referenciando em pensadores como István Mészáros, os produtores de uma forma geral, que são trabalhadores, precisam instrumentalizar suas práticas com reflexões teóricas que possibilitem a tomada de consciência das contradições do capitalismo, as quais não diferem em sua essência. O que estamos querendo anunciar é que o reducionismo na forma de pensar precisa ser superado, e que os trabalhadores, pescadores, agricultores, motoristas, servidores públicos, dentre as milhares de outras formas que assume o trabalho na atualidade, têm força na medida em que, e somente se, conseguirem se desvencilhar da racionalidade economicista, evocando para si, enquanto classe, o poder de decidir sobre a forma de viver suas vidas. Que não será emancipada se for mantida a dependência do capitalista ou do Estado que o representa.

A contradição que percebemos, também, na fala do TPA é que, em sua opinião o sistema capitalista não se sustentará, mas, para isso, pensamos que a cooperativa em nenhum momento deve manter trocas comerciais com a classe capitalista, pois assim estará colaborando com seu sustento, confirmado quando diz:

*Eu acho que isso aí não vai conseguir se sustentar, porque tu tá tirando o cara do campo pra ele ganhar dinheiro na cidade, tá tirando pescador da pesca pra ele ganhar dinheiro ali no dique seco [polo naval], e aí quem é que vai pescar o peixe? Quem é que vai plantar pra tu comer... e isso é uma loucura. (TPA [ inserção nossa]).*

O Projeto Rede finalizou em sua Fase 4, em outubro de 2012. Não houve mais interesse do MPA em continuar financiando, e isso, conforme a CPR, reflete uma mudança de orientação política: “no momento em que mudou a direção do MPA algumas coisas mudaram também, inclusive sua linha de investimento”.

A forma que assume a política na e para a pesca em nosso país tem demonstrado sua completa conivência com o capital como já viemos denunciando. Essa política, quando analisada numa escala micro, isto é, na comunidade onde se localiza a APESMI, é assim percebida pelo TPA:

*A política dentro das comunidades te atrapalha muito, a coisa partidária, assim... atrapalha demais, as pessoas usam a comunidade pra voto e acabam distorcendo as coisas da comunidade e acabam prejudicando o trabalho [cooperativo] também, a gente vê muito isso, embora tu queira fazer ... “isso aí não adianta nada, isso é só ilusão, cooperativa não funciona em lugar nenhum” [dizem alguns políticos]. (TPA [inserção nossa]).*

A forma de fazer política de alguns dirigentes políticos que querem manter sua influência e seus votos na comunidade, atrapalha o andamento do trabalho cooperativo, pois mina as práticas desses trabalhadores, uma vez que, conforme a sua organização e politização representam uma mudança no *status quo* estabelecido.

São estas formas políticas que incentivam o crescimento de uma organização em detrimento de outra. E isso parte da política que é reflexo do sistema competitivo que está posto, e que influencia na prática dessas organizações. O TPA ao comentar sobre momentos vividos durante o Projeto Rede, assim diz:

*Teve alguns momentos que teve alguns que compraram nosso [peixe] e revenderam, poderiam ter feito em rede também né, seria o papel... “olha, vamos falar com fulano, esse contato é dele, e tal... nós vamos entregar em rede”, rede é isso aí, é um aprendizado, que agente vê que nem todos pensavam em rede. (TPA [inserção nossa]).*

Lembramos, assim, de Freire (1987), quando afirma, em sua Teoria da Ação Dialógica, que é necessário desconfiar da ambiguidade dos homens oprimidos, o que não significa desconfiar deles enquanto homens, mas desconfiar do opressor que nele se hospeda. Assim esclarece este pensador:

*É que a confiança, ainda que básica ao diálogo, não é um a priori deste, mas uma resultante do encontro em que os homens se tornam sujeitos da denúncia do mundo, para a sua transformação. Daí que, enquanto os oprimidos sejam mais o opressor “dentro” deles que eles mesmos, seu medo natural à liberdade pode levá-los à denúncia, não da realidade opressora, mas da liderança revolucionária. (FREIRE, 1987, p. 98).*

Diferentes concepções de sociedade e de organização em torno de uma economia que se pretende solidária, como o Projeto Rede, não é compreendida da mesma forma pelos grupos, e isso talvez possa estar relacionado com o próprio histórico de criação e desenvolvimento de cada um deles.

Ao participarmos da reunião de encerramento da última fase do Projeto Rede, pelo menos com o financiamento do MPA e coordenado pelo NUDESE, realizada no

dia 10 de setembro de 2012, no Centro de Convívio dos Meninos do Mar (CCMar), em Rio Grande, muitos pronunciamentos representaram o que viemos expondo nesta seção.

Chamou-nos atenção o pronunciamento do ex-coordenador do Projeto Rede – em suas duas primeiras fases – quando lançou a indagação de que aquele momento, tido como de avaliação, com a participação de todas as organizações da rede, seria de “avaliação do Projeto ou da Rede dos pescadores?”

Entendemos que esse questionamento no início de sua fala, quer demonstrar que o Projeto é o meio utilizado para estabelecer a integração entre os trabalhadores/pescadores participantes, e que, para ele a Rede criada a partir deste projeto, entre os trabalhadores, representa a própria síntese dos acontecimentos durante os seis anos do Projeto Rede (embora com períodos sem efetivos trabalhos).

Para o Estado, que necessita de resultados dos projetos para justificar o dinheiro neles aplicados, sua prática junto aos trabalhadores/pescadores artesanais tem sido a de aportar recursos financeiros em infraestrutura, por exemplo, para a construção de fábricas de gelo e estruturas para o beneficiamento de pescado, as quais se assemelham a uma agroindústria. Considera que tais infraestruturas bastam para se atingir de imediato a emancipação dos grupos de trabalhadores/pescadores artesanais, quebrando automaticamente seu elo de dependência histórica dos atravessadores e da indústria.

Pensamos ser este um equívoco histórico que tem se materializado na política pública desde o período da SUDEPE, quando ocorreu forte fomento para a criação de um parque industrial capitalista na pesca, sem considerar as reais possibilidades para que tal empreendimento fosse viável econômica, ambiental e socialmente.

Em nosso entendimento, depois do já aventado em termos do contexto sócio-histórico que os trabalhadores/pescadores artesanais vivem, que é de extrema precarização, deste seu baixo nível de estudo, até a situação alienada a que é submetido no trabalho da pesca, a contabilidade do tempo do Estado, assim como é o do capital (MÉSZÁROS, 2007) é diferente do tempo do trabalhador/pescador que busca, por meio da socialização da produção, sua emancipação.

O Estado empresta, financia investimentos aos trabalhadores/pescadores, a estes resta saberem administrar o empreendimento criado, que, por um lado, pode trazer benefícios, mas tais benefícios estão condicionados pelo distanciamento que o próprio financiamento estabelece entre o que se quer e o que se consegue realizar.



Um processo que estamos entendendo como verdadeiramente emancipatório, na perspectiva da Educação Ambiental crítica, precisa renovar as esperanças dos trabalhadores da pesca artesanal do ELP, esperança que deve ser reelaborada sob a universalidade da vida, enquanto espaço de socialização. Isto é, em nosso entendimento, uma fábrica de gelo, uma agroindústria de pescado representa capital, trabalho acumulado, que precisa de movimento que se materialize numa outra prática de trabalho, que é social e que por isso precisa ser desenvolvida pelo grupo que dela participa.

Segundo outra manifestação do ex-coordenador do Projeto Rede, quando diz: “não vamos criar uma ilha de liberdade no meio do capitalismo”, entendemos que o Projeto Rede quando sob sua participação na coordenação, buscou promover uma integração com o mercado convencional, ou em suas palavras, “tem que dialogar com o mercado que está aí”.

Questionamos tal posicionamento, pois ‘dialogar’ com o mercado “que está aí”, o mercado capitalista, é manter o trabalhador/pescador artesanal na condição alienada e de submissão que se encontra, é não acreditar em sua capacidade de aprender, o que desqualifica um processo emancipatório na medida em que tolhe a possibilidade da auto-emancipação desse trabalhador, que é humano, e que tem sua vocação ontológica de ser mais.

Isso nos dá a convicção de que para o mercado capitalista, para as empresas que aí estão movidas pela lógica do lucro máximo, o ‘diálogo’ não representa para eles mais que uma situação contratual comum. A forma do diálogo baseia-se, então, no que é que eu ganho com esse ‘diálogo’? E isso, segundo Freire (1987), não é uma relação dialógica.

É sempre bom lembrar o que já comentamos sobre a negociação, nada dialógica, que se estabeleceu entre as organizações de trabalhadores/pescadores do Projeto Rede no ano de 2006, quando todos os projetos do PAA destas organizações tiveram como ‘parceiro’ uma empresa de pesca (capitalista), demonstrando forte dependência para efetivar o seus projetos, e que, segundo os trabalhadores/pescadores, o pescado enviado para o beneficiamento na empresa muitas vezes era trocado, isto é, a empresa entregava outro pescado depois de executar o serviço de beneficiamento, e muitas vezes esse pescado por ela retornado às organizações do Projeto Rede era de pior qualidade.

Fatos como este também ocorreram no caso da APESMI, quando comentamos sobre o Projeto de Formação de Estoque de camarão-rosa, na qual a empresa que o beneficiava trocou o produto por um seu, de menor qualidade, além de embalar o produto misturado (não respeitando o acordo de separação conforme o tamanho do camarão) e inseriu maior quantidade de água que o permitido no processo de congelamento, fatores que inviabilizaram ou dificultaram a venda deste camarão.

Evidências estas que demonstram que quando o ‘diálogo’ é pronunciado como caminho, nos faz entender como de extrema necessidade saber que ‘do outro lado’ não existe a mesma concepção de vida em sociedade. Cabe lembrar Freire quando diz:

Por isso é que não podemos, a não ser ingenuamente, esperar resultados positivos de um programa, seja educativo num sentido mais técnico ou de ação política, se, desrespeitando a particular visão do mundo que tenha ou esteja tendo o povo, se constitui numa espécie de “invasão cultural”, ainda que feita com a melhor das intenções. Mas “invasão cultural” sempre. (FREIRE, 1987, p. 49).

Freire reforça nossos comentários, e nos permite dizer, embora o Projeto Rede tenha finalizado mais uma de suas fases, continua a existir a possibilidade de sua continuidade por meio de convênio com o governo do RS, como nos informou a CPR, sem que esse convênio com o governo do RS se caracterize como uma “invasão cultural” na comunidade de trabalhadores/pescadores artesanais.

Conforme a CPR, as perspectivas para a APESMI, em particular, são promissoras, visto que recentemente foi aprovado projeto junto à Petrobrás para a finalização de sua agroindústria, e de financiamento obtido junto ao governo do RS, no valor de R\$ 73.000,00, valores que possibilitarão, finalmente, a realização dos sonhos destes trabalhadores. Mas que nesse estudo, estamos querendo demonstrar que existem desafios que emergem da realização deste sonho.

Conforme o TPA entrevistado, o atual governo do RS, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), criará o Programa Fome Zero estadual, nos moldes do governo federal. Outro apoio que citou é o da atual administração municipal de Rio Grande, que já acenou com a possibilidade de que a APESMI participe do Programa Merenda Escolar fornecendo pescado para escolas públicas deste município.

*o governo do estado está criando o Fome Zero estadual, que agente vai... de certeza... acredito que agente vai tá dentro, vai preencher os critérios que vai ser exigidos, o governo municipal já disse que nós temos que se envolver na merenda escolar também, porque o outro... a outra administração jamais nos*

*procurou para nos ajudar a terminar o que nós temos pra terminar pra que a gente entrasse na merenda escolar, né, como produtores... entrava cara dono de peixaria, cara que não tinha nada a ver com a pesca, tinha atravessador ali, e nós que somos realmente pescadores, somos grupos de pescador, não conseguimos fazer isso aí, não conseguia entrar nesse mercado da merenda escolar, e hoje, com a nova administração foi a primeira coisa que ele fez. Então, as políticas estão mudando, acredito que pra melhor, esse ano vamos ver se nós conseguimos acessar. (TPA).*

Notamos, assim, que a pesca artesanal tem tido maior apoio quando o governo tem veias socialistas, como tem aparentado ser o do PT e de partidos coligados a ele. Depois de 10 anos da saída do PT do governo do RS, quando foi efetivado o Programa RS/Rural, que tanto influenciou no caminho da APESMI e de outras organizações, vive-se agora um momento de também apoio a este setor com o retorno da administração do PT no RS, desde 2011.

No referente ao município de Rio Grande ocorre o mesmo, depois de 16 anos sob o governo do PMDB, que embora coligado ao PT no nível federal, em Rio Grande são adversários políticos, e como a APESMI tem maior aproximação com o PT, sempre foi alijada e desconsiderada de qualquer apoio.

O projeto aprovado junto à Petrobrás prevê atividades que pretendem ser uma continuidade das ações que o Projeto Rede vinha desenvolvendo com a APESMI, além de aportar recursos financeiros para a finalização da agroindústria.

*o projeto conclui o entreposto no primeiro momento e começa a trabalhar na comunidade com duas vertentes: com os agentes de saúde e com as escolas do bairro. As duas escolas. Trabalhando duas coisas: a questão ambiental da sua praia, do seu espaço, do território de uma comunidade tradicional de pesca e, também, a questão da valorização do pescado, porque a maioria daquelas crianças não comem peixe. Mesmo que sejam dados empíricos, que se buscou empiricamente, mas se sabe que eles não comem peixe. Então se começa todo um trabalho lá nas escolas, e com os agentes de saúde pra que possa se trabalhar com a comunidade. (CPR).*

Nessa nova versão do Projeto Rede estão previstas a organização e sistematização de atividades em conjunto com os trabalhadores da APESMI, prevendo uma integração maior da pesca e de seus trabalhadores com a comunidade em que estão inseridos. Segundo a CPR, serão promovidas atividades de Educação Ambiental nas escolas e trabalhos junto aos agentes de saúde da comunidade da Vila São Miguel, como parte do projeto da Petrobrás, o qual tem um prazo de 24 meses – portanto, maior que os prazos até então trabalhados pelo Projeto Rede.

Como relatado por Terra (2008) os associados da APESMI já possuem uma experiência com trabalhos comunitários, pois têm sido convidados para ministrarem cursos de Educação Ambiental e para relatarem sua história de trabalho socializado para outras organizações de trabalhadores da pesca na região.

Como resultado do envolvimento da APESMI no Projeto Rede, estes trabalhadores administrarão um armazém de produtores vinculados ao movimento de economia solidária, espaço físico que está com a obra quase finalizada e localizado junto ao CCMar. Neste armazém, além de serem responsáveis pela sua administração, terão uma peixaria, que será a sua segunda peixaria, pois uma já está sendo finalizada junto com a obra da sua agroindústria.

*Agora a gente tá na fase dessa conclusão, né, estamos com dois pontos de comercialização, duas peixarias, já também, e quase pronta ali, a parte da frente [da agroindústria] é para ser um ponto de comercialização e outro lá no CCMar, temos outra lá, é da universidade lá, nós é que vamos administrar ela. Não vai ser só nós lá, é todo o produto da economia solidária, né, é artesanato, é alimento, é o mel, é... todo o produto da economia solidária, vai ser venda... tipo um minimercado. (TPA [inserção nossa]).*

Práticas estas que trarão experiências para a APESMI, que com certeza trará novas relações sociais de produção, onde o trabalhador/pescador não chega a se afastar de seu ofício, que é a pesca. O número reduzido de associados da APESMI poderá ser um empecilho para a efetivação dessas perspectivas que se descortinam, com apoio do estado. Nas palavras do TPA, muitos trabalhadores da pesca artesanal da região querem se integrar nesse trabalho, mas não trazem para si esse desafio, aguardam para ver se dará certo.

A continuidade do Projeto Rede, neste momento (abril de 2013), ainda não foi acordada junto ao governo do RS. Caso seja aprovado, segundo a CPR, pretende-se trabalhar com a formação do que está chamando de “agentes da pesca” que são trabalhadores da pesca artesanal e que podem auxiliar no desenvolvimento comunitário e da pesca em particular, tendo como exemplo o que ocorre no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

*Então, uma das atividades que se pretende, que tá se colocando nesse Projeto Rede, que está com o governo do estado, e sabemos que não vai ser um único se for o caso, pra se formar, por que não se forma, até porque não acreditamos nisso, no ‘formação’, exatamente, desta forma literal, escrita que se coloca num projeto, mas é a forma que se tem hoje... que são os agentes de pesca, em cada comunidade. Buscar a formação de lideranças da*

*própria pesca, entende?! Por mais que o intelectual orgânico venha ali, busque... é de fundamental importância pra esse grupo... ele não vive lá. Enquanto os trabalhadores não se empoderarem realmente das suas lutas e não fizerem as lutas pelos seus intelectuais, que precisam continuar, mas precisa que estes trabalhadores que vivem a pesca, eles se empoderem disso e façam a sua luta. Embora... isso se vê bastante no MST, né, tem os intelectuais orgânicos, continuam lá trabalhando, mas tem formação de lideranças e saem, inclusive, outros intelectuais orgânicos do próprio movimento. E é isso que se busca, também, na pesca. Por que... a gente discutia... e isso foi uma demanda que veio dos próprios trabalhadores, quem levantou isso foi eles: “agente quer sabe, a gente quer poder discutir os projetos; a gente quer poder...” (CPR).*

Na fala da CPR, nota-se que os próprios trabalhadores das organizações do Projeto Rede têm solicitado aprimorar seus conhecimentos para, por eles mesmos, buscarem políticas públicas, por exemplo, elaborarem seus projetos, a gestão dos empreendimentos, e para isso tem apontado que o apoio da universidade é fundamental.

Apesar de que, no decorrer do Projeto Rede, terem sido efetuadas atividades para que os trabalhadores pudessem administrar seus empreendimentos, notamos que tais atividades ainda não foram apropriadas pelas organizações. As causas disso podem estar relacionadas à forma utilizada nestes cursos, que é a de uma educação bancária na concepção de Freire (1987), e que foi por nós evidenciada.

Ligar um aparelho de multimídia com projetor de slides e explicar o mecanismo contábil e financeiro de uma empresa, com termos como “fluxo de caixa”, “passivo”, “ativo permanente”, “contribuição para amortização de custos fixos”, dentre outros – isto é um curso que geralmente é dado em no mínimo 60 horas nos bancos universitários, e que foi resumido em 4 ou 5 horas – não condizem com o nível educacional dos trabalhadores da pesca e, pensamos, não é apreensível por nenhum outro trabalhador ou estudante, por mais aplicado aos estudos que seja.

Talvez em algumas organizações seja possível tal apropriação, mas quando realizado com os trabalhadores da APESMI, percebemos que a forma como foi ministrada esta atividade pareceu cumprir apenas a meta do edital, colhendo as assinaturas dos presentes no final da atividade. Fatos evidenciados nos anos de 2006 e 2007, portanto, nas Fases 1 e 2 do Projeto Rede.

Outro fato que é possível evidenciarmos é que a APESMI, pela proximidade com o NUDESE, tanto no sentido geográfico como nas relações que tem estabelecido nesses mais de 10 anos de convívio, acaba por ter uma vantagem. Não estamos querendo afirmar que existe algum tipo de privilégio da APESMI, apenas ressaltamos

que a proximidade facilita o acesso a informações com o NUDESE, a qual pode prestar apoio necessário em tempo imediato.

A cooperativa recém-criada pela APESMI, a finalização de sua agroindústria, a administração e propriedade de duas peixarias, uma delas abrangendo outros produtores associados, o trabalho comunitário (Projeto Petrobrás), a perspectiva de trabalhar novamente com o Fome Zero, agora em nível estadual, e o Programa da Merenda Escolar, no município, parecem indicar novos tempos para estes trabalhadores, o desafio é manter a solidariedade nessa outra economia. Finalizamos esta seção que tratou das mudanças que surgem do processo de transformação social que se origina da criação de um sistema cooperativo na pesca artesanal, com as palavras do TPA, assim diz ele:

*Então eu acho que... mas assim, nós não temos outra saída, não temos, seja de que jeito for, as cooperativa vão ter a saída para esses grupo que são usados, pra tudo que é tipo, do trabalho é... pra voto ... é... pra tudo . É ela que vai ter a informação, é ela que vai atrás das políticas[públicas], porque é um grupo grande, e em um grupo de mais de uma pessoa, alguém se interessa, vai se interessar de procurar isso, e vai trazer, e se tu tiver sozinho dentro de casa... tu não te interessa ... vai ficar dentro de casa e as coisa vão acontecendo né , “vota em mim porque eu te fiz isso” e o cara não fez nada ! (TPA [inserção nossa]).*

## 7. Considerações finais

Nos marcos atuais do capitalismo, como efeito de duros processos de combate aos trabalhadores e às suas conquistas históricas, o gradativo retrocesso das políticas sociais, os altos níveis de desemprego e a precarização do trabalho, vários projetos sociais passaram a ocupar espaço na sociedade e, por consequência, no debate acadêmico.

O Projeto Rede, objeto de estudo dessa pesquisa, se apresenta como uma das alternativas de enfrentamento as formas como o modelo capitalista de produção submete o trabalho ao capital. A organização dos trabalhadores/pescadores do ELP em associações e cooperativas tem sido uma resposta importante desses trabalhadores em relação às transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho.

Na compreensão dos defensores de projetos sociais do tipo do Projeto Rede, que carrega consigo o espírito da solidariedade e coletividade, por trazer para dentro de si o papel da economia solidária, seria uma forma de suportar, e não ainda de superar, o modo de produção capitalista, implantando no seu lugar um outro ordenamento social entre os membros dessas comunidades de trabalhadores da pesca artesanal.

No entendimento desenvolvido ao longo dessa pesquisa, juntamente com o grupo do NUDESE, trouxemos sempre como suporte para nossas descobertas que o processo proposto como trabalho coletivo e solidário ajudaria a fomentar uma prática transformadora, mesmo que lenta e gradual, que ocupando paulatinamente os interstícios do modo de produção capitalista, utilizando-se da competição no mercado com empresas privadas, poderia findar com a derrocada destas, pelo menos no que tange a produção do pescado no ELP.

Porém, no decorrer de nossos estudos fomos observando que ainda que o Projeto Rede, enquanto por nós qualificado como eminentemente social pelo que se propõe, e por quem o apresenta como fenômeno social avançado e de certa forma capacitado à promoção de mudanças estruturais, evidencia acerca de suas limitações uma clara insuficiência teórica que acaba por inviabilizar uma prática crítica, reflexiva e sistemática capaz de nos ter fornecido fundamentos de pesquisa precisos.

Por outro lado, ainda é incipiente a importância que tem sido dispensado a esse objeto de pesquisa – a economia solidária enquanto essência do cooperativismo e do trabalho associado – pois mesmo se tratando de trabalhos de pesquisa mais concisos e

fundamentados, ainda são poucos os autores que objetivam realizar uma análise crítica fecunda sobre o tema que envolve o cooperativismo naquilo que ele pode oferecer de solidariedade à classe trabalhadora. De qualquer forma, as restrições para a realização de uma pesquisa como a nossa não são relativas, contudo, apenas ao campo teórico, mas antes, são expressões da realidade material.

Nesta tese trouxemos para além da compreensão ideológica do tema, os aspectos políticos advindo da intencionalidade das práticas que foram planejadas para que o Projeto Rede alcançasse o sucesso que lhe era pretendido. Assim, pensado como um conjunto de práticas, não só econômicas, mas com foco prioritário de atender as exigências da economia política burguesa – de produção, distribuição, consumo e crédito – porém organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária – constatamos, pelo estudo em foco, que esse processo de relação social dentro do processo de produção, representa atualmente um fenômeno econômico e social de significativa amplitude para práticas que se dispõem serem revolucionárias.

Este estudo foi nos mostrando também que é preciso pensar – papel eminentemente dos intelectuais orgânicos ligados à universidade juntamente com os protagonistas do processo – uma organização e uma sistematização de saberes necessários a práticas adequadas à economia solidária tendo em vista que esta, pela sua gênese, é formada ou deveria ser formada por duas qualidades essenciais: a produção de mercadoria, vinculada ao controle (social) dos trabalhadores/pescadores, e à gestão democrática – forma ética da solidariedade .

Buscamos em Paul Singer (2002), o mais famoso representante de projetos dessa natureza no Brasil, que a cooperativa de produção representaria o protótipo de “empresa solidária”, uma vez que, nessa organização, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões.

No entanto, o nível de escolaridade dos trabalhadores/pescadores artesanais pesquisados se apresenta com representações sociais de suas compreensões de mundo e realidade muito sem consistência, tanto política, pela forma de interceder na realidade, como em nível de consciência de compreender o movimento que o modo de produção capitalista nos submete a desenvolver.

A fragilidade que ocasiona a ausência da escola na vida desses trabalhadores, como forma de produção de saberes socialmente úteis e inquestionáveis para a vida, mostra com clareza a dificuldade da organização da APESMI em orientar, no Projeto



Rede, práticas emancipatórias de todos os seus integrantes trazidas pela compreensão de Singer, de que as cooperativas teriam, dentro do seu espaço interno, qualidades que as distinguiriam das empresas capitalistas, uma vez que, enquanto nestas os empresários controlam a produção e o lucro, naquelas, seriam os trabalhadores os responsáveis pela organização produtiva e pela decisão coletiva do destino do excedente econômico.

Trazemos como alerta em nossas considerações finais, não como algo conclusivo, mas como indicativo para as Políticas Públicas de Educação, da importância em produzir nas escolas conhecimentos para além do instrumental imediato do empírico, mas para que traga em sua transversalidade o ambiente em sua totalidade, como palco da superação do intercâmbio material do homem com a natureza; a realidade objetiva mediando as relações humanas, na medida em que a natureza interage com o homem protagonizando o meio ambiente como espaço e tempo do mundo dos homens.

Trazer a escola e a educação, e com ela a Ambiental, para caracterizar sua falta como um dos elementos da precariedade conceitual e analítica que o conjunto de projetos similares a esse, representam um sintoma, especialmente porque, em contextos históricos como o que atualmente vivemos, a desconsideração pela análise correta torna-se expressão comum. Nesse sentido, pensamos ser de grande relevância que essa tese se constitua não em um ponto de chegada, mas, como afirma Marx, sempre em um novo ponto de partida, com objetivo de apreender cada vez mais as determinações concretas que consubstanciam projetos que trazem em sua ontologia a economia solidária como razão de ser do trabalho associado, função social do cooperativismo.

Apesar da altivez discursiva, para analisar se os projetos que encerram a filosofia comunista de produção cooperativada, como os processos de economia solidária, estarem se proliferando enquanto campo das ideias, observamos em nossa pesquisa, que realmente o que determina a função social de práticas associativas de trabalho, não são os discursos proferidos pelos intelectuais que ficam fora da linha de produção material, mas nas relações de interdependência desse tipo de prática produtiva com a totalidade social.

Nosso estudo aponta para a dificuldade, ou quase impedimento, do Projeto Rede se constituir em um projeto social capacitado para superar o modo de produção capitalista, ou que funcione como instrumento de resistência dos trabalhadores/pescadores artesanais do ELP contra o capital, por desconsiderar as relações e ligações com a totalidade social sem o significado dialético do movimento

existente entre capital e trabalho, sociedade e Estado, produção e consumo, promovendo com isso uma mistificação da relação com o trabalho, da relação com o mercado, e da relação com a transformação social.

Nossa tese, pela magnitude política do fenômeno, apenas pincela a problematização da relação da economia solidária pretendida pela forma de cooperação no trabalho associado do Projeto Rede, sem que se distanciasse de toda a conjuntura política e econômica que assola os países ocidentais.

Ao anunciar a forma como esse projeto pode relacionar-se com a luta de classes dentro do contexto social onde se desenvolve as relações de produção do ELP, estamos anunciando uma de nossas hipóteses: *a problemática da pesca em sua totalidade é expressão da luta de classes travada no sistema capitalista, o qual se apoia no estado, exemplo disso é o Brasil. Essa luta entre capital e trabalho, na especificidade espaço/temporal desse estudo – pesca artesanal/familiar no estuário da Lagoa dos Patos – tem conduzido a precarização da vida do trabalhador da pesca artesanal, com efeitos também deletérios à natureza – peixes, crustáceos e demais seres aquáticos.*

O fato comprovado é que a reestruturação produtiva e a implementação de novas metodologias dentro do processo coletivo de produção não se destinaram a abolição de trabalhos precários, competitivos e individualistas, próprios do sistema privado de produção.

A falta da tecnologia quer da mais antiga a mais novas, dentro da cooperativa, não instauram uma necessidade de qualificação dos trabalhadores/pescadores artesanais do ELP, visto que somente uma margem pequena de trabalhos foi reformulada empiricamente para atender a um grau maior de qualificação das relações com o mercado, na venda do pescado.

Como o conhecimento, a técnica, e a própria tecnologia e suas inovações, localizam-se dentro do modo de produção capitalista, em estado de subordinação ao processo de valoração do capital, apenas poucos processos requerem maior instrução, enquanto que outros não exigem esta requalificação.

No específico dessa pesquisa, observamos que o trato com o trabalho associado/cooperativado do Projeto Rede, não obstante aos estudos do NUDESE e da compreensão política da APESMI, como mentores, organizadores e envolvidos no e pelo Projeto, os avanços no que tange a filosofia da proposta, manteve-se e ampliou-se, na maior parte dos “empregos”, ainda com uma estrutura precária.

No lugar de repercutir em melhorias para os trabalhadores/pescadores, o desenvolvimento do Projeto Rede veio de certa forma ocupar o espaço deixado pela crise que afetou o mercado e o estado. A economia solidária, foco implícito do projeto, enquanto trabalho cooperativo, aparece de forma disfarçada como alternativa social para superar os sintomas da crise.

Nosso fenômeno de estudo, por mais abstraído da totalidade que se encontra, ainda se mostra insuficiente para se propor alguma generalização para o conjuntos de experiências similares ao Projeto Rede, ou com a mesma linha filosófica condutora à uma sociedade sem classe e sem exploração. Foi possível, pelos estudos conclusivos dessa tese, apontar apenas duas tendências próprias de projetos de produção de trabalho cooperativos. O primeiro: que a maioria das cooperativas (sobre)vive por anos, as vezes, apesar da extrema debilidade da base que as sustentam<sup>72</sup>. O segundo: que a maioria das cooperativas ainda depende muito do apoio das entidades que as gestaram e as continuam acompanhando, no caso do Projeto Rede, e da APESMI em particular, está o NUDESE.

A luta de classe travada entre trabalhadores/produtores e capitalistas/prorietários, representados nesse estudo pelos trabalhadores/pescadores artesanais do ELP e os industriais da pesca, mostrou nessa pesquisa que a economia solidária – recheio do cooperativismo proposto no Projeto Rede – constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantis, não-mercantis e não monetárias no âmbito da produção pesqueira no estuário, ao invés de uma outra forma de economia que viria a se acrescentar às formas dominantes de economia, no sentido de uma eventual substituição.

Outra hipótese comprovada em nosso relatório de tese está a confirmação de que *o Projeto Rede enquanto política pública não atende aos objetivos emancipatórios dos sujeitos – trabalhadores/pescadores artesanais da região*. De acordo com as observações de todo o tempo em que participamos nas atividades do Projeto Rede, e de relatos obtidos de membros das comunidades pesqueiras do ELP, pudemos compreender de maneira cristalina, que no discurso hegemônico, a economia solidária apresenta-se como uma alternativa capaz de superar até a exploração social.

---

<sup>72</sup> Estamos entendendo que a base de sustentação de um projeto cooperativo – tal qual também o Projeto Rede se insere, está a produtividade do grupo de trabalhadores, competitividade, tecnologia, ideologia, política, ética, entre outros.

A prática do cooperativismo dos sujeitos dessa pesquisa se esforça em fazer um movimento de produção e distribuição alternativo ao capital, buscando criar e recriar condições materiais para que possam permanecer com trabalho, mesmo diante de um contexto social atravessado pela luta de classes, tendo os interesses da classe empresarial o “cão policial” guardador do modo de produção capitalista.

Embora muitos pesquisadores têm apontado que a quantidade de experiências de economia solidária, não só no Brasil, mas também em outras partes do mundo, passou por um elevado crescimento nas últimas décadas, não podemos afirmar que, na especificidade do Projeto Rede, este faça parte dessa estatística, embora se constitua como uma dessas experiências sociais. O seu surgimento ou a forma como foi desenvolvido parte muito mais da possibilidade de processos extensionistas da Universidade – FURG – do que da influência direta da crise do capital, embora ambos estejam mergulhados nas mesmas consequências proporcionadas pela crise das instituições capitalistas.

Em nosso estudo, não fica negado, a partir dessa evidência, que o Projeto Rede com toda sua compreensão solidária que lhe é peculiar, e que se distingue das demais iniciativas de reunir e associar trabalhadores da pesca, tenha resultado de lacunas deixadas por entidades que possuam uma lógica ou função social contrárias as suas.

Em nosso estudo, e na perseguição de fatos, que pudéssemos avaliar e comprovar nossas teses, enquanto hipóteses de pesquisa, verificamos que apreenderas relações de autonomia dos trabalhadores frente às exigências do mercado, não garantem que essa organização cooperativada, sirva para defender os interesses emancipatórios dos seres humanos enquanto trabalhadores no geral, e os da pesca, no particular desse estudo.

O cooperativismo, na forma como tem sido proposto e vivido pela APESMI, e orientado pelos intelectuais do NUDESE, enquanto grupo progressista da Universidade que luta por uma sociedade justa, tem em um de seus eixos servir de instrumento de emancipação dos trabalhadores/pescadores artesanais do ELP, não somente na luta contra o capital, mas também, e com tom especial, de libertação.

Ainda que, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas que formam o Projeto Rede, o grau de compreensão da realidade que esta se apresenta na prática social dos trabalhadores/pescadores, evidenciando que mesmo depois de seis anos de luta para manter e avançar na mudança das condições materiais que os mantêm alienados a uma mesma funcionalidade frente ao sistema capitalista, nossos sujeitos de pesquisa, no todo

do Projeto Rede, pouco foram notados, ainda são *seres invisíveis* na relação com a luta da classe trabalhadora contra os representantes do capital.

Apesar de alguns avanços evidenciados enquanto processos de aprendizagens, nossos atores principais – os trabalhadores/pescadores artesanais do ELP – enquanto protagonistas do processo cooperativista do Projeto Rede, ficam em suas práticas atrelados aos desmandos do estado, que mantém sob sua tutela a elaboração/oferta de projetos, e condicionando a forma de desenvolvimento da pesca artesanal conforme seus interesses.

Em nosso estudo, identificamos a tendência presente no Projeto Rede, na forma da intervenção do estado, quando usa o trabalhador/pescador para validar perante o público decisões por ele já tomadas, como se fossem estas decisões próprias do conjunto dos trabalhadores e, dentre eles, os vinculados ao Projeto Rede.

Ao buscar entender de que forma a economia solidária se relaciona com o sistema capitalista; se de maneira funcional, ao servir para legitimação da vontade do estado burguês, enquanto agente determinante de práticas desenvolvimentistas impeditivas às revoltas organizadas pelos trabalhadores/pescadores artesanais; ou, por outro lado, se representa uma força social na luta pela superação desse sistema social.

Apesar de atentar para as diferentes fases do Projeto Rede, tanto pela influência da Universidade, por meio do NUDESE, e dos próprios objetivos propostos pela APESMI, assim como pelas variações nas posições teóricas e políticas por que passou nosso objeto de estudo, faz-se necessário encaixar os diversos movimentos por qual o Projeto Rede se constituiu.

O Projeto Rede, por si só, não garantiu a emancipação desses sujeitos; a formação para o cooperativismo, embora tenha sido parte do processo em todas as fases do projeto, e devido às próprias características que o possibilitam ser por meio da ‘política pública por editais’ –de curta duração – dificultam a formação da consciência de classe. Assim, a emancipação é relativizada e reduzida ao econômico. Poderia o Projeto Rede, quando coordenado pelo NUDESE, ter se aproximado mais, por exemplo, da Conferência do ‘Povo’ da Pesca Artesanal e não da proposta do estado em sua 3ª Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura. Sendo aquela conferência do povo trabalhador da pesca artesanal do país, um legítimo movimento popular que se opôs à política de privilégios ao setor capitalista da pesca nacional e internacional, como adotado pelo estado brasileiro. Sendo assim, o Projeto Rede se limita a atender ao estado, ao mesmo tempo em que ‘atende’ aos trabalhadores/pescadores, e isso, se

distancia de uma práxis revolucionária, e por isso, em seu máximo de intenções, amortece a precária vida destes trabalhadores.

No entanto, conforme exemplo da APESMI, nesse processo de ampliação das relações entre diferentes organizações, promoveu-se um aprendizado, que é socializado e socializante, e por isso, tem contribuído para reforçar, e pode-se até mesmo afirmar, tem conseguido manter o grupo coeso. Aprendizado que também ocorre na forma de se relacionar com o estado, por exemplo, atendendo exigências burocráticas dos programas federais, assim como o aprendizado da APESMI quando de sua participação nas feiras de economia solidária. Sendo que, em sua trajetória, contou e conta com outras formas de apoio, como é o caso da Pastoral da Pesca, Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais, dentre outras entidades.

Com todos esses encontros e desencontros, nosso estudo, com objetivos claros e delimitados buscou identificar uma unidade nessas fases, descartando, pela própria exigência do método marxista de pesquisa, categorias que não remetam ao contexto histórico estudado: a da realidade concreta do sistema capitalista dentro do Brasil.

Nossa fala acima, tem o sentido de desiludir todos aqueles que idealizam um cooperativismo socialista dentro do modo de produção capitalista. Por isso, em nossa tese estamos afastando qualquer análise que compare o Projeto Rede, a APESMI, a Universidade e o NUDESE, como organizações dentro de um sistema social distinto do capitalismo, sem antes a derrubada do estado capitalista.

Para entender o Projeto Rede dentro da realidade concreta brasileira e do ELP, essa tese não teria um sentido preciso caso não delimitasse a economia solidária dentro das condições materiais existentes historicamente. Desconsiderar o contexto histórico que influenciou na configuração da experiência do Projeto Rede no ELP é uma falha séria, visto que, a depender da sua realidade concreta, esse tipo de organização pode representar uma atitude mistificadora na defesa do cooperativismo, do trabalho associado, do trabalho não fetichizado, como superação do capitalismo por desviar o sentido concreto de cada experiência.

Em nossa terceira hipótese nos deparamos com a possibilidade da *Economia Solidária*, enquanto realmente representar movimento popular – ao buscar um outro projeto de sociedade – ter a real possibilidade de contribuir para transformar a realidade concreta dos trabalhadores da pesca artesanal na medida em que apresenta as condições que podem tornar possível essa transformação. O que nos foi possível comprovar dentro dos próprios princípios da dialética marxista, de que nada é eterno.

Dentro das observações e anotações de campo, sempre quando de nossas idas e vindas no lócus do Projeto, verificávamos as possibilidades que aqueles trabalhadores reuniam como luta para vencer e superar as contradições impostas pelo modo de produção do capital. Porém, a falta de uma organização consistente e substancial condiciona as condições materiais necessárias para interferir concretamente onde é necessário. Essa possibilidade – de superar as contradições do modo capitalista de produção – é real, porém torna-se urgente a organização para que essa possibilidade se torne realidade. O ser humano como ser de possibilidades pode reunir todas as condições que precisa para transformar a realidade que o oprime.

O cooperativismo, como princípio básico da quebra da hegemonia da propriedade privada sobre a produção coletiva, leva à criação da força coletiva de trabalho, que é mais do que a soma das partes que a constituem. Entendemos, como Marx (1982), no capítulo XIII do livro primeiro de “*O Capital*”, cooperação como sendo o momento em que numerosos trabalhadores trabalham lado a lado, seja num único e mesmo processo, ou em processos diferentes, mas relacionados, dizemos que eles cooperam, ou trabalham em cooperação.

A comprovação dessa hipótese nos fez buscar em Lenin (1980, p. 660) – pensador por nós já utilizado nesta tese –, seu suporte científico, quando, ao referir-se ao cooperativismo dentro do sistema capitalista, não hesita na sua explicação: “não há dúvida de que a cooperação, nas condições do Estado capitalista, é uma instituição capitalista coletiva”. Como não funciona de maneira imune às determinações sociais, o Projeto Rede, mesmo na forma mais simplificada de organizações cooperativas que possa ser considerada, apresenta, mesmo assim, nuances e funções que a diferencia, pela dependência que tem do contexto social em que está inserida – a totalidade do ELP, no extremo sul do Brasil.

Quando afirmarmos nessa hipótese que o Projeto Rede apresenta a *real possibilidade de contribuir para transformar a realidade concreta dos trabalhadores da pesca artesanal*, estabelece a condição necessária, a qual vai depender da organização e sistematização de práticas emancipatórias a ser desenvolvida por todos que dele participam, com um grau de consciência política de classe que sabe o que precisa para ser livre da alienação que é produzir o lucro para o capital em detrimento a si próprio.

Os trabalhadores/pescadores artesanais do ELP, acompanhados por uma sólida formação socioambiental pelos intelectuais orgânicos da Universidade – NUDESE – e a

direção política da APESMI, precisam possibilitar o acesso dos demais trabalhadores/pescadores artesanais a conhecimentos que os levem a práticas que criem *as condições que podem tornar possível essa transformação*.

Essa nossa constatação encontra respaldo na realidade objetiva, uma vez que, se dentro do capitalismo, projetos da natureza do Projeto Rede, que traz sua filosofia na concepção da economia solidária como forma de socialização do produto do trabalho associado, nos moldes de organizações análogas às empresas capitalistas, a partir da revolução social, podem significar importantes instituições a serviço da classe trabalhadora.

A compreensão que temos, produzida a partir de nossa inserção na pesquisa em seu todo, enquanto análise marxista das informações obtida na fase de abstração do fenômeno, conseguimos apreender, dentro do movimento da historicidade do Projeto Rede, e de seus parceiros intelectuais, a relação dialética entre as práticas possíveis de cooperação entre os trabalhadores/pescadores artesanais desenvolvidas no projeto, e o sistema social a que este projeto está subordinado.

E, por isso, podemos afirmar que, mesmo que não seja possível separar o contexto em que se desenvolve o Projeto Rede da totalidade da realidade do mundo capitalista, podem, mesmo assim, existir casos – e aqui situamos a APESMI, O NUDESE e o Projeto Rede no seu todo, com todas as suas contradições – nos quais juntam as condições necessárias para se estabelecer como espaço interno propício a práticas cooperativas dos trabalhadores/pescadores artesanais do ELP. Na realidade, a prática cooperativa é uma das principais especificidades organizadas para serem desenvolvidas enquanto perspectiva de economia solidária pensada para um tipo de organização como o que mantém o Projeto Rede.

Com isso, nosso estudo enfatiza que o processo de produção cooperativa não pode estar subsumida a organizações capitalistas como é o caso do estado. Enfatizamos ainda, que, na generalidade de nosso fenômeno material social de pesquisa, somente se pode afirmar que os trabalhadores/pescadores artesanais do ELP, ligados ao Projeto Rede, estão buscando, com muito esforço, estabelecer condições de produção coletiva em toda a comunidade, principalmente em sua própria casa – quando comentamos exemplos da história da APESMI – conforme entrevista realizada com o trabalhador da pesca artesanal, quando fica explícito seu desejo, o de querer subverter as atuais condições de produção, quando salienta que o Projeto Rede na realidade muito pouco



tem a ver com grupos corporativos que contam com a ajuda do estado, sob as formas usuais – e permanentes – de isenções fiscais e créditos favorecidos.

Por último trazemos nossas considerações sobre a quarta e última tese que anotamos em nossas hipóteses, a qual nos aponta uma sugestão para os movimentos sociais envolvidos com a economia solidária e suas bifurcações no todo da luta de classes travada entre trabalho e capital, produtores e apropriadores.

*As aprendizagens que a análise e interpretação das contradições existentes na atividade de pesca em sua totalidade, na especificidade desse estudo, pode auxiliar no aprendizado para alicerçar outras práxis, na medida em que possibilita – sustentada na perspectiva dialética – avaliar e modificar a tendência do movimento que organiza as práticas efetivadas como trabalho associado, e que possam estar sofrendo revezes ou contingências, pela forma como estão produzindo com o nome de cooperativa. E, o que atende, ao mesmo tempo em que se aproxima, na unidade da diversidade com a Educação Ambiental crítica, são fundamentais para se avaliar as contradições.*

O estudo que está refletido nessa tese doutoral provou, acima de qualquer dúvida, que, por melhor que seja, em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido no estreito círculo dos esforços casuais de trabalhadores isolados – em sua categoria –, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, conforme certa vez afirmou Marx. O que certamente impedirá as massas, ou mesmo aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria, seja ela política ou mesmo econômica.

Precisamos cuidar, enquanto pesquisadores, intelectuais orgânicos, para que não criemos a ilusão que uma simples organização como a conduzida pelo NUDESE e, de certa forma, pela APESMI, no Projeto Rede, tenha a capacidade de acabar com a exploração dos trabalhadores.

Todos esses intelectuais sabem que o mercado capitalista se desenvolve constituindo-se a partir de grandes empresas monopolistas, e que os impactos do capital sobre qualquer projeto de cooperativismo se recrudescem, e, por isso, precisamos, enquanto parte da intelectualidade orgânica da sociedade, reconhecer que muito temos ainda a organizar e desenvolvermos enquanto força produtiva para poder eleger uma proposta como o Projeto Rede ou similares, como finalidade da luta dos trabalhadores, sejam eles pescadores artesanais, ou no geral, embora o Projeto de Cooperação traz consigo o germe da emancipação do trabalho alienado do modelo capitalista de

produção da existência humana. Nosso estudo nos alerta para que não nos esqueçamos disso, sob pena de cairmos em um retrocesso ideológico.

Para ratificar nossa pretensão com a tese que vimos defendendo, se faz necessário trazer ao diálogo dois grandes pensadores da Educação Ambiental crítica no Brasil, Carlos Frederico Loureiro e Phillipe Layrargues (2013), que nas suas concepções toma a forma de uma educação política, enquanto práxis educativa, crítica e dialógica, que busca estruturar processos participativos que possibilitam a superação das relações de poder consolidadas e garanta uma prática cidadã.

Ao mergulharmos como pesquisador na realidade dos trabalhadores/pescadores artesanais do ELP, e da APESMI em particular, enquanto trabalhadores, percebemos que o trabalho realizado pela APESMI e seus interlocutores, é um processo de politização desses trabalhadores, o qual vinha acontecendo bem antes da efetivação do Projeto Rede, mas que foi, de certa forma, ampliado e melhor adequado pelas exigências e necessidades do próprio Projeto Rede.

Essa formação dos trabalhadores da pesca artesanal do ELP, como parte prioritária para a emancipação dos pescadores enquanto sujeitos do processo cooperativo da pesca, está agora como sugestão dessa tese, ratificando a necessidade de um conhecimento que seja inquestionável pelos trabalhadores associados do Projeto Rede que visem à economia solidária como princípios para uma formação social antagônica à dominação e a exploração.

Uma afirmativa que perpassa em nosso estudo e confirmada, é que o cooperativismo em geral, e em especial o desenvolvido como Projeto Rede, tal qual traz em sua gênese, foram constituídas como instrumento de uma política de mudança social, que julgamos “controladas”, pois só podem obter melhorias marginais – isto é, toleráveis, portanto, para o sistema capitalista circundante – dentro de uma compreensão eminentemente reformista. Na verdade, podemos constatar, pelas práticas possíveis de produção, distribuição e consumo desse grupo de trabalhadores da pesca, que constituíam, ingenuamente, sob uma fachada de modernismo e racionalização, instrumentos de reforço do poder econômico e político vigente.

Não é possível afirmar, pelo estudo feito até aqui, em que medida o Projeto Rede contribuiu para o desenvolvimento, no seu sentido político, e por assim dizer, emancipatório do grupo da APESMI, para que eles mesmos possam se posicionar perante o mundo que os cerca em sua totalidade, e buscar assim ‘sua’ emancipação seguindo a vocação ontológica do ser, humanamente, por meio de seu trabalho.

Mas ficou claro em nosso estudo, que as condições materiais em que vivem os trabalhadores/pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos apontam para uma realidade que desestimula a importância do movimento cooperativista para a luta da classe trabalhadora, uma vez que ao estudarmos o Projeto Rede, como proposta de trabalho cooperativo, não foi capaz de desenvolver uma consciência política e cívica de seus membros, nem motivar suficientemente a autodeterminação, criatividade e autonomia, sendo incapaz de fomentar uma transformação social, econômica e política significativa na comunidade pesqueira organizada na APESMI.

Entendemos que não cabe aqui passar uma tábua rasa nos resultados do Projeto Rede em suas diferentes fases, ora objetivando mais a comercialização, ora a organização, revendo suas práticas, conforme a realidade de cada grupo de trabalhadores/pescadores artesanais a ele vinculado.

Sabemos que os intelectuais orgânicos que ali trabalharam intencionaram, pelo envolvimento humano, proporcionar o melhor atendimento possível, dentro dos recursos e tempo disponíveis.

O sentido, então, que aqui assumimos na perspectiva da Educação Ambiental crítica desta tese, foi de contribuir e aportar algumas considerações ao processo ora desenvolvido, para que outros interessados também possam, a partir do exposto em nosso texto, contribuir com suas próprias compreensões e até mesmo refutar as aqui apresentadas. O que pensamos ser importante é que esta exposição não pare em seu tempo, portanto, esperamos que permaneça em movimento, pois de outra forma perderia seu sentido de movimento dialético do pensamento, que é reflexo da matéria por nós apreendida pelos sentidos e pela teoria que nos move.

## 8. Referências bibliográficas

ABDALLAH, Patrícia Raggi. A atividade pesqueira no Brasil: política e evolução. São Paulo: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo, 1998. Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_. Restabelecimento da capacidade produtiva do sistema ambiental da pesca no extremo sul do Brasil. Anexo V Relatório Final Projeto FNMA. Rio Grande: Laboratório de recursos pesqueiros artesanais/FURG, 2005.

ACSELRAD, Henri. Las políticas ambientales ante las coacciones de la globalización. In: ALIMONDA, Héctor (org). Los tormentos de la matéria. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 232-248.

ALMEIDA, Henrique Luís P. S.; D'INCAO, Fernando. Análise do esforço de pesca do camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) na Lagoa dos Patos, Brasil. Rio Grande: Atlântica, 21, 1999. p. 77-92.

ALVERSON, Dayton L.; FREEBERG, Mark. H.; POPE, J.G.; MURAWISK, Steven A. 1994. A global assessment of fisheries bycatch and discards. Rome: FAO, Fisheries Technical Paper, 339, 1994.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. 2 ed. Tradução de Marcelo Levy. São Paulo: Brasiliense, 1989.

AURELIO. Novo Dicionário Aurélio: século XXI. Versão Digital 3.0, 2005.

ÁVILA, Fabiano. Instituto Carbono Brasil. Prejuízos anuais com as mudanças climáticas ultrapassam US\$ 1,2 trilhão. Publicada em 28 set 2012. Disponível em:<[http://www.institutocarbonobrasil.org.br/mudancas\\_climaticas1/noticia=731911](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/mudancas_climaticas1/noticia=731911)> Acesso em 25 out 2012.

AZEVEDO, Natalia Tavares de. Política nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2012. Tese de Doutorado.

BARRETO, André Valente de Barros. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In SOUZA, André Ricardo. Uma outra economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003. p. 287-314.

BERTELLI, Antônio Roberto. Prefácio. In: MARX, Karl. A guerra civil na França. São Paulo: Global, 1986.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Caderno de Resoluções da 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Brasília: SEAP, 2003.

BRASIL. Instrução Normativa Conjunta N° 03, de 09 de fevereiro de 2004. Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental. 3 ed. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2006. Disponível em:  
<<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>> Acesso em: 10 mai 2006.

BRASIL. Programa Feira do Peixe. Ministério da Pesca e Aquicultura. Brasília: Disponível em:  
<[http://200.198.202.145/index.php?option=com\\_content&view=article&id=381&Itemid=755](http://200.198.202.145/index.php?option=com_content&view=article&id=381&Itemid=755)> Acesso em: 12 jun 2009a.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Caderno de Resoluções da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Brasília: MPA, 2009b.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Produção de pescado aumenta 25% nos últimos oito anos. Disponível em:  
<[http://www.mpa.gov.br/#imprensa/2010/AGOSTO/nt\\_AGO\\_19-08-Producao-de-pescado-aumenta](http://www.mpa.gov.br/#imprensa/2010/AGOSTO/nt_AGO_19-08-Producao-de-pescado-aumenta)> Acesso em: 16 dez 2010.

BRASIL. Produção pesqueira e aquícola: 2008 e 2009. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2010. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/docs/anu%20da%20pesca%20completo2.pdf>> Acesso em: 05 fev 2011.

BRASIL. Desembarque de Pescados no Rio Grande do Sul em 2009. Rio Grande: MMA/Instituto Chico Mendes/CEPERG, 2011. Disponível em: <[www4.icmbio.gov.br/ceperg/downloads/visualiza.php?id\\_arq=85](http://www4.icmbio.gov.br/ceperg/downloads/visualiza.php?id_arq=85)> Acesso em: 16 jun 2012.(a)

\_\_\_\_\_. Boletim estatístico da pesca e aquicultura, Brasil, 2010. Brasília: MPA, 2012. Disponível em:  
<[http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes\\_e\\_Estatisticas/Boletim%20Estat%203%ADstico%20MPA%202010.pdf](http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%203%ADstico%20MPA%202010.pdf)> Acesso em: 23 mai 2012.(b)

BUKHARIN, Nikolai Ivanovich. ABC do comunismo. Mariana: Global, 1980.

CALDASSO, Liandra Peres. Gestão compartilhada para a pesca artesanal: o caso do fórum da Lagoa dos Patos/RS. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Dissertação de Mestrado.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota; PAULISTA, Adriana. Economia Solidária: utopia transformadora ou política de controle social? In: GEDIEL, José Antônio Peres (org.) Revista Estudos de Direito Cooperativo, N° 2. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito / UFPR, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (org). Identidades da Educação Ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004. p. 13-24.

CASTELLO, Jorge Pablo; MOLLER, Osmar Olinto. On the relationship between rainfall and shrimp production in the estuary of Patos Lagoon (Rio Grande do Sul, Brasil). Rio Grande: Atlântica, 3, 1978. p. 67-74.

CHAMBRERS, Robert; GUIJT, Irene. Tradução de Maria Ruth Freitas Takahashi e Marcos Affonso Ortiz Gomes. DRP: depois de cinco anos, como estamos agora? Quito: Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais, n. 26, março, 1995. p. 4-15.

CHEPTULIN, Alexandre. A dialética materialista. Categorias e leis da dialética. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

CHESNAIS, François. Não só uma crise econômica e financeira, uma crise de civilização. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (org). István Mészáros e os desafios do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 187-198.

CLARK, Brett; FOSTER, John Bellamy. A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. Margem Esquerda – ensaios marxistas, n. 14. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-29.

COGGIOLA, Osvaldo. O poder e a glória. Crescimento e crise no capitalismo pós-guerra (1945-2000). Porto Alegre: Pradense, 2010.

COPERTINO, Margareth; SEELIGER, Ulrich. Hábitats de *Ruppia marítima* e de macroalgas. In: SEELIGER, Ulrich; ODEBRECHT, Clarisse (org). O estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações. Rio Grande: FURG, 2010. p. 91-98.

CORAGGIO, José Luís. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (org). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996. p. 75-123.

\_\_\_\_\_. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (org). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Principios, instituciones y prácticas de la economía social y solidaria. In: COSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza. El trabajo antes que el capital. (Ed). Quito: Abya Yala, 2011. Disponível em: <[http://www.coraggioeconomia.org/jlc\\_publicaciones\\_ep.htm](http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm)> Acesso em: 05 mar 2012.

COSTA, Aléssio Almada. Em busca de uma estratégia de transição para a sustentabilidade no sistema ambiental da pesca artesanal no município do Rio Grande / RS – estuário da Lagoa dos Patos. Rio Grande: Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental / FURG, 2004. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. As interfaces possíveis da pesca artesanal e políticas públicas de bases sustentáveis. In: TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini.; ASMUS, Milton Lafourcade (org). Manejo Integrado da Lagoa dos Patos. Rio Grande: FURG, 2011. p. 141-148.

\_\_\_\_\_. Avaliação das políticas públicas de incentivo ao cooperativismo na pesca artesanal: o caso da Rede de Comercialização Solidária de Pescado do complexo lagunar Patos-Mirim, Rio Grande do Sul. In: HAIMOVICI, Manuel. A pesca marinha no Brasil, uma abordagem multidisciplinar. Rio Grande: FURG, no prelo.

D'INCAO, Fernando. Mortalidade de *Penaeus (farfantepenaeus) paulensis* Perez-farfante, 1967 no estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil (Crustácea, penaeidae). Rio Grande: Atlântica, 12 (2), 1990. p 31-51.

\_\_\_\_\_. Pesca e biologia de *Penaeus paulensis* na Lagoa dos Patos, RS. Rio Grande: Atlântica, 13, 1991. p 159-169.

DAMO, Andreisa; SILVEIRA, Bruno Xavier; MOURA, Danieli Veleda; MINASI, Luis Fernando; CRUZ, Ricardo Gautério. Educação da classe trabalhadora: emancipação dos sentidos e libertação da consciência. In: GONÇALVES, Leonardo Dorneles; MACHADO, Carlos Roberto da Silva (org). Marx e a educação: trabalho, natureza e conflitos. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 94-112.

DEMO, Pedro. Pobreza política. São Paulo: Coleção Polêmica de Nossos Tempos, n. 27, 1988.

\_\_\_\_\_. Política social, educação e cidadania. 7 ed. Campinas: Papyrus, 2004.

DIAS NETO, José. Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil. Brasília: IBAMA, 2002.

DIAS NETO, José; DORNELLES, Luis. C. C. Diagnóstico da pesca marítima no Brasil. Coleção Meio Ambiente. Série estudos da pesca, N ° 20. Brasília: IBAMA, 1996.

DIAS NETO, José; MARRUL FILHO, Simão. Síntese da situação da pesca extrativa marinha no Brasil. Brasília: IBAMA, 2003. Disponível em:  
<<http://www.ibama.gov.br/category/40?download=2448%3A.-p>> Acesso em 5 jun 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. Povos e mares. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 1995.

\_\_\_\_\_. A pesca construindo sociedades. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.

ENGELS, Friedrich. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. 1876. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>> Acesso em 17 set 2011.

\_\_\_\_\_. Príncípios do comunismo. São Paulo: Global, 1980.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la alimentación. El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2008. Roma: FAO, 2009.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la alimentación. El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2009. Roma: FAO, 2010.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. PIB municipal e IDESE. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>> Acesso em 20 ago 2009.

FERNANDES, Florestan. Revolução burguesa no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. O que é revolução. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERRARO, Alceu Ravanello. Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. Campinas: Pró-Posições, v. 23, n. 1 (67), jan/abr. 2012. p. 129-146.

FORUM DA LAGOA DOS PATOS. Estatuto do Fórum da Lagoa dos Patos. Rio Grande, 1996.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia. 19 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org). Metodologia da pesquisa educacional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 69-90.

G1.GLOBO. Endereço eletrônico da Rede Globo. Disponível em:<<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/01/01/novo-salario-minimo-de-r-678-entra-em-vigor-hoje.htm>> Acesso em 12 fev 2013.

GADOTTI, Moacir. Educação e poder: introdução a pedagogia do conflito. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1980.

GAIGER, Luis Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 267-286.

\_\_\_\_\_. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. Revista Sociedade e Estado. Brasília: vol. 21, nº 02, 2006. p. 513-545.



GARCEZ, Danielle Siqueira; BOTERO, Jorge Iván Sánchez. Comunidades de pescadores artesanais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Rio Grande: Atlântica, 27 (1), 2005.p 17-29.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles. Extensão Universitária e Associativismo Popular: um estudo a partir da Educação Ambiental Crítica. Rio Grande: Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental/FURG. Dissertação de Mestrado.

GUARESCHI, Pedrinho Alcides. Sociologia crítica: alternativas de mudança. 25 ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1991.

GUIMARÃES, Mauro. Caminhos da educação ambiental: da forma à ação. 2 ed. Campinas: Papirus, 2007.

HAIMOVICI, Manuel; PEREIRA, Selma; VIEIRA, Pedro Castelli. La pesca demersal en el sur de Brasil en el periodo 1975-1985. Montevideo: Frente Marítimo, vol 5, sec a, 1989. p. 151-163.

HAIMOVICI, Manuel. Recursos Pesqueiros Demersais da Região Sul. Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (Revizee). Rio de Janeiro: Fundação de Estudos do Mar (FEMAR), 1997.

HAIMOVICI, Manuel; VASCONCELLOS, Marcelo; KALIKOSKI, Daniela Coswig; ABDALLAH, Patrícia Raggi; CASTELLO, Jorge Pablo; HELLEBRANDT, Denis. Diagnóstico da pesca no litoral do Rio Grande do Sul. In: ISAAC, Victoria Judith; HAIMOVICI, Manuel; MARTINS, Agnaldo Silva; ANDRIGUETTO, José Milton(org). A pesca marinha e estuarina no Brasil no início do Século XXI. Belém: UFPA, 2006. p. 157-177.

HALL, Stephen J.; DELAPORTE, Anne; PHILLIPS, Michael J.; BEVERIDGE, Malcolm; O'KEEFE, Mark. Blue Frontiers: Managing the Environmental Costs of Aquaculture. The WorldFish Center, Penang, Malaysia, 2011. Disponível em: <[http://www.conservation.org/Documents/BlueFrontiers\\_aquaculture\\_report.pdf](http://www.conservation.org/Documents/BlueFrontiers_aquaculture_report.pdf)> Acesso em 7 jan 2013.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. O enigma do capital e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes; MIOTO, Regina Célia Tamoso (org). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-43.

IANNI, Octavio. A sociedade global. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries Estatísticas & Séries Históricas. Disponível em:

<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=IU17&t=producao-de-pescado-maritima-e-continental>> Acesso em: 14 mai 2012.

JACQUET, Jennifer.; PAULY, Daniel. Funding Priorities: Big Barriers to Small-Scale Fisheries. *Conservation Biology*, vol. 22, n. 4, 2008. p. 832-835.

JORNAL DO MERCADO. Rio Grande, polo pesqueiro. Entrevista com o Prefeito Municipal do Rio Grande. Disponível em:

<[http://www.jornaldomercadopoa.com.br/index.php?view=article&id=98%3Aprefeito-de-rio-grande&option=com\\_content&Itemid=139](http://www.jornaldomercadopoa.com.br/index.php?view=article&id=98%3Aprefeito-de-rio-grande&option=com_content&Itemid=139)> Acesso em: 25 de out 2012.

JORNAL DO NUDESE. O NUDESE e o Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária promovem a 1ª Feira de Economia Popular Solidária do Rio Grande. Rio Grande: FURG, ed. IX, Nov, 2009. Disponível em:

<<http://www.nudese.furg.br/images/files/Jornal/jornal%203.pdf>> Acesso em 09 junho 2011.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; ROCHA, Ronaldo; VASCONCELOS, Marcelo. Importância do conhecimento ecológico tradicional na gestão da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil. *Rio Grande: Ambiente e Educação*, vol. 11, 2006. p. 87-118.

KALIKOSKI, Daniela Coswig; VASCONCELOS, Marcelo (org). Case study of the technical, socio-economic and environmental conditions of small-scale fisheries in the estuary of Patos Lagoon, Brazil. Rome: FAO Fisheries and Aquaculture Circular n° 1075, 2012.

KHAN, Ahmed S.; SUMAILA, U. Rashid.; WATSON, Reg; MUNRO, Gordon; PAULY, Daniel. The nature and magnitude of global non-fuel fisheries subsidies. In: SUMAILA, U. Rashid; PAULY, Daniel. Catching more bait a bottom-up re-estimation of global fisheries subsidies. *Fisheries Centre Research Reports*, vol. 14, n°6, 2006. p. 5-37.

KLIPPEL, Sandro; VOOREN, Carolus Maria; LAMÓNACA, Abel Fernando; PERES, Mônica Brick. A pesca industrial no sul do Brasil. In: VOOREN, Carolus Maria; KLIPPEL, Sandro (org.). *Ações para a conservação de tubarões e raias no sul do Brasil*. Porto Alegre: Igaré, 2005. p. 135-177.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSÍK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Tradução de William Lagos. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2011.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEITE, Márcia de Paula. Economia solidária e o trabalho associativo. Teoria e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, n° 69, 2009. p 31-52.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Obras escolhidas*. Tomo II. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

\_\_\_\_\_. Obras escolhidas. Tomo I. 3 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LILJA, Luis Roberto Pereira. Pesca artesanal gaúcha, do auge ao declínio. Rio Grande: FURG, 1999. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas.

LIMA, André Rodrigues Lima; KROEFF, Denise Reif; COREZOLA, Fernanda Costa; BRUTTO, Luiz Fernando. Planejamento participativo e desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais: comunidades indígenas, de pescadores artesanais e remanescentes de quilombos. In: BROSE, Marcus (org). Participação na extensão rural, experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo, 2004. p. 91-120.

LIMA, José Heriberto Meneses; DIAS NETO, José. O ordenamento da pesca marítima no Brasil. Bol. Técn. Cient. CEPENE, vol.10, n<sup>o</sup>1, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. O movimento ambientalista e o pensamento crítico. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

\_\_\_\_\_. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (org). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004. p. 65-84.

\_\_\_\_\_. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. Campinas: Educação e Sociedade, vol. 27, n. 94, jan./abr, 2006.p. 131-152.

\_\_\_\_\_. Trajetória e Fundamentos da Educação ambiental. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. Rio de Janeiro: Trabalho, Educação e Saúde, v. 11, n. 1, jan-abr 2013. p. 53-71.

LUDWIG, Donald.; HILBORN, Ray; WALTERS, Carl. Uncertainty, resource exploitation, and conservation: lessons from history. Ecological Applications, 3 (4), 1993.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução. São Paulo: Expressão Popular, Disponível em:  
<[http://www.consultapopular.org.br/biblioteca?page=2&tid=3&tid\\_1=All](http://www.consultapopular.org.br/biblioteca?page=2&tid=3&tid_1=All)> Acesso em 12 jul 2012.

MANCE, Euclides André. Como organizar redes solidárias. Rio de Janeiro: IFIL, Fase/DP&A, 2003.

MARQUES, Wilton Mantovani. Estimativa da rejeição da pesca de camarão-rosa *Penaus paulensis* com “aviãozinho” no estuário da Lagoa dos Patos (RS), Brasil. Rio Grande: FURG, 1997. Monografia de Graduação em Oceanografia.

MARRUL FILHO, Simão. Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros. Brasília: IBAMA, 2003.

MARTÍ, Juan Pablo. La economía solidaria y las empresas cooperativas: reflexiones en la búsqueda de alternativas. In: SARACHU, Juan José; SARACHU, Gerardo Daniel. (org) Rumbos de la economía social. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2004. p 175-196.

MARTINS, César Augusto Ávila. Nas águas da Lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos – Rio Grande (RS). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Universidade Federal de São Paulo, 1997. Dissertação de Mestrado.

MARTINS, César Augusto Ávila. Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Tese de Doutorado.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. 9 ed. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Livro1, Volume 1. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. Contribuição à crítica da economia política. 2 ed. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. O Capital. Crítica da economia política. O processo de circulação do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro 1, Volume 3. São Paulo: 1984.

\_\_\_\_\_. A guerra civil na França. São Paulo: Global, 1986.

\_\_\_\_\_. A questão judaica. São Paulo: Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. Crítica da filosofia do Direito de Hegel (1843). Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. Crítica ao Programa de Gotha. Comentários à margem do programa do Partido Operário Alemão (1875). Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MARX, Karl. Mensagem inaugural da Associação Internacional de Trabalhadores (1864). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>> Acesso em 12 jan 2012a.

\_\_\_\_\_. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. As Diferentes Questões (1866). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>> Acesso em 19 maio 2012b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 3 ed . São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista (1848). Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MELLO, Alex Fiuza de. Marx e a globalização. São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. A teoria da alienação em Marx. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. O desafio e o fardo do tempo histórico. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINASI, Luis Fernando. Formação de professores em serviço: contradições na prática pedagógica. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Educação / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Projeto de Tese.

\_\_\_\_\_. Formação de professores em serviço: contradições na prática pedagógica. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Educação / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_. O projeto de pesquisa: desenvolvimento teoria e método. Material didático da disciplina Metodologia de Pesquisa em Educação I / Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental/FURG. 2012.

MOLLER, Osmar Olinto; CASTELLO, Jorge Pablo; VAZ, Ana.Carolina. The effect of river discharge and winds on the interannual variability of the Pink Shrimp *Farfantepenaeus paulensis* production in Patos Lagoon. Estuaries and Coasts, 32. p. 787-796.

MOLLER, Osmar Olinto; FERNANDES, Elisa. Hidrologia e hidrodinâmica. In: SEELIGER, Ulrich; ODEBRECHT, Clarisse (org). O estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações. Rio Grande: FURG, 2010. p. 17-27.

NASCIMENTO, Cláudio. Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2005. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_becosapos.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf)> Acesso em 17 abril 2012.

NETTO, Jose Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NOBRE, Lucia Regina; NOGUEIRA, Daniela Almeida; DIAS, Vanessa Gonçalves; MIRAPALHETA, Tatiane Escouto; COSTA, Rodrigo de Moraes; COSTA, Eder Dion de Paula. Educação Popular e movimentos populares da pesca artesanal: a experiência

metodológica do Projeto Rede. Disponível em:<<http://www.joomla.furg.br/nudese/images/files/ARTIGOCUBA%281%29.pdf>> Acesso em 5 jan 2013.

NUDESE. Núcleo de Desenvolvimento Econômico e Social. Endereço eletrônico. Disponível em: <<http://www.nudese.furg.br>> Acesso em 13 dez 2012.

OLIVEIRA, Caroline Terra de. Pescadores de sonhos e esperanças: experiência em Educação Ambiental com trabalhadores da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel, Rio Grande/RS. Rio Grande: Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental / FURG, 2008. Dissertação de Mestrado.

OPUSZKA, Paulo Ricardo Cooperativismo popular: os limites da organização coletiva do trabalho a partir da experiência da pesca artesanal do extremo sul do Brasil. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2010. Tese de Doutorado.

PAQUOTTO, Vinícius Frizzo. Pesca Artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural / Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Dissertação de Mestrado.

PÁTEO, Felipe Vella. Socializar o mercado ou desmercantilizar a sociedade: os caminhos dos empreendimentos solidários na busca pelo reconhecimento de seu trabalho. In: II CONGRESSO DA REDE DE ITCP'S: Política Econômica e Economia Solidária. São Paulo: 2008.

PEREIRA, Márcia. Jornal Valor Econômico. Os 10 furacões que causaram mais prejuízos nos EUA. Edição eletrônica de 30 out 2012. Disponível em:<<http://www.valor.com.br/internacional/2886762/os-10-furacoes-que-causaram-mais-prejuizos-nos-eua#ixzz2C3LTdm00>> Acesso em 5 nov 2012.

PEREIRA, Maria Odete da Rosa. Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite a participação. Rio Grade: Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental / FURG, 2006. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite a participação. Práxis educativa. Ponta Grossa: v. 3, n. 1, jan-jun 2008a. p. 73-80.

\_\_\_\_\_. Impactos do projeto de ações para consolidação da rede regional de comercialização solidária do pescado no sul do RS. Pelotas: Documento técnico do Projeto Rede, 2008b.

PINDICK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRAXEDES, Sandra Faé. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. São Paulo: IPEA, Mercado de Trabalho, n<sup>o</sup> 39, 2009. p. 57-62.

PROJETO REDE. Incubação da Rede de comercialização Solidária de pescado da região sul do Rio Grande do Sul. Relatório Final. Rio Grande: NUDESE/FURG, 2012.

QUEVEDO NETO, Pedro; KALIKOSKI, Daniela Coswig; ALMUDI, Tiago. Construção de um plano de manejo adaptativo para a pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. Universidade Federal de Viçosa, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 475-512.

QUINTAS, José da Silva. Introdução à gestão ambiental pública. Brasília: IBAMA, 2005.

REIS, Enir Girondi; VIEIRA, Pedro Castelli; DUARTE, Vagner Silva. Pesca artesanal de teleosteos no estuário da Lagoa dos Patos e costa do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Atlântica, 16, 1994. p. 69-86.

REIS, Enir Girondi; D'INCAO, Fernando. The present status of artisanal fisheries of extreme Southern Brazil: an effort towards community-based management. Ocean & Coastal Management, 43, 2000.

REVISTAGEO. Luta até o último peixe. Disponível em: <<http://revistageo.uol.com.br/cultura-expedicoes/4/luta-ate-o-ultimo-peixe-145336-1.asp>> Acesso em 14 jun 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Lei N<sup>o</sup> 13.695 de janeiro de 2011. Perdão da dívida dos pescadores do RS.

SARRIA ICAZA, Ana Mercedes. Acción colectiva, espacio público y economía solidaria en el sur de Brasil. México: Revista Pueblos y Fronteras digital, Vol. 4, junio-noviembre 2009, p. 30-63. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=90611559003>> Acesso em: 12 nov 2011.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e movimento de economia solidária. Uma análise a partir da experiência do Rio Grande do Sul. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. 11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil. p. 1952 – 1964.

SEELIGER, Ulrich. Introdução. In: SEELIGER, Ulrich.; ODEBRECHT, Clarisse. O estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações. Rio Grande: FURG, 2010. p.11-13.

SILVA, Wânia Rezende; VIEIRA, Francisco Giovanni David; BERNARDO-ROCHA, Eliza Emília Rezende. Organizações Cooperativas e Contexto Cultural Brasileiro: Um ensaio teórico sobre processos sociais, universo simbólico e prática social. In: XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Ribeirão Preto, 2005.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo diferente de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (org). A economia solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-30.

\_\_\_\_\_. Introdução à Economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Um olhar diferente sobre a Economia Solidária. Prefácio In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SIQUEIRA, Ruben. Relatório Descritivo da 1ª Conferência Nacional dos Pescadores Artesanais. Brasília: Comissão Pastoral da Terra / Projeto Articulação Popular do São Francisco, 2009.

SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

SOUZA, Tanara Rosângela Vieira. Os efeitos do crédito rural na exploração de um recurso natural: o caso da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul. Rio Grande: FURG, 2003. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas.

SOUZA, José Afonso Feijó de. Restabelecimento da capacidade produtiva do sistema ambiental da pesca no extremo sul do Brasil. Anexo II Relatório Final Projeto FNMA. Rio Grande: Laboratório de recursos pesqueiros artesanais/FURG, 2005.

SOUZA, Marco Aurélio Alves de. Política e evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul: 1960 a 1997. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural / Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. Dissertação de Mestrado.

SPOSATI, Aldaíza. Movimentos utópicos da contemporaneidade. In: SORRENTINO, Marcos (org) Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002. p. 11-40.

TAUILE, José Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidária. Trabalho enviado ao SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO NO NOVO SÉCULO. Junho, 2001.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-243.

TREIN, Eunice. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org). A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 113-134.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1992.



TSÉ-TUNG, Mao. Sobre a prática e a contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

VIEIRA, João Paes; VASCONCELLOS, Marcelo; SILVA, Roberval E.; FISHER, Luciano G. F. A rejeição da pesca do camarão-rosa (*Penaeus paulensis*) no estuário da Lagoa dos Patos, RS, Brasil. Rio Grande: Atlântica, 18, 1996. p 123-142.

VIEIRA, João Paes; GARCIA, Alexandre Miranda; MORAES, Leonardo. A assembleia de peixes. In: SEELIGER, Ulrich; ODEBRECHT, Clarisse (org). O Estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações. Rio Grande: FURG, 2010. p. 79-88.

VON IHERING, Hermann. Os peixes da costa do mar no Estado do Rio Grande do Sul. Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1897. Porto Alegre, 1896. p. 98-124.

WOOD, Meiksins. Democracia contra o capitalismo. A renovação do materialismo histórico. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

WWI. Worldwatch Institute. O estado do mundo 2011. Inovações que nutrem o planeta. São Paulo: UMA, 2010.